



**CUATRECASAS**

AVENIDA FONTES PEREIRA DE MELO, 6 - 1050-121 LISBOA - TEL. +351 21 355 38 00 - FAX +351 21 353 23 62

### **CERTIFICAÇÃO DE TRADUÇÃO**

**NOS TERMOS E AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ARTIGO 38.º DO DECRETO-LEI  
N.º 76-A/2006, DE 29/03, E NA PORTARIA N.º 657-B/2006, DE 29/06**

**PATRÍCIA FINO**, Advogada, com domicílio profissional em Lisboa, na Avenida Fontes Pereira de Melo, 6, portadora da Cédula Profissional n.º 65386L, **CERTIFICA**, na presente data, que compareceu perante si **Francisco Rebordão de Brito**, solteiro, natural da freguesia de São Julião, Setúbal, com domicílio profissional na Avenida Fontes Pereira de Melo, 6, em Lisboa, cuja identidade verificou pelo cartão de cidadão n.º 14764930 7ZW5, válido até 27/09/2027, emitido pela República Portuguesa, que lhe declarou, sob compromisso de honra, que realizou a **TRADUÇÃO** para português do documento em anexo intitulado **Caja Rural del Sur, Sociedade Cooperativa de Crédito – Contas Anuais e Relatório de Gestão do exercício de 2025**, redigido em castelhano, que é a tradução fiel e correta do mesmo, tradução essa pela qual lhe declarou assumir inteira e completa responsabilidade. \_\_\_\_\_

O documento redigido em castelhano e a respetiva tradução ocupam 184 folhas (frente e verso), por si rubricadas e numeradas. \_\_\_\_\_

Esta certificação de tradução encontra-se registada no Registo On-Line dos Atos dos Advogados sob o número 65386L/459. \_\_\_\_\_

Lisboa, 3 de junho de 2026.

O TRADUTOR

*Francisco Rebordão de Brito*

A ADVOGADA,

*Patrícia Fino*

**Patrícia Gomes Fino**

Advogada

NIF: 250 001 977 - Céd. Prof. n.º 65386L

Avenida Fontes Pereira de Melo, 6

1050-121 Lisboa - Portugal

Tel. 21 355 38 00 - Fax: 21 353 23 62

E-mail: [patricia.fino@cuatrecasas.com](mailto:patricia.fino@cuatrecasas.com)

2025-01-15 10:30:00

2025-01-15 10:30:00  
2025-01-15 10:30:00  
2025-01-15 10:30:00  
2025-01-15 10:30:00  
2025-01-15 10:30:00  
2025-01-15 10:30:00

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÉNTIMOS  
DE EURO

009104501

# Caja Rural del Sur, Sociedad Cooperativa de Crédito

Contas Anuais e Relatório de Gestão do  
exercício de 2025

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104502

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

CAJA RURAL DEL SUR, SOCIEDAD COOPERATIVA DE CRÉDITO

Balanços em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Expressos em milhares de euros)

ATIVO	2025	2024(*)
<b>Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem (Nota 19)</b>	<b>1 693 736</b>	<b>1 236 854</b>
<b>Ativos financeiros detidos para negociação (Nota 20)</b>	<b>305</b>	<b>634</b>
Derivados	305	634
<b>Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente mensurados pelo justo valor através de resultados (Nota 23)</b>	<b>726</b>	<b>1 987</b>
Títulos de dívida	726	1 987
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-
<b>Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral (Nota 21)</b>	<b>504 009</b>	<b>496 754</b>
Instrumentos de capital próprio	239 481	224 061
Títulos de dívida	264 528	272 693
<i>Informação complementar: emprestados ou dados em garantia com direito de venda ou de penhor</i>	-	-
<b>Ativos financeiros ao custo amortizado (Nota 22)</b>	<b>9 206 314</b>	<b>8 597 872</b>
Títulos de dívida	1 210 798	1 111 673
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito	199 180	177 429
Empréstimos e adiantamentos a clientes	7 796 336	7 308 770
<i>Informação complementar: emprestados ou dados em garantia com direito de venda ou de penhor</i>	-	-
<b>Derivados - contabilidade de cobertura (Nota 24)</b>	<b>45 237</b>	<b>10 659</b>
<b>Alterações do justo valor dos elementos cobertos de uma carteira com cobertura do risco de taxa de juro (Nota 24)</b>	<b>(16 083)</b>	<b>4 179</b>
<b>Investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas (Nota 26)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Subsidiárias	-	-
Empreendimentos conjuntos	-	-
Associadas	-	-
<b>Ativos tangíveis (Nota 27)</b>	<b>150 824</b>	<b>145 988</b>
Ativos fixos tangíveis	150 824	145 988
Para uso próprio	149 410	144 574
Afetado ao Fundo de Educação e Promoção	1 414	1 414
<i>Informação complementar: adquirida em locação financeira</i>	13 304	13 964
<b>Ativos intangíveis</b>	<b>3 269</b>	<b>2 110</b>
Outros ativos intangíveis	3 269	2 110
<b>Ativos por impostos (Nota 28)</b>	<b>98 210</b>	<b>117 742</b>
Ativos por impostos correntes	16 148	18 835
Ativos por impostos diferidos	82 062	98 907
<b>Outros ativos (Nota 30)</b>	<b>4 561</b>	<b>7 526</b>
Resto dos outros ativos	4 561	7 526
<b>Ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda (Nota 25)</b>	<b>2 492</b>	<b>3 158</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>11 693 600</b>	<b>10 625 463</b>

(\*) Apresentado para efeitos comparativos (Nota 2.b)

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104503

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

CAJA RURAL DEL SUR, SOCIEDAD COOPERATIVA DE CRÉDITO

Balances em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Expressos em milhares de euros)

<b>PASSIVO</b>	<b>2025</b>	<b>2024(*)</b>
<b>Passivos financeiros detidos para negociação (Nota 20)</b>	<b>301</b>	<b>627</b>
Derivados	301	627
<b>Passivos financeiros ao custo amortizado (Nota 31)</b>	<b>10 133 059</b>	<b>9 263 588</b>
Depósitos de bancos centrais	-	-
Depósitos de instituições de crédito	120 527	138 323
Depósitos de clientes	9 931 074	9 030 247
Outros passivos financeiros	81 458	95 018
<b>Derivados - contabilidade de cobertura (Nota 24)</b>	<b>72 307</b>	<b>80 732</b>
<b>Provisões (Nota 32)</b>	<b>37 833</b>	<b>38 468</b>
Pensões e outras obrigações de prestações definidas pós-emprego	-	-
Questões processuais e litígios fiscais pendentes	-	-
Compromissos e garantias concedidos	3 637	3 511
Restantes provisões	34 196	34 957
<b>Passivos por impostos (Nota 28)</b>	<b>23 944</b>	<b>21 509</b>
Passivos por impostos correntes	1 686	1 370
Passivos por impostos diferidos	22 258	20 139
<b>Outros passivos (Nota 30)</b>	<b>40 541</b>	<b>36 151</b>
<i>Dos quais: Fundo de Educação e Promoção (Nota 29)</i>	<i>19 898</i>	<i>20 539</i>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>10 307 985</b>	<b>9 441 075</b>

(\*) Apresentado para efeitos comparativos (Nota 2.b)

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104504

Carimbo:  
CLASSE 8.<sup>a</sup>

CAJA RURAL DEL SUR, SOCIEDAD COOPERATIVA DE CRÉDITO

Balances em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Expressos em milhares de euros)

	2025	2024(*)
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>		
<b>Fundos próprios (Nota 34)</b>	<b>1 313 627</b>	<b>1 125 619</b>
Capital	319 905	279 725
Capital realizado	319 905	279 725
Resultados transitados	809 863	656 238
Reservas de reavaliação	19 283	19 542
Outras reservas	8 837	7 773
Menos: Ações próprias	(3 698)	(99)
Resultado do exercício	159 437	162 440
Menos: Dividendos intercalares	-	-
<b>Outro rendimento integral acumulado (Notas 21 e 33)</b>	<b>71 988</b>	<b>58 769</b>
Elementos que não serão reclassificados em resultados	66 176	58 094
Ganhos ou perdas atuariais em planos de pensões de prestações definidas	7 760	7 795
Alterações do justo valor dos instrumentos de capital próprio avaliados ao justo valor através de outro rendimento integral	58 416	50 299
Elementos que podem ser reclassificados em resultados	5 812	675
Derivados de cobertura, Reserva de cobertura de fluxos de caixa	2 071	(4 833)
Alterações do justo valor dos instrumentos de capital próprio avaliados ao justo valor através de outro rendimento integral	3 741	5 508
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>1 385 615</b>	<b>1 184 388</b>
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO</b>	<b>11 693 600</b>	<b>10 625 463</b>
<b>INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR: EXPOSIÇÕES EXTRAPATRIMONIAIS</b>		
Compromissos de empréstimos concedidos (Nota 36)	737 705	689 166
Garantias financeiras concedidas (Nota 35)	111 379	100 381
Outros compromissos assumidos (Nota 36)	62 855	60 394

(\*) Apresentado para efeitos comparativos (Nota 2.b)

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104505

Carimbo:  
CLASSE 8.<sup>a</sup>

CAJA RURAL DEL SUR, SOCIEDAD COOPERATIVA DE CRÉDITO

Demonstrações de resultados correspondentes aos exercícios anuais findos  
em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Expressas em milhares de euros)

	2025	2024(*)
<b>Rendimentos de juros (Nota 37)</b>	<b>314 458</b>	<b>356 009</b>
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	5 958	9 135
Ativos financeiros ao custo amortizado	274 504	303 859
Restantes juros e rendimentos similares	33 996	43 015
<b>Gastos com juros (Nota 38)</b>	<b>(65 938)</b>	<b>(83 511)</b>
<b>MARGEM FINANCEIRA</b>	<b>248 520</b>	<b>272 498</b>
<b>Rendimentos de dividendos (Nota 21)</b>	<b>17 146</b>	<b>13 803</b>
<b>Rendimentos com serviços e comissões (Nota 39)</b>	<b>90 327</b>	<b>88 506</b>
<b>Encargos com serviços e comissões (Nota 39)</b>	<b>(4 784)</b>	<b>(4 798)</b>
<b>Ganhos ou perdas no desreconhecimento de ativos e passivos financeiros não mensurados pelo justo valor através de resultados, líquidos (Nota 40)</b>	<b>363</b>	<b>621</b>
<b>Ganhos ou perdas com ativos e passivos financeiros detidos para negociação, líquidos (Nota 40)</b>	<b>4</b>	<b>23</b>
<b>Ganhos ou perdas com ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente mensurados pelo justo valor através de resultados, líquidos (Nota 40)</b>	<b>9</b>	<b>65</b>
<b>Ganhos ou perdas resultantes da contabilidade de cobertura, líquidos (Nota 40)</b>	<b>(12)</b>	<b>(23)</b>
<b>Diferenças cambiais (ganho ou perda), líquidas</b>	<b>428</b>	<b>542</b>
<b>Outros rendimentos operacionais (Nota 41)</b>	<b>6 842</b>	<b>5 279</b>
<b>Outros encargos operacionais (Nota 45)</b>	<b>(21 496)</b>	<b>(20 162)</b>
<i>Dos quais: dotações obrigatórias ao Fundo de Educação e Promoção (Notas 4, 29 e 45)</i>	<i>(16 686)</i>	<i>(17 069)</i>
<b>PRODUTO BANCÁRIO</b>	<b>337 347</b>	<b>356 354</b>
<b>Custos administrativos</b>	<b>(141 858)</b>	<b>(129 222)</b>
Custos com pessoal (Nota 42)	(94 488)	(88 372)
Outras custos administrativos (Nota 43)	(47 370)	(40 850)
<b>Amortizações (Nota 44)</b>	<b>(9 288)</b>	<b>(8 775)</b>
<b>Provisões ou reversão de provisões (Nota 47)</b>	<b>(9 422)</b>	<b>(13 325)</b>
<b>Imparidade ou reversão de imparidades de ativos financeiros não mensurados ao justo valor através de resultados e ganhos ou perdas líquidos de modificação (Nota 46)</b>	<b>5 813</b>	<b>(16 292)</b>
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	(2)	124
Ativos financeiros ao custo amortizado	5 815	(16 416)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>182 592</b>	<b>188 740</b>
<b>Imparidades ou reversão de imparidades de investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos ou associadas (Nota 26)</b>		
<b>Ganhos ou perdas com o desreconhecimento de ativos não financeiros, líquidos (Nota 48)</b>	<b>(137)</b>	<b>(102)</b>
<b>Ganhos ou perdas em ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda que não são qualificados como operações descontinuadas (Nota 49)</b>	<b>1 387</b>	<b>(414)</b>
<b>LUCROS OU PREJUÍZOS ANTES DE IMPOSTOS DE ATIVIDADES OPERACIONAIS CONTINUADAS</b>	<b>183 842</b>	<b>188 224</b>
<b>Encargos ou Rendimentos fiscais sobre o resultado das atividades continuadas (Nota 28)</b>	<b>(24 405)</b>	<b>(25 784)</b>
<b>LUCROS OU PREJUÍZOS APÓS IMPOSTOS DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS E RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>159 437</b>	<b>162 440</b>

(\*) Apresentado para efeitos comparativos (Nota 2.b)

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104506

Carimbo:  
CLASSE 8.<sup>a</sup>

CAJA RURAL DEL SUR, SOCIEDAD COOPERATIVA DE CRÉDITO

Demonstrações de rendimentos e gastos reconhecidos para os exercícios  
findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Expressos em milhares de euros)

	2025	2024(*)
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>159 437</b>	<b>162 440</b>
<b>OUTRO RESULTADO GLOBAL</b>	<b>13 219</b>	<b>11 253</b>
<b>Elementos que não serão reclassificados para os resultados</b>	<b>8 082</b>	<b>10 205</b>
Ganhos ou perdas atuariais em planos de pensões com benefícios definidos (Nota 32)	(46)	103
Alterações no justo valor de instrumentos de capital próprio mensurados pelo justo valor através de outro rendimento integral	9 719	10 414
Impostos sobre o rendimento relativos a elementos que não serão reclassificados	(1 591)	(312)
<b>Elementos que podem ser reclassificados em resultados</b>	<b>5 137</b>	<b>1 048</b>
<b>Coberturas de fluxos de caixa (parte efetiva)</b>	<b>9 206</b>	<b>4 767</b>
Ganhos ou perdas de valor reconhecidos no capital próprio	9 206	4 767
<b>Instrumentos de dívida pelo justo valor através de outro rendimento integral (Notas 21 e 33)</b>	<b>(2 357)</b>	<b>(3 370)</b>
Ganhos ou perdas de valor reconhecidos no capital próprio	(2 899)	(4 064)
Transferido para resultados	542	694
Outras reclassificações	-	-
<b>Imposto sobre o rendimento de elementos que podem ser reclassificados em lucros ou perdas</b>	<b>(1 712)</b>	<b>(349)</b>
<b>RESULTADO GLOBAL TOTAL DO EXERCÍCIO</b>	<b>172 656</b>	<b>173 693</b>

(\*) Apresentado para efeitos comparativos (Nota 2.b)

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104507

CAJA RURAL DEL SUR, SOCIEDAD COOPERATIVA DE CRÉDITO

Demonstrações de alterações no capital próprio total para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Expressos em milhares de euros)

Exercício financeiro de 2025

	Fundos próprios					Outro rendimento integral acumulado	Total do capital próprio
	Resultados transitados	Reservas de reavaliação	Outras reservas	Menos: Ações próprias	Resultado do exercício	Menos: dividendos intercambiais	Total Fundos próprios
Capital	279 725	656 238	19 542	7 773	(99)	162 440	1 125 619
Saldo final em 31 de dezembro de 2024	-	-	-	-	-	-	58 769
Efeitos da correção de erros	-	-	-	-	-	-	-
Efeitos de alterações nas políticas contabilísticas	-	-	-	-	-	-	-
Saldo inicial	279 725	656 238	19 542	7 773	(99)	162 440	1 125 619
Resultado global total do exercício	-	-	-	-	159 437	-	159 437
Outras variações no capital próprio:	40 180	(259)	1 064	(3 599)	(162 440)	-	28 571
Emissão de ações	40 564	-	-	-	-	-	40 564
Resolução de capital	(384)	-	-	-	-	-	(384)
Dividendos (ou remuneração dos acionistas)	-	-	-	-	-	(8 815)	(8 815)
Transferências entre componentes do capital próprio	153 625	(259)	259	805	(162 440)	8 815	-
Outros aumentos ou diminuições do capital próprio	-	-	-	-	-	-	(2 794)
Das quais: <i>afetação discricionária a Obras e Fundos Sociais</i>	-	-	-	(3 599)	-	-	(2 794)
Saldo final em 31 de dezembro de 2025	319 905	809 863	19 283	8 837	(3 698)	159 437	1 315 627
							71 988
							1 385 615

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Carimbo:  
CLASSE 8.<sup>a</sup>

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104508

CAJA RURAL DEL SUR, SOCIEDAD COOPERATIVA DE CRÉDITO

Demonstrações de alterações no capital próprio total para os exercícios findos em 31  
de dezembro de 2023 e 2024  
(Expressos em milhares de euros)

Exercício financeiro de 2024

	Fundos próprios						Total do capital próprio		
	Resultados transferidos	Reservas de reavaliação	Outras reservas	Menos: Ações próprias	Resultado do exercício	Menos: dividendos intercalares		Total Fundos próprios	Outro rendimento integral
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	239 981	563 735	19 828	6 744	(429)	104 514	994 373	47 516	981 889
Efeitos da correção de erros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Efeitos de alterações nas políticas contabilísticas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo inicial	239 981	563 735	19 828	6 744	(429)	104 514	994 373	47 516	981 889
Resultado global total do exercício	-	-	-	-	162 440	-	162 440	11 253	173 693
Outras variações ao capital próprio:	39 744	92 503	(286)	1 029	330	(104 514)	28 806	-	28 806
Emissão de ações	40 156	-	-	-	-	-	40 156	-	40 156
Redução de capital	(412)	-	-	-	-	-	(412)	-	(412)
Dividendos (ou remuneração dos acionistas)	-	-	-	-	-	(12 011)	(12 011)	-	(12 011)
Transferências entre componentes do capital próprio	-	92 503	(286)	286	-	(104 514)	-	-	-
Outros aumentos ou diminuições do capital próprio	-	-	-	743	330	-	1 073	-	1 073
Das quais: <i>afetação à reserva de Obrera e Fundos Sociais</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final em 31 de dezembro de 2024	279 725	656 238	19 542	7 773	(99)	162 440	1 125 619	58 769	1 184 388

(\*) Apresentado para efeitos comparativos (Nota 2.b)

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104509

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

CAJA RURAL DEL SUR, SOCIEDAD COOPERATIVA DE CRÉDITO

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de  
dezembro de 2025 e 2024  
(Expressos em milhares de euros)

	2025	2024(*)
<b>A) FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>440 279</b>	<b>253 829</b>
Resultado do exercício	159 437	162 440
Ajustamentos para obter os fluxos de caixa das atividades operacionais	52 843	82 446
Amortizações (Nota 44)	9 288	8 775
Outros ajustamentos	43 555	73 671
<b>Aumento/diminuição líquida dos ativos operacionais</b>	<b>(612 392)</b>	<b>(550 716)</b>
Ativos financeiros detidos para negociação	(7)	131
Ativos financeiros não negociáveis obrigatoriamente mensurados pelo justo valor através dos resultados	1 270	10 772
Ativos financeiros designados ao justo valor através dos resultados	-	-
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	108	82 211
Ativos ao custo amortizado	(602 629)	(634 208)
Outros ativos operacionais	(11 134)	(9 622)
<b>Aumento/diminuição líquida dos passivos operacionais</b>	<b>846 131</b>	<b>581 770</b>
Passivos financeiros detidos para negociação	9	(131)
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	-	-
Passivos financeiros ao custo amortizado	867 695	632 590
Outros passivos operacionais	(21 573)	(50 689)
Recebimentos/ Pagamentos de imposto sobre o rendimento	(5 740)	(22 111)
<b>B) FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>(11 591)</b>	<b>(18 394)</b>
Pagamentos	(14 940)	(21 192)
Ativos tangíveis	(13 247)	(19 237)
Ativos intangíveis	(1 542)	(1 718)
Ativos não correntes e passivos classificados como detidos para venda	(151)	(237)
Recebimentos	3 349	2 798
Ativos tangíveis	876	1 063
Ativos não correntes e passivos classificados como detidos para venda	2 473	1 735
<b>C) FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>27 766</b>	<b>28 063</b>
Pagamentos	(12 798)	(12 423)
Dividendos	(8 815)	(12 011)
Amortização de instrumentos de capital próprio	(384)	(412)
Aquisição de instrumentos de capital próprio	(3 599)	-
Recebimentos	40 564	40 486
Emissão de instrumentos de capital próprio	40 564	40 156
Alienação de instrumentos de capital próprio	-	330
<b>D) EFEITO DAS VARIAÇÕES DAS TAXAS DE CÂMBIO</b>	<b>428</b>	<b>542</b>
<b>E) AUMENTO (DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO(A) DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES (A+B+C+D)</b>	<b>456 882</b>	<b>264 040</b>
<b>F) CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INÍCIO DO PERÍODO</b>	<b>1 236 854</b>	<b>972 814</b>
<b>G) CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FINAL DO PERÍODO</b>	<b>1 693 736</b>	<b>1 236 854</b>
<b>INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR:</b>		
Componentes de caixa e seus equivalentes no final do período (Nota 19)	1 693 736	1 236 854
Caixa	63 729	58 612
Saldos equivalentes de caixa em bancos centrais	1 460 582	1 030 135
Outros ativos financeiros	169 425	148 107

(\*) Apresentado para efeitos comparativos (Nota 2.b)

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104510

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

**CAJA RURAL DEL SUR,  
SOCIEDAD COOPERATIVA DE CRÉDITO**

**Notas às demonstrações financeiras anuais correspondentes  
ao exercício anual findo em 31 de dezembro de 2025.  
(Expressas em milhares de euros)**

**1. Natureza da Entidade**

**1.1 Aspetos gerais**

A Caja Rural del Sur, Sociedad Cooperativa de Crédito (doravante designada por "Caja" ou "Entidade") foi criada através da fusão da Caja Rural de Huelva, Sociedad Cooperativa de Crédito e da Caja Rural de Sevilla, Sociedad Cooperativa de Crédito, tendo sido previamente autorizada pela Ordem Ministerial de 22 de fevereiro de 2001, emitida pelo Ministério da Economia. A Caja tem atualmente a sua sede social na Calle Murillo, 2, em Sevilha.

A Caja sucedeu a todos os direitos e obrigações das entidades fusionadas, que foram dissolvidas sem liquidação. A totalidade das reservas ou fundos sociais de ambas as instituições foi integrada na nova Caja. A partir de 1 de janeiro de 2001, as operações das sociedades em vias de dissolução passaram a ser consideradas para efeitos contabilísticos, como realizadas em nome da nova Caja.

Em 8 de abril de 2014, foi autorizada a fusão da Caja Rural del Sur, como entidade incorporante, com a Caja Rural de Córdoba, entidade incorporada, estabelecendo-se o dia 1 de janeiro de 2014 como data a partir da qual as operações da sociedade extinta (Caja Rural de Córdoba, S.C.C.) devem ser consideradas como realizadas, para efeitos contabilísticos, por conta da entidade incorporante (Caja Rural del Sur, S.C.C.)

O seu objeto social é a realização de todo o tipo de operações ativas, passivas e de serviços permitidos às instituições de crédito, com atenção prioritária às necessidades financeiras dos seus membros, sem prejuízo das limitações estabelecidas por lei no que respeita a operações de crédito a terceiros, privilegiando sempre a sua atividade no meio rural.

A Caja rege-se pelas normas contidas na Lei 13/1989, de 26 de maio, relativa às Cooperativas de Crédito e outras disposições complementares e, supletivamente, pela Lei 27/1999, de 16 de julho, relativa às Cooperativas.

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104511

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

O âmbito de atuação da Caja estende-se a todo o território do Estado espanhol, sem prejuízo das atividades que está autorizada a desenvolver como instituição de crédito no âmbito internacional. Atualmente, as sucursais da Caja estão localizadas nas províncias de Huelva, Sevilha, Cádiz, Córdoba, Málaga, Jaén, Almeria, Madrid e Badajoz em Espanha e em Faro, Lisboa e Porto a nível internacional. O seu âmbito real de atuação estende-se, como tal, às Comunidades Autónomas da Andaluzia, Madrid e Extremadura, bem como a Portugal, sem prejuízo das operações típicas da atividade da Caja realizadas com sócios de outras Comunidades Autónomas ou países, no que diz respeito ao financiamento de operações de importação e exportação de bens e serviços.

No plano internacional, em 3 de março de 2020, o Banco obteve autorização do Banco de Portugal para prestar serviços em Portugal em regime de livre prestação de serviços. Durante o exercício de 2023, a Entidade obteve autorização para operar como Sucursal em Portugal, com início de atividade no exercício de 2024.

A distribuição por zona geográfica do número de sucursais da Caja em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é a seguinte:

Província	Número de sucursais	
	2025	2024
Huelva(*)	61	61
Sevilha	119	119
Córdoba (*)	64	67
Cádiz	47	47
Málaga	18	18
Jaén (*)	1	1
Madrid	2	2
Badajoz	2	2
Almeria	1	1
Faro	1	1
Lisboa	1	1
Porto	1	1
	318	321

(\*) Três centros nas províncias de Córdoba, Jaén e Huelva que correspondem aos contratos de agência referidos na nota 8.

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104512

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

Enquanto cooperativa de crédito, a Caja está sujeita a determinadas disposições legais que regulam, entre outros, os seguintes aspetos:

- Manutenção de uma percentagem mínima de fundos depositados no Banco de Espanha para cobertura do rácio de reservas mínimas, que em 31 de dezembro de 2025 e 2024 se situava em 1% dos passivos elegíveis para este efeito, conforme estabelecido pelo Regulamento do Banco Central Europeu n.º 1358/2011, de 14 de dezembro de 2011. Nos termos do Regulamento n.º 2818/1998 do Banco Central Europeu, de 1 de dezembro, relativo à aplicação das reservas mínimas, as instituições podem solicitar autorização para constituir a totalidade das suas reservas mínimas indiretamente através de um intermediário residente no mesmo Estado-Membro. Durante os exercícios de 2025 e 2024, para a atividade em Espanha, a Caja manteve as suas reservas mínimas através do Banco Cooperativo Español, S.A., em conformidade com esta disposição. (ver Nota 22.b). Adicionalmente, detém saldos em bancos centrais, de forma a cumprir o rácio de reservas mínimas do Banco de Portugal.
- A dotação para o Fundo de Reserva Obrigatório e para o Fundo de Educação e Promoção na distribuição do excedente líquido do exercício (Notas 29 e 34).
- Manutenção de um nível mínimo de fundos próprios (Nota 5).
- Contribuição anual para o Fundo de Garantia de Depósitos das Instituições de Crédito e para o Fundo Nacional de Resolução, para além da garantia prestada pelos fundos próprios da Entidade, aos credores da mesma. Conforme referido na Nota 11 às presentes contas anuais, a Caja está integrada no Fundo de Garantia de Depósitos das Instituições de Crédito, criado em 15 de outubro de 2011 em consequência da entrada em vigor do Real Decreto-Lei 16/2011, de 14 de outubro. Adicionalmente, é também membro da Unión Nacional de Cooperativas de Crédito e, por sua vez, da Asociación Española de Cajas Rurales.
- Obrigação de utilizar pelo menos 50% dos recursos totais da Entidade em operações de crédito (empréstimos, créditos, descontos) com sócios da Entidade ou membros das Cooperativas Associadas.

## 1.2 Grupo consolidado

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Caja encabeça um grupo formado pela Entidade e pela Sociedad de Gestión de Activos Grupo Caja Rural del Sur, S.A.U., uma sociedade integralmente detida pela Entidade.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Caja, conforme supra descrito, é a entidade responsável pela elaboração das contas anuais consolidadas do Grupo. Estas contas anuais consolidadas, que são apresentadas separadamente em 31 de dezembro de 2025 e 2024, apresentam um resultado consolidado do exercício de 159 437 milhares de euros e 162 440 milhares de euros, respetivamente, e capitais próprios consolidados de 1 385 615 milhares de euros e 1 184 388 milhares de euros, respetivamente. As referidas contas anuais consolidadas são igualmente objeto de uma auditoria independente.

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Seio:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104513

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

### **1.3 Sociedad de Gestión de Activos Grupo Caja Rural del Sur, S.A.U.**

Em 26 de dezembro de 2012, a Caja constituiu a Sociedad de Gestión de Activos Grupo Caja Rural del Sur, S.A., em cumprimento do Real Decreto-Lei 18/2012 (Nota 26., A Sociedade tem por objeto social a gestão, administração e alienação de quaisquer ativos imobiliários relacionados com terrenos para promoção imobiliária e construções ou empreendimentos imobiliários, bem como a compra e venda de lotes, terrenos e todo o tipo de prédios rústicos e urbanos, andares, lojas, apartamentos e imóveis em geral, a urbanização, loteamento e reloteamento de terrenos e a construção por conta própria ou de terceiros de todo o tipo de edifícios e imóveis em geral; intermediação na comercialização de todos os tipos de bens imóveis.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Caja é Sócia Única da Sociedad de Gestión de Activos Grupo Caja Rural del Sur, S.A.U.

A sua sede social desta sociedade situa-se em Sevilha, na Calle Murillo, 2.

### **1.4 Mecanismo Cooperativo de Proteção Institucional**

A Caja é membro da Asociación Española de Cajas Rurales (doravante, AECR), a qual atuará sem fins lucrativos no cumprimento dos objetivos para os quais foi constituída, destacando-se, entre estes:

- i) promover um Mecanismo Cooperativo de Proteção Institucional no seio da Associação, através de um regime estatutário de atribuição de responsabilidades, que ajude as Entidades Associadas a estabelecer normas comuns destinadas a preservar a respetiva liquidez e solvabilidade;
- ii) zelar pela coesão das Entidades Associadas, fomentando o desenvolvimento dos princípios de solidariedade e cooperação; e
- iii) realizar atividades de auditoria e inspeção preventivas, a fim de assegurar a boa prossecução dos objetivos que lhe foram confiados.

Em 29 de dezembro de 2017, as Caixas Rurais associadas à AECR (doravante, as Caixas), entre as quais se encontrava a Caja Rural del Sur, S.C.C., celebraram com a AECR, o Banco Cooperativo Español, S.A. (doravante, Banco Cooperativo) e a sociedade Grucajural Inversiones, S.L. um Acordo-Quadro relativo ao estabelecimento, no seio do Grupo Caja Rural, de um “Mecanismo Cooperativo de Proteção Institucional” (doravante, MIP), bem como determinados acordos complementares. Estes acordos implicaram os seguintes marcos:

- O mecanismo de solidariedade em vigor até essa data foi substituído por um sistema de proteção institucional (SIP), conforme referido no n.º 7 do artigo 113.º do Regulamento (UE) n.º 575/2013 (CRR), nos termos previstos na Lei das Cooperativas de Crédito. Faziam parte deste SIP as 29 Caixas que, à data do Acordo-Quadro, estavam associadas à AECR, a Grucajural Inversiones, S.L. e o Banco Cooperativo (doravante, os membros do SIP).

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104514

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

- Foi constituído um fundo destinado a cobrir as finalidades de apoio financeiro suscetíveis de serem asseguradas no seio do SIP, o qual será financiado através de contribuições dos membros do SIP. Este fundo é administrado e controlado pela AECR. Relativamente a este fundo, em 29 de dezembro de 2017, a AECR comunicou às Caixas associadas os montantes dos compromissos relativos à contribuição *ex ante* a efetuar para o fundo. Esta primeira contribuição deveria corresponder a 0,5% dos ativos ponderados pelo risco (APR) agregados das Caixas associadas em março de 2018, podendo o fundo ser objeto de ajustamento em função do respetivo valor agregado.

Além do anterior, foram agrupadas as ações que as Caixas detinham no Banco Cooperativo e na Rural Grupo Asegurador, S.A. (doravante, RGA) na sociedade Grucajrural Inversiones, S.L., veículo constituído pela AECR, como sócia fundadora, em 1 de dezembro de 2017, e participado pelas Caixas.

Em 23 de março de 2018, foi obtido junto do Banco de Espanha o reconhecimento do MIP como SIP, para os efeitos previstos na regulamentação anteriormente referida. Igualmente, no primeiro trimestre de 2018, foi obtida a não oposição à entrada não pecuniária das ações do Banco Cooperativo e da RGA para a Grucajrural por parte dos reguladores competentes.

Em 19 de junho de 2025, a Assembleia Geral de Sócios da Grucajrural Inversiones, S.L. deliberou uma operação de reorganização societária consistente no seu desaparecimento enquanto sociedade, por forma a que as Caixas Rurais, entre as quais a Caja Rural del Sur, S.C.C., passassem a deter de forma direta as suas participações no Banco Cooperativo e na RGA. Esta reorganização foi realizada em duas fases:

- Por um lado, em junho de 2025, foi deliberada a realização de uma redução de capital da Grucajrural Inversiones, S.L., mediante redução do nominal das participações sociais e um reembolso parcial do prémio de emissão, entregando aos sócios, em função da sua participação na sociedade, a totalidade das ações detidas na RGA.
- Por outro lado, em maio de 2025, os Conselhos de Administração da Grucajrural Inversiones, S.L. e do Banco Cooperativo subscreveram um projeto comum relativo à fusão por incorporação da Grucajrural Inversiones, S.L. (sociedade incorporada) pelo Banco Cooperativo (sociedade incorporante). Estes acordos foram formalizados por escritura pública em 11 de setembro de 2025 e inscritos no Registo Comercial de Madrid em 24 de setembro de 2025.

Do ponto de vista económico, a reorganização não implicou uma modificação substancial na exposição da Caja aos riscos e benefícios associados ao seu investimento, dado que, anteriormente à operação, a quase totalidade dos ativos e resultados da Grucajrural estavam vinculados às suas participações no Banco Cooperativo e na RGA. Em consequência, a Caja passou a deter, durante o exercício de 2025, uma participação direta nessas entidades numa proporção equivalente à anteriormente mantida de forma indireta através da Grucajrural.

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104515

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

Nos termos do disposto na Norma Vigésima Segunda e na Norma Vigésima Terceira da Circular 4/2017 do Banco de España, e atendendo ao princípio da prevalência da substância económica sobre a forma jurídica, a operação não deu origem ao desreconhecimento em balanço do ativo financeiro previamente reconhecido. A participação foi objeto exclusivamente de uma reclassificação formal, mantendo-se os critérios de reconhecimento, classificação e mensuração anteriormente aplicados. Em consequência, a reorganização não teve impacto no património nem na demonstração de resultados da Caja no exercício de 2025, para além dos efeitos decorrentes das operações ordinárias subsequentes, incluindo os dividendos recebidos.

Durante o exercício de 2025, a Caja realizou contribuições para o fundo destinado a cobrir as finalidades de apoio financeiro suscetíveis de serem asseguradas no seio do MIP, que representaram um gasto no montante de 1.422 milhares de euros, registado na rubrica "Outros gastos operacionais" da demonstração de resultados do exercício de 2025. Em 31 de dezembro de 2025, a Caja tinha pago integralmente este montante (ver Nota 45). No exercício de 2024, a Assembleia Geral Ordinária da Asociación Española de Cajas Rurales aprovou que não fosse realizada qualquer contribuição para o fundo, pelo que a Caja não incorreu em qualquer gasto.

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104516

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

## 2. Base de apresentação das demonstrações financeiras

### a) Imagem verdadeira

As contas anuais foram elaboradas a partir dos registos contabilísticos da Entidade e em conformidade com o disposto na Circular 4/2017 do Banco de España, de 27 de novembro, e respetivas alterações posteriores, no Código de Comercio (espanhol), no Real Decreto Legislativo 1/2010, de 2 de julho, que aprova o texto consolidado da Ley de Sociedades de Capital, que revoga a Ley de Sociedades Anónimas e a Ley de Sociedades de Responsabilidad Limitada, e demais legislação espanhola aplicável, por forma a apresentarem a imagem verdadeira do património, da situação financeira da Entidade em 31 de dezembro de 2025 e dos resultados das suas operações, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa correspondentes ao exercício anual findo nessa data.

Conforme indicado na Nota 2.b), a informação comparativa referente ao exercício de 2024 é a incluída nas contas anuais do exercício de 2024, que foram elaboradas em conformidade com o disposto na Circular 4/2017 do Banco de España, de 27 de novembro.

Na referida Circular, o Banco de España declara que na sua elaboração foi respeitado o conteúdo das Normas Internacionais de Relato Financeiro, aprovadas pelos Regulamentos da União Europeia, e que foi considerado o quadro conceptual em que se baseiam.

Não existe nenhum princípio ou norma contabilística, nem critério de mensuração obrigatório, que, sendo significativo o seu efeito, tenha deixado de ser aplicado na sua preparação, incluindo-se na Nota 14 um resumo dos princípios e normas contabilísticas e dos critérios de mensuração mais significativos aplicados nas presentes contas anuais. A informação contida nas presentes contas anuais é da responsabilidade dos administradores da Caja.

As contas anuais do exercício de 2025 da Caja foram formuladas pelo Conselho de Administração em 24 de março de 2026, estando pendentes de aprovação pela respetiva Assembleia Geral, a qual se espera venha a aprová-las sem alterações significativas. Estas contas anuais, salvo menção em contrário, são apresentadas em milhares de euros.

Em 27 de maio de 2025, na reunião realizada pela Assembleia Geral, foi deliberada a aprovação das contas anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (entre outros pontos tratados na referida Assembleia).

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104517

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

b) Comparação da informação.

O Conselho de Administração da Entidade apresenta, para efeitos comparativos, com cada uma das rubricas do balanço, da demonstração de resultados, da demonstração dos rendimentos e gastos reconhecidos, da demonstração total das alterações no capital próprio, da demonstração dos fluxos de caixa e das notas às demonstrações financeiras, para além dos valores do exercício de 2025, os correspondentes ao exercício anterior, que faziam parte das contas anuais aprovadas pela Assembleia Geral realizada em 27 de maio de 2025.

Durante o exercício de 2025, não entrou em vigor qualquer alteração à Circular 4/2017 com impacto nas contas anuais da Entidade. Não obstante, em 30 de dezembro de 2025, entrou em vigor a Circular 1/2025 do Banco de Espanha, que introduz diversas alterações à Circular 4/2017 com o objetivo de obter um maior alinhamento com as normas internacionais IFRS e simplificar as obrigações de relato financeiro das entidades supervisionadas. Entre outros aspetos, são incorporadas as últimas alterações na IFRS-UE 9 sobre instrumentos financeiros, relacionadas com os critérios para a classificação e mensuração de ativos financeiros que incorporam alterações nos fluxos de caixa contratuais condicionadas à ocorrência de eventos que afetem o devedor, sendo revistos determinados requisitos de coberturas por risco de crédito incluídos no anexo 9 da Circular. Estas alterações entrarão em vigor ao longo de 2026, embora não se espere um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Caja.

Aplicação de critérios incorporados pela IFRS 9

Em aplicação do disposto na norma 31 sobre "Coberturas contabilísticas" da Circular 4/2017 do Banco de Espanha, a Entidade optou por aplicar, a partir de 31 de dezembro de 2025, os critérios de contabilidade de cobertura constantes dos pontos 3 a 27 da referida norma, critérios que se adaptam ao regime contabilístico sobre coberturas estabelecido pela IFRS 9. Até essa data, a Entidade vinha aplicando os critérios constantes dos pontos 28 a 42 da referida norma, alinhados com a IAS 39.

Tal como estabelece a Circular, o novo enquadramento contabilístico mantém os três tipos de coberturas contabilísticas — de justo valor, de fluxos de caixa e de investimento líquido numa unidade operacional estrangeira —, mas introduz uma contabilidade de cobertura mais flexível e alinhada com a gestão de risco, em comparação com os critérios constantes da IAS 39.

A Entidade, em aplicação dos critérios constantes dos pontos 3 a 27 anteriormente mencionados, procedeu à adaptação das suas políticas e processos contabilísticos ao novo quadro normativo, tendo esta sido aprovada pelos órgãos de governo competentes. A adoção do novo quadro contabilístico para a contabilidade de cobertura não implicou qualquer impacto quantitativo nos estados contabilísticos.

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104518

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

As principais novidades introduzidas pelos critérios IFRS 9 são as seguintes:

- Flexibiliza as rubricas suscetíveis de cobertura (por exemplo, possibilita a cobertura de posições líquidas, posições agregadas e componentes de risco de elementos não financeiros).
- Elimina o requisito estrito do intervalo de eficácia de 80-125%, permitindo avaliações prospetivas qualitativas, desde que exista uma relação económica entre o elemento coberto e o instrumento de cobertura e que o risco de crédito não exerça um efeito dominante sobre as alterações de valor do elemento coberto nem do instrumento de cobertura.
- Introduce o "custo de cobertura" (como pontos *forward* e *spread* de base), que pode ser reconhecido em outro rendimento integral, reduzindo assim a volatilidade na demonstração de resultados.
- Permite o reequilíbrio de coberturas sem necessidade de descontinuações na contabilidade de cobertura, na medida em que se ajuste a relação entre o instrumento de cobertura e o elemento coberto.

Apresenta-se a seguir um resumo das principais Circulares do Banco de Espanha aplicáveis, emitidas e que entraram em vigor no exercício de 2024:

- Circular 1/2024, de 26 de janeiro, do Banco de Espanha, dirigida a bancos, cooperativas de crédito e demais entidades supervisionadas, relativa à informação sobre a estrutura de capital e que altera a Circular 1/2009, de 18 de dezembro, dirigida às instituições de crédito e demais entidades supervisionadas, no que respeita à informação sobre a estrutura de capital e quotas participativas das instituições de crédito, e sobre as suas sucursais. A entrada em vigor desta norma não teve um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Entidade.

### 3. Alterações em critérios e estimativas contabilísticas e correção de erros

#### Alterações em critérios e estimativas contabilísticas e correção de erros

A informação incluída nas presentes contas anuais é da responsabilidade do Conselho de Administração da Caja. Nas presentes contas anuais foram utilizadas, quando aplicável, estimativas para a mensuração de determinados ativos, passivos, rendimentos, gastos e compromissos, realizadas pela Direção da Caja e ratificadas pelo respetivo Conselho de Administração. Tais estimativas correspondem fundamentalmente a:

- As perdas por imparidade de determinados ativos financeiros (Nota 14.i).
- A vida útil aplicada aos elementos do ativo tangível (Nota 14.o).

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÉNTIMOS  
DE EURO

009104519

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

- O justo valor de determinados ativos financeiros não cotados em mercados secundários oficiais. (Nota 14.e e f).
- O prazo de recuperação ou realização de determinados ativos não correntes classificados como detidos para venda (Nota 14.q).
- O justo valor de determinadas garantias afetas à cobrança de ativos (Nota 9).
- As premissas utilizadas no cálculo atuarial dos passivos e compromissos com retribuições pós-emprego e outros compromissos a longo prazo com os trabalhadores (Nota 32).
- O justo valor de determinados ativos e passivos financeiros (Nota 51).
- Estimativa do cálculo do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas e da recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos (Nota 28).
- A probabilidade de ocorrência dos eventos considerados como passivos contingentes e, quando aplicável, das provisões necessárias para a cobertura desses factos (Notas 32 e 47).

As estimativas anteriormente descritas foram realizadas em função da melhor informação disponível em 31 de dezembro de 2025 sobre os factos analisados. É possível que acontecimentos futuros obriguem à sua modificação (em alta ou em baixa) em exercícios futuros de forma significativa, o que se faria, se necessário, de forma prospetiva, reconhecendo os efeitos da alteração de estimativa na demonstração de resultados dos exercícios afetados.

Durante o exercício de 2025, não houve alterações relevantes nas premissas e estimativas realizadas em 31 de dezembro de 2024, com exceção das indicadas nas presentes contas anuais.

#### a) Alterações em critérios contabilísticos

As alterações em critérios contabilísticos, seja por se modificar uma norma contabilística que regula uma determinada transação ou evento, seja porque o Conselho de Administração, por razões devidamente justificadas, decida alterar o critério contabilístico, aplicam-se retroativamente, salvo se:

- Seja impraticável determinar os efeitos que decorrem, em cada exercício específico, da alteração de um critério contabilístico sobre a informação comparativa de um exercício anterior, caso em que se aplica o novo critério contabilístico no início do exercício mais antigo em que a aplicação retroativa seja praticável. Quando seja impraticável determinar o efeito acumulado, no início do exercício corrente, da aplicação de um novo critério contabilístico a todos os exercícios anteriores, aplica-se o novo critério contabilístico de forma prospetiva, a partir da data mais antiga em que tal seja praticável ou,
- A disposição ou norma contabilística que altere ou estabeleça o critério fixe a partir de quando deve ser aplicado.

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104520

Carimbo:  
CLASSE 8.<sup>a</sup>

As alterações das normas contabilísticas aplicáveis à Entidade dominante relativamente às aplicadas no exercício anterior foram comentadas na Nota 2.b).

b) Correção de erros

Durante os exercícios de 2025 e 2024, não ocorreu qualquer erro com efeito significativo nem nos resultados do ano nem no balanço.

c) Alterações em estimativas contabilísticas

Durante os exercícios de 2025 e 2024, não ocorreu qualquer alteração em estimativas contabilísticas com efeito significativo nem nos resultados do ano nem no balanço.

#### 4. Distribuição do resultado do exercício

A proposta de distribuição do resultado do exercício de 2025 que o Conselho de Administração da Caja submeterá à aprovação da sua Assembleia Geral, bem como a já aprovada para o exercício de 2024, é a seguinte:

	Milhares de Euros	
	2025	2024
Distribuição do resultado antes do F.E.P.C.:		
Retribuições ao capital	9 260	8 815
Fundo de Reserva Obrigatório	141 834	136 556
Reservas voluntárias	8 343	17 069
Fundo de Educação e Promoção Cooperativo	16 686	17 069
Dotação obrigatória (Resultados) (Nota 45)	16 686	17 069
Dotação discricionária	-	-
Resultado distribuído	176 123	179 509
Resultado do exercício	159 437	162 440

Igualmente, a Entidade proporá à Assembleia, para sua aprovação, a constituição de uma reserva de capitalização, de carácter indisponível por um prazo de 3 anos nos termos estabelecidos no artigo 25.º da Ley 27/2014, de 27 de novembro, del Impuesto de Sociedades, no montante de 3 414 milhares de euros, atuando como contrapartida as reservas voluntárias da Entidade. Na Assembleia de 27 de maio de 2025, foi aprovada a constituição de uma reserva de capitalização no montante de 1 542 milhares de euros, atuando como contrapartida as reservas voluntárias da Entidade (ver Nota 28).

Relativamente à informação sobre o resultado por ação, dada a natureza societária da Caja e considerando que o seu capital não é constituído por participações cotadas, não deve ser apresentada a referida informação.

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104521

Carimbo:  
CLASSE B.ª

## 5. Fundos próprios mínimos

Em 27 de junho de 2013 foi publicada no Jornal Oficial da União Europeia a nova regulamentação sobre requisitos de capital (denominada CRD-IV), com aplicação a partir de 1 de janeiro de 2014, composta por:

- A Diretiva 2013/36/UE, de 26 de junho, do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa ao acesso à atividade das instituições de crédito e das empresas de investimento e à supervisão prudencial das instituições de crédito e das empresas de investimento, que altera a Diretiva 2002/87/CE e revoga as Diretivas 2006/48/CE e 2006/49/CE; e
- O Regulamento (UE) n.º 575/2013 (doravante CRR), de 26 de junho de 2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, sobre os requisitos prudenciais das instituições de crédito e das empresas de investimento, que altera o Regulamento (UE) n.º 648/2012.

Em Espanha, o Real Decreto Ley 14/2013, de 29 de novembro, de medidas urgentes para a adaptação do direito espanhol às normas da União Europeia em matéria de supervisão e solvência de instituições financeiras (doravante, o RDL), procedeu a uma transposição parcial para o direito espanhol da Diretiva 2013/36/UE e habilitou o Banco de Espanha, na sua disposição final quinta, a fazer uso das opções atribuídas às autoridades competentes nacionais no Regulamento (UE) n.º 575/2013.

Por conseguinte, a partir de 1 de janeiro de 2014, foram revogadas as disposições da Circular 3/2008 do Banco de Espanha que sejam contrárias à norma europeia anteriormente referida. Adicionalmente, em 5 de fevereiro de 2014, foi publicada a Circular do Banco de Espanha 2/2014, de 31 de janeiro, pela qual, de acordo com os poderes que o Regulamento (UE) n.º 575/2013 confere às autoridades competentes nacionais, o Banco de Espanha fez uso de algumas das opções regulatórias de caráter permanente previstas no referido regulamento.

Adicionalmente, importa destacar que durante o período 2015-2018 foram publicadas novas regulamentações que complementam o Regulamento CRR em matérias relativas a fundos próprios, liquidez, riscos do Pilar I e requisitos de capital.

Em 2 de fevereiro de 2016, foi emitida a Circular 2/2016 do Banco de Espanha, que tem como objetivo fundamental completar, relativamente às instituições de crédito, a transposição da Diretiva 2013/36/UE para o ordenamento jurídico espanhol. Além disso, é consagrada uma das opções que o Regulamento (UE) n.º 575/2013 atribui às autoridades competentes nacionais, adicional às que o Banco de Espanha já exerceu na Circular 2/2014.

A referida Circular desenvolve também alguns aspetos da transposição da Diretiva 2011/89/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de novembro de 2011, que altera as Diretivas 98/78/CE, 2002/87/CE, 2006/48/CE e 2009/138/CE no que respeita à supervisão complementar das instituições financeiras que façam parte de um conglomerado financeiro.

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104522

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

Esta Diretiva já foi transposta no essencial através das alterações que tanto a Ley 10/2014 como o Real Decreto 84/2015 introduziram, respetivamente, na Ley 5/2005, de 22 de abril, de supervisión de los conglomerados financieros y por la que se modifican otras leyes del sector financiero, e no Real Decreto 1332/2005, que a desenvolve.

No exercício de 2017, foi publicada a Circular 3/2017, de 24 de outubro, do Banco de España, que altera a Circular 2/2014, de 31 de janeiro. Esta Circular tem como objetivo fundamental adaptar determinados aspetos da Circular 2/2014, no que respeita às instituições de crédito menos significativas, às últimas disposições aprovadas pelo Banco Central Europeu para as instituições significativas (principalmente, a Orientação (UE) 2018/697 do Banco Central Europeu, de 4 de abril de 2017, sobre o exercício pelas autoridades nacionais competentes das opções e faculdades que o direito da União oferece relativamente às instituições menos significativas). Foram igualmente eliminadas as normas relativas a opções transitórias que eram aplicáveis até ao exercício de 2017.

No exercício de 2019, foi publicada a Circular 3/2019, de 22 de outubro, do Banco de España, com o objetivo de definir o limiar de relevância das obrigações vencidas, com aplicação a partir de dezembro de 2020.

Em 24 de junho de 2020, o Parlamento Europeu e o Conselho da União Europeia aprovaram o Regulamento 2020/873, que altera o Regulamento 575/2013 e o Regulamento 2019/876, alterando o CRR e o CRR II com determinados ajustamentos em resposta à pandemia de Covid-19 ("quickfix"). As principais alterações são estabelecidas nos seguintes âmbitos: cobertura do risco de crédito (disposições transitórias da IFRS 9, etc.), rácio de alavancagem, exposições concedidas a trabalhadores/pensionistas, fator de apoio às PME, isenção da dedução em determinados ativos de software, bem como o estabelecimento de um filtro prudencial temporário que neutraliza o impacto das perdas não realizadas em dívida pública e do risco de mercado.

Das alterações transitórias, importa destacar a prorrogação por dois anos das disposições transitórias sobre a aplicação da IFRS 9, limitando o efeito negativo que um eventual aumento das provisões para perdas de crédito esperadas possa ter no capital das instituições. E o estabelecimento, com caráter temporário, de um filtro prudencial sobre as exposições a obrigações soberanas, destinado a atenuar as consequências da volatilidade dos mercados financeiros sobre a solvência das instituições. A aplicação das disposições transitórias terminou em 2024.

Relativamente à Circular 2/2016, o Banco de España publicou em 2021 a Circular 5/2021, que altera a referida circular com a incorporação de instrumentos macroprudenciais.

No exercício de 2022, o Banco de España publicou a nova Circular 3/2022 do Banco de España, que altera a Circular 2/2016, completando finalmente, com esta publicação, a transposição para a legislação espanhola da CRD V.

Em 1 de janeiro de 2025, entrou em vigor a maior parte dos artigos do novo Regulamento de Capital (Regulamento (UE) 2024/1623) (doravante, CRR III), que altera o Regulamento (UE) n.º 575/2013. Esta iniciativa legislativa introduz determinadas alterações na metodologia de cálculo e de relato dos requisitos de capital, tendo como principal objetivo reduzir a variabilidade e melhorar a comparabilidade dos ativos ponderados.

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÉS CÉNTIMOS  
DE EURO

009104523

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

Por último, em 1 de outubro foi publicada a Resolução de 29 de setembro de 2025 da Comissão Executiva do Banco de Espanha, sobre a fixação do colchão de capital anticíclico, que passará de 0,5%, aplicável às exposições localizadas em Espanha a partir de 1 de outubro de 2025, para 1% a partir de 1 de outubro de 2026.

Tudo o exposto constitui o atual quadro normativo em vigor que regula os fundos próprios mínimos que devem manter as instituições de crédito espanholas, tanto a título individual como em grupo consolidado, bem como a forma como devem ser determinados tais fundos próprios; bem como os diferentes processos de autoavaliação do capital que devem realizar e a informação de caráter público que devem divulgar ao mercado.

A Entidade apresenta mapas consolidados de fundos próprios, pelo que os requisitos de fundos próprios mínimos são calculados em função da exposição do Grupo ao risco de crédito e de diluição; ao risco de contraparte e aos riscos de posição e liquidação correspondentes à carteira de negociação; ao risco de taxa de câmbio e ao risco operacional. O Grupo está igualmente sujeito ao cumprimento dos limites de concentração de riscos estabelecidos nas normas e ao cumprimento das obrigações internas de Governo Corporativo.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o rácio de nível 1 (CET1) ordinário e adicional, bem como o rácio de capital total do Grupo, ascenderam a 27,27% e a 22,91%, respetivamente. A Circular 2/2014 fixa o mínimo exigido para cada nível de rácio. Adicionalmente, no âmbito do processo de avaliação e revisão supervisora (SREP), o regulador comunicou à Entidade que deve manter um rácio de capital total de 9,375% para 2025 e 2024. Isto faz com que o requisito mínimo exigido de capital total, incluindo o colchão de conservação de capital e o colchão anticíclico, seja de 12,35% para 2025 e 11,90% para 2024. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os rácios de capital da Entidade situam-se acima do mínimo exigido pelo regulador, registando em 2025 e 2024 um excedente de 747 326 milhares de euros e 569 451 milhares de euros, respetivamente, sobre estes requisitos de capital total, incluindo o colchão de conservação de capital e o colchão anticíclico.

Adicionalmente, durante o ano de 2023, o Banco de Espanha, em aplicação do artigo 44.º, n.º 1, da Ley 11/2015, comunicou à Caja Rural del Sur os requisitos mínimos de fundos próprios e passivos elegíveis (MREL, na sigla em inglês). O referido requisito não deve ser inferior a 9,218% da exposição total ao risco (TREA) e a 3% da exposição para efeitos do rácio de alavancagem (LRE), o qual deveria ser cumprido o mais tardar em 1 de janeiro de 2024. Além disso, foi fixado o objetivo intermédio em 9,13% da exposição total ao risco (TREA) e no mesmo valor anterior da exposição para efeitos do rácio de alavancagem (LRE), para 1 de janeiro de 2022. No entanto, no final do exercício de 2024, o Banco de Espanha revogou a exigência efetuada.

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104524

Carimbo:  
CLASSE 8.<sup>a</sup>

	Milhares de Euros	
	2025	2024
Capital de nível 1:		
Capital de nível I ordinário (CET 1)	1 366 124	1 184 375
Capital e reservas (*)	1 366 124	1 184,375
Outro resultado global	1 304 367	1 116 805
Outras deduções e ajustamentos	71 988	58 769
	(10 231)	8 801
Capital de nível 2:	-	-
Cobertura complementar para risco de crédito	-	-
Outras deduções e ajustamentos	-	-
Ativos ponderados pelo risco	5 009 052	5 169 065
Rácio de capital de nível I ordinário (mínimo exigido 4,5%)	27,27%	22,91%
Rácio de capital de nível I (mínimo exigido 6%)	27,27%	22,91%
Rácio de capital total (mínimo exigido 8%)	27,27%	22,91%

(\*) Inclui a proposta de aplicação do resultado dos exercícios de 2025 e 2024, respetivamente.

Quanto à Gestão de Capital:

- O Marco de Appetite ao Risco, aprovado pelo Conselho de Administração da Entidade, contém as principais diretrizes estratégicas relativamente à gestão de riscos. Entre elas encontram-se o objetivo e o nível de risco que a Entidade está disposta a assumir em matéria de solvência, alinhados com o planeamento de capital.
- A Entidade desenvolveu sistemas de gestão e controlo de riscos que se consideram adequados ao respetivo perfil de risco.

A Entidade incorpora cenários de stress no referido planeamento de capital a 3 anos, no qual são tidas em conta tanto as previsões da Entidade como os dados externos provenientes do contexto macroeconómico. As premissas utilizadas para o planeamento são revistas periodicamente.

- O instrumento para a realização da referida avaliação e planeamento é o Relatório de Autoavaliação de Capital e Liquidez (o "IACL"), aprovado pelo Conselho de Administração da Entidade, que estabelece um objetivo de solvência expresso num valor mínimo e que permite cobrir com folga as eventuais exigências adicionais por riscos não contemplados nos mínimos legalmente exigíveis, mesmo perante situações especialmente adversas dos mercados.

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104525

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

## 6. Informação por segmentos de negócio

As concentrações por setor geográfico onde se localiza o risco, por classes de contrapartes, compostas pelas rubricas "Saldo de caixa em bancos centrais e outros depósitos à vista", "Ativos financeiros detidos para negociação", "Ativos financeiros não destinados a negociação mensurados obrigatoriamente ao justo valor através de resultados", "Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral", "Ativos financeiros ao custo amortizado", "Derivados — contabilidade de cobertura", "Investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas", "Exposições extrapatrimoniais — Garantias financeiras prestadas" e as garantias não financeiras prestadas incluídas em "Exposições extrapatrimoniais — Outros compromissos assumidos", indicando o respetivo valor contabilístico em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foram as seguintes:

### Atividade Total

	Milhares de Euros				
	2025				
	Total	Espanha	Resto da União Europela	América	Resto do mundo
Bancos centrais e instituições de crédito	2 080 584	2 028 097	35 016	2 979	14 492
Administrações Públicas	1 730 303	1 458 906	271 397	-	-
- Administração Central	1 429 649	1 158 252	271 397	-	-
- Outras Administrações Públicas	300 654	300 654	-	-	-
Outras sociedades financeiras e empresários em nome individual (atividade empresarial financeira)	193 573	148 185	43 131	1 961	296
Sociedades não financeiras e empresários em nome individual (atividade empresarial não financeira) (discriminadas segundo a finalidade)	2 712 649	2 385 692	324 193	2 160	604
- Construção e promoção imobiliária (incluindo terrenos)	72 248	72 248	-	-	-
- Construção de obras de engenharia civil	3 785	3 785	-	-	-
- Restantes finalidades	2 636 616	2 309 659	324 193	2 160	604
Grandes empresas	983 502	828 507	152 237	2 158	600
PME e empresários em nome individual	1 653 114	1 481 152	171 956	2	4
Restantes famílias (discriminado segundo a finalidade)	4 821 342	4 773 183	24 998	9 205	13 956
- Habitação (aquisição e reabilitação)	4 059 086	4 014 303	23 135	8 874	12 774
Consumo	283 581	283 138	180	186	77
- Outras finalidades	478 675	475 742	1 683	145	1 105
<b>TOTAL</b>	<b>11 538 451</b>	<b>10 794 063</b>	<b>698 735</b>	<b>16 305</b>	<b>29 348</b>

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104526

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

### Atividade Total

	Milhares de Euros				Resto do mundo
	Total	Espanha	Resto da União Europeia	América	
Bancos centrais e instituições de crédito	1 484 019	1 435 109	36 215	3 300	9 395
Administrações Públicas	1 692 274	1 454 158	238 116	-	-
- Administração Central	1 295 443	1 057 327	238 116	-	-
- Outras Administrações Públicas	396 831	396 831	-	-	-
Outras sociedades financeiras e empresários em nome individual (atividade empresarial financeira)	311 358	272 206	36 994	1 868	290
Sociedades não financeiras e empresários em nome individual (atividade empresarial não financeira) (discriminadas segundo a finalidade)	2 740 380	2 470 851	265 341	1 909	2 279
- Construção e promoção imobiliária (incluindo terrenos)	79 655	79 655	-	-	-
- Construção de obras de engenharia civil	3 432	3 432	-	-	-
- Restantes finalidades	2 657 293	2 387 764	265 341	1 909	2 279
Grandes empresas	1 081 310	923 778	153 353	1 904	2 275
PME e empresários em nome individual	1 575 983	1 463 986	111 988	5	4
Restantes famílias (discriminado segundo a finalidade)	4 200 068	4 157 970	21 810	8 198	12 090
- Habitação (aquisição e reabilitação)	3 494 737	3 455 569	20 174	8 164	10 830
Consumo	252 360	252 073	169	21	97
- Outras finalidades	452 971	450 328	1 467	13	1 163
<b>TOTAL</b>	<b>10 428 099</b>	<b>9 790 294</b>	<b>598 476</b>	<b>15 275</b>	<b>24 054</b>

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Carimbo:  
CLASSE 8.<sup>a</sup>

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104527

Atividade em Espanha

	Milhares de Euros											
	2025											
	COMUNIDADES AUTÓNOMAS											
	Total	Andaluzia	Castela e Leão	Catalunha	Extremadura	Madrid	C. Valenciana	Múrcia	Outras			
Bancos centrais e instituições de crédito	2 028 097	18 125	71	2 007 793	-	-	-	-	-	-	-	2 108
Administrações Públicas	1 458 906	201 815	-	-	22 584	39 546	-	-	-	-	-	1 161 585
- Administração Central	1 158 252	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1 158 252
- Outras Administrações Públicas	300 654	201 815	-	-	22 584	39 546	-	-	-	-	-	3 333
Outras sociedades financeiras e empresários em nome individual (atividade empresarial financeira)	148 185	17 835	349	935	-	128 760	-	-	-	-	-	305
Sociedades não financeiras e empresários em nome individual (atividade empresarial não financeira) (discriminado segundo a finalidade)	2 385 692	1 781 957	3 137	59 302	53 877	340 525	16 347	60 567	48 184	-	-	5 650
- Construção e promoção imobiliária (incluindo terrenos)	72 248	59 284	-	-	1	7 313	-	-	-	-	-	-
- Construção de obras de engenharia civil	3 785	3 785	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Restantes finalidades	2 309 659	1 718 888	3 137	59 302	53 876	333 212	16 347	60 567	42 534	-	-	-
Grandes empresas	828 507	395 345	2 186	45 692	21 717	250 442	8 244	53 792	39 101	-	-	-
PME e empresários em nome individual	1 481 152	1 323 543	951	13 610	32 159	82 770	8 103	6 775	3 433	-	-	-
Restantes famílias (discriminado segundo a finalidade)	4 773 185	4 610 555	3 188	10 811	9 025	101 490	6 559	3 075	18 319	-	-	-
- Habitação (aquisição e reabilitação)	4 014 303	3 865 477	3 014	9 957	8 054	94 230	6 047	2 589	15 978	-	-	-
Consumo	283 138	279 395	115	245	294	1 809	96	42	724	-	-	-
- Outras finalidades	475 742	465 683	59	609	677	5 451	216	444	1 617	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>10 794 063</b>	<b>6 630 287</b>	<b>6 745</b>	<b>71 048</b>	<b>85 486</b>	<b>2 618 114</b>	<b>22 706</b>	<b>63 642</b>	<b>1 230 501</b>			

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104528

**Atividade em Espanha**

	Mílihares de Euros										
	2024										
	COMUNIDADES AUTÓNOMAS										
Total	Andaluzia	Galiza	C-La Mancha	Castela e Leão	Catalunha	Extremadura	Madrid	C. Valenciana	Múrcia	Outras	
Bancos centrais e instituições de crédito	1 435 109	18 937	-	71	-	-	1 413 684	1 104	-	1 313	
Administrações Públicas	1 454 158	256 334	50 064	-	15 000	29 300	39 466	-	-	1 063 994	
- Administração Central	1 057 327	-	-	-	-	-	-	-	-	1 057 327	
- Outras Administrações Públicas	396 831	256 334	50 064	-	15 000	29 300	39 466	-	-	6 667	
Outras sociedades financeiras e empresários em nome individual (atividade empresarial financeira)	272 206	15 931	-	-	350	1 041	254 473	-	-	411	
Sociedades não financeiras e empresários em nome individual (atividade empresarial não financeira)	2 470 851	1 824 383	5 391	4 164	70 108	55 394	372 788	18 831	70 093	33 141	
- Restantes não financeiras (discriminado segundo a finalidade)	79 655	65 083	-	-	-	1	7 999	-	-	6 572	
- Construção e promoção imobiliária (incluindo terrenos)	3 432	3 390	-	-	-	42	-	-	-	-	
- Construção de obras de engenharia civil	2 387 764	1 755 910	5 391	4 164	70 108	55 351	364 789	18 831	70 093	26 569	
- Restantes finalidades	923 778	439 727	2 500	3 764	54 869	32 417	281 436	8 798	66 781	23 877	
Grandes empresas	1 463 986	1 316 183	2 891	400	15 239	22 934	83 253	10 033	3 312	2 692	
PME e empresários em nome individual	4 157 970	4 058 146	764	2 102	8 706	7 154	59 041	3 606	1 043	12 757	
Restantes famílias (discriminado segundo a finalidade)	3 455 569	3 364 468	660	4 080	7 916	6 772	53 882	3 508	860	11 424	
- Habitação (aquisição e reabilitação)	252 073	249 431	61	152	168	218	1 326	87	37	549	
- Consumo	450 328	444 247	43	419	622	164	3 833	11	146	784	
- Outras finalidades	979 294	6 173 731	56 219	21 209	79 855	91 848	2 139 452	23 541	71 136	1 111 616	
<b>TOTAL</b>											

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104529

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

**7. Remunerações do Conselho de Administração da Caja e ao Presidente, Diretor Geral, Comité de Direção e operações com Partes Relacionadas**

- a) Remunerações estatutárias, outras retribuições, compromissos por pensões e seguros.

Na Assembleia Geral de 26 de junho de 2012, a Caja deliberou a alteração dos seus Estatutos em matéria de retribuições dos Administradores não executivos da Entidade. Os Estatutos aprovados nessa data estabelecem que a retribuição será equivalente ao custo anual de um trabalhador de nível 5 e que aqueles que não participem em nenhuma comissão receberão 25% desse montante. Posteriormente, a Assembleia Geral de 30 de julho de 2013 deliberou reduzir o referido custo anual estabelecido no artigo 31.3 dos Estatutos em 10%, bem como reduzir as senhas de presença em 30%.

Adicionalmente, na Assembleia Geral de 2 de maio de 2019, foram novamente alterados os Estatutos, estabelecendo que pela participação em Conselhos, Comissões ou Comitês e sempre que a demonstração de resultados o permita, os Administradores receberão senhas de presença que, no cômputo anual e por cada Administrador, não poderão exceder a remuneração recebida no ano de 2018, acrescida do montante resultante da multiplicação do valor unitário da senha de presença fixada para o referido período pelo número de reuniões de órgãos sociais em que o Administrador participe posteriormente, acrescido de 10% e atualizado de acordo com o IPC, sem prejuízo da respetiva quilometragem. O limite máximo da retribuição fixada será aplicável tanto aos atuais Administradores como aos que venham a integrar o Conselho posteriormente.

As referidas previsões não serão aplicáveis ao Presidente, o qual se regerá exclusivamente pelo disposto no artigo 26.2 dos Estatutos.

Em caso de participação em reuniões dos Órgãos de Governo de outras Entidades, incluindo as do Grupo, em nome ou por designação da Caja, os membros do Conselho receberão diretamente os montantes estabelecidos por aquelas Entidades, a tais títulos, e a Caja pagar-lhes-á a diferença, se aplicável. Para além destas, poderão ser recebidas outras, mediante aprovação de um plano pelo Conselho.

O gasto registado na demonstração de resultados dos exercícios de 2025 e 2024, a título de senhas de presença e quilometragem recebidas pelos Administradores não executivos da Caja, ascende a 808 e 853 milhares de euros, respetivamente, e a título de retribuição, o gasto registado na demonstração de resultados dos exercícios de 2025 e 2024 ascende a 337 e 538 milhares de euros, respetivamente.

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104530

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

Os gastos referidos nos números anteriores são desagregados da seguinte forma:

Nome	Comissão	Milhares de Euros			
		Fundación Remuneração	Caja Rural Remuneração	2025 Ajudas de	Quilometraje
D. José Luis García-Palacios Alvarez	Presidente.	258	337	-	-
D. Ricardo López-Crespo Delgado	Delegada.	-	-	63	3
D. Francisco José Bernal Muñoz	Nomeações, Remuneração, Eficiência e Expansão, e Riscos.	-	-	54	0
D. José María Calero Muñoz	Agricultura e Auditoria.	-	-	54	2
D. Francisco Contreras Santana	Agricultura, Auditoria e Riscos.	-	-	55	1
D. Alberto Garrocho Robles	Agricultura.	-	-	51	1
D. Pablo González del Corral Martín	Delegada e Agricultura.	-	-	79	3
D.ª Yolanda Pelayo Díaz	Delegada e Riscos.	-	-	66	2
D. Antonio Torres Conde	Delegada, Auditoria, Nomeações, Remuneração, Eficiência e Expansão	-	-	71	3
D.ª Rocío Acosta Ferrero	Auditoria, Nomeações, Remuneração, Eficiência e, Expansão e Riscos.	-	-	59	-
D. Gabriel Villegas Escobar	Agricultura.	-	-	52	1
D. Darío Candan del Cid	Riscos, Nomeações, Remuneração, Eficiência e Expansão, e Agricultura.	-	-	57	-
D.ª María del Valle Novales de la Escalera	Auditoria, Nomeações, Remuneração, Eficiência e Expansão.	-	-	56	-
D.ª Macarena Pérez-Miyares Travieso	Delegada, Auditoria, Riscos, Nomeações, Remuneração, Eficiência e Expansão, e Agricultura.	-	-	74	-
		258	337	791	17

(a) Adicionalmente, foram registados 19,3 milhares de euros a título de remuneração em espécie, sendo o montante correspondente a cada Administrador de 1,38 milhares de euros.

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104531

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

Nome	Comissão	Milhares de Euros			
		Fundación Remuneração	Caja Rural Remuneração (a)	2024 Ajudas de Quilometrage	
D. José Luis García-Palacios Alvarez	Presidente.	99	538	-	-
D. Ricardo López-Crespo Delgado	Executiva, Delegada, Agricultura	-	-	69	4
D. Francisco José Bernal Muñoz	Executiva, Nomeações, Remuneração, Eficiência e Expansão, e Riscos.	-	-	59	-
D. José María Calero Muñoz	Executiva, Agricultura e Auditoria.	-	-	51	2
D. Francisco Contreras Santana	Executiva, Agricultura, Auditoria e Riscos.	-	-	53	1
D. Alberto Garrocho Robles	Executiva e Agricultura.	-	-	55	1
D. Pablo González del Corral Martín	Executiva, Delegada e Agricultura.	-	-	82	3
D.ª Yolanda Pelayo Díaz	Executiva, Delegada e Riscos.	-	-	72	3
D. Antonio Torres Conde	Executiva, Delegada, Auditoria, Nomeações, Remuneração, Eficiência e Expansão.	-	-	76	3
D.ª Rocio Acosta Ferrero	Executiva, Auditoria, Nomeações, Remuneração, Eficiência e Expansão, e Riscos.	-	-	64	1
D. Gabriel Villegas Escobar	Executiva e Agricultura.	-	-	56	1
D. Darío Candan del Cid	Executiva, Riscos, Nomeações, Remuneração, Eficiência e Expansão, e Agricultura	-	-	61	-
D.ª María del Valle Novales de la Escalera	Executiva, Auditoria, Nomeações, Remuneração, Eficiência e Expansão.	-	-	61	-
D.ª Macarena Pérez-Miyares Travieso	Executiva, Delegada, Auditoria, Riscos, Nomeações, Remuneração, Eficiência e Expansão, e Agricultura	-	-	75	-
		99	538	834	19

(a) Adicionalmente, foram registados 15,3 milhares de euros a título de remuneração em espécie, sendo o montante correspondente a cada Administrador de 1,09 milhares de euros.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não existia passivo atuarial registado por retribuições pós-emprego acumuladas relativas aos atuais e antigos Administradores da Caja. Não existe passivo atuarial correspondente ao Presidente da Caja por essa possibilidade não estar expressamente prevista nos estatutos sociais.

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104532

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

b) Remunerações do Diretor Geral e do Comité de Direção.

Para estes efeitos, incluem-se o Diretor Geral e o Comité de Direção, aos quais corresponderam retribuições brutas acumuladas de 3 892 e 4 008 milhares de euros anuais nos exercícios de 2025 e 2024, respetivamente, conforme o quadro seguinte:

		Milhares de Euros			
Número de pessoas		Remunerações salariais		Outras Remunerações	Total
		Fixas	Variáveis*		
2025	12	2 065	1 215	612	3 892
2024	12	1 933	1 369	707	4 008

(\*) *Corresponde ao montante do incentivo anual acumulado em 2025, o qual será pago em 2026, ficando diferido o montante de 856 milhares de euros. Corresponde ao montante do incentivo anual acumulado em 2024, o qual foi pago em 2025, ficando diferido o montante de 964 milhares de euros. Os incentivos plurianuais são referidos na alínea c) da presente nota.*

(\*\*) *Inclui contribuições efetuadas para o plano de pensões dos trabalhadores.*

Composição das retribuições:

- **Fixas:** Foram consideradas todas as componentes previstas no Contrato Coletivo de Trabalho, bem como outras de natureza voluntária, com permanência fixa em razão dos cargos desempenhados.
- **Variáveis:** Incluem-se os incentivos anuais, rubricas que dependem da produtividade e da evolução dos resultados da Caja. Quanto aos incentivos plurianuais, são referidos na alínea c) da presente nota.
- **Outras retribuições:** As estabelecidas em razão de circunstâncias de mobilidade, tais como quilometragem, subsídio de habitação e seguros de vida e acidentes.

O passivo atuarial registado pelas retribuições pós-emprego (custo dos serviços passados) acumuladas pelo Diretor Geral e pelos membros do Comité de Direção da Caja ascende, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a 602 e 456 milhares de euros, respetivamente. Durante os exercícios de 2025 e 2024, a Caja efetuou contribuições e prémios de seguro para manutenção do sistema de previdência social no montante de 115 e 131 milhares de euros, respetivamente.

O detalhe do gasto na demonstração de resultados dos exercícios de 2025 e 2024 a título de seguros de vida e acidentes, em que o Diretor Geral e o Comité de Direção são beneficiários ou tomadores, ascende a 50 e 53 milhares de euros, respetivamente.

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104533

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

c) Outras remunerações a longo prazo.

Relativamente a outras remunerações a longo prazo, a Caja aprovou um Plano de Incentivos no qual se estabelecem uma série de objetivos plurianuais para um Grupo Identificado, cujo grau de cumprimento será avaliado na data final, tendo em conta o comportamento das métricas durante os três anos anteriores. A Caja registou o montante de 812 e 880 milhares de euros na demonstração de resultados, como estimativa acumulada em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respetivamente.

d) Limitação de concorrência e outros compromissos contratuais do Presidente, dos Administradores, do Diretor Geral e do Comité de Direção.

A Caja tem registada uma provisão para fazer face às obrigações assumidas perante os membros do Conselho, a qual ascendia, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a 2.346 e 2.205 milhares de euros, respetivamente, conforme indicado na Nota 32. Para o Diretor Geral e determinados membros do Comité de Direção, existe um montante registado em 31 de dezembro de 2025 e 2024, de 7 750 e 7 111 milhares de euros, respetivamente. O referido montante encontra-se registado na conta de "Outros fundos" dentro de "Restantes provisões" (ver Nota 32).

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104534

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

e) Partes relacionadas

Os saldos registados nos balanços em 31 de dezembro de 2025 e 2024 com origem em operações com Empresas do Grupo e associadas, Administradores, Presidente, Comité de Direção, bem como com pessoas relacionadas com estes, são os seguintes:

Nome	2025			2024		
	Empresas do Administrad Grupo, associadas e emprendim entos conjuntos	ores, Presidente, Diretor Geral e Comité de	Outras partes relacionadas	Empresas do Administrad Grupo, associadas e emprendim entos conjuntos	ores, Presidente, Diretor Geral e Comité de Direção	Outras partes relacionadas
<b>Ativo:</b>						
Empréstimos e adiantamentos (*)	24 275	2 719	88 317	24 275	3 311	89 849
Outros ativos	72	-	-	164	-	-
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral			178 366			167 638
Investimentos em subsidiárias, emprendimentos conjuntos e associadas (**)	1 720	-	-	1 720	-	-
<b>Passivo:</b>						
Passivos ao custo amortizado — Depósitos de clientes	10 535	2 313	61 606	8 010	3 005	58 723
Contribuições para o capital social		963	3 894	-	1 046	3 837
<b>Contas extrapatrimoniais:</b>						
Garantias e compromissos contingentes prestados		208	491		195	379

(\*) Na rubrica "Empréstimos e adiantamentos" é apresentado o valor bruto do financiamento concedido à Sociedad de Gestión de Activos Grupo Caja Rural del Sur, S.A. U., para a adjudicação de imóveis. As correções de valor, não incluídas nos referidos saldos, do financiamento concedido à Sociedad de Gestión de Activos Grupo Caja Rural del Sur, S.A. U., ascendem a 11 457 milhares de euros em 31 de dezembro de 2025 (13 078 milhares de euros em 31 de dezembro de 2024).

(\*\*) Na rubrica "Investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas" é apresentado o valor bruto da participação na Sociedad de Gestión de Activos Grupo Caja Rural del Sur, S.A. U., sendo o valor líquido contabilístico zero em ambos os exercícios.

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104535

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

As deliberações sobre operações ou serviços cooperativizados a favor dos membros do Conselho de Administração da Caja, das Comissões Delegadas dos restantes órgãos estatutários, da Direção-Geral, ou dos familiares de qualquer destes até ao segundo grau de consanguinidade ou afinidade, serão tomadas por votação secreta, mediante inclusão prévia na ordem de trabalhos, e por maioria não inferior a dois terços do total de Administradores, não podendo o interessado participar na votação.

As condições das operações cooperativizadas aplicáveis às partes relacionadas serão as de mercado. Não obstante, serão consideradas como referência, para cada modalidade de operação, as estabelecidas para os clientes preferenciais, acrescidas de um spread de juros e comissões. Em matéria de garantias aplicar-se-á, sem exceção, o manual de riscos da Entidade. Adicionalmente, para além dos conflitos de interesse legalmente previstos, abster-se-ão de propor a aplicação de exceções sobre operações a conceder a qualquer pessoa com a qual tenham qualquer vínculo de parentesco ou afinidade, ou mantenham relações comerciais ou de amizade.

#### 8. Contratos de agência

A lista de agentes em 31 de dezembro de 2025 e 2024, exigida pelo artigo 21 do Real Decreto 84/2015, de 13 de fevereiro, do Ministério da Economia e competitividade é incluída infra:

Denominação social	Âmbito geográfico	Âmbito
Almazara de la Subbética, S. Coop. And.	Córdoba	Representação de caráter geral para operações e serviços bancários.
S. Coop. Andaluza Campo de Tejada	Huelva	Representação de caráter geral para operações e serviços bancários.
Aceites de San Benito, S. Coop. And.	Jaén	Representação de caráter geral para operações e serviços bancários.

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104536

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

**9. Requisitos de transparência m relação ao financiamento da construção, da promoção imobiliária, do financiamento da aquisição de habitação de ativos adquiridos para pagamento de dívidas, bem como da avaliação das necessidades de financiamento nos mercados**

a) Informação qualitativa sobre políticas e estratégias de gestão dos ativos relativamente a este sector.

Tendo em conta a situação do mercado hipotecário em geral, e com vista a reforçar ainda mais os esforços desenvolvidos até à data junto deste sector, foram desenvolvidas as seguintes ações:

- Acompanhamento contínuo e permanente destes mutuários.
- Prestação de assessoria para coordenar as ações que permitam a conclusão das obras em curso.
- Colaborar com quem o tiver solicitado, na dinamização das vendas, através da nossa rede de balões, colocando à sua disposição novos suportes, designadamente um dossier especializado, um catálogo, etc.
- Caso os imóveis passem a integrar o plano de vendas, realizar uma análise individualizada de cada imóvel, realçando os principais aspetos do bem com vista a facilitar a venda.

b) Informação qualitativa relativa às necessidades e estratégias de financiamento nos mercados.

A Caja não realizou qualquer emissão nos mercados de capitais, à exceção da efetuada através de titularizações, as quais não representam compromissos de reembolsos futuros, uma vez que os vencimentos são simétricos aos dos empréstimos subjacentes, pelo que a Caja não tem de fazer face, neste sentido, a qualquer vencimento a curto, médio ou longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2025, a Entidade mantinha um stock de ativos elegíveis para a obtenção de financiamento junto do Banco Central Europeu, através do Banco de Espanha, no montante de 1 771 971 milhares de euros, e de 1 627 174 milhares de euros em 31 de dezembro de 2024, após desconto.

c) Informação quantitativa sobre o financiamento à construção, à promoção imobiliária e à aquisição de habitação, bem como sobre os ativos recebidos em pagamento de dívidas.

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104537

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o detalhe do financiamento destinado à construção e promoção imobiliária e das respectivas coberturas é o seguinte:

	2025			2024		
	Milhares de Euros			Milhares de Euros		
	Valor contabilístico bruto	Excesso da exposição bruta sobre o montante máximo recuperável das garantias reais efetivas	Imparidade acumulada	Valor contabilístico bruto	Excesso da exposição bruta sobre o montante máximo recuperável das garantias reais efetivas	Imparidade acumulada
<b>Financiamento à construção e promoção imobiliária (incluindo terrenos) (negócios em Espanha)</b>	68 161	22 388	(2 607)	75 956	24 297	(6 236)
<i>Das quais: com incumprimentos/duvidosos</i>	1 186	480	(1 075)	8 313	1 760	(4 602)
<b>Informação complementar</b>						
Ativos abatidos ao ativo	267			211		

Informação complementar:	2025	2024
	Milhares de Euros	Milhares de Euros
Empréstimos e adiantamentos a clientes, excluídas as Administrações Públicas (negócios totais) (valor contabilístico) (ver Notas 22 e 23)	7 460 012	6 877 215
Total ativo (negócios totais) (valor contabilístico)	11 693 600	10 625 463
Imparidade e provisões de empréstimos e adiantamentos para exposições classificadas como normais (negócios totais) (ver Nota 22.c)	(128 657)	(146 767)

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104538

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

O detalhe da rubrica do financiamento destinado à construção e promoção imobiliária, operações registadas pelas instituições de crédito (negócios em Espanha), em 31 de dezembro de 2025 e 2024, é o seguinte:

	Milhares de Euros	
	Valor contabilístico bruto	
	2025	2024
Sem garantia hipotecária	15 908	16 798
Com garantia hipotecária	52 253	59 158
Edifícios e outras construções terminadas	32 649	27 892
Habitação	24 901	19 305
Resto	7 748	8 587
Edifícios e outras construções em construção	12 336	27 396
Habitação	10 244	26 561
Resto	2 092	835
Terrenos	7 268	3 870
Terrenos urbanos consolidados	6 361	2 843
Outros terrenos	907	1 027
<b>Total</b>	<b>68 161</b>	<b>75 956</b>

A Entidade, com base no princípio da prudência na gestão do risco de crédito, realiza revisões e estabelece sistemas de alerta no acompanhamento, relativos às classificações dos terrenos que servem de garantia em operações de empréstimos e adiantamentos a clientes promotores destinadas à promoção de habitação. Caso exista alguma alteração na classificação, alteração do PGOU, falta de desenvolvimento urbanístico ou qualquer outra circunstância que possa implicar ou provocar a mudança ou variação do uso, é realizada a respetiva reclassificação, passando de "Terrenos urbanizados" a "Outros terrenos", aplicando-se as consequências decorrentes de tal reafetação.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o detalhe do crédito a famílias para aquisição de habitação, operações registadas pelas instituições de crédito (negócios em Espanha), é o seguinte:

	Milhares de Euros			
	2025		2024	
	Valor contabilístico bruto	Dos quais: Com incumprimentos/duvidosos	Valor contabilístico bruto	Dos quais: Com incumprimentos/duvidosos
Empréstimos para aquisição de habitação (*):				
Sem garantia hipotecária	11 535	127	11 642	195
Com garantia hipotecária	3 965 051	37 785	3 423 100	40 116
<b>Total</b>	<b>3 976 586</b>	<b>37 912</b>	<b>3 434 742</b>	<b>40 311</b>

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104539

Carimbo:  
CLASSE 8.<sup>a</sup>

*Não inclui reparação e reabilitação de habitações*

O detalhe do crédito com garantia hipotecária a famílias para aquisição de habitação, segundo a percentagem que o risco total representa face ao montante da última avaliação ou valoração da garantia disponível (LTV), operações registadas pelas instituições de crédito (negócios em Espanha), em 31 de dezembro de 2025 e 2024, é o seguinte:

2025	Milhares de Euros				
	Intervalos LTV				
	LTV ≤ 40%	40% < LTV ≤ 60%	60% < LTV ≤ 80%	80% < LTV ≤ 100%	LTV > 100%
<b>Valor bruto</b>	512 555	1 043 800	1 787 918	498 728	122 050
<i>Dos quais duvidosos</i>	4 866	8 010	10 807	6 503	7 500

2024	Milhares de Euros				
	Intervalos LTV				
	LTV ≤ 40%	40% < LTV ≤ 60%	60% < LTV ≤ 80%	80% < LTV ≤ 100%	LTV > 100%
<b>Valor bruto</b>	447 027	865 147	1 507 492	430 876	172 558
<i>Dos quais duvidosos</i>	4 227	7 562	11 727	5 987	10 613

Quanto aos ativos executados ou recebidos em pagamento de dívidas da Caja, bem como às exposições perante entidades detentoras de ativos imobiliários executados ou recebidos em pagamento de dívidas, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o detalhe é o seguinte:

	Milhares de Euros	
	2025	
	Valor contabilístico bruto	Imparidade acumulada
Ativos executados ou recebidos em pagamento de dívidas (Nota 25)	7 181	(6 761)
Ativos imobiliários provenientes de financiamentos destinados a empresas de construção e promoção imobiliária	1 769	(1 764)
Edifícios e outras construções terminadas	224	(219)
Habitação	181	(181)
Resto	43	(38)
Edifícios e outras construções em construção	-	-
Terrenos	1 545	(1 545)
Terrenos urbanos consolidados	1 545	(1 545)
Outros terrenos	-	-
Ativos imobiliários provenientes de financiamentos hipotecários a famílias para aquisição de habitação	1 497	(1 308)
Outros ativos imobiliários executados ou recebidos em pagamento de dívidas	3 915	(3 689)
Instrumentos de capital de entidades detentoras de ativos imobiliários executados ou recebidos em pagamento de dívidas (Nota 26)	1 720	(1 720)
Financiamento a entidades detentoras de ativos imobiliários executados ou recebidos em pagamento de dívidas	24 275	(11 457)

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104540

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

	Milhares de Euros	
	2024	
	Valor contabilístico bruto	Imparidade acumulada
Ativos executados ou recebidos em pagamento de dívidas (Nota 25)	9 603	(8 650)
Ativos imobiliários provenientes de financiamentos destinados a empresas de construção e promoção imobiliária	1 769	(1 764)
Edifícios e outras construções terminadas	224	(219)
Habitação	181	(181)
Resto	43	(38)
Edifícios e outras construções em construção	-	-
Terrenos	1 545	(1 545)
Terrenos urbanos consolidados	1 545	(1 545)
Outros terrenos	-	-
Ativos imobiliários provenientes de financiamentos hipotecários a famílias para aquisição de habitação	1 660	(1 547)
Outros ativos imobiliários executados ou recebidos em pagamento de dívidas	6 174	(5 339)
Instrumentos de capital de entidades detentoras de ativos imobiliários executados ou recebidos em pagamento de dívidas (Nota 26)	1 720	(1 720)
Financiamento a entidades detentoras de ativos imobiliários executados ou recebidos em pagamento de dívidas	24 275	(13 078)

#### 10. Informações sobre diferimentos de pagamentos a fornecedores. Disposição Adicional Terceira - Dever de informação previsto na Lei 15/2010, de 5 de julho

Em 5 de julho de 2010 foi publicada a Lei 15/2010, que altera a Lei 3/2004, de 29 de dezembro, pela qual se estabelecem medidas de combate aos atrasos de pagamento nas operações comerciais.

Entre outros aspetos, a referida norma suprime a possibilidade de um "pacto entre as partes", no que respeita à ampliação do prazo de pagamento a fornecedores, em resposta às repercussões financeiras da crise económica em todos os setores, traduzidas num aumento de incumprimentos, atrasos e prorrogações na liquidação de faturas vencidas, que afeta com particular gravidade as pequenas e médias empresas pela sua grande dependência do crédito a curto prazo e pelas limitações de tesouraria no atual contexto económico. Além disso, para combater estas dificuldades, a Lei fixa um diferimento geral máximo entre empresas, de 60 dias de calendário, a contar da data de entrega das mercadorias ou da prestação dos serviços, que entrou em vigor em 1 de janeiro de 2013.

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104541

Carimbo:  
CLASSE 8.<sup>a</sup>

Adicionalmente, a Disposição Adicional Terceira da referida norma indica que as sociedades deverão publicar de forma expressa as informações sobre prazos de pagamento aos seus fornecedores nas notas das demonstrações financeiras anuais individuais e consolidadas. Apresenta-se em seguida a informação exigida sobre o prazo médio de pagamento a fornecedores relativa aos exercícios de 2025 e 2024:

	2025	2024
	Dias	Dias
Prazo médio de pagamento a fornecedores	14	14
Rácio de operações pagas	14	13
Rácio de operações pendentes de pagamento	6	22

	Montante (Milhares de Euros)	Montante (Milhares de Euros)
Total de pagamentos realizados	94 882	118 006
Total de pagamentos pendentes	2 723	5 400

Volume monetário de faturas pagas num prazo inferior ao máximo estabelecido pela legislação em matéria de atrasos de pagamento	94 882	118 006
Percentagem que os pagamentos inferiores a esse máximo representam sobre o volume total faturado	97,21%	95,62%
Faturas pagas num prazo inferior ao máximo estabelecido pela legislação em matéria de atrasos de pagamento	48 218	48 586
Percentagem sobre o total de faturas	99,60%	99,05%

## 11. Fundo de Garantia dos Depósitos e Fundo Único de Resolução

### *Fundo de Garantia dos Depósitos*

A Caja encontra-se integrada no Fundo de Garantia dos Depósitos de Entidades de Crédito.

O gasto registado a este título correspondente ao exercício de 2025 ascende a 38 milhares de euros.

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104542

Carimbo:  
CLASSE 8.<sup>a</sup>

As contribuições anuais para o Fundo de Garantia dos Depósitos (F.G.D.E.C.) são efetuadas, em conformidade com o disposto no Real Decreto 2606/1996, de 20 de dezembro, sobre "Fondos de Garantía de Depósitos", de acordo com a redação dada pelo Real Decreto 948/2001, de 3 de agosto, pela Circular 4/2001, de 24 de setembro, e pelo Real Decreto 1642/2008, de 10 de outubro. A Comissão Gestora do Fundo de Garantia de Depósitos de entidades de crédito, ao abrigo do disposto no artigo 6 do Real Decreto-Lei 16/2011 e no artigo 3 do Real Decreto 2606/1996, fixa a contribuição a realizar para o conjunto das entidades aderentes ao compartimento de garantia de depósitos; para os exercícios de 2025 e 2024 não foi exigida qualquer contribuição. Adicionalmente, a contribuição para o compartimento de garantia de valores mobiliários foi fixada em 2 por mil sobre 5% do montante garantido dos valores mobiliários e outros instrumentos financeiros em 31 de dezembro de cada ano.

#### *Fundo Único de Resolução*

No âmbito do processo de criação de um mercado interno de serviços bancários na União Europeia, a Diretiva 2014/59/UE estabelece um quadro de supervisão centralizada cujo primeiro passo foi a criação do Mecanismo Único de Supervisão, criado pelo Regulamento (UE) n.º 1024/2013 do Conselho Europeu (o MUS), cujos objetivos são garantir que a política da União em matéria de supervisão prudencial das instituições de crédito seja aplicada de forma coerente e eficaz, velar pela aplicação homogénea do código normativo único dos serviços financeiros às instituições de crédito dos Estados-Membros da Zona Euro e dos Estados-Membros não pertencentes a essa zona que optem por participar no MUS, e assegurar que essas instituições de crédito sejam objeto de uma supervisão da máxima qualidade.

No âmbito deste processo de integração ao nível da supervisão e resolução de instituições de crédito, o Regulamento (UE) n.º 806/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho estabelece um procedimento uniforme para a resolução de instituições de crédito e de determinadas empresas de serviços de investimento, no quadro de um Mecanismo Único de Resolução (o MUR) que reforce a imagem de solvência deste tipo de entidades a nível europeu.

Como instrumento fundamental para o adequado funcionamento do MUR, o Regulamento (UE) n.º 806/2014 introduz a constituição de um Fundo Único de Resolução (o FUR). Este fundo constitui-se inicialmente através das contribuições *ex-ante* das entidades abrangidas pelo quadro de supervisão do MUS, cobradas com periodicidade anual.

O Regulamento Delegado (UE) 2015/63 desenvolve uma metodologia homogénea para o cálculo das contribuições para o FUR. As contribuições têm caráter anual e o seu montante para cada entidade é determinado pelas autoridades de resolução competentes em cada Estado-membro em função da dimensão da entidade e do seu perfil de risco.

Toda esta norma a nível europeu é transposta para o ordenamento jurídico espanhol através da Lei 11/2015, de 18 de junho, de recuperação e resolução de instituições de crédito e empresas de serviços de investimento. Entre outras questões, esta lei designa o "Fondo de Reestructuración Ordenada Bancaria" (FROB) como autoridade de resolução competente no Estado espanhol. Por conseguinte, o FROB é o organismo responsável pelo cálculo e pela cobrança das contribuições para o FUR das instituições de crédito espanholas, bem como de determinadas empresas de serviços de investimento abrangidas pelo âmbito de aplicação da referida lei.

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104543

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

Durante os exercícios de 2025 e 2024, não foi exigida qualquer contribuição ordinária no que respeita ao Fundo Único de Resolução.

## 12. Honorários de auditoria

O montante dos honorários pagos à Ernst & Young, S.L. pela auditoria das contas anuais da Caja relativas aos exercícios de 2025 e 2024 ascendeu a 84 e 81 milhares de euros, respetivamente. Adicionalmente, a Ernst & Young, S.L. faturou durante os exercícios de 2025 e 2024 honorários por serviços distintos dos de auditoria das contas anuais no montante de 5 e 13 milhares de euros, respetivamente.

Por outro lado, outras entidades afiliadas à Ernst & Young não faturaram à Caja honorários nem gastos com serviços profissionais em 2025 e 2024.

A informação relativa aos serviços de auditoria das contas e aos serviços distintos da auditoria das contas prestados pela Ernst & Young, S.L. às sociedades controladas pela Caja Rural del Sur, Sociedad Cooperativa de Crédito durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 consta das contas anuais consolidadas do Grupo Caja Rural del Sur, Sociedad Cooperativa de Crédito em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, respetivamente.

## 13. Acontecimentos posteriores

Após 31 de dezembro de 2025 e até à data de formulação das suas contas anuais pelo Conselho de Administração da Entidade, não ocorreu qualquer facto significativo que devesse ser incluído nas contas anuais anexas para que estas mostrem adequadamente a imagem verdadeira do património, da situação financeira e dos resultados da Entidade.

## 14. Princípios e normas contabilísticas e critérios de mensuração aplicados

Os princípios e normas contabilísticas e critérios de mensuração mais significativos aplicados na elaboração das presentes contas anuais descrevem-se em seguida:

### a) Princípio da continuidade

Na elaboração das contas anuais considerou-se que a gestão da Caja continuará no futuro previsível. Por conseguinte, a aplicação das normas contabilísticas não visa determinar o valor do capital próprio para efeitos da sua transmissão global ou parcial, nem o montante resultante em caso de liquidação.

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104544

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

b) Princípio do acréscimo

As presentes contas anuais, com exceção, quando aplicável, da demonstração dos fluxos de caixa, foram elaboradas em função do fluxo real de bens e serviços, independentemente da data do respetivo pagamento ou recebimento.

c) Compensação de saldos

Apenas se compensam entre si, e, como tal, são apresentados no balanço pelo seu valor líquido, os saldos devedores e credores com origem em transações que, contratualmente ou por imperativo de uma norma legal, contemplem a possibilidade de compensação e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou de realizar o ativo e liquidar o passivo de forma simultânea.

d) Outros princípios gerais e informação ambiental

As contas anuais foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, embora modificado pela reavaliação, quando aplicável, de terrenos e edificações, ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros (incluindo derivados) ao justo valor.

A preparação das contas anuais exige o recurso a determinadas estimativas contabilísticas. Adicionalmente, exige à Direção que exerça o seu juízo no processo de aplicação das políticas contabilísticas da Caja. As referidas estimativas podem afetar o montante dos ativos e passivos e o detalhe dos ativos e passivos contingentes à data das contas anuais, bem como o montante dos rendimentos e gastos durante o período das contas anuais. Embora as estimativas se baseiem no melhor conhecimento que a Direção tem das circunstâncias atuais e previsíveis, os resultados finais podem divergir destas estimativas.

Dada a atividade principal a que se dedica a Caja, esta não tem responsabilidades, gastos, ativos, nem provisões e contingências de natureza ambiental que possam ser significativos no que respeita ao património, à situação financeira e aos resultados da Caja. Por este motivo, não se incluem divulgações específicas no presente relatório relativamente a informação sobre questões ambientais.

e) Derivados financeiros

Os derivados financeiros são instrumentos que, para além de proporcionarem uma perda ou um ganho, podem permitir, sob determinadas condições, compensar a totalidade ou parte dos riscos de crédito e/ou de mercado associados a saldos e transações, utilizando como elementos subjacentes taxas de juro, determinados índices, os preços de alguns títulos, as taxas de câmbio cruzadas de diferentes moedas ou outras referências similares. A Caja utiliza derivados financeiros negociados bilateralmente com a contraparte fora de mercados organizados (OTC).

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104545

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

Os derivados financeiros são utilizados para negociar com clientes que os solicitam, para a gestão dos riscos das posições próprias da Caja (derivados de cobertura) ou para beneficiar das variações nos respetivos preços. Os derivados financeiros que não possam ser considerados de cobertura são considerados derivados de negociação.

Como se indicava na Nota 2.b), a Entidade optou, desde 31 de dezembro de 2025, por aplicar os critérios da contabilidade de cobertura previstos nos pontos 3 a 27 da Circular 4/2017.

Adicionalmente, dada a inexistência de um quadro normativo específico para as macrocoberturas no âmbito da IFRS 9, o Grupo continua a aplicar o quadro vigente estabelecido nos termos da IAS 39 para as operações de macrocoberturas. Deste modo, em 31 de dezembro, o Grupo opera ao abrigo de dois quadros normativos com características comuns (IAS 39 para macrocoberturas e IFRS 9 para microcoberturas) até que o International Accounting Standards Board (IASB, sigla em inglês) conclua o projeto para desenvolver um quadro específico para a contabilidade de macrocoberturas.

#### *Designação das relações de cobertura*

Para que estas coberturas económicas possam ser reconhecidas como coberturas contabilísticas, devem cumprir determinados requisitos estabelecidos pela norma. Tais requisitos incluem a identificação clara dos elementos cobertos e dos instrumentos de cobertura, a avaliação da eficácia da cobertura ao longo do tempo e a documentação adequada que sustente a intenção da entidade de gerir o seu risco através destes instrumentos. Apenas quando estes critérios se encontram satisfeitos podem os derivados financeiros ser contabilizados como coberturas contabilísticas, permitindo um tratamento contabilístico que reflita de forma mais adequada a estratégia de gestão de riscos da entidade. Quando a Caja designa uma operação como de cobertura, fá-lo desde o momento inicial das operações ou dos instrumentos incluídos na referida cobertura, documentando-a devidamente. Na documentação destas operações de cobertura identificam-se adequadamente o instrumento ou instrumentos cobertos e o instrumento ou instrumentos de cobertura, além da natureza do risco que se pretende cobrir, bem como os critérios ou métodos seguidos pela Caja para avaliar a eficácia da cobertura ao longo de toda a sua duração, atendendo ao risco que se pretende cobrir.

A Caja apenas considera como operações de cobertura aquelas que são consideradas altamente eficazes ao longo da sua duração. Uma cobertura considera-se altamente eficaz se, durante o prazo previsto da sua duração, as variações produzidas no justo valor ou nos fluxos de caixa atribuídos ao risco coberto na operação de cobertura do instrumento ou dos instrumentos financeiros cobertos forem compensadas, na sua quase totalidade, pelas variações no justo valor ou nos fluxos de caixa, consoante o caso, do instrumento ou dos instrumentos de cobertura.

A Caja realizou coberturas de justo valor, ou seja, aquelas que cobrem a exposição à variação no justo valor de ativos e passivos financeiros ou de compromissos firmes ainda não reconhecidos, ou de uma porção identificada dos referidos ativos, passivos ou compromissos firmes, atribuível a um risco em particular e desde que afetem a demonstração de resultados, e coberturas de fluxos de caixa, ou seja, de alterações nos fluxos de caixa estimados com origem nos ativos e passivos financeiros e transações altamente prováveis que uma entidade prevê realizar (Nota 24).

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104546

Carimbo:  
CLASSE 8.<sup>a</sup>

#### *Eficácia das coberturas*

De acordo com os critérios da IFRS 9, a eficácia avalia-se de forma prospetiva mediante uma análise qualitativa das componentes principais, de modo que se garanta que a relação de cobertura cumpre todos os requisitos:

- Existe uma relação económica entre o elemento coberto e o instrumento de cobertura (por exemplo, nominal, data de vencimento, taxa de juro, etc.).
- O risco de crédito não exerce um efeito dominante sobre as variações de valor do elemento coberto nem do instrumento de cobertura (por exemplo, avaliação do rating da obrigação, da existência de acordos de compensação, colateralização e netting em câmaras, etc.).
- O rácio de cobertura está alinhado com a relação económica entre o elemento coberto e o instrumento de cobertura e é consistente com a quantidade de risco coberto pela Caja.

Até à data de transição para os critérios da IFRS 9, a eficácia das coberturas contabilísticas era medida tanto de forma retrospectiva como prospetiva, de modo a manter-se dentro de um intervalo entre 80% e 125%.

A ineficácia das coberturas, definida como a diferença entre a variação de valor do instrumento de cobertura e do elemento coberto em cada período, atribuível ao risco coberto, é reconhecida na demonstração de resultados.

A referida ineficácia será gerada principalmente pelos seguintes motivos: desajustes nos termos críticos, utilização de diferentes curvas de desconto entre instrumento de cobertura e elemento coberto, designação de uma relação de cobertura posteriormente à data de início do derivado de cobertura.

#### *Descontinuação da contabilidade de cobertura*

A Caja descontinua a contabilização das operações de cobertura como tais quando o instrumento de cobertura vence ou é vendido, quando a operação de cobertura deixa de cumprir os requisitos exigidos para o efeito ou quando se revoga a sua qualificação como operação de cobertura.

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104547

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

No entanto, se uma cobertura deixar de cumprir o requisito do rácio de cobertura mas se mantiver o objetivo de gestão do risco, a Caja ponderará ajustar o rácio de cobertura para voltar a cumprir os requisitos de eficácia. Esta prática permitida nos termos da norma IFRS 9 é conhecida como reequilíbrio da relação de cobertura.

#### *Contabilização das operações de cobertura contabilística*

As variações que se produzem posteriormente à designação da cobertura, na mensuração dos instrumentos financeiros designados como elementos cobertos e dos instrumentos financeiros designados como instrumentos de cobertura contabilística, são registadas da seguinte forma:

- Nas coberturas de justo valor, as diferenças produzidas no justo valor do derivado e do instrumento coberto, atribuíveis ao risco coberto, são reconhecidas diretamente no capítulo "Ganhos (perdas) resultantes da contabilidade de cobertura, líquidos" da demonstração de resultados; utilizando como contrapartida as rubricas do balanço onde se encontra registado o elemento de cobertura ("Derivados - contabilidade de cobertura") ou o elemento coberto, consoante seja aplicável, exceto no caso de coberturas de taxa de juro, caso em que as diferenças de valor são reconhecidas no capítulo "Juros e rendimentos similares" ou "Encargos com juros" da demonstração de resultados.

Como exceção à contabilidade geral nos termos da IFRS 9, no caso das coberturas de justo valor sobre instrumentos de capital próprio registados ao justo valor através de outro rendimento integral, as diferenças produzidas no justo valor do derivado registam-se em "Outro rendimento integral acumulado", permitindo assim minimizar o impacto nos resultados do período.

- Nas coberturas de fluxos de caixa, as diferenças de valor surgidas na parte de cobertura eficaz dos elementos de cobertura registam-se transitariamente na rubrica "Outro rendimento integral acumulado - Elementos que podem ser reclassificados em resultados - Derivados de cobertura. Coberturas de fluxos de caixa (parte eficaz)" do balanço, com contrapartida nas rubricas "Derivados - contabilidade de cobertura" do ativo ou do passivo do balanço, consoante for aplicável. Estas diferenças são reconhecidas na demonstração de resultados no momento em que as perdas ou ganhos do elemento coberto se registem em resultados, no momento em que se executem as transações previstas ou na data de vencimento do elemento coberto. A quase totalidade das coberturas de fluxos de caixa realizadas pela Caja são de taxa de juro e de inflação de instrumentos financeiros, pelo que as respetivas diferenças de valor são reconhecidas no capítulo "Juros e rendimentos similares" ou "Encargos com juros" da demonstração de resultados.
- As diferenças de valor do instrumento de cobertura correspondentes à parte não eficaz das operações de cobertura de fluxos de caixa registam-se diretamente no capítulo "Ganhos (perdas) resultantes da contabilidade de cobertura, líquidos" da demonstração de resultados.

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104548

Carimbo:  
CLASSE 8.<sup>a</sup>

Como novidade nos critérios IFRS 9 em relação aos critérios IAS 39, o custo de cobertura (*hedging cost*) associado aos derivativos, que inclui os pontos *forward* (a separação do elemento a prazo e do elemento à vista de um contrato a prazo), o *basis spread* (o diferencial da taxa de câmbio da moeda estrangeira) e o valor temporal (a separação do valor intrínseco e do valor temporal de um contrato de opção), poderá ser contabilizado em "Outro rendimento integral acumulado" desde que seja excluído da relação de cobertura. Tal permite um melhor alinhamento entre os custos dos instrumentos de cobertura e o seu efeito sobre o elemento coberto.

Adicionalmente, a Caja detém determinados instrumentos financeiros derivados, com a finalidade de mitigar determinados riscos inerentes à sua atividade, que não cumprem as condições para serem considerados como operações de cobertura. Em particular, a Caja tem contratadas determinadas operações de permutas financeiras (*swaps*) através das quais cobre o risco de taxa de juro das operações com as quais estão relacionadas. Estes instrumentos derivados são contabilizados pela Caja como derivados de negociação.

f) Ativos financeiros

*Classificação de ativos financeiros*

A Circular 4/2017 introduziu uma nova abordagem de classificação e mensuração dos instrumentos financeiros baseada no modelo de negócio em que são geridos e nas suas características de fluxos de caixa. Neste sentido, os ativos financeiros classificam-se em três categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados pelo justo valor através dos resultados, e mensurados pelo justo valor através de outro rendimento integral.

Para a classificação de um ativo financeiro na categoria dos mensurados ao custo amortizado, além de ser gerido no quadro de um modelo de negócio cujo objetivo é manter os ativos financeiros para obter fluxos de caixa contratuais, o instrumento deve apresentar fluxos de caixa contratuais que representem unicamente a devolução do capital e dos juros, sendo estes últimos a compensação pelo valor temporal do dinheiro e pelo risco de crédito do devedor.

Para a classificação de um ativo financeiro na categoria dos mensurados pelo justo valor através de outro rendimento integral, além de ser gerido no quadro de um modelo de negócio cujo objetivo se alcança obtendo fluxos de caixa contratuais e vendendo ativos financeiros, o instrumento deve apresentar fluxos de caixa contratuais que representem unicamente a devolução do capital e dos juros, sendo estes últimos a compensação pelo valor temporal do dinheiro e pelo risco de crédito do devedor.

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104549

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

Um ativo financeiro deverá ser mensurado pelo justo valor através dos resultados, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou pelo justo valor através de outro rendimento integral em conformidade com o referido nos pontos anteriores. Contudo, a Entidade pode, no momento do reconhecimento inicial de investimentos específicos em instrumentos de capital próprio que, de outro modo, seriam mensurados pelo justo valor através dos resultados, tomar a decisão irrevogável de apresentar as variações posteriores do justo valor em outro rendimento integral.

Não obstante o referido nos parágrafos anteriores, a Entidade pode, no momento do reconhecimento inicial, designar de forma irrevogável um ativo financeiro como mensurado pelo justo valor através dos resultados se, ao fazê-lo, eliminar ou reduzir significativamente alguma incoerência na mensuração ou no reconhecimento (por vezes designada "assimetria contabilística") que, caso contrário, surgiria se a mensuração dos ativos ou passivos ou o reconhecimento das perdas e ganhos respetivos fossem efetuados em bases diferentes.

Quando a Entidade alterar o seu modelo de negócio no que respeita à gestão dos ativos financeiros, serão reclassificados todos os ativos financeiros nos termos dos modelos descritos anteriormente.

Os ativos financeiros classificam-se no balanço de acordo com os seguintes critérios:

- i) Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem: que inclui as moedas e notas detidas pela entidade e os saldos a receber à ordem, depositados em bancos centrais e instituições de crédito.
- ii) Ativos financeiros detidos para negociação: que inclui os ativos financeiros que tenham sido adquiridos com o objetivo de os realizar a curto prazo, façam parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados e geridos conjuntamente para a qual foram realizadas operações recentes para a obtenção de ganhos a curto prazo, ou sejam instrumentos derivados não designados como instrumentos de cobertura contabilística.
- iii) Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente mensurados pelo justo valor através de resultados: que inclui os ativos financeiros que, geridos no quadro de um modelo de negócio cujo objetivo é manter os ativos financeiros para obter fluxos de caixa contratuais, apresentam fluxos de caixa contratuais que não representam unicamente a devolução do capital e dos juros, sendo estes últimos a compensação pelo valor temporal do dinheiro e pelo risco de crédito do devedor.
- iv) Ativos financeiros designados ao justo valor através dos resultados: que inclui os ativos financeiros que, não fazendo parte dos Ativos financeiros detidos para negociação, são considerados ativos financeiros híbridos e são integralmente mensurados pelo justo valor, e aqueles que são geridos conjuntamente com Passivos por contratos de seguro mensurados pelo justo valor ou com derivados financeiros que têm por objetivo e efeito reduzir significativamente a sua exposição a variações no justo valor, ou que são geridos conjuntamente com passivos financeiros e derivados com o propósito de reduzir significativamente a exposição global ao risco de taxa de juro.

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104550

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Caja não tem ativos financeiros registrados nesta categoria.

- v) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral: que corresponde aos Títulos de dívida geridos no quadro de um modelo de negócio cujo objetivo se alcança obtendo fluxos de caixa contratuais e vendendo ativos financeiros, e cujos fluxos de caixa contratuais representam unicamente a devolução do capital e dos juros, sendo estes últimos a compensação pelo valor temporal do dinheiro e pelo risco de crédito do devedor. Inclui igualmente os instrumentos de capital próprio de entidades que não são Subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, em relação aos quais a Caja tomou, no momento do reconhecimento inicial, a decisão irrevogável de apresentar as variações posteriores do justo valor em outro rendimento integral.
- vi) Ativos financeiros ao custo amortizado: que inclui os ativos financeiros que, além de serem geridos no quadro de um modelo de negócio cujo objetivo é manter os ativos financeiros para obter fluxos de caixa contratuais, apresentam fluxos de caixa contratuais que representam unicamente a devolução do capital e dos juros, sendo estes últimos a compensação pelo valor temporal do dinheiro e pelo risco de crédito do devedor.
- vii) Ajustamentos a ativos financeiros por macrocoberturas: que corresponde à contrapartida dos montantes creditados na demonstração de resultados com origem na mensuração das carteiras de instrumentos financeiros que se encontram eficazmente cobertos do risco de taxa de juro através de derivados de cobertura de justo valor.
- viii) Derivados de cobertura: que inclui os derivados financeiros adquiridos ou emitidos pela Caja que preenchem as condições para serem considerados de cobertura contabilística.
- ix) Ativos não correntes e grupos para alienação de natureza financeira classificados como detidos para venda: que corresponde ao valor contabilístico dos elementos individuais integrados num grupo de alienação ou que fazem parte de uma unidade de negócio que se pretende alienar (operações em descontinuação) e cuja venda é altamente provável que ocorra, nas condições em que tais ativos se encontram atualmente, no prazo de um ano a contar da data a que se referem as contas anuais. Por conseguinte, a recuperação do valor contabilístico destes elementos de natureza financeira terá previsivelmente lugar através do preço obtido na sua alienação. Existem outros ativos não correntes de natureza não financeira detidos para venda, cujo tratamento contabilístico se descreve na Nota 14.q.
- x) Investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas: que inclui os instrumentos de capital próprio emitidos pelas entidades do grupo, empreendimentos conjuntos e associadas da Caja.
- xi) Contratos de seguro associados a pensões: que corresponde aos direitos ao reembolso exigíveis a entidades seguradoras de uma parte ou da totalidade do desembolso requerido para cancelar uma obrigação por prestação definida quando as apólices de seguro não cumpram as condições para serem consideradas como um ativo do Plano.

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Seio:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104551

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

#### *Mensuração de ativos financeiros*

Todos os ativos financeiros são inicialmente registados pelo seu justo valor, acrescido, no caso de instrumentos financeiros que não estejam classificados ao justo valor através dos resultados, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão dos instrumentos.

As variações no valor dos ativos financeiros com origem no acréscimo de juros e componentes assimiladas são registadas no capítulo "Juros e rendimentos similares" da demonstração de resultados do período.

As variações no valor dos ativos que se produzam posteriormente ao registo inicial por causas distintas das mencionadas no parágrafo anterior tratam-se em função das categorias em que se encontram classificados os ativos financeiros:

- i) Os ativos financeiros são mensurados pelo seu justo valor, exceto os ativos financeiros ao custo amortizado e as participações em entidades subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas.
- ii) Entende-se por justo valor de um ativo financeiro numa determinada data o montante pelo qual poderia ser transacionado entre partes interessadas devidamente informadas, numa transação realizada em condições de independência mútua. A melhor evidência do justo valor é o preço de cotação num mercado ativo correspondente a um mercado organizado, transparente e profundo.

Quando não existe preço de mercado para um determinado ativo financeiro, recorre-se para estimar o seu justo valor ao preço estabelecido em transações recentes de instrumentos análogos e, na sua falta, a modelos de avaliação suficientemente comprovados. Igualmente, são tidas em consideração as particularidades específicas do ativo a mensurar e, muito especialmente, os diversos tipos de riscos que o ativo financeiro tem associados. Contudo, as próprias limitações dos modelos de mensuração desenvolvidos e as possíveis inexatidões nos pressupostos exigidos por estes modelos podem fazer com que o justo valor assim estimado de um ativo financeiro não coincida exatamente com o preço pelo qual poderia ser comprado ou vendido na data da sua mensuração.

- iii) O justo valor dos derivados financeiros com valor de cotação num mercado ativo é o seu preço de cotação diária e, se, por razões excecionais, não for possível estabelecer a sua cotação numa determinada data, recorre-se para a sua mensuração a métodos similares aos utilizados para mensurar os derivados financeiros OTC.

O justo valor dos derivados financeiros OTC é a soma dos fluxos de caixa futuros com origem no instrumento, descontados à data da mensuração, utilizando-se métodos de mensuração reconhecidos pelos mercados financeiros.

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104552

Carimbo:  
CLASSE 8.<sup>a</sup>

- iv) Os ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados utilizando o método da taxa de juro efetiva. Por custo amortizado entende-se o custo de aquisição de um ativo financeiro corrigido pelos reembolsos de capital e pela parte imputada à demonstração de resultados, através da utilização do método da taxa de juro efetiva, da diferença entre o custo inicial e o correspondente valor de reembolso no vencimento, deduzida qualquer redução de valor por imparidade reconhecida diretamente como uma diminuição do montante do ativo ou através de uma conta retificativa do seu valor. No caso de se encontrarem cobertos em operações de cobertura de justo valor, registam-se as variações que se produzem no seu justo valor relacionadas com o risco ou os riscos cobertos nas referidas operações de cobertura.

A taxa de juro efetiva é a taxa de atualização que iguala exatamente o valor de um instrumento financeiro com os fluxos de caixa estimados ao longo da vida esperada do instrumento, a partir das suas condições contratuais, tais como opções de amortização antecipada, mas sem considerar perdas por risco de crédito futuras. Para os instrumentos financeiros de taxa de juro fixa, a taxa de juro efetiva coincide com a taxa de juro contratual estabelecida no momento da sua aquisição, acrescida, quando aplicável, das comissões que, pela sua natureza, sejam assimiláveis a uma taxa de juro. Nos instrumentos financeiros de taxa de juro variável, a taxa de juro efetiva coincide com a taxa de rendimento vigente, considerando todas as componentes, até à primeira revisão da taxa de juro de referência que venha a ocorrer.

- v) As participações no capital de outras entidades cujo justo valor não se possa determinar de forma suficientemente objetiva e os derivados financeiros que tenham como ativo subjacente estes instrumentos e se liquidem mediante a entrega destes mantêm-se ao seu custo de aquisição corrigido, quando aplicável, pelas perdas por imparidade que tenham sofrido.
- vi) As participações no capital de entidades subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas são registadas pelo seu custo de aquisição corrigido, quando aplicável, pelas perdas por imparidade que se tenham produzido.

As variações no valor contabilístico dos ativos financeiros registam-se, em geral, com contrapartida na demonstração de resultados, distinguindo-se entre as que têm origem no acréscimo de juros e componentes assimiladas, que se registam na rubrica "Juros e rendimentos similares", e as que correspondem a outras causas, que se registam, pelo seu valor líquido, como resultados de operações financeiras.

Contudo, as variações do valor contabilístico dos instrumentos de dívida incluídos na rubrica "Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral" registam-se transitoriamente na rubrica "Outro rendimento integral acumulado do capital próprio", salvo se decorrerem de diferenças de câmbio ou corresponderem a perdas por imparidade de ativos. Os montantes incluídos na rubrica "Outro rendimento integral acumulado" permanecem como parte do capital próprio até que o ativo no qual têm origem seja desreconhecido no balanço, momento em que se cancelam contra a demonstração de resultados.

Quanto às variações do valor contabilístico dos instrumentos de capital próprio incluídos na rubrica "Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral", registam-se diretamente na rubrica "Outro rendimento integral acumulado" do capital próprio como elementos que não serão reclassificados em resultados.

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104553

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

Nos ativos financeiros designados como elementos cobertos e de cobertura contabilística, as diferenças de mensuração registam-se de acordo com o indicado na Nota 14.e) anterior.

g) Passivos financeiros

*Classificação de ativos financeiros*

Os passivos financeiros classificam-se no balanço nas seguintes categorias:

- i) **Passivos financeiros detidos para negociação:** são aqueles que são geridos com o objetivo de gerar ganhos através de operações de compra e venda destes instrumentos. São parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados e geridos conjuntamente para a qual foram realizadas operações recentes para a obtenção de ganhos a curto prazo, ou são instrumentos derivados não designados como instrumentos de cobertura contabilística, ou são originados pela venda em firme de ativos financeiros adquiridos temporariamente ou recebidos em empréstimo.
- ii) **Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados:** Os passivos financeiros designados ao justo valor através dos resultados no momento do reconhecimento inicial são aqueles assim designados pela Caja de forma irrevogável, dado que:
  - Com isso se eliminam ou se reduzem significativamente incoerências no reconhecimento ou mensuração que surgiriam pela mensuração de ativos ou passivos ou pelo reconhecimento dos seus ganhos ou perdas, com diferentes critérios.
  - Um grupo de passivos financeiros, ou de ativos e passivos financeiros, é gerido e o seu desempenho avaliado com base no seu justo valor, em conformidade com uma estratégia documentada de gestão do risco ou de investimento, e disponibiliza-se igualmente informação sobre o referido grupo com base no justo valor aos colaboradores-chave da gestão.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Caja não tem passivos financeiros registados nesta categoria.

- iii) **Passivos financeiros ao custo amortizado:** que corresponde aos passivos financeiros que não têm cabimento nos restantes capítulos do balanço e que correspondem às atividades típicas de captação de fundos das instituições financeiras, qualquer que seja a sua forma de instrumentação e o seu prazo de vencimento.
- iv) **Derivados de cobertura:** que inclui os derivados financeiros adquiridos ou emitidos pela Caja que preenchem as condições para serem considerados de cobertura contabilística.

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104554

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

- v) Passivos incluídos em grupos para alienação classificados como detidos para venda: que corresponde aos saldos credores com origem nos Ativos não correntes detidos para venda.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Caja não tem passivos financeiros registados nesta categoria (ver Nota 25).

#### *Mensuração de passivos financeiros*

Todos os passivos financeiros são inicialmente registados pelo seu justo valor, acrescido, no caso de instrumentos financeiros que não estejam classificados ao justo valor através dos resultados, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão dos instrumentos. Exceto nos derivados de negociação que não sejam coberturas contabilísticas, todas as variações no valor dos passivos financeiros com origem no acréscimo de juros e componentes assimiladas são registadas nos capítulos "Juros e rendimentos similares" ou "Encargos com juros" da demonstração de resultados.

As variações na mensuração que se produzam posteriormente ao registo inicial por causas distintas das mencionadas no parágrafo anterior tratam-se em função das categorias em que se encontram classificados os passivos financeiros.

Os passivos financeiros ao custo amortizado são mensurados, posteriormente ao momento do seu reconhecimento inicial, pelo seu custo amortizado, determinado utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os passivos financeiros incluídos nas rubricas "Passivos financeiros detidos para negociação" e "Passivos financeiros designados ao justo valor através dos resultados" são mensurados, posteriormente ao seu reconhecimento inicial, pelo seu justo valor. Os ganhos e perdas obtidos posteriormente ao momento da sua aquisição são registados na demonstração de resultados do exercício em que estes se produzem, exceto o montante da variação no justo valor de passivos financeiros designados ao abrigo da opção de justo valor atribuível a variações no próprio risco de crédito, que se regista diretamente no capital próprio.

Os passivos financeiros cobertos em operações de cobertura de justo valor ajustam-se de acordo com o indicado na Nota 14.e) anterior.

As variações no valor contabilístico dos passivos financeiros registam-se, em geral, com contrapartida na demonstração de resultados, distinguindo-se entre as que têm origem no acréscimo de juros e componentes assimiladas, que se registam na rubrica "Encargos com juros", e as que correspondem a outras causas, que se registam, pelo seu valor líquido, como resultados de operações financeiras.

- h) Transferências e desreconhecimento de instrumentos financeiros

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104555

Carimbo:  
CLASSE 8.<sup>a</sup>

As transferências de instrumentos financeiros são contabilizadas tendo em conta a forma como se produz a transmissão dos riscos e benefícios associados aos instrumentos financeiros transferidos, com base nos seguintes critérios:

- ✓ Se os riscos e benefícios são substancialmente transmitidos a terceiros, como nas vendas incondicionais, vendas ao abrigo de acordos de recompra ao justo valor à data da recompra, nas vendas de ativos financeiros com uma opção de compra adquirida ou de venda emitida totalmente "fora do dinheiro" (*deep out-of-the-money*), nas titularizações de ativos em que o cedente não retém financiamentos subordinados nem concede qualquer tipo de melhoria creditícia aos novos titulares, etc., o instrumento financeiro transferido é desreconhecido do balanço, reconhecendo-se simultaneamente qualquer direito ou obrigação retida ou criada em consequência da transferência.
- ✓ Se os riscos e benefícios associados ao instrumento financeiro transferido são substancialmente retidos, como nas vendas de ativos financeiros com acordo de recompra a um preço fixo ou ao preço de venda acrescido de um juro, nos contratos de empréstimo de títulos em que o mutuário tem a obrigação de devolver os mesmos ativos ou ativos similares, etc., o instrumento financeiro transferido não é desreconhecido do balanço e continua a ser mensurado com os mesmos critérios utilizados anteriormente à transferência. No entanto, são reconhecidos contabilisticamente o passivo financeiro associado por um montante igual ao da contraprestação recebida, que é posteriormente mensurado ao seu custo amortizado, os rendimentos do ativo financeiro transferido, mas não desreconhecido, e os gastos do novo passivo financeiro.
- ✓ Se os riscos e benefícios associados ao instrumento financeiro transferido não forem substancialmente transmitidos nem retidos, como nas vendas de ativos financeiros com uma opção de compra adquirida ou de venda emitida que não estão totalmente "dentro nem fora de dinheiro", nas titularizações em que o cedente assume um financiamento subordinado ou outro tipo de melhorias creditícias por uma parte do ativo transferido, etc., distingue-se entre:
  - Se a Caja não mantém o controlo do instrumento financeiro transferido, caso em que este é desreconhecido do balanço e se reconhece qualquer direito ou obrigação retida ou criada em consequência da transferência.
  - Se a Caja mantém o controlo do instrumento financeiro transferido, caso em que continua a reconhecê-lo no balanço por um montante igual à sua exposição às variações de valor que possa sofrer, e é reconhecido um passivo financeiro associado por um montante igual à contraprestação recebida. O referido passivo será posteriormente mensurado ao seu custo amortizado, salvo se cumprir os requisitos para ser classificado como passivo financeiro ao justo valor através dos resultados. Por não constituir uma obrigação atual, ao calcular o montante deste passivo financeiro, deduz-se o montante dos instrumentos financeiros (tais como obrigações de titularização e empréstimos) de que a Caja seja proprietária e que constituam um financiamento para a Caja para a qual tenham sido transferidos os ativos financeiros, na medida em que tais instrumentos financiem especificamente os ativos transferidos. O montante líquido do ativo transferido e do passivo associado será o custo amortizado dos direitos e obrigações retidos, se o ativo transferido for mensurado ao seu custo amortizado, ou o justo valor dos direitos e obrigações retidos, se o ativo transferido for mensurado ao seu justo valor.

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÉS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104556

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

Por conseguinte, os ativos financeiros apenas são desreconhecidos do balanço quando se tenham extinguido os fluxos de caixa que geram ou quando se tenham transmitido substancialmente a terceiros os riscos e benefícios que lhes são inerentes. De forma similar, os passivos financeiros apenas são desreconhecidos do balanço quando se tenham extinguido as obrigações que geram ou quando sejam adquiridos com a intenção de os cancelar ou de os recolocar novamente.

No entanto, a Caja não reconheceu, a menos que devam ser registados em consequência de uma transação ou acontecimento posterior, os ativos e passivos financeiros decorrentes de transações ocorridas antes de 1 de janeiro de 2004, diversos dos instrumentos derivados, desreconhecidos do balanço por força da legislação anteriormente aplicável. Em concreto, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Caja não mantinha ativos titularizados e desreconhecidos do balanço anteriores a 1 de janeiro de 2004 por força da legislação anteriormente aplicável (Nota 50).

i) Imparidade dos ativos financeiros

A Circular 4/2017 exige que a estimativa da imparidade do valor dos ativos financeiros seja efetuada através de modelos de "perda esperada", em contraposição aos modelos de "perda incorrida" da anterior Circular 4/2004, do Banco de Espanha.

O modelo de imparidade de "perda esperada" aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, aos instrumentos de dívida mensurados pelo justo valor através de outro rendimento integral e aos contratos de garantias financeiras e compromissos de empréstimo unilateralmente revogáveis pela Caja.

Em conformidade com a Circular 4/2017, a Caja efetua uma estimativa das perdas creditícias esperadas a doze meses para as operações classificadas como risco normal e risco normal em vigilância especial.

Igualmente, para as operações classificadas como risco duvidoso, a Caja efetua uma estimativa das perdas creditícias, entendidas como a diferença entre o montante do risco e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados. As estimativas das variações nos fluxos de caixa futuros refletirão de forma coerente os indícios de perdas decorrentes da evolução, período a período, dos dados observáveis. Em particular, as referidas estimativas terão em conta a evolução dos pagamentos e outros fatores que sejam indicativos da existência e magnitude de perdas em que se tenha incorrido no grupo homogéneo de risco, como, por exemplo, alterações nas taxas de desemprego e nos preços das garantias imobiliárias. Entre estes fluxos devem considerar-se tanto as recuperações futuras estimadas como possíveis incrementos do capital utilizado e os gastos associados ao processo de recuperação de cada operação.

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104557

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

O valor contabilístico dos instrumentos é corrigido, em geral, por contrapartida da demonstração de resultados, sendo que as perdas por imparidade nos instrumentos de dívida ao custo amortizado são reconhecidas por contrapartida de uma conta retificativa que reduz o valor contabilístico do ativo, ao passo que as relativas aos instrumentos mensurados pelo justo valor através de outro rendimento integral são reconhecidas por contrapartida de "Outro rendimento integral acumulado" no capital próprio.

Como regra geral, a correção do valor contabilístico dos instrumentos financeiros por imparidade efetua-se por contrapartida da demonstração de resultados do período em que tal imparidade se manifesta, e a recuperação das perdas por imparidade previamente registadas, caso ocorra, é reconhecida na demonstração de resultados do período em que a imparidade se elimina ou se reduz. Caso se considere pouco provável a recuperação de qualquer montante por imparidade registado, este é eliminado do balanço, ainda que a Caja possa empreender as ações necessárias para tentar obter a sua cobrança até que se tenham extinguido definitivamente os seus direitos por prescrição, perdão ou outras causas.

No caso dos instrumentos de dívida mensurados ao seu custo amortizado, o montante das perdas por imparidade esperadas é igual à diferença negativa entre o seu valor contabilístico e o valor atual dos seus fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva da operação. No caso de instrumentos de dívida cotados, pode utilizar-se, em substituição do valor atual dos fluxos de caixa futuros, o seu valor de mercado, desde que este seja suficientemente fiável para o considerar representativo do valor que a Caja poderia recuperar.

Os fluxos de caixa futuros estimados de um instrumento de dívida são todos os montantes, de capital e de juros, que a Caja estima vir a obter durante a vida do instrumento. Na referida estimativa considera-se toda a informação relevante que se encontre disponível à data de elaboração das demonstrações financeiras, que proporcione dados sobre a possibilidade de cobrança futura dos fluxos de caixa contratuais. Igualmente, na estimativa dos fluxos de caixa futuros de instrumentos que disponham de garantias reais, têm-se em conta os fluxos que se obteriam da sua realização, deduzidos do montante dos custos necessários à sua obtenção e posterior venda, independentemente da probabilidade da execução da garantia.

No cálculo do valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, utiliza-se como taxa de atualização a taxa de juro efetiva original do instrumento, se a sua taxa contratual for fixa, ou a taxa de juro efetiva à data a que se reportam as demonstrações financeiras determinada nos termos das condições do contrato, quando seja variável.

As carteiras de instrumentos de dívida, garantias concedidas e compromissos contingentes, qualquer que seja o seu titular, forma de instrumentação ou garantia, são analisadas para determinar o risco de crédito a que a Caja está exposta e estimar as necessidades de cobertura por imparidade do seu valor. Para a elaboração das demonstrações financeiras, a Caja classifica as suas operações em função do respetivo risco de crédito, analisando, separadamente, o risco de insolvência imputável ao cliente e o risco-país a que, se aplicável, estejam expostas.

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104558

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

A imparidade do valor é determinada individualmente para todos os instrumentos de dívida que sejam significativos, e individual ou coletivamente para os grupos de instrumentos de dívida que não sejam individualmente significativos. Quando um instrumento concreto não possa ser incluído em nenhum grupo de ativos com características de risco similares, será analisado exclusivamente de forma individual para determinar se está em imparidade e, se for o caso, para estimar a perda por imparidade.

A avaliação global de um grupo de ativos financeiros para estimar as suas perdas por imparidade é realizada da seguinte forma:

- i) Os instrumentos de dívida são incluídos em grupos com características de risco de crédito similares, indicativas da capacidade dos devedores para pagarem todos os montantes, de capital e de juros, nos termos das condições contratuais. As características de risco de crédito que são consideradas para agrupar os ativos incluem, entre outras, o tipo de instrumento, o setor de atividade do devedor, a área geográfica da atividade, o tipo de garantia, a antiguidade dos montantes vencidos e qualquer outro fator que seja relevante para a estimativa dos fluxos de caixa futuros.
- ii) Os fluxos de caixa futuros de cada grupo de instrumentos de dívida são estimados com base na experiência de perdas históricas da Caja para instrumentos com características de risco de crédito similares às do grupo respetivo, após terem sido realizados os ajustamentos necessários para adaptar os dados históricos às condições atuais do mercado, bem como previsões sobre condições futuras.
- iii) A perda por imparidade de cada grupo é a diferença entre o valor contabilístico de todos os instrumentos de dívida do grupo e o valor atual dos seus fluxos de caixa futuros estimados.

Os instrumentos de dívida não mensurados pelo seu justo valor através da demonstração de resultados, as garantias concedidas e os compromissos contingentes concedidos classificam-se, em função do risco de insolvência imputável ao cliente ou à operação, nas seguintes categorias: risco normal, risco duvidoso em razão da mora do cliente, risco duvidoso por razões distintas da mora do titular, e risco de incumprimento. No âmbito das operações de risco normal identificam-se aquelas operações que mereçam uma vigilância especial pelo facto de, sem cumprirem os critérios para serem individualmente classificadas como risco duvidoso ou de incumprimento, apresentarem fragilidades suscetíveis de implicar a assunção de perdas superiores às de outras operações similares classificadas como risco normal.

Para os instrumentos de dívida não classificados como risco normal, estimam-se, com base na experiência da Caja e do setor, as perdas esperadas por imparidade, tendo em conta a antiguidade dos montantes não pagos, as garantias prestadas e a situação económica do cliente e, se aplicável, dos garantes. A referida estimativa é, em geral, efetuada com base em calendários de morosidade elaborados a partir da experiência da Caja e da informação de que dispõe sobre o setor.

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104559

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

De forma similar, os instrumentos de dívida não mensurados pelo seu justo valor através da demonstração de resultados e as garantias concedidas, qualquer que seja o cliente, são analisados para determinar o respetivo risco de crédito em razão do risco-país. Entende-se por risco-país o risco que existe nos clientes residentes num determinado país por circunstâncias distintas do risco comercial habitual.

Adicionalmente, a Caja cobre as perdas esperadas dos instrumentos de dívida não mensurados pelo seu justo valor através dos resultados e das garantias financeiras concedidas e compromissos contingentes concedidos classificados como risco normal. A referida cobertura é realizada tendo em conta o montante recuperável das garantias reais efetivas de cada operação classificada como risco normal, bem como a experiência histórica de imparidade, as previsões sobre condições futuras e as demais circunstâncias conhecidas no momento da avaliação, e corresponde às perdas inerentes incorridas à data das demonstrações financeiras, calculadas através de procedimentos estatísticos. Para os riscos normais em vigilância especial, a Caja calcula separadamente a perda esperada, correspondendo-lhes uma cobertura superior em consequência do seu maior risco.

Neste sentido, a Caja utilizou, uma vez que não dispõe de experiência histórica e estatística própria suficiente, os parâmetros estabelecidos pelo Banco de Espanha, com base na sua experiência e na informação de que dispõe do setor, que determinam o método a utilizar para a cobertura das perdas por imparidade esperadas nos instrumentos de dívida e garantias concedidas classificadas como risco normal, os quais são modificados periodicamente em função da evolução dos dados mencionados. O referido método de determinação da cobertura das perdas por imparidade esperadas nos instrumentos de dívida não mensurados pelo seu justo valor através dos resultados e nas garantias concedidas classificadas como normais efetua-se mediante a aplicação de percentagens sobre o montante do risco não coberto pelo montante a recuperar das garantias reais efetivas. As referidas percentagens variam em função do segmento de risco a que pertencem os referidos instrumentos de dívida e garantias concedidas no âmbito do risco normal ou normal em vigilância especial, em função da sua titularidade e finalidade.

O montante das perdas por imparidade esperadas em Títulos de dívida incluídos na rubrica "Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral" é igual à diferença positiva entre o seu custo de aquisição, líquido de qualquer amortização de capital, e o seu justo valor, deduzida qualquer perda por imparidade previamente reconhecida na demonstração de resultados.

Quando existem evidências objetivas de que a descida no justo valor se deve à sua imparidade, as menos-valias latentes reconhecidas diretamente na rubrica "Outro rendimento integral acumulado" do capital próprio são imediatamente registadas na demonstração de resultados. Se forem posteriormente recuperadas, total ou parcialmente, as perdas por imparidade, o seu montante é reconhecido na demonstração de resultados do período de recuperação.

No caso das participações em entidades subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, a Caja estima o montante das perdas por imparidade comparando o respetivo montante recuperável com o respetivo valor contabilístico. As referidas perdas por imparidade são registadas na demonstração de resultados do período em que se produzem, e as recuperações posteriores são registadas na demonstração de resultados do período de recuperação.

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104560

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

j) Avaliação das rubricas em moeda estrangeira

A moeda funcional da Caja é o euro. Consequentemente, todos os saldos e transações denominados em moedas diferentes do euro consideram-se denominados em moeda estrangeira. O contravalor em euros do total dos ativos e passivos em moeda estrangeira detidos pela Caja em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é o seguinte:

	Milhares de Euros			
	2025		2024	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Dólares dos EUA	45 863	45 804	24 983	24 940
Libras esterlinas	315	280	312	265
Outras moedas	6 358	6 358	1 338	1 338
	<u>52 536</u>	<u>52 442</u>	<u>26 633</u>	<u>26 543</u>

O contravalor em euros dos ativos e passivos em moeda estrangeira, classificados pela sua natureza, detidos pela Caja em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é o seguinte:

	Milhares de Euros			
	2025		2024	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	18 288	-	2 534	-
Ativos financeiros ao custo amortizado	34 248	-	24 099	-
Empréstimos e adiantamentos a instituições de	18 744	-	13 805	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	15 504	-	10 294	-
Passivos financeiros ao custo amortizado	-	52 300	-	26 426
Depósitos de instituições de crédito	-	15 549	-	10 201
Depósitos de clientes	-	36 751	-	16 225
Provisões	-	142	-	117
	<u>52 536</u>	<u>52 442</u>	<u>26 633</u>	<u>26 543</u>

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Seio:  
0,03 EUROS  
TRÉS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104561

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

No reconhecimento inicial, os saldos devedores e credores denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional utilizando a taxa de câmbio à vista da data de reconhecimento, entendida como a taxa de câmbio para entrega imediata. Posteriormente ao reconhecimento inicial, aplicam-se as seguintes regras para a conversão dos saldos denominados em moeda estrangeira para a moeda funcional:

- i) Os ativos e passivos de caráter monetário são convertidos à taxa de câmbio de fecho, entendida como a taxa de câmbio média à vista da data a que se reportam as demonstrações financeiras.
- ii) Os elementos não monetários mensurados ao custo histórico são convertidos à taxa de câmbio da data de aquisição.
- iii) Os elementos não monetários mensurados pelo justo valor são convertidos à taxa de câmbio da data em que se determina o justo valor.
- iv) Os rendimentos e gastos são convertidos aplicando a taxa de câmbio da data da operação. No entanto, utiliza-se uma taxa de câmbio média do período para todas as operações realizadas nesse período, exceto se tenha sofrido variações significativas. As amortizações são convertidas à taxa de câmbio aplicada ao ativo correspondente.

As diferenças de câmbio surgidas na conversão dos saldos devedores e credores denominados em moeda estrangeira são registadas, em geral, na demonstração de resultados. No entanto, no caso das diferenças cambiais que surjam em elementos não monetários mensurados pelo seu justo valor, cujo ajuste a esse justo valor seja imputado na rubrica "Outro rendimento integral acumulado" do capital próprio, desagrega-se a componente cambial da reavaliação do elemento não monetário.

k) Reconhecimento de rendimentos e gastos

Os rendimentos e gastos por juros e rubricas a estas equiparadas são registados contabilisticamente, em geral, em função do respetivo período de vencimento e por aplicação do método da taxa de juro efetiva. Os dividendos recebidos de outras entidades são reconhecidos como rendimentos no momento em que se constitui o direito de os receber.

As comissões pagas ou cobradas por serviços financeiros, independentemente da denominação que recebam contratualmente, classificam-se nas seguintes categorias, que determinam a sua imputação na demonstração de resultados:

- i) Comissões financeiras, que são aquelas que fazem parte integrante do rendimento ou custo efetivo de uma operação financeira e que se imputam à demonstração de resultados ao longo da vida esperada da operação como um ajustamento ao custo ou rendimento efetivo desta.

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104562

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

- ii) Comissões não financeiras, que são aquelas decorrentes das prestações de serviços e que podem surgir na execução de um serviço que se realize durante um período de tempo e na prestação de um serviço que se execute num ato singular.

Os rendimentos e gastos a título de comissões e honorários similares são registados na demonstração de resultados, em geral, em conformidade com os seguintes critérios:

- i) Os relativos a ativos e passivos financeiros mensurados pelo justo valor através dos resultados são registados no momento da sua cobrança.
- ii) Os que correspondem a transações ou serviços que se realizam durante um período de tempo são registados durante o período de tais transações ou serviços.
- iii) Os que correspondem a uma transação ou serviço que se execute num ato singular são registados quando ocorre o ato que os origina.

Os rendimentos e gastos não financeiros são registados contabilisticamente em função do princípio da especialização do exercício. Os recebimentos e pagamentos diferidos no tempo são registados contabilisticamente pelo montante resultante da atualização financeira dos fluxos de caixa previstos a taxas de mercado.

*Vencimento de juros nas operações classificadas como de risco duvidoso*

Em conformidade com a Circular 4/2017, nos riscos duvidosos, distintos dos comprados ou originados com imparidade creditícia, os juros que se reconhecerão na demonstração de resultados resultarão da aplicação da taxa de juro efetiva sobre o seu custo amortizado; isto é, ajustado por qualquer correção de valor por perdas por imparidade.

l) Swaps de ativos

Os swaps de ativos tangíveis e intangíveis consistem nas aquisições de ativos desta natureza em troca da entrega de outros ativos não monetários ou de uma combinação de ativos monetários e não monetários, salvo os ativos executados, que são tratados de acordo com o previsto para os ativos não correntes detidos para venda.

O ativo recebido numa permuta de ativos é reconhecido pelo justo valor do ativo entregue acrescido, se aplicável, das contrapartidas monetárias entregues em troca, salvo se existir evidência mais clara do justo valor do ativo recebido.

m) Garantias financeiras

Um contrato de garantia financeira é um contrato que exige que o emitente efetue pagamentos específicos para reembolsar o credor pela perda em que incorre quando um devedor específico não cumpra a sua obrigação de pagamento nos termos das condições, originais ou modificadas, de um instrumento de dívida, independentemente da sua forma jurídica, podendo assumir, entre outras, a forma de fiança, aval financeiro, contrato de seguro ou derivado de crédito.

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104563

Carimbo:  
CLASSE 8.<sup>a</sup>

A entidade emitente de contratos de garantia financeira reconhece-os na rubrica "Outros passivos financeiros" pelo seu justo valor acrescido dos custos da transação que sejam diretamente imputáveis à sua emissão, salvo quando se trate de contratos emitidos por entidades seguradoras.

No início, salvo evidência em contrário, o justo valor dos contratos de garantia financeira emitidos a favor de um terceiro não relacionado, no âmbito de uma transação isolada em condições de independência mútua, é o prémio recebido acrescido, se aplicável, do valor atual dos fluxos de caixa a receber, utilizando uma taxa de juro similar à dos ativos financeiros concedidos pela Caja com prazo e risco semelhantes. Simultaneamente, é reconhecido no ativo, como crédito, o valor atual dos fluxos de caixa futuros pendentes de receber utilizando a taxa de juro anteriormente referida.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os contratos são tratados em conformidade com os seguintes critérios:

- i) O valor das comissões ou prémios a receber pelas garantias financeiras atualiza-se registando as diferenças na demonstração de resultados como rendimento financeiro.
- ii) O valor dos contratos de garantia financeira que não tenham sido qualificados como duvidosos é o montante inicialmente reconhecido no passivo deduzido da parte imputada à demonstração de resultados linearmente ao longo da vida esperada da garantia, ou segundo outro critério, desde que este reflita mais adequadamente a perceção dos benefícios e riscos económicos da garantia.

A classificação como duvidoso de um contrato de garantia financeira implica a sua reclassificação para a rubrica "Provisões — Compromissos e garantias concedidos", sendo mensurado aplicando o indicado na Nota 14.p.

No caso de ser necessário constituir uma provisão pelas garantias financeiras, as comissões pendentes de reconhecimento, que são registadas na rubrica "Outros passivos" do passivo do balanço, são reclassificadas para a provisão correspondente.

- n) Gastos com pessoal e remunerações pós-emprego

#### Remunerações a curto prazo

As remunerações dos colaboradores a curto prazo são remunerações cujo pagamento ocorre dentro dos doze meses seguintes ao fecho do exercício no qual os empregados prestaram os respetivos serviços. Estas remunerações são mensuradas, sem atualização, pelo montante a pagar pelos serviços recebidos, sendo registadas, em geral, como gastos com pessoal do exercício e como uma conta de regularização do passivo, pela diferença entre o gasto total e o montante já pago.

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104564

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

### Remunerações pós-emprego

Consideram-se remunerações pós-emprego (ou compromissos por pensões) as remunerações aos colaboradores que são liquidadas após a cessação do respetivo período de emprego. As remunerações pós-emprego, incluindo as cobertas por fundos internos ou externos de pensões, classificam-se como planos de benefício definido ou planos de contribuição definida, em função das condições dessas obrigações, tendo em conta todos os compromissos assumidos.

Nos planos de benefício definido a obrigação da Caja consiste em garantir as prestações acordadas aos colaboradores atuais e anteriores. O custo necessário para alcançar a prestação acordada não está determinado no compromisso e é assumido pela Caja.

Nos planos de contribuição definida, a obrigação da Caja limita-se à realização das contribuições acordadas, independentemente da prestação alcançada à data em que ocorra a contingência. A prestação será determinada pelas contribuições efetuadas pela Caja (e pelas contribuições do próprio colaborador, se aplicável) e pelos rendimentos obtidos pelos investimentos em que se materializam os fundos contribuídos.

- Plano de contribuição definida

A Caja reconhece as contribuições para estes planos, sendo o gasto registado na rubrica "Gastos com pessoal" da demonstração de resultados.

- Plano de benefício definido

A Caja regista na rubrica "Provisões — Pensões e outras obrigações de benefícios definidos pós-emprego" do passivo do balanço (ou no ativo, na rubrica "Outros ativos — Resto dos outros ativos", dependendo do sinal da diferença e desde que se cumpram as condições estabelecidas na legislação em vigor) o valor atual dos compromissos a título de pensões de benefício definido, líquidos, conforme se explica em seguida, do justo valor dos ativos considerados como afetos ao plano.

Consideram-se "Ativos afetos ao Plano" aqueles que estão vinculados a um determinado compromisso de benefício definido com os quais se liquidarão diretamente estas obrigações e que reúnem as seguintes condições:

- Não são propriedade da Caja, mas sim de um terceiro juridicamente separado e sem natureza de parte relacionada da Caja.
- Apenas estão disponíveis para pagar ou financiar benefícios pós-emprego dos colaboradores, e
- Não podem reverter para a Caja, salvo quando os ativos remanescentes nesse plano forem suficientes para cumprir todas as obrigações do plano ou da Caja relacionadas com as prestações dos colaboradores atuais ou anteriores, ou para reembolsar as prestações dos colaboradores já pagas pela Caja.

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104565

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

No caso de os compromissos se encontrarem externalizados através de apólices de seguro consideradas "Ativos afetos ao Plano", sempre que os fluxos das referidas apólices correspondam exatamente, quer em termos de montante quer de calendário de pagamentos, a alguma ou a todas as prestações a pagar no âmbito do Plano, considerar-se-á que o justo valor destas apólices é igual ao valor atual das obrigações de pagamento cobertas.

O "Custo dos serviços anteriores", que resulta de alterações introduzidas nos benefícios pós-emprego já existentes ou na introdução de novas prestações, reconhece-se na demonstração de resultados, numa base linear no intervalo de tempo compreendido entre:

- a) A data a partir da qual o serviço prestado confere o direito a receber a prestação nos termos do plano, independentemente de as prestações estarem condicionadas aos serviços futuros.
- b) A data a partir da qual os serviços posteriores a prestar não conferem direito a receber montantes adicionais significativos de prestações ao abrigo do plano, exceto no que se refere a eventuais aumentos salariais futuros.

No exercício de 2013, a Circular 4/2004 do Banco de Espanha foi alterada pela Circular 5/2013, no que respeita às Remunerações dos colaboradores. A referida alteração implicou uma mudança no tratamento contabilístico dos planos de benefício definido, devendo todos os ganhos e perdas atuariais ser reconhecidos imediatamente no capital próprio, bem como em elementos que não serão reclassificados em resultados, no âmbito da demonstração dos rendimentos e gastos reconhecidos da Entidade. Por outro lado, o custo dos juros e o retorno esperado dos ativos dos planos de benefício definido foram substituídos na norma alterada por um montante de juros líquidos, calculado pela aplicação da taxa de juro utilizada na estimativa do valor atual da obrigação no início do exercício ao passivo (ou ativo) relativo ao compromisso. Por último, as alterações implicaram igualmente mudanças na apresentação dos elementos de custo na demonstração de resultados. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as perdas e ganhos atuariais reconhecidos na rubrica "Outro rendimento integral acumulado" do capital próprio ascendem a ganhos líquidos de 7 760 e 7 795 milhares de euros, respetivamente (Nota 33).

A Entidade calcula o valor atual das suas obrigações legais e implícitas decorrentes do seu plano de benefício definido à data das demonstrações financeiras. O valor assim obtido é registado como provisão (ativo) para fundos de pensões de benefício definido.

A Entidade considera ativos do plano aqueles que cumprem as seguintes características:

- São propriedade de um terceiro juridicamente separado que não seja parte relacionada.
- Estão disponíveis exclusivamente para pagar ou financiar os compromissos com os colaboradores.

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104566

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

- Não podem reverter para a Entidade, salvo quando tenham sido liquidados os compromissos com os colaboradores ou para compensar a Entidade por prestações anteriormente pagas por esta.
- Não são instrumentos não transferíveis emitidos pela Entidade.

As variações na provisão registada são reconhecidas:

- Na demonstração de resultados: o custo dos serviços do período corrente, o juro líquido da provisão (ativo) decorrente do custo por juros, o custo dos serviços passados, bem como o ganho ou perda no momento da liquidação.
- Na demonstração das alterações no capital próprio: as novas mensurações da provisão (ativo), decorrentes dos ganhos ou perdas atuariais, do rendimento dos ativos do plano que não tenha sido incluído no juro líquido sobre a provisão (ativo), bem como das variações no valor atual do ativo decorrentes de alterações no valor atual dos fluxos disponíveis para a Entidade que não estejam incluídas no juro líquido sobre a provisão (ativo). Os montantes reconhecidos na demonstração das alterações no capital próprio não serão reclassificados para a demonstração de resultados num exercício posterior.

#### Outros benefícios de longo prazo dos colaboradores

Os compromissos assumidos com os colaboradores em pré-reforma, os prémios de antiguidade, os compromissos por viuvez e invalidez anteriores à reforma que dependam da antiguidade do colaborador na Caja, e outros elementos similares são tratados contabilisticamente, quando aplicável, em conformidade com o estabelecido para os planos de benefícios pós-emprego definidos, com a ressalva de que as perdas e ganhos atuariais são reconhecidos de forma imediata na demonstração de resultados.

#### Compromissos em matéria de pensões assumidos pela Caja

Os compromissos em matéria de pensões assumidos pela Caja, relativamente aos colaboradores que prestam os seus serviços na mesma, constam dos Acordos Coletivos de trabalho correspondentes a cada grupo e das deliberações do Conselho de Administração (ver detalhe na Nota 32).

#### ñ) Imposto sobre o rendimento

O Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas é considerado como gasto e é registado na rubrica "Gastos ou rendimentos por impostos sobre os resultados das atividades continuadas" da demonstração de resultados.

O gasto da referida rubrica é determinado pelo imposto a pagar calculado relativamente à matéria coletável do exercício, depois de consideradas as variações durante o referido exercício decorrentes das diferenças temporárias, dos créditos por deduções e benefícios fiscais e de prejuízos fiscais. A matéria coletável do exercício pode diferir do resultado líquido do exercício apresentado na demonstração de resultados, uma vez que exclui as rubricas de rendimentos ou gastos que são tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios e as rubricas que nunca o são.

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104567

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

Os ativos e passivos por impostos diferidos correspondem aos impostos que se prevê que venham a ser pagos ou recuperados relativamente às diferenças entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos registados nas demonstrações financeiras e a matéria tributável correspondente; são contabilizados utilizando o método do passivo no balanço e são quantificados aplicando à diferença temporária ou ao crédito que corresponda a taxa de imposto à qual se espera que a diferença temporária ou o crédito venha a ser recuperado ou liquidado.

Um ativo por imposto diferido, tal como um imposto antecipado, um crédito por deduções e por benefícios fiscais e um crédito por prejuízos fiscais, é reconhecido desde que seja provável que a Caja obtenha no futuro lucros fiscais suficientes contra os quais o possa utilizar. Considera-se provável que a Caja venha a obter no futuro lucros fiscais suficientes, entre outros pressupostos, quando:

- i) Existem passivos por impostos diferidos que podem ser revertidos no mesmo exercício em que o ativo por imposto diferido é realizado ou num período subsequente em que o ativo por imposto diferido pode ser compensado com os prejuízos fiscais existentes ou previstos.
- ii) Os prejuízos fiscais resultam de causas identificadas que não são suscetíveis de se repetirem.

Não obstante o acima exposto, só são reconhecidos ativos por impostos diferidos decorrentes do reconhecimento de investimentos em Entidades subsidiárias, empreendimentos conjuntos ou associadas, quando seja provável que se venham a realizar num futuro previsível e/ou quando se preveja a existência de lucros fiscais suficientes no futuro contra os quais possam ser utilizados os ativos por impostos diferidos. Também não é reconhecido quando inicialmente se regista um elemento patrimonial, que não seja uma combinação de negócios, que no momento do reconhecimento não tenha afetado o resultado contabilístico nem o fiscal.

Os passivos por impostos diferidos são sempre contabilizados se a Caja for capaz de controlar o momento de reversão da diferença temporária e, além disso, for provável que esta não será revertida num futuro previsível. Também não é reconhecido um passivo por imposto diferido quando inicialmente se regista um elemento patrimonial, que não seja uma concentração de atividades empresariais, que no momento do reconhecimento não tenha afetado o resultado contabilístico nem o fiscal.

Em cada fecho contabilístico são revistos os impostos diferidos registados, tanto ativos como passivos, com o objetivo de verificar que se mantêm em vigor, efetuando-se as correções adequadas.

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104568

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

o) Ativos tangíveis

O ativo fixo tangível de uso próprio corresponde ao ativo tangível ao qual se estima que será dado um uso continuado pela Caja e ao ativo fixo tangível adquirido por locação financeira. É mensurado ao seu custo de aquisição deduzido da respetiva amortização acumulada e, se aplicável, de qualquer perda por imparidade que resulte da comparação do valor líquido de cada elemento com o respetivo montante recuperável. O custo de aquisição dos elementos do ativo tangível de uso próprio de livre disposição inclui a sua mensuração, em 1 de janeiro de 2004, ao justo valor. O referido justo valor em 1 de janeiro de 2004 foi obtido com base em avaliações realizadas por peritos independentes.

As amortizações são calculadas sistematicamente segundo o método linear, aplicando os anos de vida útil estimada dos diferentes elementos ao custo de aquisição dos ativos deduzido do seu valor residual. No caso dos terrenos sobre os quais assentam os edifícios e outras construções, entende-se que têm uma vida indefinida e que, por conseguinte, não são objeto de amortização. As dotações anuais a título de amortização do ativo tangível são reconhecidas na demonstração de resultados, sendo calculadas em função dos seguintes anos de vida útil estimada, em média, dos diferentes grupos de elementos:

	<u>Anos de vida útil estimada</u>
Edifícios de uso próprio	50
Mobiliário	8 a 10
Máquinas e equipamentos eletrónicos	3,3 a 10
Instalações	12 a 16
Equipamentos informáticos	4 a 8
Veículos	7
Direitos de uso por locação	(*)

(\*) Em função do prazo da locação

Em cada fecho contabilístico, a Caja analisa se existem indícios, tanto internos como externos, de que o valor líquido dos elementos do seu ativo tangível excede o respetivo montante recuperável. Nesse caso, a Caja reduz o valor contabilístico do elemento correspondente até ao seu montante recuperável e ajusta os encargos futuros a título de amortização na proporção do seu valor contabilístico ajustado e da sua nova vida útil remanescente, caso seja necessária um novo cálculo da mesma. Por outro lado, quando existam indícios de que o valor de um elemento foi recuperado, a Caja regista a reversão da perda por imparidade contabilizada em períodos anteriores e ajusta os encargos futuros a título de amortização. A reversão da perda por imparidade de um elemento em caso algum poderá implicar o aumento do seu valor contabilístico acima daquele que teria se não tivessem sido reconhecidas perdas por imparidade em exercícios anteriores.

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104569

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

A Caja, pelo menos no fim de cada exercício, procede à revisão da vida útil estimada dos elementos do ativo tangível de uso próprio com a finalidade de detetar alterações significativas nas mesmas, as quais, caso ocorram, serão ajustadas mediante a correspondente correção do registo, na conta de demonstração de resultados de exercícios futuros, da dotação para a sua amortização em virtude da nova vida útil estimada.

Os gastos de conservação e manutenção dos ativos tangíveis de uso próprio são registados na demonstração de resultados do exercício em que são incorridos.

Os investimentos imobiliários do ativo tangível correspondem aos valores líquidos dos terrenos, edifícios e outras construções que a Caja mantém para sua exploração em regime de arrendamento ou para a obtenção de uma mais-valia na sua venda em consequência dos aumentos que venham a verificar-se no futuro nos respetivos preços de mercado.

Os critérios aplicados pela Caja para o reconhecimento do custo de aquisição dos ativos cedidos em locação operacional, para a sua amortização e para o cálculo das respetivas vidas úteis e para o registo das suas perdas por imparidade coincidem com os descritos em relação aos ativos tangíveis de uso próprio.

p) Provisões e passivos contingentes

Consideram-se provisões as obrigações atuais da Caja, decorrentes de eventos passados, que se encontram claramente especificadas quanto à sua natureza à data das demonstrações financeiras, mas resultam indeterminadas quanto ao seu montante ou momento de cancelamento, para cuja liquidação, e relativamente às quais no respetivo vencimento, a Caja espera ter de desembolsar recursos que incorporam benefícios económicos. As referidas obrigações podem decorrer dos seguintes aspetos:

- i) Uma disposição legal ou contratual.
- ii) Uma obrigação implícita ou tácita, cujo nascimento se situa numa expectativa válida criada pela Caja perante terceiros relativamente à assunção de certos tipos de responsabilidades. Tais expectativas são criadas quando a Caja aceita publicamente responsabilidades, resultantes de comportamentos passados ou de políticas empresariais do domínio público.
- iii) A evolução praticamente certa da regulação em determinados aspetos, em particular, projetos normativos aos quais a Caja não se poderá subtrair.

São passivos contingentes as possíveis obrigações da Caja, decorrentes de eventos passados, cuja existência está condicionada a que ocorra ou não um ou mais eventos futuros independentes da vontade da Caja. Os passivos contingentes incluem as obrigações atuais da Caja cujo cancelamento não seja provável que origine uma diminuição de recursos que incorporam benefícios económicos, ou cujo montante, em casos extremamente raros, não possa ser quantificado com a fiabilidade suficiente.

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104570

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

As provisões e os passivos contingentes são classificados como prováveis quando existe maior probabilidade de que ocorram do que de que não ocorram, como possíveis quando é menos provável que ocorram do que o contrário, e como remotos quando a sua ocorrência seja extremamente rara.

A Caja inclui nas contas anuais todas as provisões significativas considerando como mais provável que a obrigação tenha de ser liquidada. Os passivos contingentes não são reconhecidos nas contas anuais, sendo divulgada informação sobre esses passivos, salvo se se considerar como remota a possibilidade de ocorrer uma saída de recursos que incorporem benefícios económicos.

As provisões são quantificadas com base na melhor informação disponível sobre as consequências do evento que lhes dá origem, sendo estimadas em cada fecho contabilístico. Estas são utilizadas para fazer face às obrigações específicas para as quais foram reconhecidas, procedendo-se à sua reversão, total ou parcial, quando as referidas obrigações deixam de existir ou diminuem.

À data de 31 de dezembro de 2025 e 2024, estavam em curso diversos processos judiciais instaurados e reclamações apresentadas contra a Caja, com origem no desenvolvimento habitual das suas atividades. Tanto os consultores jurídicos da Caja como o Conselho de Administração entendem que a conclusão destes processos e das reclamações não produzirá um efeito significativo, adicional, conforme aplicável, ao incluído como provisão nas contas anuais dos exercícios em que forem concluídos.

q) Ativos não correntes e grupos de elementos para alienação classificados como detidos para venda

A rubrica "Ativos não correntes e grupos de elementos para alienação classificados como detidos para venda" do balanço inclui os ativos, qualquer que seja a sua natureza, que, não fazendo parte das atividades operacionais, incluam montantes cujo prazo de realização ou recuperação se espera que seja superior a um ano desde a data a que se reportam as contas anuais. Adicionalmente, consideram-se ativos não correntes detidos para venda as participações em Entidades do grupo, empreendimentos conjuntos ou associadas que cumpram os requisitos mencionados no parágrafo anterior.

Quando excepcionalmente se prevê que a venda ocorra num período superior a um ano, a Caja mensura os custos de venda em termos atualizados, registando o aumento do seu valor devido ao decurso do tempo na rubrica "Ganhos ou perdas em ativos não correntes e grupos de elementos para alienação classificados como detidos para venda não qualificáveis como operações descontinuadas" da demonstração de resultados.

Em consequência, a recuperação do valor contabilístico destas rubricas, que podem ser de natureza financeira e não financeira, terá previsivelmente lugar através do preço que se obtenha na sua alienação, em vez de mediante o seu uso continuado.

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104571

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

Por conseguinte, os ativos imobiliários ou outros ativos não correntes recebidos pela Caja para a satisfação, total ou parcial, das obrigações de pagamento dos seus devedores perante a Caja consideram-se ativos não correntes classificados como detidos para venda, salvo se a Caja tiver decidido fazer um uso continuado desses ativos.

Os ativos imobiliários executados ou recebidos em pagamento de dívidas são avaliados inicialmente, em geral, pelo menor montante dos seguintes valores:

- a) Valor contabilístico dos ativos financeiros aplicados, entendendo-se como tal o seu valor bruto deduzido das coberturas que lhes correspondam em função da sua classificação contabilística anterior à entrega, tratando o ativo aplicado ou recebido em pagamento de dívidas como uma garantia real. Este montante contabilístico será comparado com o montante contabilístico anterior e a diferença será reconhecida como um aumento ou uma liberação de coberturas, conforme aplicável.
- b) Justo valor no momento da execução da garantia ou receção do ativo deduzido dos custos estimados de venda.

Para estes efeitos, o justo valor deduzido dos custos estimados de venda destes ativos no momento da execução da garantia ou da receção em pagamento, é obtido através da aplicação das percentagens de desconto sobre o valor de referência obtido através de avaliações individuais e completas realizadas por empresas de avaliação ou serviços de avaliação homologados, inscritos no Registo Oficial de Sociedades de Avaliação do Banco de Espanha e independentes, nos termos da Orden ECO/805/2003, de 27 de março.

Enquanto permanecerem classificados como detidos para venda, os ativos tangíveis e intangíveis amortizáveis pela sua natureza não são amortizados.

Posteriormente ao momento da compra, caso o valor contabilístico exceda o justo valor dos ativos, líquido dos respetivos custos de venda, a Caja ajusta o valor contabilístico dos ativos pelo montante do referido excesso, por contrapartida da rubrica "Ganhos ou perdas de ativos não correntes e grupos de elementos para alienação classificados como detidos para venda não qualificados como operações descontinuadas" da demonstração de resultados. Caso ocorram aumentos posteriores do justo valor dos ativos, a Caja reverte as perdas anteriormente contabilizadas, aumentando o valor escriturado dos ativos até ao limite do montante anterior à eventual imparidade, por contrapartida da rubrica "Ganhos ou perdas em ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda não qualificados como operações descontinuadas", desde que este ativo não tenha ultrapassado o período médio de permanência em balanço de 3 anos.

No entanto, os ativos financeiros, os ativos resultantes de benefícios dos empregados, os ativos por impostos diferidos e os ativos por contratos de seguro que façam parte de um grupo de elementos para alienação ou de uma operação descontinuada, não são mensurados nos termos do disposto nos parágrafos anteriores, mas em conformidade com os princípios e normas aplicáveis a estas rubricas, que foram explicados nas secções anteriores da presente Nota.

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104572

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

Os resultados gerados pelas componentes da Caja que tenham sido considerados como operações descontinuadas são registados na rubrica "Resultados após impostos de operações descontinuadas" da demonstração de resultados, quer a componente da Caja tenha sido desreconhecida do ativo, quer permaneça no ativo no fecho do exercício. Se, posteriormente à sua apresentação como operações descontinuadas, as operações forem classificadas como continuadas, os respetivos rendimentos e gastos são apresentados, tanto na demonstração de resultados do exercício como na correspondente ao exercício comparativo que seja publicado nas contas anuais, nas rubricas adequadas de acordo com a sua natureza.

r) Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa consolidada utiliza certos conceitos que têm a definição seguinte:

- i) Fluxos de caixa: entradas e saídas de caixa e seus equivalentes, que são investimentos de curto prazo, de elevada liquidez e sujeitos a um baixo risco de alteração de valor.
- ii) Atividades operacionais: as atividades correntes da Caja e outras atividades que não podem ser classificadas como atividades de investimento ou de financiamento, bem como os juros pagos sobre qualquer financiamento recebido, ainda que correspondam a passivos financeiros classificados como atividades de financiamento.
- iii) Atividades de investimento: correspondentes à aquisição, alienação ou disposição por outros meios de ativos de longo prazo e outros investimentos não incluídos na caixa e seus equivalentes, tais como ativos tangíveis, ativos intangíveis, participações, ativos não correntes e passivos associados detidos para venda, instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda que sejam investimentos estratégicos e ativos financeiros incluídos na carteira de investimento ao custo amortizado.
- iv) Atividades de financiamento: atividades que resultam de alterações na dimensão e composição do capital próprio e dos passivos que não são atividades operacionais.

A Caja prepara a demonstração dos fluxos de caixa pelo método indireto.

s) Contribuições para o capital

As contribuições para o capital social da Caja são reconhecidas como capital próprio quando existe um direito incondicional a recusar o seu reembolso ou quando existirem proibições legais ou estatutárias para realizar o mesmo. Se a proibição de reembolso for parcial, o montante reembolsável que exceder a proibição é registado como uma rubrica específica com natureza de passivo financeiro. As remunerações das contribuições são registadas como gastos financeiros do exercício se corresponderem a contribuições contabilizadas como passivos financeiros e, no caso contrário, diretamente por contrapartida do capital próprio, como parte da distribuição de resultados da cooperativa.

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104573

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de Sócios de 7 de junho de 2011 foram alterados os Estatutos da Caja, entre outros aspetos, no que respeita ao tratamento das contribuições dos sócios, para adaptação às recomendações dos supervisores — nacionais e internacionais — sobre solvabilidade e capital social, o que ficou plasmado na Circular 4/2011 do Banco de Espanha, de tal forma que o reembolso de contribuições para o capital social requer, em qualquer caso, deliberação prévia e favorável do Conselho de Administração, e a remuneração é fixada sem caráter obrigatório, anualmente, pela Assembleia Geral de Sócios.

t) Demonstração das alterações no capital próprio

A demonstração das alterações no capital próprio que se apresenta nestas contas anuais mostra o total das variações ocorridas no capital próprio durante o exercício. Esta informação apresenta-se discriminada, por sua vez, em duas demonstrações: a demonstração dos rendimentos e gastos reconhecidos e a demonstração total das alterações no capital próprio. Em seguida, explicam-se as principais características da informação contida em ambas as partes da demonstração:

*Demonstração dos proveitos e gastos reconhecidos*

Nesta parte da demonstração das alterações no capital próprio apresentam-se os rendimentos e gastos gerados pela Caja em consequência da sua atividade durante o exercício, distinguindo aqueles registados como resultados na demonstração de resultados do exercício e os outros rendimentos e gastos registados, em conformidade com o disposto na legislação em vigor, diretamente no capital próprio.

Por conseguinte, nesta demonstração apresenta-se:

- a) O resultado do exercício.
- b) O montante líquido dos rendimentos e gastos reconhecidos transitoriamente como outro rendimento integral no capital próprio.
- c) O montante líquido dos rendimentos e gastos reconhecidos definitivamente no capital próprio.
- d) O imposto sobre o rendimento relativo às rubricas indicadas nas alíneas b) e c) anteriores.

As variações ocorridas nos rendimentos e gastos reconhecidos no capital próprio como “Outro rendimento integral acumulado” discriminam-se em:

- a) Ganhos ou perdas de valor contabilizados no capital próprio: inclui o montante dos rendimentos, líquidos dos gastos originados no exercício, reconhecidos diretamente no capital próprio. Os montantes reconhecidos no exercício nesta rubrica mantêm-se nesta rubrica, ainda que no mesmo exercício se transfiram para a demonstração de resultados, para o valor inicial de outros ativos ou passivos, ou sejam reclassificados para outra rubrica.

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104574

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

- b) Transferido para resultados: inclui o montante dos ganhos ou perdas por mensuração reconhecidos previamente no capital próprio, ainda que no mesmo exercício, que sejam reconhecidos na demonstração de resultados.
- c) Transferido para o valor contabilístico inicial dos elementos cobertos: inclui o montante dos ganhos ou perdas por mensuração reconhecidos previamente no capital próprio, ainda que no mesmo exercício, que sejam reconhecidos no valor inicial dos ativos ou passivos em consequência de coberturas de fluxos de caixa.
- d) Outras reclassificações: inclui o montante das transferências realizadas no exercício entre rubricas de "Outro rendimento integral acumulado", em conformidade com os critérios estabelecidos na regulamentação em vigor.

Os montantes destas rubricas apresentam-se pelo seu montante bruto, sendo mostrado o respetivo efeito impositivo na rubrica "Imposto sobre o rendimento relativo a elementos que podem ser reclassificados como ganhos ou perdas" ou "Imposto sobre o rendimento relativo a elementos que não serão reclassificados" da demonstração, consoante o caso.

#### Demonstração das alterações no capital próprio

Nesta parte da demonstração das alterações no capital próprio apresentam-se todas as alterações ocorridas no capital próprio, incluindo as que têm origem em alterações nos critérios contabilísticos e em correções de erros. Esta demonstração mostra, por conseguinte, uma conciliação do valor contabilístico no início e no fim do exercício de todas as rubricas que compõem o capital próprio, agrupando os movimentos ocorridos em função da sua natureza nas seguintes rubricas:

- a) Efeitos de correções de erros e de alterações nas políticas contabilísticas: incluem as alterações no capital próprio que decorrem da reexpressão retroativa dos saldos das demonstrações financeiras resultantes de alterações de critérios contabilísticos ou da correção de erros.
- b) Rendimentos e gastos reconhecidos no exercício: inclui, de forma agregada, o total das rubricas registadas na demonstração dos rendimentos e gastos reconhecidos anteriormente indicados.
- c) Outras variações do capital próprio: inclui todas as outras rubricas registadas no capital próprio, tais como aumentos ou diminuições do capital próprio, distribuição de resultados, operações com instrumentos de capital próprio, pagamentos com instrumentos de capital próprio, transferências entre rubricas de capital próprio e qualquer outro aumento ou diminuição do capital próprio.

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104575

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

u) Fundo de Educação e Promoção (F.E.P.)

As provisões efetuadas pela Caja para o Fundo de Educação e Promoção são reconhecidas como gasto do exercício quando forem obrigatórias. Quando forem efetuadas dotações adicionais esta são reconhecidas como aplicação do resultado.

Os gastos decorrentes do Fundo de Educação e Promoção cooperativa apresentam-se no balanço por dedução à rubrica "Outros passivos — Fundo de Educação e Promoção", sem que em caso algum sejam imputados à demonstração de resultados.

Os ativos tangíveis e os passivos afetos ao Fundo de Educação e Promoção apresentam-se em rubricas separadas do balanço.

v) Indemnização por despedimentos

Em conformidade com a legislação em vigor, existe a obrigação de indemnizar os colaboradores que possam ser despedidos sem justa causa. O gasto por indemnizações é registado no momento em que é tomada a decisão de efetuar o despedimento.

## 15. Apoio ao Cliente

O artigo 17.2 da Ordem ECO/734/2004, de 11 de março, sobre Departamentos e Serviços de Apoio ao Cliente e o Provedor do Cliente das Instituições Financeiras, estabelece que no relatório das contas anuais se deve resumir, brevemente, o conteúdo do relatório do Serviço de Apoio ao Cliente da Caja. O referido resumo é o seguinte:

- a) O Serviço de Apoio ao Cliente e o Provedor do Cliente receberam, no exercício de 2025, 155 queixas e 2 061 reclamações e, no exercício de 2024, 198 queixas e 4 813 reclamações.
- b) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, existiam 94 e 110 reclamações pendentes de resolução, respetivamente.

## 16. Gestão e controlo de riscos

O contexto em que se tem vindo a desenvolver a atividade económica nos últimos anos tem evidenciado a importância capital que a adequada gestão dos seus riscos assume para as instituições financeiras.

Para a Caja, a qualidade da gestão do risco constitui um dos seus sinais distintivos e um âmbito prioritário de atuação, tratando-se de um elemento diferenciador da sua gestão que, graças à combinação de políticas prudentes e à utilização de metodologias e procedimentos homogéneos e de eficácia comprovada, permite a obtenção recorrente e sólida de resultados, bem como uma confortável posição de solvabilidade.

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104576

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

Exceto nas matérias reservadas à Assembleia de Sócios da Entidade, o Conselho de Administração é o órgão máximo de decisão, cabendo-lhe, entre outras funções, a definição da estratégia, o estabelecimento e o acompanhamento do nível de tolerância ao risco e a aprovação da política de riscos, aprovando, por proposta da Direção de Topo ou do Comité designado para o efeito, as competências dos diferentes órgãos de decisão.

O Conselho de Administração envolve-se ativamente no acompanhamento e no controlo dos riscos assumidos, aprovando as operações que requereram a sua decisão e revendo a estratégia da Entidade, o nível de tolerância ao risco, a situação de liquidez, os resultados do processo de autoavaliação do capital e o modelo de controlo interno, sendo igualmente informado das conclusões das auditorias interna e externa. De igual modo, o Comité de Riscos é responsável por assessorar o Conselho de Administração sobre a apetência global pelo risco, atual e futura, da Entidade e a sua estratégia neste âmbito.

Para a gestão e controlo de riscos, o modelo de controlo interno da Caja conta com um sistema de três linhas de defesa, estruturado de forma a abranger as atividades e processos que originam os riscos e que determinam os responsáveis por estes.

A primeira linha de defesa é constituída pelas unidades de negócio, que são responsáveis pelo controlo no seu âmbito e pela execução das medidas fixadas pelas instâncias superiores.

A segunda linha é constituída pelas unidades de controlo, em particular, a unidade de cumprimento normativo e a unidade de controlo global do risco. Esta linha supervisiona o controlo das diversas unidades no respetivo âmbito de especialidade transversal, define as medidas de mitigação e melhoria necessárias e promove a sua correta implementação.

Finalmente, a terceira linha é constituída pela unidade de Auditoria Interna, que realiza uma revisão independente, verificando o cumprimento e a eficácia das políticas corporativas e proporcionando informação independente sobre o modelo de controlo. Entre as principais funções da Auditoria Interna destacam-se as seguintes:

- Avaliação da eficácia e eficiência dos Sistemas de Controlo Interno, assegurando o cumprimento da legislação em vigor e das políticas e regulamentos internos.
- Emissão de recomendações para corrigir as deficiências detetadas nos processos de revisão, dando-lhes seguimento.

Em complemento a estas linhas de defesa, para garantir um adequado entendimento estratégico e de controlo e gestão de riscos por parte da Caja, importa destacar o Mecanismo Institucional de Proteção (MIP) (Nota 1.4).

A Caja, para manter o perfil de risco moderado e prudente, estabelece um conjunto de métricas-chave relativamente aos níveis dos diversos riscos, à qualidade e recorrência dos resultados, à liquidez e à solvabilidade. Para cada uma destas métricas, definem-se níveis de tolerância ao risco que a Caja está disposta a assumir. Nas métricas mais relevantes, estabelecem-se adicionalmente os seus objetivos de longo prazo. Estes objetivos e níveis são atualizados e aprovados, pelo menos anualmente, pelo Conselho de Administração, por proposta do Comité de Riscos.

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104577

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

Todas as métricas têm definido um objetivo, uma tolerância e um limite. Em cada métrica, o objetivo é o valor que cumpre o apetite fixado; a tolerância marca o limiar (alerta) a partir do qual são tomadas medidas reforçadas de gestão, controlo e acompanhamento para regressar à situação objetivo; e, por último, o limite é o nível que a Caja não pretende ultrapassar em caso algum, dando origem, caso esta situação ocorra, à adoção de medidas contundentes para a recuperação de níveis conformes às diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração.

No desempenho desta função, são elaborados relatórios periódicos para o Conselho de Administração sobre os riscos assumidos e a sua composição, o nível de capitalização da Caja, a medição e o controlo dos riscos, bem como o ambiente de controlo interno existente e a sua adequação para assegurar uma gestão ordenada e prudente da atividade e dos riscos da Entidade, com especial atenção para os indicadores e métricas aprovados no Quadro de Apetência pelo Risco e no Plano de Recuperação.

#### Comités envolvidos na gestão e controlo de riscos

O Conselho de Administração da Caja é o órgão responsável por definir o quadro geral de controlo interno e de gestão de riscos. No quadro da gestão de riscos, a Caja dispõe de um sistema de delegação de competências em diferentes órgãos que, sob o mandato do Conselho de Administração, operacionalizam a capacidade executiva da direção de riscos com o objetivo de garantir o alinhamento destes com a estratégia da Caja em termos de negócio e solvabilidade, responsabilizando-se pela estratégia de gestão e acompanhamento dos riscos, bem como pelo esquema de delegação de competências. Da mesma forma, analisam e, se for caso disso, aprovam as operações de risco dentro dos respetivos níveis de atribuições, submetendo ao órgão superior aquelas que ultrapassem o seu nível de delegação.

A função de Gestão de Riscos da Caja é assegurada por diferentes órgãos que dispõem de garantia de autonomia e independência no exercício das suas competências, tendo como missão principal praticar os atos e cumprir os procedimentos necessários para o desenvolvimento das suas funções em tudo o que respeita à gestão de riscos.

Por um lado, o Conselho de Administração deliberou por unanimidade constituir um Comité de Riscos, composto por membros do Conselho, nomeados por este órgão tendo em conta os conhecimentos, aptidões e experiência.

As funções do Comité de Risco são as seguintes:

- Assessorar o Conselho de Administração sobre a propensão global para o risco, atual e futura, da Caja e a sua estratégia neste âmbito, e apoiá-lo na supervisão da aplicação dessa estratégia, sem prejuízo da responsabilidade direta do Conselho de Administração pelos riscos que a Entidade assuma.

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104578

Carimbo:  
CLASSE 8.<sup>a</sup>

- Intervir na análise prévia e apoiar o Conselho de Administração em todas as questões relativas ao Quadro de Apetência pelo Risco e ao Plano de Recuperação.
- Supervisionar a Política de Gestão de Riscos.
- Reavaliar, pelo menos anualmente, a lista dos riscos financeiros e não financeiros mais significativos, e avaliar o seu nível de tolerância, propondo o seu ajustamento ao Conselho de Administração, quando aplicável.
- Supervisionar se a política de preços dos ativos e passivos oferecidos aos clientes tem plenamente em conta o modelo empresarial e a estratégia de risco da Caja. Em caso contrário, o Comité de Riscos apresentará ao Conselho de Administração um plano para sanar essa situação.
- Avaliar os riscos associados aos produtos ou serviços financeiros oferecidos e ter em conta a coerência entre os preços atribuídos a esses produtos e serviços e os rendimentos obtidos.
- Supervisionar a execução das estratégias de gestão do capital e da liquidez, bem como todos os outros riscos relevantes da Entidade, como os riscos de mercado, de crédito, operacionais, incluindo os legais, tecnológicos, reputacionais, ambientais, sociais e de governação, com vista a avaliar a sua adequação à estratégia e à apetência pelo risco aprovados.
- Recomendar ao Conselho de Administração os ajustamentos na estratégia de risco que se considerem necessários em consequência, entre outros, de alterações no modelo de negócio da Entidade, da evolução do mercado ou de recomendações formuladas pela função de gestão de riscos da Entidade.
- Determinar, em conjunto com o Conselho de Administração, a natureza, a quantidade, o formato e a frequência da informação em matéria de riscos que o próprio Comité e o Conselho de Administração devam receber.
- Colaborar no estabelecimento de políticas e práticas de remuneração racionais. Para estes efeitos, o Comité de Riscos examinará, sem prejuízo das funções do Comité de Nomeações e Remunerações, se a política de incentivos prevista no sistema de remuneração tem em consideração o risco, o capital, a liquidez e a probabilidade e o momento da obtenção dos benefícios.
- Quaisquer outras que lhe sejam especificamente atribuídas por lei ou regulamento, ou por decisão do Conselho de Administração.

Adicionalmente, a Entidade dispõe de uma Comissão de Nomeações e Remunerações (denominada Comissão de Nomeações, Remuneração, Expansão e Eficiência), cumprindo os requisitos estabelecidos pela Lei 10/2014, de ordenação, supervisão e solvência das instituições de crédito.

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104579

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

Por outro lado, a Comissão de Auditoria constitui-se como um órgão interno de caráter informativo e consultivo, sem funções executivas e com poderes de informação, assessoria e proposta no seu âmbito de atuação. Neste caso, a Comissão de Auditoria presta apoio ao Conselho relativamente à supervisão dos sistemas de gestão de riscos, bem como discute com o auditor de contas as possíveis fragilidades significativas do sistema de controlo interno detetadas no desenvolvimento da auditoria, tudo isto sem afetar a sua plena independência.

Relativamente às funções de gestão de riscos, é o Conselho de Administração o responsável por zelar, com o apoio da Comissão de Auditoria e do Comité de Riscos, para que os responsáveis pelas referidas funções as exerçam com independência e com capacidade para apresentar recomendações ou propostas.

Adicionalmente, acrescenta-se a função de Controlo Global de Riscos, entre cujas tarefas se incluem:

- Identificar, medir e avaliar, numa perspetiva global, os riscos relevantes a que a Entidade está exposta no decurso da sua atividade.
- Desenhar, implementar e manter os sistemas de identificação, medição, informação e controlo desses riscos.
- Definir os procedimentos e mecanismos de controlo dos diferentes riscos.
- Avaliar e analisar as técnicas de mitigação de riscos utilizadas e as que possam ser utilizadas.
- Supervisionar e, se for caso disso, propor alterações na estrutura de limites e alertas internas que reforcem o controlo dos riscos e a sua consistência com o nível de tolerância definido pelo Conselho.
- Rever o nível de risco assumido e a sua adequação ao perfil estabelecido pelo Conselho de Administração, bem como a distribuição interna do capital.

Esta função é independente das áreas geradoras dos riscos, de modo a garantir-se a objetividade dos critérios de avaliação e a ausência de distorções nestes provocadas por considerações comerciais.

A área de Controlo Global do Risco, enquanto responsável pela realização da referida função, está dotada de autonomia relativamente às outras áreas da Entidade, possui substantividade própria e dispõe de recursos específicos para o cumprimento das suas funções. Deste modo, o responsável por esta área tem acesso ao Conselho de Administração.

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104580

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

A missão da área de Controlo Global do Risco consiste em realizar um acompanhamento e controlo do conjunto de todos os riscos de forma agregada, com o objetivo de apresentar uma perspetiva geral dos riscos assumidos pela Caja e poder transmitir esta visão aos órgãos de governo. Deste modo, dá-se a conhecer aos órgãos da Entidade do perfil de risco assumido, permitindo propor as políticas e procedimentos institucionais em matéria de gestão e controlo do risco. Entre as suas principais funções destacam-se a elaboração e o acompanhamento do Quadro de Apetência pelo Risco e do Plano de Recuperação, a elaboração do Relatório de Autoavaliação do Capital e da Liquidez (IACL), a elaboração e atualização dos Planos de Contingência de Capital e Liquidez, a recolha e disponibilização ao Banco de Espanha da informação solicitada no quadro do Plano de Resolução, a realização do acompanhamento das operações identificadas abaixo dos seus custos estimados, etc.

Finalmente, destaca-se também o Regulamento interno no âmbito do mercado de valores mobiliários, aplicado aos membros do Conselho de Administração, diretores e colaboradores que tenham acesso frequente ou habitual a informações relevantes relativas à própria Entidade ou a sociedades do grupo.

Os principais riscos identificados como materiais no Quadro de Apetência pelo Risco são o risco de crédito, o risco de liquidez, o risco de taxa de juro estrutural do balanço, o risco de diferencial de crédito (balanço estrutural), o risco de sustentabilidade ou ASG, o risco de mercado e o risco operacional.

#### **17. Risco de crédito**

Representa as perdas que a Caja sofreria no caso de um cliente ou de alguma contraparte incumprir as suas obrigações contratuais de pagamento, constituindo um risco relevante. Este risco inclui o risco de contraparte, o risco de concentração, o risco residual decorrente da utilização de técnicas de mitigação e o risco de liquidação ou entrega.

Os princípios que regem a gestão do risco de crédito da Caja são os seguintes:

- Envolvimento da Direção de Topo; o Conselho de Administração define a política de riscos da Entidade e delimita as atribuições dos diferentes níveis de decisão. Neste sentido, delega a execução das referidas políticas na Direção de Topo.
- Estabelecimento de políticas e procedimentos bem definidos e comunicados na Entidade para facilitar a gestão dos diversos riscos.
- Política de não concentração; um dos princípios básicos é a limitação da concentração de riscos com vista a diversificar e mitigar possíveis perdas.
- Prudência; a Caja tem como princípio não realizar atividades especulativas, pelo que a sua carteira de negociação é mínima.

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104581

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

- Segregação de funções; as funções de análise, formalização, acompanhamento e recuperação de ativos são totalmente independentes das unidades geradoras do risco.
- Visão global do risco; que exige uma função sólida de admissão, identificação e acompanhamento do risco autorizado.
- Política de preços e de afetação de capital adequada ao nível de risco assumido.
- Assegurar um adequado quadro de controlo interno sobre os processos de gestão de riscos, baseado em revisões internas e externas independentes.
- Adequação do modelo de gestão de risco à dimensão da Entidade e à diversidade e complexidade das atividades que desenvolve.

A Entidade conta com estruturas sólidas de análise, acompanhamento e recuperação, bem como com formação contínua nesta área para manter o nível de qualificação dos colaboradores da Caja.

#### **Análise de riscos e concessão**

A gestão do risco de crédito assenta na experiência e na cultura da Caja. A concessão de operações de crédito baseia-se numa estrutura descentralizada na qual as unidades de negócio, em função do seu nível, experiência, tipologia de risco e de negócio, têm delegados níveis máximos de montantes autorizáveis, acima dos quais as operações são escaladas para os níveis de decisão seguintes.

O critério principal e básico para a determinação da concessão é a capacidade de geração de recursos suficientes que permitam estimar o reembolso nas condições determinadas da operação creditícia por parte dos solicitantes. As garantias prestadas (executáveis e suficientes), como critério geral, constituem um elemento complementar e adicional à capacidade de pagamento.

Como enquadramento geral, são estabelecidos limites por tipologia de risco, de modo a diversificar a carteira de crédito da Caja, com vista a mitigar possíveis exposições a alterações externas, procurando garantir a rentabilidade e a cobrança dos investimentos.

Os requisitos e a documentação que cada processo de crédito deve conter estão definidos em função da tipologia tanto do cliente como da operação proposta, estando o seu grau de exigência diretamente relacionado com o montante do pedido e o seu grau de complexidade.

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Seio:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104582

Carimbo:  
CLASSE 8.<sup>a</sup>

Como políticas concretas estabeleceram-se as seguintes:

- Políticas de decisão: estabelecem-se níveis de autonomia para a tomada de decisão sobre operações de ativo pelos diferentes responsáveis pela gestão do risco de crédito.
- Políticas de exclusão: são estabelecidos critérios que, caso se verifiquem, não permitem a concessão da operação, salvo autorização expressa do órgão competente.
- Políticas de concentração: é estabelecido um limite máximo de concessão de riscos, a partir do qual não poderá ser aumentado o risco com o mutuário/grupo, salvo autorização expressa do órgão competente.
- Políticas de segmento: dada a especialização e tipologia dos nossos clientes, estabeleceram-se políticas relativas a pessoas singulares e a pessoas coletivas.
- Políticas de Grupos Económicos: são estabelecidos critérios para a análise e concessão em operações concedidas a grupos identificados pela Caja em função das inter-relações dos clientes, nas quais, para além da análise efetuada ao interveniente que solicita a referida operação, será necessário analisar o Grupo completo, bem como ter em conta esta circunstância para determinar o Órgão decisor.

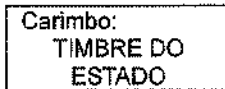
#### **Acompanhamento de riscos**

Para o controlo da qualidade creditícia e a antecipação na recuperabilidade do investimento, encontra-se definida a função de acompanhamento do risco, à qual estão afetos recursos concretos. A referida função de acompanhamento procura evitar o incumprimento por parte do cliente das obrigações de pagamento contraídas com a Caja e analisar de forma dinâmica o endividamento e a solvabilidade do cliente para prevenir e evitar problemas futuros. A Caja dispõe de um estudo rigoroso do risco de crédito assumido com os clientes, baseado na sua exposição ao risco e na sua situação económico-financeira.

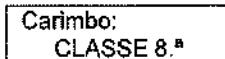
O acompanhamento da carteira de crédito global e dos mutuários é realizado como uma função-chave e prioritária tanto na qualidade da carteira como na prevenção da mora. O acompanhamento eficiente e eficaz dispõe de alertas que indicam uma possível deteção de incidências, tanto internas como externas, documentação do mutuário atualizada, e software de gestão que viabiliza estes aspetos.

O acompanhamento tem uma dupla visão:

- Acompanhamento preventivo: baseado em alertas que permitem detetar alterações nas condições iniciais do cliente, bem como na segmentação dos mesmos. Para levar a cabo esta tarefa, estes alertas foram incorporados em aplicações em funcionamento na Caja, com o objetivo de facilitar a gestão e a deteção de um possível agravamento da situação do cliente com base numa análise da sua atividade habitual.



009104583



- Acompanhamento da carteira: estruturado em diversos parâmetros (zona, tipo de pessoa, setor, etc.) que permitem dispor de dados segmentados da carteira de crédito da Caja, bem como da sua evolução.

### **Modelos de notação**

Em linha com a política geral do risco de crédito, a Entidade dispõe de modelos de notação (*scorings* e *ratings*) que apoiam os processos de admissão e acompanhamento do risco. Estes modelos incorporam de forma homogénea as diversas variáveis de risco relevantes para as operações ou o segmento de clientes em questão, proporcionando uma notação e uma probabilidade de incumprimento associada a essa notação, que são tidas em conta para a tomada de decisões de forma objetiva e permitem, adicionalmente, ordenar a qualidade creditícia das operações e/ou contrapartes numa base homogénea.

### **Refinanciamento e reestruturação de operações**

A Circular 4/2017 estabelece referências para a adequada identificação, classificação e cobertura das operações de refinanciamento. A Caja revê continuamente a adequada classificação das operações de refinanciamento e/ou reestruturação, bem como as provisões constituídas para estas operações.

Foi igualmente incorporada na ferramenta de tramitação e decisão de riscos e na plataforma bancária a informação necessária que permita a identificação e a análise individualizada desta tipologia de operações, bem como a proposta de classificação que estas deveriam ter com base nos critérios estabelecidos pelo Banco de España na referida regulamentação. Aplicando ainda as oportunas provisões sobre os referidos acordos em função da classificação adotada.

A Entidade dispõe de uma política orientada para utilizar o refinanciamento, a reestruturação, a renovação e a renegociação de operações como instrumentos de gestão do risco de crédito que, utilizados adequadamente, visam melhorar a qualidade do risco a partir de análises individualizadas, orientadas para conferir viabilidade económica aos mutuários e às operações.

O acompanhamento do risco é tarefa fundamental para conseguir antecipar situações problemáticas. O objetivo principal é duplo:

- Dar viabilidade ao mutuário (concessão de um período de carência, aumento do prazo, etc.).
- Melhorar, na medida do possível, a posição de risco da Entidade (melhoria das garantias).

Após a análise caso a caso, avalia-se o potencial risco de incumprimento e reconhecem-se as quantias que se estimam irrecuperáveis, procedendo-se à contabilização das provisões necessárias para cobrir a perda.

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104584

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

Existe um sistema interno de informação que permite a individualização e o acompanhamento das operações refinanciadas, reestruturadas, renovadas e renegociadas. Adicionalmente, foi implementado um procedimento periódico de revisão individualizada das operações com o objetivo de supervisionar a evolução desta carteira e a adequação da sua classificação.

Os requisitos que, com caráter geral, este tipo de operações deve reunir são os seguintes:

- Incorporar uma análise atualizada da situação económico-financeira do mutuário, que sustente a capacidade de pagamento para cumprir as obrigações financeiras decorrentes da operação.
- Avaliar a eficácia das garantias prestadas. Para estes efeitos, consideram-se garantias eficazes as seguintes:
  - Garantias pignoratórias sobre depósitos em dinheiro, instrumentos de capital próprio e títulos de dívida.
  - Garantia hipotecária sobre habitações, escritórios e estabelecimentos polivalentes e prédios rústicos.
  - Garantias pessoais (avales, fianças, novos titulares, etc.) que cubram plenamente o risco garantido.
- Avaliar o historial de cumprimento do mutuário e/ou da operação, em particular a existência de refinanciamentos ou reestruturações anteriores.

#### Impactos nas coberturas por risco de crédito dos setores da economia espanhola

Os acontecimentos sociais e políticos que tiveram lugar nos últimos anos estão a gerar diversos impactos no contexto macroeconómico global que originaram perturbações, instabilidade e volatilidade significativas nos mercados mundiais.

A incerteza sobre a evolução da economia torna necessário que persistam as recomendações dos reguladores contabilísticos e dos supervisores bancários, orientadas para a adoção de medidas específicas com vista a mitigar os efeitos que possam ocorrer, tanto no cálculo das perdas esperadas ao abrigo da norma aplicável como em matéria de solvabilidade, instando as entidades a avaliar toda a informação disponível e atribuindo maior ponderação às previsões de longo prazo do que à situação económica de curto prazo.

O denominador comum de todas as recomendações é que, considerando o elevado grau de incerteza, é aconselhável e necessário extremar a prudência e tomar todas as medidas que permitam à Caja antecipar e minimizar os impactos no seu balanço e na demonstração de resultados.

Neste sentido, a Caja considera as referidas recomendações no cálculo das perdas esperadas por risco de crédito ao abrigo da norma aplicável do Anexo 9 da Circular 4/2017, considerando o impacto que o contexto macroeconómico, as incertezas sobre as taxas de juro e a evolução da taxa de mora podem ter na rentabilidade dos diversos setores de atividade da economia espanhola, pelo que para o cálculo das referidas perdas se consideraram, entre outras, as seguintes recomendações:

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104585

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

- Identificar os setores ou grupos de mutuários mais vulneráveis no seu âmbito de atuação, com o objetivo de efetuar uma gestão ativa dos seus riscos e reconhecer prudentemente as provisões para imparidade para alcançar níveis de cobertura conservadores.
- Manter atualizadas as avaliações dos bens dados em garantia e dos bens executados, tomando em consideração novas circunstâncias do mercado imobiliário e quantificar possíveis impactos em caso de quedas nos preços dos imóveis.

Considerando o exposto, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Caja mantém, a este título, perdas por imparidade por risco de crédito, adicionais às exigidas no Anexo 9 da Circular 4/2017, no montante de 78 968 e 98 280 milhares de euros, respetivamente.

### Exposição ao risco de crédito

De seguida, apresenta-se o nível máximo de exposição ao risco de crédito assumido pela Caja em 31 de dezembro de 2025 e 2024, sem deduzir as garantias reais nem outras melhorias de crédito recebidas para assegurar o cumprimento das obrigações pelos devedores:

Tipos de instrumentos	Milhares de Euros							Total
	Em 31 de dezembro de 2025							
	Outros depósitos à ordem	Ativos financeiros detidos para negociação	Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente mensurados pelo justo valor através de resultados	Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	Ativos financeiros ao custo amortizado	Derivados - contabilidade de cobertura	Exposições extrapatrimoniais	
Instrumentos de dívida	169 425	-	726	264 528	9 206 314	-	-	9 640 993
Depósitos em instituições de	169 425	-	-	-	199 180	-	-	368 605
Títulos de dívida	-	-	726	264 528	1 210 798	-	-	1 476 052
Empréstimos e adiantamentos a	-	-	-	-	7 796 336	-	-	7 796 336
Compromissos de empréstimos	-	-	-	-	-	-	737 705	737 705
Garantias financeiras concedidas	-	-	-	-	-	-	111 379	111 379
Outros compromissos assumidos	-	-	-	-	-	-	62 855	62 855
Outros	-	305	-	-	-	45 237	-	45 542
	169 425	305	726	264 528	9 206 314	45 237	911 939	10 598 474

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104586

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

Milhares de Euros								
Em 31 de dezembro de 2024								
Tipos de instrumentos	Outros depósitos à ordem	Ativos financeiros detidos para negociação	Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente mensurados pelo justo valor através de resultados	Ativos financeiros ao justo valor através de rendimento integral	Ativos financeiros ao custo amortizado	Derivados - contabilidade de cobertura	Exposições extrapatrimoniais	Total
Instrumentos de dívida	148 107	-	1 987	272 693	8 597 872	-	-	9 020 659
Depósitos em instituições de	148 107	-	-	-	177 429	-	-	325 536
Títulos de dívida	-	-	1 987	272 693	1 111 673	-	-	1 386 353
Empréstimos e adiantamentos a	-	-	-	-	7 308 770	-	-	7 308 770
Compromissos de empréstimos	-	-	-	-	-	-	689 166	689 166
Garantias financeiras concedidas	-	-	-	-	-	-	100 381	100 381
Outros compromissos assumidos	-	-	-	-	-	-	60 394	60 394
Outros	-	634	-	-	-	10 659	-	11 293
	148,107	634	1 987	272 693	8 597 872	10 659	849 941	9 881 893

De seguida, apresenta-se a desagregação por contraparte dos “Empréstimos a clientes” sem incluir adiantamentos, com detalhe do montante coberto por cada uma das principais garantias e a distribuição dos financiamentos com garantia real em função da percentagem do valor contabilístico dos financiamentos sobre o montante da última avaliação ou valoração da garantia disponível:

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104587

31 de dezembro de 2025

	Milhares de Euros						
	Empréstimos com garantia real. Valor contabilístico sobre o montante da última avaliação disponível ( <i>loan to value</i> )						
	Dos quais: Garantia imobiliária	Dos quais: Restantes garantias reais	Inferior ou igual a 40%	Superior a 40% e inferior ou igual a 60%	Superior a 60% e inferior ou igual a 80%	Superior a 80% e inferior ou igual a 100%	Superior a 100%
<b>Total</b>	336 215	5 854	2 052	1 019	1 284	1 499	-
Administrações Públicas	-	-	-	-	-	-	-
Outras sociedades financeiras e empresários em nome individual (atividade empresarial financeira)	78 781	983	11 391	662	526	17	11 019
Sociedades não financeiras e empresários em nome individual (atividade empresarial não financeira) (discriminadas segundo a finalidade)	2 561 170	825 867	113 130	355 401	151 324	43 435	73 207
- Construção e promoção imobiliária (incluindo terrenos)	64 268	48 813	1 175	28 344	14 223	7 064	245
- Construção de obras de engenharia civil	-	-	-	-	-	-	-
- Restantes finalidades	2 496 902	777 054	111 955	327 057	301 407	144 260	43 190
Grandes empresas	883 423	85 151	41 035	42 309	26 183	16 772	18 669
PME e empresários em nome individual	1 613 479	691 903	70 920	284 748	275 224	127 488	24 521
Outras famílias e ISFLSF	4 812 100	4 346 127	7 859	657 236	1 176 886	1 917 993	503 423
- Habitação (aquisição e reabilitação)	4 059 086	4 045 271	662	556 727	1 072 801	1 826 533	494 254
- Consumo	283 581	26 176	2 091	8 615	7 926	10 395	325
- Outras finalidades (*)	469 433	274 680	5 106	91 894	96 159	81 065	6 163
<b>TOTAL</b>	<b>7 788 266</b>	<b>5 178 831</b>	<b>132 380</b>	<b>1 015 351</b>	<b>1 493 685</b>	<b>2 071 127</b>	<b>546 374</b>
<b>INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR</b>							
Operações de refinanciamento, refinanciadas e reestruturadas	103 446	85 043	111	42 741	17 366	13 976	5 435
							5 636

(\*) Inclui ISFLSF

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

Selos:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104588

31 de dezembro de 2024

	Milhares de Euros						
	Empréstimos com garantia real. Valor contábilístico sobre o montante da última avaliação disponível ( <i>loan to value</i> )						
	Total	Dos quais: Garantia imobiliária	Dos quais: Restantes garantias reais	Inferior ou igual a 40%	Superior a 40% e inferior ou igual a 60%	Superior a 60% e inferior ou igual a 80%	Superior a 80% e inferior ou igual a 100%
Administrações Públicas	431 374	6 144	14	1 989	1 305	2 864	-
Outras sociedades financeiras e empresárias em nome individual (atividade empresarial financeira)	115 023	615	27	257	119	266	-
Sociedades não financeiras e empresárias em nome individual (atividade empresarial não financeira) (discriminadas segundo a finalidade)	2 561 393	812 496	116 704	346 669	329 018	124 557	60 089
- Construção e promoção imobiliária (incluindo terrenos)	68 826	53 424	1 159	25 801	9 057	11 817	7 630
- Construção de obras de engenharia civil	93	-	-	-	-	-	-
- Resistentes finalidades	2 492 474	759 072	115 545	320 868	319 961	112 740	61 235
Grandes empresas	959 190	98 682	35 700	47 389	30 865	26 223	13 970
PME e empresários em nome individual	1 533 284	660 390	79 845	273 479	289 096	86 517	47 265
Outras famílias e ISFLSF	4 192 978	3 762 612	8 648	575 619	987 867	1 611 221	440 736
- Habitação (aquisição e reabilitação)	3 494 737	3 481 147	1 147	485 384	890 534	1 535 770	429 451
- Consumo	252 360	22 967	2 122	7 527	7 759	7 629	1 589
- Outras finalidades (*)	445 881	258 498	5 379	82 708	89 574	67 822	9 696
<b>TOTAL</b>	<b>7 300 768</b>	<b>4 581 867</b>	<b>125 393</b>	<b>924 534</b>	<b>1 318 309</b>	<b>1 738 908</b>	<b>509 601</b>
INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR							
Operações de refinanciamento, refinanciadas e reestruturadas	126 254	103 533	126	41 397	23 628	22 805	9 226
							6 604

(\*) Inclui ISFLSF

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104589

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

O principal fator na análise e decisão das operações de ativo concedidas pela Caja é a capacidade de geração de recursos por parte dos solicitantes, tanto pessoas singulares como coletivas, para fazer face às obrigações contraídas. Adicionalmente, a Caja procura, como instrumento fundamental na gestão do risco de crédito, que os ativos financeiros adquiridos ou contratados disponham de garantias reais e de outras melhorias de crédito adicionais à própria garantia pessoal do devedor. As políticas de análise e seleção de risco da Caja definem, em função das diversas características das operações (tais como finalidade do risco, contraparte, prazo, consumo de recursos próprios, etc.), as garantias reais ou melhorias de crédito de que estas devem dispor, adicionalmente à própria garantia real do devedor, para proceder à respetiva contratação.

A avaliação das garantias reais é efetuada em função da natureza da garantia real recebida. Como regra geral, as garantias reais sob a forma de bens imóveis são avaliadas pelo valor resultante de avaliação efetuada por entidades independentes em conformidade com as normas estabelecidas pelo Banco de Espanha para o efeito no momento da contratação. No caso de existirem evidências de perdas de valor destas garantias, naqueles casos em que ocorra algum agravamento da solvabilidade do devedor que indicie a necessidade de se recorrer a estas garantias ou quando tal esteja previsto em normas internas alinhadas com as diretrizes definidas pelo Banco de Espanha, esta avaliação é atualizada em conformidade com estes mesmos critérios. Os avales e garantias reais similares são quantificados pelo montante garantido nas referidas operações. Por sua vez, as garantias sob a forma de depósitos dados em penhor são avaliadas pelo valor desses depósitos.

**18. Risco de liquidez, de taxa de juro, estrutural do balanço, de diferencial de crédito (balanço estrutural), de sustentabilidade ou ASG, de mercado e operacional**

a) Risco de liquidez

O risco de liquidez define-se como a perda potencial pela indisponibilidade, a preços razoáveis, de fundos para cumprir atempadamente os compromissos assumidos e financiar a atividade de investimento da Caja.

A gestão da liquidez na Caja é efetuada de forma integral, procurando cumprir os requisitos regulamentares e alcançar uma rentabilidade adequada aos objetivos estratégicos e à apetência pelo risco estabelecidos pelo Conselho de Administração, apoiando o crescimento da sua atividade e a manutenção de notações externas elevadas em termos comparativos com o setor. Esta gestão inclui a obtenção de financiamento nos mercados grossistas, se necessário, ao menor custo possível a médio e longo prazo, sendo o objetivo manter um nível ótimo de ativos líquidos segundo uma política prudente.

O Quadro de Apetência pelo Risco estabelece os objetivos e o nível de risco que a Caja está disposta a assumir em relação ao risco de liquidez.

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104590

Carimbo:  
CLASSE 8.<sup>a</sup>

Para o efeito, de forma adequada à complexidade, ao perfil de risco e ao tipo de negócio da Entidade, esta estabeleceu estratégias, políticas, procedimentos e sistemas sólidos para a identificação, medição, gestão e acompanhamento do risco de liquidez num conjunto adequado de horizontes temporais, com o objetivo de garantir, entre outras finalidades, a manutenção de uma “almofada” de liquidez apropriada.

Os fatores-chave para resolver problemas de liquidez residem na antecipação e na gestão preventiva. Consciente disso, a Entidade considera ambos os aspetos como as suas primeiras linhas de defesa face aos potenciais efeitos adversos de uma situação de falta de liquidez sobre os seus resultados, reputação e solvabilidade.

O Comité de Ativos e Passivos (COAP) é responsável pelo controlo e acompanhamento do risco de liquidez. O COAP não é um órgão executivo, mas apenas propõe políticas e procedimentos de gestão que têm como objetivo garantir, a todo o momento, a disponibilidade a preços razoáveis de fundos que permitam cumprir atempadamente os compromissos assumidos e financiar o crescimento da sua atividade de investimento.

As principais métricas utilizadas para o controlo da liquidez são, entre outras:

- **Rácio de cobertura de liquidez de curto prazo (LCR)**, que identifica os ativos líquidos de livre disposição necessários para cobrir as saídas líquidas de liquidez em 30 dias sob um cenário de stress específico. O cenário incorpora não apenas situações críticas da Entidade, mas também dos mercados.
- **Rácio estrutural (NSFR)**, que avalia as necessidades estáveis de financiamento da Entidade num horizonte de um ano, com o objetivo de assegurar que estas são cobertas com fontes de financiamento que beneficiem também de estabilidade.
- **Rácio *Loan to Deposit*** ou relação entre o investimento creditício e os recursos de clientes, com vista a monitorizar permanentemente a existência de níveis adequados de autofinanciamento do investimento creditício em balanço.
- **Gap de liquidez**, que fornece informação sobre os movimentos de fluxos de caixa com vista a detetar a existência de desfasamentos temporais entre recebimentos e pagamentos. O controlo estático é efetuado no final de cada trimestre civil, através do calendário de vencimentos obtido com os saldos vivos nessa data.
- **Rácio de ativos livres de ónus elegíveis junto do Banco Central**, que mede a percentagem de ativos e colaterais livres de ónus e elegíveis para financiamento colateralizado do Banco Central sobre o total de depósitos não colateralizados.

Adicionalmente, são efetuadas projeções de cenários em situações de normalidade e de esforço, tendo sido estabelecidos limiares de alerta e medidas no quadro do Plano de Contingência de liquidez elaborado pela Entidade.

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104591

Carimbo:  
CLASSE 8.\*

De seguida, é apresentada uma análise em 31 de dezembro de 2025 e 2024 dos ativos e passivos financeiros da Caja agrupados pela sua maturidade, considerando o período pendente desde a data do balanço até à data de vencimento contratual ou, se aplicável, à data em que se espera o seu desreconhecimento, obtida em função da experiência histórica da Caja, sem ter em conta, quando aplicável, os ajustamentos de avaliação nem as correções de valor por imparidade constituídas:

	<b>Milhares de euros</b>		
	<b>2025</b>		
	<b>Ativo</b>	<b>Passivo</b>	<b>Gap de liquidez líquido</b>
Até 1 mês	1 964 649	(3 794 973)	(1 830 324)
Entre 1 mês e 3 meses	467 880	(696 951)	(229 071)
Entre 3 meses e 1 ano	1 484 485	(1 919 192)	(434 707)
Entre 1 ano e 5 anos	3 954 044	(1 123 888)	2 830 156
Mais de 5 anos	5 184 792	(2 526 432)	2 658 360
	13 055 850	(10 061 436)	2 994 414

	<b>Milhares de euros</b>		
	<b>2024</b>		
	<b>Ativo</b>	<b>Passivo</b>	<b>Gap de liquidez líquido</b>
Até 1 mês	1 514 195	(3 350 463)	(1 836 268)
Entre 1 mês e 3 meses	427 840	(572 204)	(144 364)
Entre 3 meses e 1 ano	1 267 611	(1 718 837)	(451 226)
Entre 1 ano e 5 anos	4 014 640	(989,905)	3 024 735
Mais de 5 anos	4 277 963	(2,548 772)	1 729 191
	11 502 249	(9 180 181)	2 322 068

A análise é efetuada sobre os ativos e passivos financeiros sensíveis do balanço. As obrigações de titularização detidas no balanço da Caja em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e que, para efeitos contabilísticos, se registam no passivo do balanço, líquidas do montante de “Depósitos de clientes”, são incluídas, para efeitos da análise do “Gap de liquidez”, na coluna dos ativos.

O equilíbrio e o controlo do desequilíbrio das maturidades e das taxas de juro de ativos e passivos são fundamentais para a gestão da Caja. É invulgar nas instituições de crédito que ocorra um equilíbrio perfeito, uma vez que as operações realizadas são, frequentemente, de prazo incerto e de natureza diversa. Uma situação de desequilíbrio aumenta potencialmente a rentabilidade, mas também acresce o risco de perdas.

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104592

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

As maturidades dos ativos e dos passivos e a capacidade de substituir, a um custo aceitável, os passivos remunerados, bem como as respetivas maturidades, são fatores importantes no cálculo da liquidez da Caja e da sua exposição a alterações nas taxas de juro e nas taxas de câmbio.

b) Risco de taxa de juro estrutural do balanço

O risco de taxa de juro estrutural do balanço define-se como a possibilidade de sofrer perdas decorrentes do impacto negativo das variações das taxas de juro. Este risco varia em função da estrutura e da data de depreciação dos ativos, passivos e operações extrapatrimoniais.

O Quadro de Apetência pelo Risco estabelece os objetivos e os níveis de risco a assumir em matéria de risco de taxa de juro.

O Comité de Ativos e Passivos (COAP na sua sigla em espanhol) é responsável pelo controlo e acompanhamento do risco de taxa de juro. O COAP não é um órgão executivo, pelo que apenas propõe políticas e procedimentos de gestão, tendo sido fixado um duplo objetivo: reduzir a sensibilidade da margem financeira às variações das taxas de juro e preservar o valor económico da Caja.

A medição do risco de taxa de juro no balanço global é efetuada com base no cálculo do gap e da sensibilidade da margem financeira e do valor patrimonial perante variações das taxas de juro:

- O **gap de taxa de juro** baseia-se na análise dos desfasamentos no perfil de maturidades ou refixação do preço das diferentes massas de ativos e passivos em diferentes intervalos temporais.
- A **sensibilidade da margem financeira** é avaliada com base na projeção num horizonte temporal de 12 meses em conformidade com os cenários estabelecidos pelo Banco de Espanha e pela Autoridade Bancária Europeia.
- Por seu turno, a **sensibilidade do valor patrimonial** permite obter uma visão do risco de taxa de juro assumido pela Entidade a longo prazo. Através do conceito de duração, é possível estimar a variação que o valor económico da Entidade registaria perante alterações das taxas de juro.

De seguida, é apresentado o Gap de sensibilidade em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Para elaborar o quadro anexo foram utilizadas as datas contratuais de revisão das taxas de juro no caso de operações de taxa variável, e para as operações de taxa fixa foi utilizada a data de vencimento contratual ou esperada em função da experiência histórica da Caja, sem ter em conta, quando aplicável, os ajustamentos de avaliação nem as correções de valor por imparidade constituídas:

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104593

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

	Milhares de euros		
	2025		
	Ativo	Passivo	Gap de refixação de preço
Até 1 mês	2 625 476	(3 810 588)	(1 185 ) ]2)
Entre 1 mês e 3 meses	1 464 167	(735 655)	728 512
Entre 3 meses e 1 ano	2 807 578	(1 929 367)	878 211
Entre 1 ano e 5 anos	2 648 945	(1 041 696)	1 607 249
Mais de 5 anos	1 488 014	(2 510 604)	(1 022 590)
	11 034 180	(10 027 910)	1 006 270

	Milhares de euros		
	2024		
	Ativo	Passivo	Gap de refixação de preço
Até 1 mês	2 302 072	(3,381 270)	(1 079 198)
Entre 1 mês e 3 meses	1 208 522	(632 800)	575 722
Entre 3 meses e 1 ano	2 626 898	(1 715 710)	911 188
Entre 1 ano e 5 anos	2 394 681	(895 456)	1 499 225
Mais de 5 anos	1 399 449	(2 511 783)	(1 112 334)
	9 931 622	(9 137 019)	794 603

A análise é efetuada sobre os ativos e passivos financeiros sensíveis do balanço. As obrigações de titularização detidas no balanço da Caja em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e que, para efeitos contabilísticos, se registam no passivo do balanço, líquidas do montante de “Depósitos de clientes”, são incluídas, para efeitos da análise do “Gap de refixação de preço estático”, na coluna dos ativos.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Caja efetuou uma análise de sensibilidade destinada a avaliar o impacto que a variação das taxas de juro teria sobre a sua margem financeira num determinado intervalo. O efeito, na margem financeira dos exercícios de 2025 e 2024, de um aumento de 200 pontos base nas taxas de juro corresponderia a um aumento de 23 931 e 18 749 milhares de euros, respetivamente, e o efeito de uma diminuição de 200 pontos base corresponderia a uma redução de 37 582 e 28 625 milhares de euros, respetivamente, nas datas mencionadas.

c) Risco de spread de crédito

O CSRBB (“Credit Spread Risk in the Banking Book” ou risco de spread de crédito de atividades alheias às de negociação) é o risco resultante de alterações no preço de mercado do risco de crédito, de liquidez e potencialmente de outras características de instrumentos com risco creditício que não está abrangido noutro quadro prudencial existente, como o IRRBB, nem no risco de crédito esperado ou de incumprimento imediato. Deste modo, o quadro CSRBB compreende basicamente uma combinação de dois elementos:

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104594

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

- Alterações do *spread* de crédito de mercado ou do preço de mercado do risco de crédito, que representam o prémio de risco de crédito exigido pelos participantes no mercado para uma qualidade creditícia determinada.
- Alterações do diferencial de liquidez de mercado, que representa o prémio de liquidez que determina a apetência do mercado para os investidores e a presença de compradores e vendedores dispostos a operar.

O CSRBB não inclui o efeito de alterações na qualidade creditícia durante o período de observação (por exemplo, subidas ou descidas da notação de uma contraparte ou instrumento específico, que se considera risco de migração).

A Entidade desenvolveu um Manual específico aprovado pelo seu Conselho de Administração. O referido manual é estruturado em torno de uma série de capítulos com o seguinte conteúdo:

1. Objetivos de gestão do risco CSRBB, devidamente articulados com os princípios de gestão de riscos da Caja.
2. Estrutura organizativa e governação (enquadrada no âmbito da gestão ALM — riscos estruturais do balanço).
3. Metodologias de identificação, medição e simulação da exposição.
4. Reporting.
5. Acompanhamento e controlo de métricas de exposição.

d) Risco de Sustentabilidade ou ASG

Os riscos de sustentabilidade ou ASG definem-se como qualquer acontecimento ou estado ambiental, social ou de governação que, a ocorrer, possa produzir um efeito material negativo real ou possível sobre o valor dos investimentos, podendo distinguir-se entre:

- Riscos ambientais:
  - Riscos ambientais, decorrentes da exposição a setores, empresas ou projetos que possam ser negativamente afetados por fatores naturais ou que causem dano significativo ao ecossistema.
  - Riscos climáticos, que decorrem de uma alteração no clima. Neste sentido, podem ter impacto nos sistemas físicos (infraestruturas, logística, etc.) ou um impacto decorrente da transição para economias de baixo carbono em consequência de alterações regulamentares, mudanças nas tendências do mercado, novas tecnologias ou variações na perceção do desempenho relativamente às alterações climáticas.

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104595

Carimbo:  
CLASSE 8.<sup>a</sup>

- Riscos sociais decorrentes da exposição das instituições a contrapartes que possam ser potencialmente afetadas de forma negativa por fatores sociais. Estes fatores estão relacionados com os direitos, o bem-estar e os interesses das pessoas e comunidades que podem ter um impacto nas atividades das contrapartes. Os riscos sociais incluem os riscos relacionados com alterações sociais, riscos do mercado de trabalho, os riscos de segurança do produto e de proteção do consumidor e os riscos de discriminação ou ameaça a culturas e grupos étnicos.
- Riscos de governação, ligados à exposição das instituições a contrapartes que possam ser potencialmente afetadas de modo negativo por fatores de governação. Os fatores de governação abrangem as práticas de governação das contrapartes das instituições, incluindo os fatores ASG nas políticas e procedimentos sob a direção das contrapartes. É possível identificar diversos fatores que originam riscos de governação, tais como os riscos decorrentes de considerações éticas e de conduta questionáveis, o risco de estratégia e gestão de riscos ou riscos de transparência.

Para a gestão dos riscos ASG, a Caja definiu um roteiro “Plano Diretor de Sustentabilidade” que, em conjunto com a Política Geral de Sustentabilidade, define os planos táticos e estratégicos em matéria de sustentabilidade. Ambos os documentos foram aprovados e são objeto de atualização pelo Conselho de Administração da Entidade.

e) Risco de mercado

A definição de risco de mercado consiste na possibilidade de sofrer perdas perante movimentos adversos nos preços das obrigações, dos títulos ou das mercadorias, ou nas taxas de câmbio das moedas dos ativos financeiros detidos para negociação. A Caja mantém uma atividade reduzida de negociação nos mercados. Neste sentido, nas referidas datas, a Caja não está exposta, ou não está exposta de forma significativa, ao risco de taxa de câmbio e ao risco de flutuações das matérias-primas.

No capital próprio, poderiam ter efeito as alterações nos preços:

- Dos Títulos de dívida classificados como ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, sobretudo devido às variações nas taxas de juro (ver nota 18.b) ou por variação no risco de crédito (notação) das contrapartes destes valores. Como pode observar-se na Nota 21, em 31 de dezembro de 2025, 98% destes valores correspondem a dívida soberana (99% em 31 de dezembro de 2024). Uma subida de 100 pontos base nas taxas de juro teria um efeito negativo de 582 milhares de euros no justo valor da carteira de dívida soberana (653 milhares de euros no exercício de 2024).

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104596

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

- Os instrumentos de capital próprio classificados como ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, embora em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Caja não tenha estado exposta de forma significativa a este risco, dado que as suas principais posições correspondem, fundamentalmente, a investimentos em entidades que têm um caráter instrumental ou de extensão da sua atividade (ver Nota 21). Como tal, dada a exposição limitada, não foi considerado necessário, nas referidas datas, efetuar uma análise de sensibilidade sobre este risco.

f) Risco operacional

O risco operacional define-se como a possibilidade de incorrer em perdas resultantes da inadequação ou de falhas nos processos, sistemas e pessoas, bem como de eventos externos, entre os quais se identificam aspetos ambientais ou sociais. Inclui o risco tecnológico, jurídico e de conformidade legal.

A Caja já implementou um modelo de gestão e controlo do risco operacional para, entre outros aspetos, intensificar os controlos e reduzir as perdas ou prejuízos derivados deste risco, fomentando uma cultura interna orientada para a melhoria contínua.

Adicionalmente, durante os exercícios de 2025 e 2024 foi atualizado o Plano de Continuidade de Negócio da Caja, no qual se descrevem as atividades de prevenção, deteção e recuperação a realizar perante potenciais ameaças de caráter extraordinário.

**19. Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem**

A desagregação desta rubrica nos balanços a 31 de dezembro de 2025 e 2024 é a seguinte:

	Milhares de Euros	
	2025	2024
Caixa	63 729	58 612
Saldos equivalentes de caixa em bancos centrais	1 460 582	1 030 135
Outros depósitos à ordem	169 425	148 107
	<u>1 693 736</u>	<u>1 236 854</u>

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, “Caixa” inclui saldos depositados em caixa pela Entidade.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, “Saldos equivalentes de caixa em bancos centrais” incluem depósitos *overnight* junto do Banco de Espanha. Sobre o referido saldo foi aplicada durante os exercícios de 2025 e 2024 uma taxa de juro média devedora de 2,25% e 3,77%, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, “Outros depósitos à ordem” incluem saldos à ordem em instituições de crédito. Sobre os referidos saldos foi aplicada durante os exercícios de 2025 e 2024 uma taxa de juro média devedora de 2,24% e 3,08%, respetivamente.

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104597

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

## 20. Ativos e passivos financeiros detidos para negociação

A desagregação destas rubricas nos balanços a 31 de dezembro de 2025 e 2024 é a seguinte:

	Milhares de Euros			
	Ativo		Passivo	
	2025	2024	2025	2024
Derivados	305	634	301	627

O justo valor dos elementos incluídos no quadro anterior foi calculado utilizando uma técnica de avaliação por desconto de fluxos baseada em dados provenientes do mercado.

### a) Derivados

A desagregação do saldo de derivados financeiros detidos para negociação no balanço a 31 de dezembro de 2025 e 2024 é a seguinte:

	Milhares de euros		
	Valor nominal	2025	
		Justo valor	
	Ativo	Passivo	
Permutas financeiras ( <i>swaps</i> )			
Sobre ações	-	-	-
Sobre taxas de juro	25 347	78	78
	25 347	78	78
Opções			
Sobre taxa de juro	26	-	-
	26	-	-
Derivados			
Sobre taxa de câmbio	18 156	227	223
Sobre ações	-	-	-
	18 156	227	223
	43 529	305	301

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104598

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

	Milhares de euros		
	2024		
	Valor nominal	Justo valor	
Ativo		Passivo	
Permutas financeiras ( <i>swaps</i> )			
Sobre ações	50	1	1
Sobre taxas de juro	47 971	413	413
	48 021	414	414
Opções			
Sobre taxa de juro	30	-	-
Derivados			
Sobre taxa de câmbio	13 025	220	213
Sobre ações	-	-	-
	13 025	220	213
	61 076	634	627

O valor nominal e/ou contratual dos contratos de Derivados detidos para negociação não representa o risco assumido pela Caja, uma vez que a sua posição líquida é obtida através da compensação e/ou combinação destes instrumentos.

A Caja tem contratos de derivados em vigor com o Banco Cooperativo Español para a cobertura económica do risco de base de taxa de juro associado às operações de titularização que efetuou (ver Nota 50). Deste modo, os saldos incluídos na rubrica de "Permutas financeiras - Sobre taxas de juro" do ativo e do passivo anteriores incluem, entre outras componentes, a mensuração dos derivados associados às referidas operações de titularização, por não se considerarem instrumentos de cobertura contabilística.

b) Ganhos ou perdas por ativos e passivos financeiros detidos para negociação, valor líquido

Durante os exercícios de 2025 e 2024 foram registados ganhos líquidos por ativos e passivos financeiros detidos para negociação no montante de 4 e 23 milhares de euros, respetivamente (Nota 40).

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104599

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

## 21. Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

A desagregação desta rubrica do balanço em 31 de dezembro de 2025 e 2024 por contraparte e tipo de instrumento é a seguinte:

	Milhares de Euros	
	2025	2024
<b>Títulos de dívida:</b>	<b>264 528</b>	<b>272 693</b>
Administrações públicas espanholas	260 406	271 271
Administração central	260 406	271 271
Instituições de crédito	209	210
Outros setores residentes	199	
Outros setores não residentes	9 543	10 102
Correções de valor por imparidade de ativos	(64)	(62)
Correções de microcobertura	(5 765)	(8 828)
<b>Instrumentos de capital próprio:</b>	<b>239 481</b>	<b>224 061</b>
Participações em instituições espanholas	205 088	190 601
Participações em Organismos de Investimento Coletivo(*)	17 975	15 486
Outras participações	16 418	17 974
	<b>504 009</b>	<b>496 754</b>

(\*) *Incluem-se participações em Fundos e/ou Sociedades de Capital de Risco*

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, no que respeita à sua categoria de risco de crédito, a totalidade dos valores representativos de dívida registados nesta rubrica enquadrava-se na categoria de "risco normal".

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104600

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

O detalhe dos instrumentos de capital próprio em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2025	2024
Grucajrrural Inversiones, S.L. (Nota 1.4)	-	155 702
Banco Cooperativo Español, S.A. (Nota 1.4)	90 202	6
Rural Grupo Asegurador, S.A. (Nota 1.4)	73 078	2
Rural Servicios Informáticos, S. C.	15 002	11 852
Bestinfond, F.I.	8 687	7 642
Caja Rural de Jaén, S.C.C.	6 602	6 602
Alterafia III S.C.A. Sicav-Raif	3 229	5 220
Helia Renovables II, FCR	3 033	2 867
Espiga Equity Fund, FCR	2 976	2 403
Iberdrola, S.A.	2 136	1 539
Victoria Hotels & Resorts, S.L.	2 077	2 077
Sociedad de Avales y Garantías de Andalucía, SGR	1 940	1 940
Docalia, S.L.	1 915	1 728
Resto	28 604	24 481
Total	239 481	224 061

Conforme indicado na Nota 1.4, no exercício de 2025 a Assembleia Geral de Sócios da Grucajrrural Inversiones, S.L. aprovou uma operação de reorganização societária que consiste no seu desaparecimento como sociedade, passando as Cajas Rurales a deter de forma direta as suas participações no Banco Cooperativo Español, S.A. e na Rural Grupo Asegurador, S.A. Para executar esta operação de reorganização societária, foi aprovada uma redução do capital social da Grucajrrural, mediante a redução do valor nominal das participações sociais, e um reembolso parcial do prémio de emissão; deliberações que se concretizaram através da atribuição à Entidade das ações das entidades acima indicadas.

Como passo prévio à operação societária descrita, a Assembleia Geral de Sócios da Grucajrrural Inversiones, S.L., realizada em 14 de maio de 2025, aprovou a execução de um *scrip dividend* que consiste na distribuição de um dividendo, executado como aumento de capital por incorporação das reservas disponíveis da Grucajrrural Inversiones, S.L., num valor económico de 74 milhões de euros, com oferta de aquisição de direitos de atribuição gratuita. A operação de *scrip dividend* foi realizada através da emissão de 301 100 novas participações, de valor nominal de 100 euros por participação, sem prémio de assunção, representando assim um aumento do capital social da Grucajrrural Inversiones, S.L. no montante de 30 110 000 euros, com um justo valor por participação de 245,68 euros, equivalente ao valor teórico por participação em 31 de dezembro de 2024. A oferta da Grucajrrural Inversiones, S.L. aos sócios, uma alternativa de aquisição em dinheiro dos direitos de atribuição gratuita, foi no montante de 15,54 euros por direito. Neste sentido, a Caja, na sua qualidade de sócio da Grucajrrural Inversiones, S.L., optou por subscrever a totalidade das participações que lhe correspondiam em função da sua participação no capital social e vender os direitos de atribuição gratuita excedentes, correspondentes às frações remanescentes.

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104601

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

De igual modo, no exercício anterior, a Assembleia Geral de Sócios da Grucajrrural Inversiones, S.L., realizada em 20 de junho de 2024, aprovou a execução de um *scrip dividend* que consiste na distribuição de um dividendo, executado como aumento de capital por incorporação do prêmio de assunção da Grucajrrural Inversiones, S.L., num valor económico de 54 milhões de euros, com oferta de aquisição de direitos de atribuição gratuita. A operação de *scrip dividend* foi realizada através da emissão de 228 530 novas participações, de valor nominal de 100 euros por participação, sem prêmio de assunção, representando portanto um aumento do capital social da Grucajrrural Inversiones, S.L. no montante de 22 853 000 euros, com um justo valor por participação de 236,82 euros, equivalente ao valor teórico por participação em 31 de dezembro de 2023. A oferta da Grucajrrural Inversiones, S.L. aos sócios — alternativa de aquisição em dinheiro dos direitos de atribuição gratuita — foi no montante de 11,93 euros por direito. Neste sentido, a Caja, na sua qualidade de sócio da Grucajrrural Inversiones, S.L., optou por subscrever a totalidade das participações que lhe correspondiam em função da sua participação no capital social e vender os direitos de atribuição gratuita excedentes, correspondentes às frações remanescentes.

Em consequência destas operações de *scrip dividend*, a Caja registou na rubrica “Rendimentos de dividendos” da demonstração de resultados um montante de 13 103 milhares de euros no exercício de 2025, dos quais 8 869 milhares de euros têm origem no *scrip dividend*. No exercício de 2024, a Caja registou 10 857 milhares de euros, dos quais 6 404 milhares de euros corresponderam a *scrip dividend*.

A desagregação por vencimento da rubrica de “Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral - Títulos de dívida” nos balanços a 31 de dezembro de 2025 e 2024 é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2025	2024
Por maturidade:		
À ordem	-	-
Até 1 ano	168 927	2 405
Entre 1 e 5 anos	95 292	270 288
Mais de 5 anos	309	-
	<u>264 528</u>	<u>272 693</u>

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104602

Carimbo:  
CLASSE 8.<sup>a</sup>

Os movimentos registados durante os exercícios de 2025 e 2024 na rubrica "Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral" são apresentados de seguida:

	Milhares de euros	
	2025	2024
Saldo no início do exercício	496 754	571 797
Adições	74 874	174 550
Vendas e amortizações	(69 364)	(257 003)
Movimentos em ajustamentos de avaliação	7 362	7 044
Ajustamentos de microcobertura	3 063	5 730
Outros movimentos	(8 678)	(5 488)
Imparidade ou (reversão de imparidade) de ativos financeiros não mensurados pelo justo valor através de resultados (Nota 46)	(2)	124
Saldo no final do exercício	504 009	496 754

A taxa de juro média anual devedora dos "Títulos de dívida" (corrigida com as coberturas realizadas sobre estes ativos), durante os exercícios de 2025 e 2024, ascendeu a 3,88% e 4,93%, respetivamente.

#### Rendimentos de dividendos

Na rubrica "Rendimentos de dividendos" da demonstração de resultados registam-se em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os dividendos recebidos pelas participações detidas pela Caja, indicadas nas desagregações anteriores de "Instrumentos de capital próprio" que não estão registadas como "Ativos financeiros detidos para negociação". Os rendimentos de dividendos atingiram o montante de 17 146 e 13 803 milhares de euros nos exercícios de 2025 e 2024, respetivamente.

#### Imparidade ou (reversão da imparidade) de ativos financeiros não mensurados pelo justo valor através de resultados

O montante registado pela Caja na rubrica "Imparidade ou reversão de imparidade de ativos financeiros não mensurados pelo justo valor através de resultados - Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral" da demonstração de resultados em anexo corresponde a uma provisão de imparidade líquida de 2 milhares de euros em 31 de dezembro de 2025 e a uma reversão de imparidade líquida de 124 milhares de euros em 31 de dezembro de 2024 (Nota 46).

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104603

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

### Outro rendimento integral acumulado no capital próprio

O saldo da rubrica “Outro rendimento integral acumulado” do capital próprio em 31 de dezembro de 2025 e 2024, gerado pelas variações do justo valor (líquido do respetivo efeito fiscal) dos elementos incluídos na rubrica “Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral”, é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2025	2024
Elementos que não serão reclassificados em resultados Instrumentos de capital próprio	58 416	50 299
Elementos que podem ser reclassificados em resultados Instrumentos de dívida	3 741	5 508
	<u>62 157</u>	<u>55 807</u>

### **22. Ativos financeiros ao custo amortizado**

A desagregação desta rubrica nos balanços a 31 de dezembro de 2025 e 2024 é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2025	2024
Montante escriturado bruto:	9 400 421	8 813 292
Títulos de dívida (Nota 22 a)	1 210 921	1 111 868
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito (Nota 22 b)	199 180	177 429
Empréstimos e adiantamentos a clientes (Nota 22 c)	7 990 320	7 523 995
Correções de valor por imparidade de ativos (Nota 22 d):	(194 107)	(215 420)
Títulos de dívida (Nota 22 a)	(123)	(195)
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito	-	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes (Nota 22 c)	(193 984)	(215 225)
	<u>9 206 314</u>	<u>8 597 872</u>

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104604

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

a) Títulos de dívida

A desagregação desta rubrica nos balanços a 31 de dezembro de 2025 e 2024 é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2025	2024
Administrações públicas espanholas	843 537	720 982
Administração central	816 376	688 848
Administrações regionais autónomas	27 161	32 134
Administrações públicas não residentes em Espanha	271 703	235 422
Instituições de Crédito	89 629	94 672
Outras sociedades financeiras	5 797	7 422
Sociedades não financeiras	14 824	50 012
Correções de valor por imparidade de ativos	(123)	(195)
Correções de microcobertura	(14 569)	3 358
	<u>1 210 798</u>	<u>1 111 673</u>

A desagregação por moedas e maturidades da rubrica “Ativos financeiros ao custo amortizado - Títulos de dívida” dos balanços em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2025	2024
Por moeda:		
Em euros	<u>1 210 798</u>	<u>1 111 673</u>
	<u>1 210 798</u>	<u>1 111 673</u>
Por maturidade:		
Até 1 ano	140 220	43 517
Entre 1 e 5 anos	553 739	449 658
Mais de 5 anos	516 839	618 498
	<u>1 210 798</u>	<u>1 111 673</u>

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, no que respeita à sua categoria de risco de crédito, a totalidade dos títulos de dívida registados nesta rubrica enquadrava-se na categoria de “risco normal”.

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104605

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

Os movimentos registados durante os exercícios de 2025 e 2024 na rubrica “Ativos financeiros ao custo amortizado - Títulos de dívida” são apresentados de seguida:

	Milhares de euros	
	2025	2024
Saldo no início do exercício	1 111 673	963 011
Adições	161 289	284 351
Amortizações	(52 438)	(133 821)
Imparidade ou (reversão de imparidade) de ativos financeiros não mensurados pelo justo valor através de resultados (Nota 46)	72	(195)
Ajustamentos de microcoberturas	(17 926)	(515)
Outros movimentos	8 128	(1 158)
Saldo no final do exercício	1 210 798	1 111 673

A taxa de juro média anual devedora da rubrica “Ativos financeiros ao custo amortizado - Títulos de dívida”, durante os exercícios de 2025 e 2024, ascendeu a 2,65% e 2,25%, respetivamente.

b) Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito

A desagregação do saldo de Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito da rubrica “Ativos financeiros ao custo amortizado” em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2025	2024
Outros empréstimos a prazo	168 110	103 102
Capital utilizado	167 482	103 005
Ajustamentos de valorização	628	97
Juros vencidos	628	97
Adiantamentos distintos de empréstimos	31 070	74 327
Capital utilizado	31 070	74 327
Ajustamentos de valorização	-	-
	199 180	177 429

A taxa de juro média anual devedora dos Depósitos remunerados em instituições de crédito, durante os exercícios de 2025 e 2024, ascendeu a 2,90% e 3,89%, respetivamente.

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104606

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

Na rubrica “Outros empréstimos a prazo” foi incluído um saldo, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, de 93 063 e 84 607 milhares de euros, respetivamente, no Banco Cooperativo Español, S.A., afeto ao cumprimento do coeficiente de reservas mínimas — coeficiente que, nas referidas datas, se situava em 1% dos passivos computáveis para este efeito, nos termos da regulamentação em vigor e em conformidade com o Regulamento (UE) n.º 1358/2011 do Banco Central Europeu, de 14 de dezembro de 2011 (ver Nota 1.1).

c) Empréstimos e adiantamentos a clientes

A desagregação do saldo de Empréstimos e adiantamentos a clientes da rubrica “Ativos financeiros ao custo amortizado” em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2025	2024
Empréstimos	7 788 266	7 300 768
Capital utilizado	7 898 244	7 442 463
Ajustamentos de valorização:	(109 978)	(141 695)
Correções de valor por imparidade de ativos	(193 621)	(214 057)
Juros vencidos	18 225	23 690
Comissões	(22 154)	(23 006)
Custos de transação	87 601	71 010
Operações de microcobertura	(29)	668
Adiantamentos distintos de empréstimos	8 070	8 002
Capital utilizado	8 433	9 170
Ajustamentos de valorização:	(363)	(1 168)
Correções de valor por imparidade de ativos	(363)	(1 168)
	7 796 336	7 308 770

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104607

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

A desagregação por natureza e contraparte da rubrica “Ativos financeiros ao custo amortizado - Empréstimos e adiantamentos a clientes” em 31 de dezembro de 2025 é a seguinte:

	Milhares de euros				Total
	Administrações Públicas	Outras sociedades financeiras	Sociedades não financeiras	Famílias(*)	
À ordem e com pré-aviso curto	-	-	314	1 206	1 520
Dívida de cartões de crédito	-	11	2 656	65 478	68 145
Carteira comercial	4 937	-	223 526	1 146	229 609
Locações financeiras	-	-	53 729	3 486	57 215
Empréstimos com acordo de recompra inversa	-	-	-	-	-
Outros empréstimos a prazo	331 278	77 519	1 998 298	5 024 682	7 431 777
Adiantamentos distintos de empréstimos	109	1 266	2 350	4 345	8 070
	336 324	78 796	2 280 873	5 100 343	7 796 336
<i>Dos quais: empréstimos hipotecários</i>	5 854	493	709 633	4 462 851	5 178 831
<i>Dos quais: outros empréstimos com garantias reais</i>	-	11 368	108 581	12 864	132 813
<i>Dos quais: crédito ao consumo</i>	-	-	-	283 581	283 581
<i>Dos quais: empréstimos para aquisição de habitação</i>	-	-	-	4 059 373	4 059 373
<i>Dos quais: empréstimos para financiamento de projetos</i>	-	-	21 035	-	21 035

(\*) Inclui restantes famílias, ISFLSF e empresários em nome individual

A desagregação por natureza e contraparte da rubrica “Ativos financeiros ao custo amortizado - Empréstimos e adiantamentos a clientes” em 31 de dezembro de 2024 é a seguinte:

	Milhares de euros				Total
	Administrações Públicas	Outras sociedades financeiras	Sociedades não financeiras	Famílias(*)	
À ordem e com pré-aviso curto	-	-	165	1 525	1 690
Dívida de cartões de crédito	1	9	2 707	58 416	61 133
Carteira comercial	4 936	-	228 498	937	234 371
Locações financeiras	14	-	54 729	3 594	58 337
Empréstimos com acordo de recompra inversa	-	-	-	-	-
Outros empréstimos a prazo	426 423	113 782	2 010 299	4 394 733	6 945 237
Adiantamentos distintos de empréstimos	181	1 127	2 406	4 288	8 002
	431 555	114 918	2 298 804	4 463 493	7 308 770
<i>Dos quais: empréstimos hipotecários</i>	6 144	193	698 313	3 877 221	4 581 871
<i>Dos quais: outros empréstimos com garantias reais</i>	14	-	112 112	13 759	125 885
<i>Dos quais: crédito ao consumo</i>	-	-	-	252 361	252 361
<i>Dos quais: empréstimos para aquisição de habitação</i>	-	-	-	3 495 056	3 495 056
<i>Dos quais: empréstimos para financiamento de projetos</i>	-	-	19 835	-	19 835

(\*) Inclui restantes famílias, ISFLSF e empresários em nome individual

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104608

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

A desagregação da quantia escriturada bruta (incluindo juros corridos e comissões) e das coberturas por imparidade dos “Empréstimos e adiantamentos a clientes”, em função da sua categoria de risco de crédito, em 31 de dezembro de 2025, é a seguinte:

	Milhares de euros						Total
	Normais		Normais em vigilância especial		Duvidosos		
	Valor bruto	Cobertura	Valor bruto	Cobertura	Valor bruto	Cobertura	
Administrações Públicas	336 328	(4)	-	-	-	-	336 324
Outras sociedades financeiras	60 506	(259)	30 317	(11 797)	29	-	78 796
Sociedades não financeiras	2 198 953	(54 499)	115 230	(8 929)	66 763	(36 645)	2 280 873
Famílias (*)	5 024 686	(48 014)	94 903	(5 155)	62 605	(28 682)	5 100 343
	<b>7 620 473</b>	<b>(102 776)</b>	<b>240 450</b>	<b>(25 881)</b>	<b>129 397</b>	<b>(65 327)</b>	<b>7 796 336</b>

(\*) Inclui restantes famílias, ISFLSF e empresários em nome individual

A desagregação da quantia escriturada bruta (incluindo juros vencidos e comissões) e das coberturas por imparidade dos “Empréstimos e adiantamentos a clientes”, em função da sua categoria de risco de crédito, em 31 de dezembro de 2024, é a seguinte:

	Milhares de euros						Total
	Normais		Normais em vigilância especial		Duvidosos		
	Valor bruto	Cobertura	Valor bruto	Cobertura	Valor bruto	Cobertura	
Administrações Públicas	431 555	-	-	-	-	-	431 555
Outras sociedades financeiras	104 299	(594)	24 275	(13 078)	36	(20)	114 918
Sociedades não financeiras	2 225 849	(65 144)	118 787	(7 105)	67 886	(41 469)	2 298 804
Famílias (*)	4 370 018	(55 244)	113 356	(5 602)	67 934	(26 969)	4 463 493
	<b>7 131 721</b>	<b>(120 982)</b>	<b>256 418</b>	<b>(25 785)</b>	<b>135 856</b>	<b>(68 458)</b>	<b>7 308 770</b>

(\*) Inclui restantes famílias, ISFLSF e empresários em nome individual

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104609

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

Durante os exercícios de 2025 e 2024 verificaram-se os seguintes movimentos entre as diferentes situações de risco:

	Milhares de euros	
	2025	2024
Transferências entre Normal e Vigilância Especial		
De Normal para Vigilância Especial	72 579	45 395
De Vigilância Especial para Normal	54 503	29 471
Transferências entre Vigilância Especial e Duvidosos		
De Vigilância Especial para Duvidosos	14 717	23 722
De Duvidosos para Vigilância Especial	11 039	4 499
Transferências entre Normal e Duvidosos		
De Normal para Duvidosos	28 492	25 932
De Duvidosos para Normal	1 297	1 239

A taxa de juro média anual devedora dos saldos incluídos na rubrica “Empréstimos e adiantamentos a clientes”, durante os exercícios de 2025 e 2024, ascendeu a 3,14% e 3,78%, respetivamente.

#### Ativos duvidosos

A desagregação dos ativos duvidosos é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2025	2024
Empréstimos duvidosos	128 990	134 540
Ajustamentos de valorização:		
Correções de valor por imparidade de ativos	(64 964)	(67 290)
Juros vencidos e comissões	(42)	63
Outros adiantamentos duvidosos	449	1 253
Ajustamentos de valorização:		
Correções de valor por imparidade de ativos	(363)	(1 168)
Juros vencidos e comissões	-	-

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Seio:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104610

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

A rubrica “Ativos duvidosos” compreende os ativos considerados em imparidade, quer por incumprimento, quer por outras razões. A desagregação da quantia escriturada bruta dos ativos duvidosos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é a seguinte:

	Milhares de euros (*)	
	2025	2024
Quanto à forma de determinação:		
Duvidosos sem incumprimento	40 945	46 491
Em incumprimento (e arrastamento de operações)	88 452	89 365
	129 397	135 856

(\*) Inclui juros vencidos e comissões

Relativamente aos ativos financeiros cuja imparidade foi determinada por critérios distintos do incumprimento, os fatores que levaram a Caja a determinar a imparidade incluem: a situação financeira do devedor, as situações decorrentes de processos legais (tais como processos de insolvência), a evolução do setor económico em causa, o volume de valores em incumprimento, as devoluções ou outros fatores considerados relevantes.

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104611

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

O detalhe, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, dos ativos em imparidade determinados por critérios de incumprimento (em incumprimento e por arrastamento), em função da antiguidade dos montantes em imparidade, bem como das respetivas correções de valor, é o seguinte:

Total de riscos de incumprimento		Com montantes vencidos > 90 dias <= 6 meses		Com montantes vencidos > 6 meses <= 9 meses		Com montantes vencidos > 9 meses <= 12 meses		Com montantes vencidos > 12 meses <= 15 meses		Com montantes vencidos > 15 meses <= 18 meses		Com montantes vencidos > 18 meses <= 21 meses		Com montantes vencidos > 21 meses	
Valor contabilístico	Cobertura	Valor contabilístico	Cobertura	Valor contabilístico	Cobertura	Valor contabilístico	Cobertura	Valor contabilístico	Cobertura	Valor contabilístico	Cobertura	Valor contabilístico	Cobertura	Valor contabilístico	Cobertura
44 040	(23 556)	8 531	(3 257)	6 930	(3 365)	4 950	(3 140)	4 736	(2 681)	2 443	(1 784)	1 110	(665)	15 340	(8 664)
1 366	(1 073)	75	(49)	30	(26)	1	(1)	1	(1)	76	(74)	43	(41)	1 141	(882)
42 674	(22 483)	8 456	(3 208)	6 930	(3 365)	4 920	(3 114)	4 735	(2 680)	2 367	(1 710)	1 067	(624)	14 199	(7 782)
9 083	(5 898)	684	(223)	4 440	(2 321)	1 159	(869)	68	(7)	2 007	(1 421)	920	(501)	2 732	(2 478)
29 166	(13 918)	6 875	(2 607)	2 159	(884)	3 406	(2 118)	4 544	(2 593)	2 007	(1 421)	920	(501)	9 255	(3 794)
4 425	(2 667)	897	(378)	331	(160)	355	(127)	123	(80)	360	(289)	147	(123)	2 212	(1 510)
44 412	(20 062)	9 038	(2 949)	5 314	(2 036)	2 978	(1 425)	3 797	(1 224)	3 237	(1 520)	1 712	(942)	18 336	(9 976)
32 406	(12 283)	7 003	(1 957)	4 080	(1 204)	2 178	(872)	2 910	(748)	1 836	(658)	1 017	(290)	13 382	(6 554)
3 897	(2 983)	896	(460)	531	(253)	324	(255)	427	(322)	445	(421)	341	(339)	933	(933)
574	(473)	132	(77)	78	(49)	42	(32)	34	(29)	29	(27)	31	(31)	228	(228)
8 109	(4 796)	1 139	(532)	703	(569)	476	(298)	460	(154)	956	(441)	354	(313)	4 021	(2 489)
88 452	(43 619)	17 569	(6 206)	12 244	(5 391)	7 928	(4 565)	8 533	(3 305)	5 680	(3 304)	2 822	(1 607)	33 676	(18 640)
Bancos centrais Administrações Públicas Instituições de crédito Outras sociedades financeiras Sociedades não financeiras e empresas em nome individual Financiamento especializado Finalidades distintas do financiamento especializado: - Grandes empresas - PME - Empresários em nome familiar (excluído empresários em nome individual) Aquisição de habitação Crédito ao consumo Do qual: <i>divida por cartões de crédito</i> Outras finalidades Total															

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104612

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

31 de dezembro de 2024	Total de riscos de incumprimento		Com montantes vencidos > 90 dias <= 6 meses		Com montantes vencidos > 6 meses <= 9 meses		Com montantes vencidos > 9 meses <= 12 meses		Com montantes vencidos > 12 meses <= 15 meses		Com montantes vencidos > 15 meses <= 18 meses		Com montantes vencidos > 15 meses <= 21 meses		Com montantes vencidos > 21 meses	
	Valor contábilístico bruto	Cobertura	Valor contábilístico bruto	Cobertura	Valor contábilístico bruto	Cobertura	Valor contábilístico bruto	Cobertura	Valor contábilístico bruto	Cobertura	Valor contábilístico bruto	Cobertura	Valor contábilístico bruto	Cobertura	Valor contábilístico bruto	Cobertura
Bancos centrais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administrações Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Instituições de crédito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras sociedades financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sociedades não financeiras e empresários em nome individual	42 427	(23 190)	12 796	(7 189)	5 035	(3 241)	5 467	(3 305)	2 011	(1 435)	3 447	(1 770)	2 886	(1 598)	10 785	(4 652)
Financiamento especializado	1 874	(969)	223	(191)	43	-	283	(146)	273	(122)	426	(426)	-	-	626	(84)
Finalidades distintas do financiamento especializado:	40 553	(22 221)	12 573	(6 998)	4 992	(3 241)	5 184	(3 159)	1 738	(1 313)	3 021	(1 344)	2 886	(1 598)	10 159	(4 568)
- Grandes empresas	3 497	(2 582)	2 524	(1 812)	2	-	-	-	-	-	-	-	78	(31)	893	(739)
- PME	32 139	(17 345)	8 845	(4 873)	4 576	(3 053)	4 478	(2 680)	1 523	(1 210)	2 605	(1 055)	2 500	(1 382)	7 612	(3 092)
- Empresários em nome	4 917	(2 294)	1 204	(313)	414	(188)	706	(479)	215	(103)	416	(289)	308	(185)	1 654	(737)
Famílias (excluindo empresários em nome individual)	46 938	(17 490)	12 245	(3 467)	6 722	(1 899)	4 272	(1 502)	3 674	(1 299)	2 675	(1 461)	2 957	(1 298)	14 393	(6 504)
Aquisição de habitação	34 518	(10 602)	9 350	(2 186)	5 407	(1 428)	3 219	(921)	2 830	(709)	1 871	(922)	2 054	(812)	9 787	(3 624)
Crédito ao consumo	4 014	(3 098)	803	(407)	546	(263)	516	(407)	294	(248)	394	(350)	278	(276)	1 183	(1 147)
Do qual, dívida por cartões de crédito	464	(369)	119	(66)	51	(31)	49	(36)	38	(32)	32	(29)	34	(34)	141	(141)
Outras finalidades	8 406	(3 790)	2 092	(874)	769	(208)	537	(234)	550	(342)	410	(189)	625	(210)	3 423	(1 733)
<b>Total</b>	<b>89 365</b>	<b>(40 680)</b>	<b>25 041</b>	<b>(10 656)</b>	<b>11 757</b>	<b>(5 140)</b>	<b>9 739</b>	<b>(4 867)</b>	<b>5 685</b>	<b>(2 734)</b>	<b>6 122</b>	<b>(3 231)</b>	<b>5 843</b>	<b>(2 896)</b>	<b>25 178</b>	<b>(11 156)</b>

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104613

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

As garantias associadas a ativos em imparidade (duvidosos) em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são as seguintes:

	Milhares de euros	
	2025	2024
Operações com garantia financeira	212	246
Operações com garantia real imobiliária residencial	95 982	101 763
Operações com garantia real imobiliária comercial	28 319	25 928
Operações com outras garantias imobiliárias	42 536	32 377
Operações com outras garantias	3 713	1 590
	<u>170 762</u>	<u>161 904</u>

A quantia escriturada, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, dos ativos financeiros vencidos e sem imparidade, antes das correções de valor por imparidade, classificados pela antiguidade, é a seguinte:

	Milhares de euros		
	Menos de 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Total
<b>31 de dezembro de 2025</b>			
Empréstimos e adiantamentos a clientes:	-	-	-
Administrações Públicas	-	-	-
Outras sociedades financeiras	-	-	-
Sociedades não financeiras	13 946	3 343	17 289
Famílias	85 162	25 509	110 671
<b>31 de dezembro de 2024</b>			
Empréstimos e adiantamentos a clientes:	-	-	-
Administrações Públicas	-	-	-
Outras sociedades financeiras	-	-	-
Sociedades não financeiras	37 689	12 036	49 725
Famílias	85 578	44 586	130 164

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104614

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

A classificação dos montantes vencidos dos ativos classificados como sem imparidade e pendentes de cobrança, de acordo com a sua antiguidade é a seguinte (incluindo o valor das garantias associadas):

	Milhares de euros			
	2025		2024	
	Montantes vencidos (*)	Valor das garantias associadas (**)	Montantes vencidos (*)	Valor das garantias associadas (**)
Menos de 1 mês	4 482	269 735	6 816	305 705
Mais de 1 mês sem exceder 3 meses	1 070	32 242	995	50 669
Mais de 2 meses sem exceder 3 meses	494	18 786	2 587	37 792
	6 046	320 763	10 398	394 166

(\*) Incluem-se as prestações relativas aos riscos, vencidas e pendentes de cobrança no final dos exercícios de 2025 e 2024

(\*\*) Incluem-se as garantias que cobrem 100% da exposição dos riscos cujas prestações se encontram por pagar no final dos exercícios de 2025 e 2024

O movimento dos ativos financeiros com imparidade desreconhecidos do balanço da Caja por se considerar remota a sua recuperação é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2025	2024
Saldo no início do exercício	54 369	29 311
Acréscimos:		
A imputar a correções de valor por imparidade de ativos	16 818	19 715
A imputar diretamente na demonstração de resultados (Nota 22 d)	1 289	3 225
Créditos vencidos e não cobrados	4 196	5 433
Por outros produtos	127	109
Reduções de valor:		
Por recuperação em numerário do capital junto das contrapartes (Nota 22 d)	(641)	(704)
Por recuperação em numerário de produtos vencidos e não cobrados	-	-
Por perdão e outras rubricas	(1 817)	(2 720)
Por prescrição	-	-
Por execução de ativo tangível	-	-
Vendas:		
Cobrança aos cessionários (Nota 22 d)	(378)	-
Perda definitiva	(885)	-
Saldo no final do exercício	73 078	54 369

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104615

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

d) Perdas por imparidade

O detalhe, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, do saldo de “Correções de valor por imparidade de ativos” da rubrica “Ativos financeiros ao custo amortizado” é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2025	2024
Títulos de dívida		
Correções de valor avaliadas individualmente	-	-
Correções de valor avaliadas coletivamente	123	195
	123	195
Empréstimos e adiantamentos a clientes		
Correções de valor avaliadas individualmente	59 347	56 094
Correções de valor avaliadas coletivamente	134 637	159 131
	193 984	215 225
	194 107	215 420

O movimento, durante os exercícios de 2025 e 2024, do saldo de “Correções de valor por imparidade de ativos” da rubrica “Ativos financeiros ao custo amortizado” é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2025	2024
Saldo no início do exercício	215 420	286 559
Dotações imputadas a resultados	61 238	69 344
Recuperação de dotações com crédito em resultados	(67 323)	(55 449)
Utilização do saldo da imparidade acumulada	(16 818)	(19 715)
Outros movimentos*	1 591	(65 319)
Saldo no final do exercício	194 108	215 420

(\*) Os outros movimentos do exercício de 2024 incluem, designadamente, a utilização da imparidade para compensação de perdas acumuladas sobre o financiamento concedido à Sociedad de Gestión Activos Grupo Caja Rural del Sur, S.A.U. no montante de 66 225 milhares de euros

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104616

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

A desagregação do saldo da rubrica “Imparidade ou (reversão da imparidade) de ativos financeiros não mensurados pelo justo valor através de resultados - Ativos financeiros ao custo amortizado” da demonstração de resultados dos exercícios anuais findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 apresenta-se em seguida:

	Milhares de euros	
	2025	2024
Ativos financeiros ao custo amortizado		
Dotações por imputação a resultados	61 238	69 344
Amortizações diretas de saldos (Nota 22 c)	1 289	3 225
Recuperações de dotações com crédito nos resultados	(67 323)	(55 449)
Recuperações de ativos abatidos (Nota 22 c)	(1 019)	(704)
Total (Nota 46)	(5 815)	16 416

e) Ativos financeiros renegociados

O montante, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, das operações que, após o refinanciamento ou a reestruturação, foram classificadas como duvidosas durante os exercícios de 2025 e 2024, desagregado por contraparte e finalidade, é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2025	2024
Instituições de crédito	-	-
Administrações Públicas	-	-
Outras sociedades financeiras e empresários em nome individual (atividade empresarial financeira)	-	-
Sociedades não financeiras e empresários em nome individual (atividade empresarial não financeira)	9 694	2 915
<i>Das quais: financiamento à construção e promoção imobiliária (incluindo terrenos)</i>	-	295
Restantes famílias	1 716	3 474
Total	11 410	6 389

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104617

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

O detalhe do número e da quantia escriturada bruta (em milhares de euros) das operações de refinanciamento, operações refinanciadas e operações reestruturadas, juntamente com as respetivas coberturas por risco de crédito, desagregado por contrapartes e finalidades é o seguinte:

31 de dezembro de 2025

	TOTAL															
	Sem garantia real					Com garantia real					Do qual: devidos					
	Sem garantia real		Com garantia real			Sem garantia real		Com garantia real			Sem garantia real		Com garantia real			
	Número de operações	Valor contabilístico bruto	Número de operações	Valor contabilístico bruto	Montante máximo da garantia real considerado	Restantes garantias reais	Imparidade acumulada ou perdas acumuladas no justo valor decorrentes do risco de crédito	Número de operações	Valor contabilístico bruto	Número de operações	Valor contabilístico bruto	Número de operações	Valor contabilístico bruto	Restantes garantias reais	Montante máximo da garantia real considerado	Imparidade acumulada ou perdas acumuladas no justo valor decorrentes do risco de crédito
Instituições de crédito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administrações Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras sociedades financeiras e empresários em nome individual (atividade empresarial financeira)	1	4	1	29	29	-	-	-	-	-	6	1	29	29	-	-
Sociedades não financeiras e empresários em nome individual (atividade empresarial não financeira)	438	403	262	761	922	16	(16)	98	957	98	957	98	238	591	16	(11)
Das quais: <i>financiamento à construção e promoção imobiliária (incluindo terrenos)</i>	4	134	26	520	209	5	(1)	2	81	5	81	5	160	850	(1)	(007)
Restantes famílias	249	393	000	209	096	79	(295)	103	798	384	798	384	344	665	24	(14)
<b>Total</b>	<b>688</b>	<b>800</b>	<b>263</b>	<b>999</b>	<b>047</b>	<b>95</b>	<b>(32)</b>	<b>201</b>	<b>755</b>	<b>483</b>	<b>755</b>	<b>483</b>	<b>611</b>	<b>285</b>	<b>40</b>	<b>(25)</b>

INFORMAÇÃO ADICIONAL

Financiamentos classificados como ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104618

Carimbo:  
CLASSE 8.<sup>a</sup>

31 de dezembro de 2024

	TOTAL				De qual: duvidosos				Imparidade acumulada ou perdas acumuladas no justo valor decorrentes do risco de crédito	
	Sem garantia real		Com garantia real		Sem garantia real		Com garantia real			
	Número de operações	Valor contabilístico bruto	Número de operações	Valor contabilístico bruto	Número de operações	Valor contabilístico bruto	Número de operações	Valor contabilístico bruto		
Instituições de crédito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administrações Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras sociedades financeiras e empresários em nome individual (atividade empresarial financeira)	1	6	1	35	-	-	-	35	-	(19)
Sociedades não financeiras e empresários em nome individual (atividade empresarial não financeira)	583	724	315	779	534	222	89	950	124	204
<i>Das quais: financiamento à construção e promoção imobiliária (incluindo terrenos)</i>	4	351	31	6	5	732	2	144	11	1
Restantes famílias	305	762	1.187	124	299	70	137	909	439	28
<b>Total</b>	<b>889</b>	<b>492</b>	<b>503</b>	<b>938</b>	<b>868</b>	<b>292</b>	<b>226</b>	<b>859</b>	<b>564</b>	<b>232</b>

**INFORMAÇÃO ADICIONAL**

Financiamentos classificados como ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
--	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104619

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

**23. Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente mensurados pelo justo valor através de resultados**

A desagregação desta rubrica do balanço em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é a seguinte:

	Miles de euros	
	2025	2024
Títulos de dívida	726	1 987
Outras sociedades financeiras	726	1 987
Sociedades não financeiras	-	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-
Outras sociedades financeiras	-	-
Sociedades não financeiras	-	-
	726	1 987

A desagregação do saldo de “Empréstimos e adiantamentos a clientes” da rubrica “Ativos financeiros não detidos para negociação mensurados obrigatoriamente pelo justo valor através de resultados” em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2025	2024
Empréstimos	-	-
Capital utilizado	6 133	6 789
Ajustamentos de valorização	(6 133)	(6 789)
Juros vencidos	-	-
Ajuste ao justo valor	(6 133)	(6 789)
Adiantamentos distintos de empréstimos	-	-
	-	-

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104620

Carimbo:  
CLASSE 8.<sup>a</sup>

#### 24. Derivados - contabilidade de cobertura

A desagregação, por tipo de coberturas, destas rubricas dos balanços em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é a seguinte:

	Milhares de euros					
	Valor nominal		Justo valor			
	2025	2024	Ativo		Passivo	
		2025	2024	2025	2024	
Taxas de juro	1 365 267	832 382	39 101	10 659	45 885	53 440
Outros OTC	770 000	625 000	22 449	6 964	44 975	45 735
Outras operações de cobertura de carteira	595 267	207 382	16 652	3 695	910	7 705
Instrumentos de capital próprio	-	50	-	-	-	1
Outros	-	-	-	-	-	-
<b>Cobertura de justo valor</b>	<b>1 365 267</b>	<b>832 432</b>	<b>39 101</b>	<b>10 659</b>	<b>45 885</b>	<b>53 441</b>
Taxas de juro	420 036	66 000	6 136	-	26 422	27 291
Instrumentos de capital próprio	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
<b>Cobertura de fluxos de caixa</b>	<b>420 036</b>	<b>66 000</b>	<b>6 136</b>	<b>-</b>	<b>26 422</b>	<b>27 291</b>
<b>Derivados - contabilidade de cobertura</b>	<b>1 785 303</b>	<b>898 432</b>	<b>45 237</b>	<b>10 659</b>	<b>72 307</b>	<b>80 732</b>

Apresenta-se em seguida uma desagregação das operações de cobertura por contraparte, maturidade e tipos de elementos cobertos:

	Milhares de euros					
	Valor nominal		Justo valor			
	2025	2024	Ativo		Passivo	
		2025	2024	2025	2024	
Por contraparte:						
Instituições de crédito residentes	1 785 303	898 432	45 237	10 659	72 307	80 732
Por maturidade:						
Até 1 ano	246 000	25 000	147	-	40 295	3 060
Mais de 1 ano e até 5 anos	542 036	349 050	6 136	688	30 277	60 989
Mais de 5 anos	997 267	524 382	38 954	9 971	1 735	16 683
	1 785 303	898 432	45 237	10 659	72 307	80 732
Por tipos de elementos cobertos:						
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral - Títulos de dívida	225 000	225 000	147	688	10 499	16 662
Ativos financeiros ao custo amortizado - Títulos de dívida	950 036	451 000	28 438	6 276	60 863	58 755
Ativos financeiros ao custo amortizado - Empréstimos e adiantamentos	610 267	222 382	16 652	3 695	945	8 314
Passivos financeiros ao custo amortizado - Depósitos de clientes	-	50	-	-	-	1
<b>Derivados - contabilidade de cobertura</b>	<b>1 785 303</b>	<b>898 432</b>	<b>45 237</b>	<b>10 659</b>	<b>72 307</b>	<b>80 732</b>

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104621

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

A Caja realiza coberturas do risco de taxa de juro de carteiras específicas de empréstimos hipotecários formalizados a uma taxa fixa, através de *swaps* de taxa de juro pelos quais troca a taxa fixa recebida por uma taxa variável. A mensuração pelo justo valor da carteira objeto de cobertura por variações da taxa de juro regista-se na rubrica “Alterações do justo valor dos elementos cobertos de uma carteira com cobertura do risco de taxa de juro” do balanço. Nos exercícios de 2025 e 2024, o justo valor da carteira coberta por variações da taxa de juro atingiu um valor credor de 16 083 e um valor devedor de 4 179 milhares de euros, respetivamente.

As restantes coberturas realizadas incidem maioritariamente sobre determinadas operações sobre instrumentos de dívida, sendo tanto de justo valor como de fluxos de caixa, destinando-se estas últimas a cobrir as flutuações da curva de inflação.

O valor nominal e/ou contratual dos contratos de derivados de cobertura de ativo e passivo não representa o risco assumido pela Caja, uma vez que a sua posição líquida se obtém pela compensação e/ou combinação dos referidos instrumentos.

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104622

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

Apresenta-se em seguida o detalhe dos elementos cobertos no âmbito das coberturas de justo valor em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respetivamente:

	Milhares de euros									
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
	Valor contabilístico		Ajustamentos de cobertura incluídos na quantia escriturada de ativos/passivos		Restantes ajustamentos por microcoberturas interrompidas, incluindo as coberturas de posições líquidas		Macrocoberturas: Elementos cobertos de uma carteira com cobertura do risco de taxa de juro		Ineficácias reconhecidas nos resultados	
<b>ATIVO</b>										
Ativos financeiros mensurados pelo justo valor através de outro rendimento integral										
Títulos de dívida	244 177	251 630	(5 765)	(8 828)	-	-	-	-	-	-
Taxa de juro	244 177	251 630	(5 765)	(8 828)	-	-	-	-	-	-
Inflação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e adiantamentos										
Taxa de juro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Inflação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado										
Títulos de dívida	588 423	444 462	(14 569)	3 358	-	-	-	-	-	-
Taxa de juro	40 079	5 102	(546)	36	-	-	-	-	-	-
Inflação	548 344	439 360	(14 023)	3 322	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e adiantamentos										
Taxa de juro	610 629	227 795	(29)	668	-	-	(16,083)	4 179	-	-
Inflação	610 629	227 795	(29)	668	-	-	(16,083)	4 179	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>PASSIVO</b>										
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado										
Títulos de dívida emitidos										
Depósitos	-	50	-	1	-	-	-	-	-	-

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104623

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

Apresenta-se em seguida o detalhe dos elementos cobertos no âmbito das coberturas de fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respetivamente:

	Milhares de euros							
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
	Reservas de fluxos de caixa ou reservas de conversão							
	Valor contabilístico		Cobertura contínua		Coberturas descontinuadas		Ineficácias reconhecidas nos resultados	
<b>ATIVO</b>								
Ativos financeiros mensurados pelo justo valor através de outro rendimento integral								
Títulos de dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
Taxa de juro	-	-	-	-	-	-	-	-
Inflação	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e adiantamentos	-	-	-	-	-	-	-	-
Taxa de juro	-	-	-	-	-	-	-	-
Inflação	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado								
Títulos de dívida	494 078	88 522	(2 761)	6 444	-	-	-	-
Taxa de juro	-	-	-	-	-	-	-	-
Inflação	494 078	88 522	(2 761)	6 444	-	-	-	-
Empréstimos e adiantamentos	-	-	-	-	-	-	-	-
Taxa de juro	-	-	-	-	-	-	-	-
Inflação	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>PASSIVO</b>								
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado								
Títulos de dívida emitidos	-	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos	-	-	-	-	-	-	-	-

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104624

Carimbo:  
CLASSE 8.\*

## 25. Ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda

A desagregação desta rubrica dos balanços anexos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2025	2024
Investimento imobiliário	3 115	3 302
Ativos tangíveis executados (Nota 9)	7 181	9 603
<b>Total valor bruto</b>	<b>10 296</b>	<b>12 905</b>
Investimento imobiliário	(1 043)	(1 097)
Ativos tangíveis executados (Nota 9)	(6 761)	(8 650)
<b>Total correções de valor por imparidade de ativos</b>	<b>(7 804)</b>	<b>(9 747)</b>
<b>Total valor líquido</b>	<b>2 492</b>	<b>3 158</b>

O quadro seguinte apresenta a denominação social das sociedades e agências de avaliação imobiliária com base em cujas avaliações se estimou a necessidade ou não de contabilizar perdas por imparidade sobre os ativos não correntes detidos para venda, consistentes em propriedades de investimento e ativos tangíveis executados, indicando-se, para cada sociedade e agência de avaliação imobiliária, o respetiva montante escriturado dos ativos avaliados pelas referidas sociedades, líquida das perdas por imparidade contabilizadas, bem como o correspondente justo valor estimado nas referidas avaliações em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104625

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

	Milhares de euros			
	2025		2024	
	Contabilístico	Avaliação	Contabilístico	Avaliação
Valmesa	1 137	5 998	1 419	6 770
Tasasur	527	1 019	527	1 767
Gloval Valuation	291	1 989	368	2 110
Tinsa	336	1 124	251	789
Krata	-	870	235	2 891
UVE Valoraciones	-	-	189	308
Gestión de Valoraciones y Tasaciones	151	958	133	763
Cohispanja	36	84	36	90
Arco Valoraciones	-	93	-	136
Instituto de Valoraciones	14	696	-	9
Eurotasa	-	239	-	239
Tasaciones Andaluzas	-	34	-	34
Spanja Tasaciones	-	76	-	76
	2 492	13 180	3 158	15 982

A desagregação da rubrica “Ativos tangíveis executados” dos balanços em 31 de dezembro de 2025 e 2024, em função do tipo de ativo executado, sem considerar as correções de valor por imparidade de ativos, é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2025	2024
Ativos residenciais	1 678	1 841
Ativos industriais	605	640
Ativos agrícolas	505	1 780
<b>Outros ativos</b>	<b>4 393</b>	<b>5 342</b>
	<b>7 181</b>	<b>9 603</b>

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104626

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

A rubrica “Propriedades de investimento” inclui os edifícios de uso próprio da Caja cuja venda foi decidida. Relativamente a estes edifícios, a Caja continua a desenvolver políticas ativas com vista à sua alienação, dispondo ainda de avaliações efetuadas por peritos independentes que suportam o valor líquido contabilístico registado em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

A rubrica “Ativos tangíveis executados” regista os ativos recebidos em pagamento de dívidas.

Os ativos não correntes detidos para venda não estão sujeitos a amortização enquanto permanecerem nesta categoria.

Os movimentos ocorridos durante os exercícios de 2025 e 2024 na rubrica “Ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda”, antes das correções de valor por imparidade de ativos, são os seguintes:

	<b>Milhares de euros</b>		
	<b>Investimento imobiliário</b>	<b>Ativos tangíveis executados</b>	<b>Total</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3 392	11 225	14 617
Adições	-	237	237
Alienações	(606)	(1 859)	(2 465)
Transferências (Nota 27)	516	-	516
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3 302	9 603	12 905
Adições	-	151	151
Alienações	(387)	(2 573)	(2 960)
Transferências (Nota 27)	200	-	200
Saldo em 31 de dezembro de 2025	3 115	7 181	10 296

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104627

Carimbo:  
CLASSE 8.º

Durante os exercícios de 2025 e 2024, foram alienados elementos classificados como detidos para venda no montante bruto de 2 960 e 2 465 milhares de euros, respetivamente, tendo as referidas vendas gerado um ganho líquido de 108 e 145 milhares de euros, respetivamente (Nota 49).

Os movimentos ocorridos durante os exercícios de 2025 e 2024 na rubrica “Correções de valor por imparidade de ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda” são os seguintes:

	Milhares de euros	
	2025	2024
Saldo no início do exercício		
	9 747	10 063
Dotações líquidas de recuperações de exercícios anteriores	(1 279)	559
Investimentos imobiliários (Nota 49)	49	177
<b>Ativos tangíveis executados (Nota 49)</b>	<b>(1 328)</b>	<b>382</b>
Utilização	(595)	(875)
Outros movimentos	(69)	-
Saldo no final do exercício	7 804	9 747

## 26. Investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas

A desagregação desta rubrica nos balanços a 31 de dezembro de 2025 e 2024 é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2025	2024
Associadas	-	-
Valor bruto	-	-
Correções de valor por imparidade de ativos	-	-
Subsidiárias:	-	-
Valor bruto	1 720	1 720
Correções de valor por imparidade de ativos	(1 720)	(1 720)
	-	-

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o valor bruto dos Investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas corresponde à participação detida na Sociedad de Gestión de Activos Grupo Caja Rural del Sur, S.A.U., no montante de 1 720 milhares de euros, a título de capital social detido pela Entidade, o qual representa 100% do capital da referida sociedade em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (ver Nota 1.3).

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104628

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

Não se registaram movimentos durante os exercícios de 2025 e 2024 no saldo da rubrica “Investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas”.

São subsidiárias as entidades participadas dependentes que constituam uma unidade de decisão com a Entidade, correspondendo àquelas para as quais a Entidade tem, direta ou indiretamente através de outra ou outras entidades participadas, capacidade de exercer controlo. Tal capacidade de exercer controlo manifesta-se, em geral, embora não exclusivamente, pela detenção de uma participação, direta ou indiretamente através de outra ou outras entidades participadas, de 50% ou mais dos direitos de voto da entidade participada. O controlo entende-se como o poder de dirigir as políticas financeiras e operativas de uma entidade participada, com vista a obter benefícios das suas atividades, e pode exercer-se ainda que não se detenha a percentagem de participação anteriormente indicada.

A informação relevante da participação na subsidiária em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é a seguinte:

Nome e domicílio social	Forma jurídica	Atividade	Participação no capital	
			Direta (%)	
			2025	2024
Sociedad de Gestión de Activos Grupo Caja Rural del Sur, S.A.U	Sociedad Anónima Unipersonal	Gestão, administração e alienação de ativos imobiliários	100%	100%
			Milhares de euros (*)	
			2025	2024
Total do ativo			25 784	26 750
Capital próprio (**)			1 401	2 198
Resultados			(797)	(1 159)

(\*) Elaborado tendo em conta os critérios estabelecidos pelo Plan General de Contabilidad.

(\*\*) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Sociedad de Gestión de Activos Grupo Caja Rural del Sur, S.A.U., tem um empréstimo participativo concedido pela Entidade no montante de 24 275 milhares de euros que, caso fosse considerado no capital próprio, este ascenderia a 25 676 milhares de euros no final do exercício de 2025 (26 473 milhares de euros no final do exercício de 2024).

A Caja detém um número total de 3 356 536 ações da Sociedad de Gestión de Activos Grupo Caja Rural del Sur, S.A.U., com valor nominal de um euro por ação em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Nota 1.3). As ações desta sociedade não estão cotadas em mercados organizados.

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104629

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

## 27. Ativos tangíveis

A desagregação desta rubrica dos balanços anexos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2025	2024
Ativos fixos tangíveis		
De uso próprio:	149 410	144 574
Equipamentos informáticos e respetivas instalações	7 488	6 922
Mobiliário, veículos e restantes instalações	22 225	20 482
Edifícios	104 355	101 115
Obras em curso	242	242
Direitos de uso	13 304	13 963
Outros	2 769	2 823
Correções de valor por imparidade	(973)	(973)
Afeto ao Fundo de Educação e Promoção	1 414	1 414
Imóveis (Nota 29)	1 414	1 414
	150 824	145 988

O direito de uso corresponde principalmente ao arrendamento dos imóveis e locais para a rede de balcões. As cláusulas destes contratos correspondem, em grande parte, a condições habituais de mercado.

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104630

Carimbo:  
CLASSE 8.<sup>a</sup>

O movimento durante os exercícios de 2025 e 2024 do saldo da rubrica “Ativos tangíveis” é o seguinte:

	Milhares de euros				Total
	De uso próprio	Afeto ao FEP	Investimento imobiliário	Direitos de uso	
<b>Bruto</b>					
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	242 211	1 414	-	21 094	264 719
Adições	19 237	-	-	2 915	22 152
Abates	(11 596)	-	-	(1 293)	(12 889)
Transferências (Nota 25)	(962)	-	-	-	(962)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	248 890	1 414	-	22 716	273 020
Adições	13 247	-	-	2 273	15 520
Abates	(5 031)	-	-	(1 564)	(6 595)
Transferências (Nota 25)	(418)	-	-	-	(418)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	256 688	1 414	-	23 425	281 527

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104631

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

	Milhares de euros				
	De uso próprio	Afeto ao FEP	Investimento imobiliário	Direitos de uso	Total
<b>Amortização acumulada</b>					
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	(122 349)	-	-	(7 225)	(129 574)
Dotações (Nota 44)	(5 834)	-	-	(2 496)	(8 330)
Abates	10 431	-	-	968	11 399
Transferências (Nota 25)	446	-	-	-	446
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	(117 306)	-	-	(8 751)	(126 057)
Dotações (Nota 44)	(6 469)	-	-	(2 436)	(8 905)
Abates	4 018	-	-	1 066	5 084
Transferências (Nota 25)	148	-	-	-	148
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	(119 609)	-	-	(10 121)	(129 730)

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104632

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

	Milhares de euros				
	De uso próprio	Afeto ao FEP	Investimento imobiliário	Direitos de uso	Total
<b>Correções de valor por imparidade de ativos</b>					
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(973)	-	-	-	(973)
Dotações líquidas	-	-	-	-	-
Utilizações	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(973)	-	-	-	(973)
Dotações líquidas	-	-	-	-	-
Utilizações	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(973)	-	-	-	(973)
<b>Líquido</b>					
Saldo em 31 de dezembro de 2024	130 611	1 414	-	13 963	145 988
Saldo em 31 de dezembro de 2025	136 106	1 414	-	13 304	150 824

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104633

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

A desagregação do saldo do “Ativo tangível de uso próprio” dos balanços em 31 de dezembro de 2025 e 2024, excluindo os direitos de uso, é a seguinte:

	Milhares de euros			
	Bruto	Amortização acumulada	Correções de valor de ativos	Líquido
<b>Em 31 de dezembro de 2025</b>				
Equipamentos informáticos e respetivas instalações	35 057	(27 569)	-	7 488
Mobiliário, veículos e restantes instalações	65 341	(43 116)	-	22 225
Edifícios	152 776	(48 421)	(199)	104 156
Obras em curso	242	-	-	242
Outros	3 272	(503)	(774)	1 995
	<u>256 688</u>	<u>(119 609)</u>	<u>(973)</u>	<u>136 106</u>
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>				
Equipamentos informáticos e respetivas instalações	33 551	(26 629)	-	6 922
Mobiliário, veículos e restantes instalações	63 953	(43 471)	-	20 482
Edifícios	147 872	(46 757)	(199)	100 916
Obras em curso	242	-	-	242
Outros	3 272	(449)	(774)	2 049
	<u>248 890</u>	<u>(117 306)</u>	<u>(973)</u>	<u>130 611</u>

A rubrica “Obras em curso” regista, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os imóveis adquiridos pela Caja para a instalação dos seus balcões, cujas obras de adaptação, à referida data, ainda não tinham sido concluídas, impedindo o início da atividade comercial.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não se registam ativos tangíveis que se encontrem temporariamente fora de uso.

O custo dos elementos do imobilizado tangível totalmente amortizados e que ainda se encontram em uso em 31 de dezembro de 2025 e 2024 ascende a 67.204 e 60.915 milhares de euros, respetivamente.

A Caja tem contratadas várias apólices de seguro para cobrir os riscos a que estão sujeitos os bens do imobilizado tangível. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, considera-se suficiente a cobertura destas apólices.

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104634

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

## 28. Situação fiscal

O detalhe das rubricas de “Ativos e passivos por impostos” em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é o seguinte:

	Milhares de euros			
	2025		2024	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Correntes:	16 148	1 686	18 835	1 370
Diferidos:	82 062	22 258	98 907	20 139
	98 210	23 944	117 742	21 509

O saldo da rubrica “Ativos por impostos” inclui os montantes dos impostos a recuperar nos próximos doze meses (“Ativos por impostos correntes”) e os montantes dos impostos a recuperar em exercícios futuros, incluindo os decorrentes de créditos por deduções ou bonificações fiscais pendentes de compensação (“Ativos por impostos diferidos”). O saldo da rubrica “Passivos por impostos” inclui o montante de todos os passivos de natureza fiscal, distinguindo entre os correntes e os diferidos.

O Real Decreto 14/2013, relativo a medidas urgentes para a adaptação do direito espanhol à regulamentação da União Europeia em matéria de supervisão e solvência de instituições financeiras, estabeleceu determinadas medidas destinadas a permitir que certos ativos por impostos diferidos possam continuar a ser computados como capital, em linha com a legislação vigente noutros Estados, entre elas, a modificação do Texto Consolidado da Lei do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, aprovado pelo Real Decreto Legislativo 4/2004, atual Lei 27/2014, de 27 de novembro, do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, especialmente no que se refere à conversão de ativos por impostos diferidos em crédito exigível perante a Administração Pública. A estimativa realizada pela Caja em 31 de dezembro de 2025 e 2024 corresponde a um montante aproximado de 52 963 e 69 242 milhares de euros, respetivamente, que podem ser considerados créditos fiscais exigíveis perante a Administração Pública.

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104635

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

O movimento ocorrido nas rubricas de "Ativos e passivos por impostos correntes e diferidos" durante os exercícios de 2025 e 2024 é o seguinte:

	Milhares de euros							
	2025				2024			
	Ativos fiscais		Passivos fiscais		Ativos fiscais		Passivos fiscais	
Correntes	Diferidos	Correntes	Diferidos	Correntes	Diferidos	Correntes	Diferidos	
<b>Saldo inicial</b>	18 835	98 907	1 370	20 139	4 083	118 473	1 203	20 784
Adições	16 148	1 347	1 686	3 089	18 835	2 562	1 370	795
Reduções	(18 835)	(18 192)	(1 370)	(970)	(4 083)	(22 128)	(1 203)	(1 440)
<b>Saldo final</b>	16 148	82 062	1 686	22 258	18 835	98 907	1 370	20 139

Para o efeito, a desagregação dos ativos e passivos por impostos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 apresenta o seguinte detalhe:

	Milhares de euros			
	Ativo		Passivo	
	2025	2024	2025	2024
<b>Impostos correntes</b>	16 148	18 835	1 686	1 370
<b>Diferenças temporárias</b>	82 062	98 907	22 258	20 139
Imparidade de insolvências	30 818	35 195	-	-
Imparidade de ativos executados	2 595	3 248	-	-
Outros fundos	8 358	8 459	-	-
Outras rubricas	39 075	49 728	14 534	14 660
DT imputadas ao P. Líquido Instrumentos financeiros	1 216	2 277	7 724	5 479
<b>Créditos por deduções fiscais não aplicadas</b>				
<b>Compensação por prejuízos fiscais</b>				
<b>Total DT/deduções prejuízos fiscais</b>	82 062	98 907	22 258	20 139
<b>Total ativo/passivo por impostos</b>	98 210	117 742	23 944	21 509

A origem dos impostos diferidos registados nos balanços em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é o efeito fiscal dos ajustamentos efetuados no capital próprio inicial da Entidade, dos ajustamentos de avaliação dos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, dos ajustamentos efetuados para a determinação das coletas do imposto (principalmente correspondentes a dotações e recuperações de fundos de insolvências) e das deduções geradas no exercício.

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104636

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

O movimento dos ativos e passivos fiscais diferidos abrange, nos exercícios de 2025 e 2024, os ativos e passivos gerados e revertidos nas liquidações definitivas do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas dos exercícios de 2025 e 2024 nos montantes líquidos negativos de 3 103 e 11 584 milhares de euros, respetivamente. No exercício de 2024, a diferença na liquidação do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas do exercício de 2024 deveu-se principalmente à declaração de inconstitucionalidade de várias alterações introduzidas no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas pelo Real Decreto-Lei 3/2016.

A conciliação do resultado contabilístico dos exercícios de 2025 e 2024 com a matéria coletável do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas é a seguinte:

	Milhares de euros		
	2025		
	Resultado Extracooperativo	Resultado Cooperativo	Total
Resultado contabilístico antes de impostos e FEP	48 281	152 247	200 528
Diferenças permanentes:	(30 531)	(70 043)	(100 574)
Retribuições do capital (Nota 4)	-	(9 260)	(9 260)
Dotação para o Fundo de Reserva Obrigatório (Nota 4) (50%)	(21 199)	(49 718)	(70 917)
Dotação Obrigatória para o FEP (Nota 4)	-	(16 686)	(16 686)
Outros aumentos	5 101	5 621	10 722
Outras diminuições	(14 433)	-	(14 433)
Resultado contabilístico ajustado	17 750	82 204	99 954
Diferenças temporárias:	(104)	320	216
Outros aumentos de diferenças temporárias de ativo	526	620	1 146
Outras diminuições de diferenças temporárias de ativo	(1 538)	(645)	(2 183)
Reversão de diferenças temporárias de passivo	908	345	1 253
Matéria coletável	17 646	82 524	100 170
Coleta integral antes da compensação	5 294	20 631	25 925
Ajuste de aplicação do Art. 11.12 LIS 27/2014 e outros	(1 573)	(5 803)	(7 376)
Coleta integral	3 721	14 828	18 549
Compensação de prejuízos fiscais	-	-	-
Deduções e bonificações	-	-	(979)
Retenções e pagamentos por conta	-	-	(33 642)
Coleta a pagar (recuperar)	-	-	(16 072)

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104637

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

	Milhares de euros		
	2024		
	Resultado Extraoperativo	Resultado Cooperativo	Total
Resultado contabilístico antes de impostos e FEP	45 798	159 496	205 294
Diferenças permanentes:	(29 409)	(69 163)	(98 572)
Retribuições do capital (Nota 4)	-	(8 815)	(8 815)
Dotação para o Fundo de Reserva Obrigatório (Nota 4) (50%)	(21 502)	(46 776)	(68 278)
Dotação Obrigatória para o FEP (Nota 4)	-	(17 069)	(17 069)
Outros aumentos	4 058	3 983	8 041
Outras diminuições	(11 965)	(486)	(12 451)
Resultado contabilístico ajustado	16 389	90 333	106 722
Diferenças temporárias:	818	(4 402)	(3 584)
Outros aumentos de diferenças temporárias de ativo	2 372	920	3 292
Outras diminuições de diferenças temporárias de ativo	(2 770)	(5 836)	(8 606)
Reversão de diferenças temporárias de passivo	1 216	514	1 730
Matéria coletável	17 207	85 931	103 138
Coleta integral antes da compensação	5 162	21 483	26 645
Ajuste de aplicação do Art. 11.12 LIS 27/2014 e outros	(1 397)	(5 667)	(7 064)
Coleta integral	3 765	15 816	19 581
Compensação de prejuízos fiscais	-	-	-
Deduções e bonificações	-	-	(2 362)
Retenções e pagamentos por conta	-	-	(35 275)
Coleta a pagar (recuperar)	-	-	(18 056)

A composição da rubrica “Gastos ou rendimentos por imposto sobre o rendimento das operações continuadas” da demonstração de resultados dos exercícios de 2025 e 2024 é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2025	2024
Coleta integral	18 549	19 581
Compensação de prejuízos fiscais	-	-
Deduções e bonificações	(979)	(2 362)
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas corrente	17 570	17 219
Ativos por impostos diferidos	6 791	8 009
Passivo por impostos diferidos	(359)	(493)
Outras rubricas	403	1 049
Gasto por imposto sobre o rendimento	24 405	25 784

A Caja usufruiu dos benefícios fiscais relativos às deduções e bonificações da coleta do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas previstas na regulamentação do referido imposto.

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104638

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

Adicionalmente, o Conselho de Administração da Caja proporá à Assembleia a constituição de uma reserva de capitalização no montante de 3 414 milhares de euros (1 542 milhares de euros no ano anterior), ao abrigo do artigo 25.º da Lei 27/2014, de 27 de novembro, do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, por imputação a reservas voluntárias (Nota 4).

De acordo com a Lei 27/2014 do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas e o anterior Texto Consolidado em vigor, a taxa geral de imposto em 2025 e 2024 para as instituições de crédito é de 30%. Ao abrigo do regime especial aplicável às sociedades cooperativas, a taxa específica aplicável à Caja sobre os rendimentos próprios da sua atividade cooperativa é de 25% para os exercícios de 2025 e 2024.

Os exercícios em aberto para revisão dos principais impostos e contribuições a que está sujeita a Caja são os seguintes:

Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	2021 a 2024
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	2022 a 2025
Segurança Social	2022 a 2025
Imposto sobre o Valor Acrescentado	2022 a 2025

Devido às diferentes interpretações possíveis das normas fiscais aplicáveis às operações realizadas pela Caja, poderão existir, para os anos pendentes de revisão, determinados passivos fiscais de caráter contingente que não são suscetíveis de quantificação objetiva. No entanto, na opinião dos Administradores da Caja, a possibilidade de os referidos passivos contingentes se materializarem em futuras fiscalizações é remota e, em qualquer caso, a dívida tributária que destes pudesse decorrer não afetaria significativamente as presentes contas anuais.

#### Outras informações de caráter fiscal

A Entidade realizou no exercício de 2017 uma contribuição patrimonial não monetária, constituída pelas participações no Banco Cooperativo Español, S.A., e RGA Seguros Generales Rural, S.A. de Seguros y Reaseguros, a favor da Grucajural Inversiones, S.L. (Nota 1.4).

Os dados que devem obrigatoriamente ser divulgados no relatório anual nos termos do artigo 86.º, n.º 3, da Lei 27/2014, de 27 de novembro, do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, constam das contas anuais aprovadas de 2017.

Neste exercício, a 11 de setembro de 2025 ficou formalizada perante o Dr. Juan Barrios Alvarez, Notário do Ilustre Colégio de Notários de Madrid, com o número 2 120 do seu protocolo, a operação de Fusão por Incorporação da sociedade Grucajural Inversiones, S.L. (sociedade incorporada, pela sociedade Banco Cooperativo Español, S.A. (sociedade incorporante).

A operação de fusão por incorporação inversa determinou a sucessão a título universal do Banco Cooperativo Español, S.A., como entidade adquirente, em todos os direitos e obrigações de natureza tributária da Grucajural Inversiones, S.L., como entidade transmitente.

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÈS CÈNTIMOS  
DE EURO

009104639

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

Esta operação ficou abrangida pelo regime fiscal especial regulado no Título VII, Capítulo VII, da Lei 27/2014, de 28 de novembro, do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, tal como ficou estipulado na Cláusula Primeira, ponto VI “Aplicação do regime fiscal especial” da escritura de fusão, sendo objeto de comunicação à Agencia Estatal de Administración Tributaria com data de 28 de novembro de 2025 e número de assento de registo RGE868071912025.

Com base nesta norma, e por aplicação do disposto no artigo 86.º do referido diploma, é incluída nas presentes Notas à demonstrações financeiras a seguinte informação:

- a) Valor contabilístico e fiscal dos valores entregues.  
Ações na Grucajrural Inversiones, S.L.:  
Valor contabilístico: 82 022 641,39 euros  
Valor fiscal: 15 710 073,80 euros
- b) Valor pelo qual se contabilizaram os valores recebidos.  
Ações no Banco Cooperativo Español, S.A.:  
Valor contabilístico: 82 022 641,39 euros

## 29. Fundo de Educação e Promoção

Nos termos da Lei 27/1999, de 16 de julho, relativa às Cooperativas, o Fundo de Educação e Promoção é impenhorável e insuscetível de distribuição, sendo aplicado à formação e educação dos sócios e trabalhadores de acordo com princípios e valores cooperativos, ou em matérias específicas da sua atividade societária ou laboral e demais atividades cooperativas; à difusão do cooperativismo e à promoção das relações intercooperativas, assim como à promoção cultural, profissional e assistencial do meio local ou da comunidade em geral, e à melhoria da qualidade de vida, do desenvolvimento comunitário e da proteção ambiental.

A Lei 13/1989, de 26 de maio, sobre Cooperativas de Crédito, estabelece que este Fundo se constituirá, no mínimo, com 10% dos excedentes disponíveis.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a percentagem mínima a destinar nos termos dos Estatutos da Entidade ao Fundo de Educação e Promoção é de 10%.

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104640

Carimbo:  
CLASSE 8.<sup>a</sup>

A desagregação, por rubricas, dos saldos afetos ao Fundo de Educação e Promoção da Caja, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, é a seguinte:

	Milhares de Euros	
	2025	2024
Aplicação do Fundo de Educação e Promoção	(16 009)	(8 862)
Gastos de manutenção do exercício corrente	(17 423)	(10 276)
Aplicado a Ativo tangível (Nota 27)	1 414	1 414
Fundo de Educação e Promoção	33 755	27 347
Montante comprometido	17 069	10 278
Montante não comprometido (Nota 4 e Nota 45)	16 686	17 069
Excedente	2 056	1 935
Outros passivos	96	119
Total (Nota 30)	19 898	20 539

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104641

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

### 30. Outros ativos e Outros passivos

A composição do saldo destas rubricas do ativo e do passivo dos balanços anexos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é a seguinte:

	Milhares de Euros	
	2025	2024
<b>Ativo:</b>		
Acréscimos e diferimentos	1 316	2 357
Resto	3 245	5 169
Ativos líquidos em planos de pensões (Nota 32)	31	1 464
Operações em trânsito	1 239	1 160
Outras rubricas	1 975	2 545
	<u>4 561</u>	<u>7 526</u>
<b>Passivo:</b>		
Acréscimos e diferimentos	18 903	14 335
Resto	21 638	21 816
Outras rubricas	1 740	1 277
Fundo de Educação e Promoção (Nota 29)	19 898	20 539
	<u>40 541</u>	<u>36 151</u>

### 31. Passivos financeiros ao custo amortizado

A desagregação desta rubrica nos balanços a 31 de dezembro de 2025 e 2024 é a seguinte:

	Milhares de Euros	
	2025	2024
Depósitos	10 045 098	9 159 341
Bancos centrais (Nota 31.a)	-	-
Instituições de crédito (Nota 31.b)	119 816	136 998
Clientes (Nota 31.c)	9 925 282	9 022 343
Ajustamentos de valorização	6 503	9 229
Bancos centrais (Nota 31.a)	-	-
Instituições de crédito (Nota 31.b)	711	1 325
Clientes (Nota 31.c)	5 792	7 904
Outros passivos financeiros (Nota 31.d)	81 458	95 018
	<u>10 133 059</u>	<u>9 263 588</u>

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104642

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

A desagregação por maturidade da rubrica “Passivos financeiros ao custo amortizado” do balanço em 31 de dezembro de 2025 e 2024, sem considerar os ajustamentos de avaliação, é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2025	2024
Por maturidade:		
À ordem	8 211 182	7 516 902
Até 1 mês	199 882	135 046
Entre 1 mês e 6 meses	1 006 422	948 913
Entre 6 meses e 1 ano	550 850	457 058
Entre 1 ano e 5 anos	86 487	99 254
Mais de 5 anos	17 716	41 662
Indeterminado	54 017	55 524
	<u>10 126 556</u>	<u>9 254 359</u>

a) Depósitos - Bancos centrais

Os Depósitos de Bancos centrais incluíam os levantamentos das facilidades TLTRO III do Banco Central Europeu que, em 27 de março de 2024, foram amortizadas integralmente, pelo que esta rubrica não apresenta saldo em 31 de dezembro de 2024 nem em 31 de dezembro de 2025.

Durante o exercício de 2024, este financiamento originou um gasto no montante de 598 milhares de euros registado na rubrica “Juros e encargos similares — Passivos financeiros ao custo amortizado” da Demonstração de Resultados do exercício de 2024 (Nota 38).

b) Depósitos - Instituições de crédito

A desagregação do saldo de “Depósitos de instituições de crédito” dos balanços em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2025	2024
Contas correntes e outros depósitos	13 303	12 480
Depósitos a prazo	106 513	124 518
Ajustamentos de valorização	711	1 325
	<u>120 527</u>	<u>138 323</u>

A taxa de juro média anual credora dos “Depósitos de instituições de crédito” durante os exercícios de 2025 e 2024 ascendeu a 2,70% e 3,85%, respetivamente.

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104643

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

c) Depósitos – Clientes

A desagregação do saldo de “Depósitos de clientes” dos balanços em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2025	2024
Administrações Públicas	964 650	763 754
Contas correntes/depósitos intradiários	915 957	734 514
Depósitos a prazo	48 693	29 240
Outras sociedades financeiras	60 000	43 548
Contas correntes/depósitos intradiários	20 150	14 945
Depósitos a prazo	39 850	28 603
Sociedades não financeiras	2 623 709	2 348 333
Contas correntes/depósitos intradiários	1 914 000	1 703 268
Depósitos a prazo	709 709	645 065
Famílias	6 282 715	5 874 612
Contas correntes/depósitos intradiários	5 347 559	5 057 500
Depósitos a prazo	935 156	817 112
<i>Dos quais: Ajustamentos de valorização</i>	<i>5 792</i>	<i>7 904</i>
	<u>9 931 074</u>	<u>9 030 247</u>

A taxa de juro média anual credora dos “Depósitos de clientes” durante os exercícios de 2025 e 2024 ascendeu a 0,66% e 0,89%, respetivamente.

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104644

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

d) Outros passivos financeiros

A desagregação do saldo de “Outros passivos financeiros” dos balanços em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2025	2024
Outras obrigações a pagar	13 046	18 692
Garantias recebidas	702	759
Contas de cobrança	27 441	39 465
Contas especiais	25 305	20 688
Garantias financeiras	586	681
Passivos de locação financeira	14 378	14 733
	<u>81 458</u>	<u>95 018</u>

32. Provisões

O detalhe desta rubrica do balanço em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2025	2024
Pensões e outras obrigações de benefícios definidos pós-emprego	-	-
Compromissos e garantias concedidos	3 637	3 511
Restantes provisões	34 196	34 957
	<u>37 833</u>	<u>38 468</u>

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104645

Carimbo:  
CLASSE 8.<sup>a</sup>

Os movimentos ocorridos durante os exercícios de 2025 e 2024 na rubrica de "Provisões" são apresentados em seguida:

	Pensões e outras obrigações de benefícios definidos pós-emprego	Compromissos e garantias concedidos	Restantes provisões	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	-	2 731	43 119	45 850
Adições, incluindo os aumentos das provisões existentes	180	1 678	14 481	16 339
Gastos com pessoal (Nota 42)	190	-	353	543
Juros e encargos similares (Nota 38)	244	-	-	244
Juros e rendimentos similares (Nota 37)	(270)	-	-	(270)
Provisões (Nota 47)	16	1 678	14 128	15 822
Montantes utilizados	(585)	-	(21 049)	(21 634)
Recuperações (Nota 47)	-	(903)	(1 594)	(2 497)
Outros movimentos	405	5	-	410
Resgates	-	-	-	-
(Ganhos)/Perdas no capital próprio	(103)	-	-	(103)
Outros	508	5	-	513
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	-	3 511	34 957	38 468
Adições, incluindo os aumentos das provisões existentes	162	1 688	19 120	20 970
Gastos com pessoal (Nota 42)	206	-	7 290	7 496
Juros e encargos similares (Nota 38)	247	-	-	247
Juros e rendimentos similares (Nota 37)	(291)	-	-	(291)
Provisões (Nota 47)	-	1 688	11 830	13 518
Montantes utilizados	(138)	-	(17 774)	(17 912)
Recuperações (Nota 47)	(425)	(1 564)	(2 107)	(4 096)
Outros movimentos	401	2	-	403
Resgates	1 789	-	-	1 789
(Ganhos)/Perdas no capital próprio	46	-	-	46
Outros	(1 434)	2	-	(1 432)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	-	3 637	34 196	37 833

#### Compromissos em matéria de pensões assumidos pela Caja

Os compromissos por pensões assumidos pela Caja, correspondentes aos funcionários ao seu serviço, encontram-se previstos nos Contratos Coletivos e Acordos Laborais, e nas respetivas deliberações do Conselho de Administração. São detalhados em seguida:

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104646

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

Os benefícios pós-emprego que a Caja Rural del Sur mantém relativamente aos seus colaboradores são:

Benefícios definidos

- Prémio de dedicação por reforma e invalidez do Contrato Coletivo de Cooperativas de Crédito, aplicável a todos os colaboradores da Caja, independentemente da sua origem. O referido prémio é classificado como remuneração de longo prazo no caso de invalidez, e benefício pós-emprego no caso de reforma.
- Adicionalmente, aos colaboradores provenientes da Caja Rural de Huelva admitidos antes de 28 de maio de 1986, aplicam-se os compromissos do Contrato Coletivo de Cajas de Ahorro:
  - Pensões de reforma, viuvez e orfandade pós-reforma. Estas prestações são consideradas remuneração pós-emprego, no regime de benefício definido.

Este grupo de colaboradores pode optar por participar no Plano de Pensões Profissional da Caja, renunciando, se for o caso, ao financiamento futuro do compromisso proveniente do Contrato Coletivo de Cajas de Ahorros.

- Adicionalmente, aos colaboradores provenientes da Caja Rural de Córdoba admitidos antes de 8 de janeiro de 1998, ou àqueles que, tendo ingressado posteriormente, sejam participantes no atual Subplano 2 do Plano de Pensões Profissional da Caja Rural del Sur, aplicam-se os compromissos de benefício definido previstos nas especificações do referido plano:
  - Pensões de reforma e viuvez pós-reforma. Estas prestações são consideradas remuneração pós-emprego, no regime de benefício definido.
- A Caja Rural del Sur mantém também compromissos por pensões para pagamento aos seus colaboradores reformados, em situação de invalidez e falecidos. Os beneficiários de pensões provenientes da Caja Rural de Huelva têm pensões vitalícias revalorizáveis reconhecidas nos termos do disposto no Contrato Coletivo para las Cajas y entidades financieras de ahorro em cada momento, as quais se encontram transferidas para a Seguros RGA, que garantiu uma taxa de juro técnica e uma tabela de mortalidade, tendo a Caja Rural del Sur contratado uma revalorização futura de 2% anual cumulativa. A Caja regulariza anualmente pagando à companhia de seguros, quando aplicável, o prémio correspondente à diferença entre o crescimento real e o garantido na apólice de seguro. Os beneficiários de pensões provenientes da Caja Rural de Sevilla e Caja Rural de Córdoba têm reconhecidas pensões vitalícias constantes, que se encontram integralmente transferidas para a Seguros RGA, que garantiu uma taxa de juro técnica e uma tabela de mortalidade. Estas prestações são consideradas remuneração pós-emprego, no regime de benefício definido.

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÉS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104647

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

#### Contribuições definidas

- Subplano 1 do Plano de Pensões de Emprego implementado para os colaboradores da Caja Rural del Sur. Todos os colaboradores da Caja, independentemente da sua origem, podem participar voluntariamente no referido subplano. Este subplano corresponde à modalidade de contribuição definida e é financiado com contribuições do promotor e do participante.
- Aos colaboradores que não sejam participantes do Plano de Pensões Profissional, nomeadamente os colaboradores provenientes da Caja Rural de Sevilla, da Caja Rural de Córdoba e da Caja Rural de Huelva admitidos após 28 de maio de 1986, bem como às novas admissões que se verifiquem na Caja Rural del Sur enquanto não tenham a qualidade de participante do Plano Profissional, aplica-se um sistema de contribuições definidas, que tem por base o Contrato Coletivo de Cajas de Ahorros e se concretiza nas contribuições que têm sido anualmente aprovadas pelo Conselho de Administração, conforme deliberação deste órgão de 27 de julho de 2004.
- Plano de pensões para os colaboradores em atividade da Caja Rural del Sur em Portugal que decidam aderir voluntariamente ao referido Plano.

#### Outras remunerações

- A Caja subscreveu várias apólices de seguros de acidentes para todos os colaboradores, para os quadros de gestão e para o Conselho de Administração.

Na opinião dos Administradores da Caja, os compromissos descritos anteriormente decorrem da política da Caja de compensar os colaboradores pela sua dedicação e da legislação laboral, e concretizam-se nas prestações a receber pelos colaboradores no momento da sua reforma.

#### Políticas de reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais

Consideram-se “ganhos e perdas atuariais” os resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais prévios e a realidade, incluindo possíveis alterações nos pressupostos atuariais utilizados.

Conforme indicado na Nota 14.n) anterior, no exercício de 2013 a Circular 4/2004 do Banco de España foi alterada pela Circular 5/2013, no tocante às remunerações dos colaboradores. A referida alteração implica uma mudança no tratamento contabilístico dos planos de benefícios definidos, devendo ser agora registados todos os ganhos e perdas atuariais imediatamente no capital próprio, bem como em “Outro rendimento integral”, na demonstração dos rendimentos e gastos reconhecidos da Entidade.

Por outro lado, o custo dos juros e o rendimento esperado dos ativos dos planos de benefícios definidos são substituídos, na norma alterada, pelo juro líquido, calculado mediante a aplicação da taxa de juro utilizada na estimativa do valor atual da obrigação no início do exercício ao passivo (ou ativo) relativo ao compromisso.

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104648

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

Por último, as alterações também implicam mudanças na apresentação das componentes do custo na demonstração de resultados.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os ganhos e perdas atuariais brutos reconhecidos, durante os referidos exercícios, na rubrica de “Outro rendimento integral acumulado” do capital próprio ascendem a uma perda de 46 milhares de euros e a um ganho de 103 milhares de euros, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foram realizados estudos atuariais relativos à cobertura dos compromissos de benefícios pós-emprego e de benefícios a longo prazo, tendo sido aplicado como método de cálculo o método da unidade de crédito projetada. Os principais pressupostos adotados nos estudos atuariais foram os seguintes:

	2025	2024
Tábuas de mortalidade	PER2020 Grupo 1ª Ordem	PER2020 Grupo 1ª Ordem
Tábuas de invalidez	75%	75%
	SS 1992	SS 1992
Idade de reforma:		
Abrangidos pelo Contrato Coletivo de Cajas de Ahorro	63 anos	63 anos
Abrangidos pelo Contrato Coletivo de Cooperativas de Crédito	63 anos	63 anos
Participantes no Subplano 2 provenientes da Caja Rural de Córdoba	65 anos	65 anos
Taxa de juro técnica efetiva anual:		
Ativo	4,00%	3,40%
Passivo	5,90%	5,90%
Rendimento dos ativos		
Ativo	4,00%	3,40%
Passivo	5,90%	5,90%
Evolução salarial (inclui deslizamentos)	3% em 2026 e 2% em 2027 e seguintes	4,5% em 2025, 3% em 2026 e 2,15% em 2027 e seguintes
Aumento dos preços no consumidor (IPC)	2,00%	2,15%
Aumentos das pensões:		
Beneficiários provenientes da Caja Rural de Huelva	De acordo com o	De acordo com o
Revalorização anual da pensão máxima mensal da Seg. Social	De acordo com o	De acordo com o
Aumentos anuais das bases de cotização da Seg. Social	IPC+ 1,2%	IPC+ 1,2%

Para a determinação da taxa de juro na avaliação atuarial dos compromissos relativos aos trabalhadores no ativo, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foi utilizada como referência a curva iBoxx AA Corporate.

A duração financeira média em 31 de dezembro de 2025 é de 11,1 anos (11,5 anos em 31 de dezembro de 2024), da qual resulta uma taxa de juro de 4,00% em 31 de dezembro de 2025 (3,40% em 31 de dezembro de 2024). Esta curva foi determinada de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular 4/2017.

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104649

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

A taxa de juro utilizada na avaliação atuarial dos compromissos relativos aos reformados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foi de 5,90%, taxa garantida nas apólices contratadas.

A variação da taxa de juro aplicada na avaliação atuarial não tem um efeito significativo, uma vez que os rendimentos esperados dos ativos do plano serão determinados mediante a aplicação da mesma taxa.

Os rendimentos esperados dos ativos do plano são os seguintes:

	Rentabilidade esperada dos ativos	
	2025	2024
Ativo	4,00%	3,40%
Passivo	5,90%	5,90%

A rentabilidade esperada para as diferentes apólices de seguro foi a taxa de juro técnica efetiva anual considerada na avaliação do compromisso associado.

#### Fundo de pensões e obrigações similares

O detalhe das rubricas do balanço reconhecidas no ativo e no passivo relativas aos compromissos por pensões de benefício definido é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2025	2024
Outros ativos - Ativos líquidos em planos de pensões (Nota 30)	31	1 464
Provisões - Pensões e outras obrigações de benefícios definidos pós-emprego	-	-

O valor atual dos compromissos, com base nos pressupostos indicados, assumidos pela Caja em matéria de benefícios pós-emprego e benefícios a longo prazo, bem como a forma como esses compromissos se encontravam cobertos, dando origem às rubricas do balanço anteriormente referidas, são os seguintes:

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104650

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

	Milhares de euros			
	2025	2024	2023	2022
Valor atual das obrigações:	5 540	6 050	6 176	7 477
Responsabilidades relativas aos trabalhadores no ativo	4 048	4 478	4 668	5 402
Responsabilidades relativas aos reformados	1 492	1 572	1 508	2 075
Justo valor dos ativos do plano (-):	(5 570)	(7 514)	(7 132)	(6 994)
Contrato de seguro	(5 570)	(7 514)	(7 132)	(6 994)
Ganhos atuariais não reconhecidos no balanço (+)	-	-	-	-
Perdas atuariais não reconhecidas em balanço (-)	-	-	-	-
Custo de serviços passados ainda não reconhecidos em balanço (-)	-	-	-	-
(Outros ativos)/Provisões reconhecidas no balanço (Nota 30)	(31)	(1 464)	(956)	483

Os movimentos registados durante os exercícios de 2025 e 2024 nas obrigações relativas a compromissos por pensões e no justo valor dos ativos do plano são apresentados em seguida:

	Milhares de euros	
	Obrigações por compromissos com pensões	Justo valor dos ativos
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>6 176</b>	<b>7 132</b>
Custo dos juros (Nota 38)	244	-
Rendimentos esperados (Nota 37)	-	270
Custo normal do exercício (Nota 42)	190	-
Pagamentos de prestações	(185)	(173)
Contribuições efetuadas pela Entidade	-	573
Reembolsos	-	-
Efeito de redução / liquidação	(42)	(42)
Ganhos e perdas atuariais	(333)	(246)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>6 050</b>	<b>7 514</b>
Custo dos juros (Nota 38)	247	-
Rendimentos esperados (Nota 37)	-	291
Custo normal do exercício (Nota 42)	206	-
Pagamentos de prestações	(171)	(159)
Contribuições efetuadas pela Entidade	-	126
Resgates	-	(1 789)
Efeito de redução / liquidação	(396)	-
Ganhos e perdas atuariais	(396)	(413)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>5 540</b>	<b>5 570</b>

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Seio:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104651

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

O detalhe dos gastos e rendimentos totais reconhecidos na demonstração de resultados pelos compromissos por pensões nos exercícios de 2025 e 2024, conforme o estipulado na Circular 4/2017, é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2025	2024
Gastos com pessoal (custo corrente do período) (Nota 42)	206	190
Juros e encargos similares (custo dos juros) (Nota 38)	247	244
Juros e rendimentos similares (rendimento esperado dos ativos do Plano) (Nota 37)	(291)	(270)
Provisões ou reversão de provisões (Nota 47)	(425)	16
Ganhos e perdas atuariais	(29)	16
Custo de serviços passados reconhecidos no exercício	-	-
Outros (efeito da redução/liquidação)	(396)	-
<b>Gasto / (Rendimento) contabilístico</b>	<b>(264)</b>	<b>180</b>

As contribuições efetuadas pela Caja para apólices de seguro que implementam compromissos der pensões de contribuição definida durante os exercícios de 2025 e 2024 ascenderam a 10 e 43 milhares de euros, respetivamente, encontrando-se contabilizadas na rubrica "Gastos com pessoal - Dotações para planos de contribuição definida externos" (Nota 42).

As contribuições efetuadas para o Plano de Pensões Profissional da Caja Rural del Sur, S.C.C. no exercício de 2025 ascendem a 2 971 milhares de euros (6 223 milhares de euros no exercício de 2024), encontrando-se contabilizadas na rubrica "Gastos com pessoal" (Nota 42).

Durante o exercício de 2025, a Caja auferiu 2 013 milhares de euros a título de rendimentos brutos provenientes de resgates do plano de contribuição definida.

#### Restantes provisões

A desagregação da rubrica "Restantes provisões" em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2025	2024
Fundo de compensação dos Administradores (Nota 7.d)	2 346	2 205
Fundo de procedimento coletivo de regulação de emprego	6 238	2 555
Outros fundos	25 612	30 197
	<b>34 196</b>	<b>34 957</b>

O "Fundo de compensação dos Administradores" em 31 de dezembro de 2025 e 2024 corresponde a uma provisão constituída para fazer face às obrigações para com os membros do Conselho de Administração no momento em que cessem funções como administradores. Tal como estabelecem os Estatutos, todos os membros do Conselho que tenham desempenhado o cargo durante pelo menos 3 exercícios, qualquer que seja o momento em que deixem de o exercer, não poderão, durante 15 meses, desenvolver atividades, quer diretamente, quer participando em órgãos de administração de sociedades, com exceção das do grupo Caja Rural, concorrentes com as atividades da Caja; devendo, além disso, exercer as funções de representação e assistência que lhes sejam atribuídas pelo Conselho.

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104652

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

Por esse motivo receberão, num único pagamento, no final do referido período, a quantia equivalente a uma anuidade, tomando como base a remuneração anual auferida no exercício anterior à cessação de funções. No mínimo, a referida base será a remuneração anual auferida em 2010. Caso tenham desempenhado o cargo durante 12 anos ou mais, será aumentada em mais uma anuidade. Nesse caso, a não concorrência estende-se até aos 30 meses. Em caso de falecimento dos Administradores, é reconhecido aos membros do Conselho de Administração o direito a um seguro de vida com uma prestação no montante equivalente a uma anuidade, caso tenham desempenhado o cargo durante pelo menos três exercícios, e equivalente a duas anuidades quando tenham desempenhado o cargo durante doze anos ou mais, tomando como referência a remuneração anual auferida no exercício anterior e, sendo aplicável, no mínimo, a auferida em 2010, sendo essa prestação devida se o Administrador falecer no exercício do seu cargo. O seguro manterá a sua vigência durante o período de não concorrência.

O “Fundo de procedimento coletivo de regulação de emprego” em 31 de dezembro de 2025 e 2024 inclui as provisões constituídas para a cobertura dos procedimentos coletivos de regulação de emprego em curso, de acordo com a seguinte desagregação:

- Em 17 de novembro de 2023 foi assinado um primeiro procedimento coletivo de regularização de emprego que abrangeu 50 colaboradores e que contemplava um plano de saídas com indemnização, estabelecendo-se como critério preferencial de seleção a adesão voluntária por motivo de idade. Este plano implicou o registo de 6 103 milhares de euros em gastos com pessoal na demonstração de resultados do exercício de 2023. A saída dos colaboradores que aderiram ao plano ocorreu de forma faseada e terminou em junho de 2024. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o fundo registado inclui a cobertura constituída para outras possíveis obrigações associadas ao referido plano de saídas.
- Em 16 de outubro de 2025 foi assinado um novo procedimento coletivo de regularização de emprego, que abrangeu 50 colaboradores e que, à semelhança do caso anterior, contempla um plano de saídas indemnizadas, estabelecendo como critério preferencial de seleção a adesão voluntária por razões de idade. De acordo com as condições acordadas, o prazo de adesão voluntária terminou em 25 de novembro de 2025 e, em 10 de dezembro de 2025, a Entidade comunicou a lista definitiva de colaboradores abrangidos, tendo sido estabelecido 30 de junho de 2026 como data limite de extinção do contrato de trabalho. No exercício de 2025, o gasto reconhecido por este procedimento ascendeu a 7 290 milhares de euros, registado na rubrica “Gastos com pessoal” da demonstração de resultados do exercício de 2025 (Nota 42). Em 31 de dezembro de 2025, o montante registado em “Fundo de procedimento coletivo de regulação de emprego” ascende a 3 683 milhares de euros, incluindo a indemnização pendente de pagamento aos colaboradores cuja extinção do contrato de trabalho ainda não se concretizou, bem como outras possíveis obrigações associadas ao referido plano de saídas.

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Seio:  
0,03 EUROS  
TRÉS CÉNTIMOS  
DE EURO

009104653

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

Na rubrica "Outros fundos", em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Caja inclui diversas provisões constituídas para fazer face a perdas que possam originar desembolsos futuros relacionados com factos ocorridos no passado, bem como um fundo constituído para fazer face às obrigações previstas nos contratos dos membros do Grupo Identificado (ver Nota 7.d), as quais serão acionadas, em geral, como cláusula protetora da Entidade, no momento em que alguns desses membros cessem a sua relação com a Entidade.

Em 7 de abril de 2016 foi publicada a sentença do Juzgado de lo Mercantil n.º 11 de Madrid relativa a um processo de nulidade das cláusulas de limitação da taxa de juro em empréstimos hipotecários a consumidores (conhecidas como "cláusulas suelo"), que afetou, entre outras entidades, a Caja, na qualidade de demandada. Entre outros aspetos, a referida sentença declarava a nulidade das mencionadas "cláusulas suelo" e condenava a Caja à devolução das quantias indevidamente pagas em aplicação das mesmas, a partir da data de publicação da sentença do Tribunal Supremo de 9 de maio de 2013.

A referida sentença era objeto de recurso em 31 de dezembro de 2024. Contudo, em 16 de junho de 2025, o Tribunal Supremo proferiu a Sentença 943/2025, que decidiu o processo das "cláusulas suelo", negando provimento aos recursos extraordinários por infração processual e cassação e condenando as entidades a cessar a aplicação da "cláusula suelo" e a restituir as quantias cobradas pela sua aplicação, pondo termo à ação coletiva. Em execução dessa sentença, a Caja Rural del Sur procedeu à eliminação das "cláusulas suelo" dos empréstimos hipotecários comercializados a partir de 1 de janeiro de 1995 (entrada em vigor da Diretiva 93/13/CEE, de 5 de abril de 1993, relativa às cláusulas abusivas nos contratos celebrados com os consumidores) e até à entrada em vigor da Ordem Ministerial de 28 de outubro de 2011 (em vigor desde 29 de abril de 2012).

Adicionalmente, em 21 de dezembro de 2016, o Tribunal de Justiça da União Europeia publicou a sentença que resolveu a questão prejudicial formulada pela Audiencia Provincial de Alicante e por outros órgãos jurisdicionais nacionais relativamente à limitação no tempo dos efeitos restitutórios decorrentes da nulidade das "cláusulas suelo". Na referida sentença, o TJUE estabeleceu que essa limitação é contrária ao artigo 6.º, n.º 1, da Diretiva 93/13 relativa às cláusulas abusivas.

Após a análise da carteira de empréstimos hipotecários a consumidores aos quais foi aplicada uma "cláusula suelo", a Caja tem constituída em 31 de dezembro de 2025 e 2024 uma provisão incluída na rubrica "Outros fundos" no montante de 5.290 e 9.056 milhares de euros, respetivamente, para a cobertura das reclamações que possam ser recebidas relativamente a esta contingência.

Por último, relativamente à taxa de referência oficial para as hipotecas em Espanha denominada IRPH, a sentença publicada pelo Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE) em 3 de março de 2020 e o conjunto de sentenças emitidas pela Primeira Secção do Tribunal Supremo (TS) em 6 e 12 de novembro de 2020 clarificam a apreciação das ações que questionem a falta de transparência na comercialização de empréstimos hipotecários que incluam esse índice.

Posteriormente, o Pleno da Primeira Secção do TS analisou, em duas sentenças com data de 12 de novembro de 2025 (1591/2025 e 1591/2025), a validade da cláusula de juros remuneratórios indexados ao IRPH constante de empréstimos hipotecários celebrados por consumidores, à luz dos Acórdãos do TJUE de 13 de julho de 2023 (C-265/22) e de 12 de dezembro de 2024 (C-300/23).

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104654

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

Estas concluem que não é possível dar uma solução unívoca sobre o caráter transparente e a abusividade desta cláusula, uma vez que a sua validade dependerá das circunstâncias concretas de cada empréstimo e de cada litígio, em função dos factos que venham a ficar provados em cada caso.

Para a cobertura desta e de outras contingências similares, a Caja reavalia anualmente os riscos a que a sua atividade se encontra exposta, de acordo com o contexto económico em que esta decorre e com a informação de que dispõe em cada encerramento de exercício. Em consequência, a Caja registou dotações líquidas de “Outras provisões” durante o exercício de 2025 no montante de 9 723 milhares de euros (12 534 milhares de euros em 2024) (Nota 47).

### **33. Outro rendimento integral acumulado**

Esta rubrica dos balanços inclui o montante líquido das variações do justo valor dos ativos mensurados pelo justo valor através de outro rendimento integral que devam ser classificadas como parte integrante do capital próprio, em conformidade com o disposto na Nota 14.f. Para os instrumentos de dívida classificados nessa categoria, estas variações registam-se na demonstração de resultados quando ocorre a venda dos ativos nos quais a referida variação tem origem ou quando ocorre a sua imparidade.

Além disso, esta rubrica inclui o montante do ganho ou perda imputável à parte dos instrumentos de cobertura dos fluxos de caixa qualificados como cobertura eficaz, em conformidade com o disposto na Nota 14.f, pendente de imputação à demonstração de resultados.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os ganhos e perdas atuariais reconhecidos na rubrica de “Outro rendimento integral acumulado - Elementos que não serão reclassificados em resultados” do capital próprio ascendem a 7 760 e 7 795 milhares de euros, respetivamente (Nota 14.n).

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104655

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

O movimento da rubrica “Outro rendimento integral acumulado”, ocorrido durante os exercícios de 2025 e 2024, é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2025	2024
Saldo inicial	58 769	47 516
Efeito das coberturas contabilísticas dos fluxos de caixa	6 904	3 575
Variações do justo valor de títulos de dívida	(1 767)	(2 527)
Variações do justo valor de instrumentos de capital próprio	8 117	10 127
Variações do justo valor de planos de pensões de benefício definido	(35)	78
Saldo final	71 988	58 769

As variações do justo valor de títulos de dívida correspondem ao registo pelo justo valor, líquido do efeito fiscal, dos títulos de rendimento fixo, correspondendo as variações do justo valor de instrumentos de capital próprio às reavaliações, líquidas do efeito fiscal, dos instrumentos de capital próprio mensurados pelo justo valor.

#### 34. Fundos próprios

O movimento das verbas incluídas na rubrica “Fundos próprios” do balanço anexo encontra-se incluído na Demonstração das Variações no Capital Próprio.

#### Capital

Tal como indicado na Nota 14.s, na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de Sócios de 7 de junho de 2011 foram alterados os Estatutos da Caja, tendo-se procedido, entre outros aspetos, à modificação relativa à consideração das contribuições dos sócios, a fim de as adaptar às recomendações dos supervisores - nacionais e internacionais - sobre solvência e capital social (a qual ficou refletida na Circular 4/2011 do Banco de España), de modo a que o reembolso das contribuições para o capital social requer, em qualquer caso, deliberação prévia e favorável do Conselho de Administração.

De acordo com o Real Decreto 84/1993, de 22 de janeiro, que aprova o Regulamento de Execução da Lei 13/1989, de 26 de maio, e nos Estatutos da Caja, o capital social é constituído pelas entradas de capital efetuadas a esse título pelos sócios (incorporadas no capital social), que cumpram as condições legalmente estabelecidas.

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104656

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

Os Estatutos da Caja contemplam, entre outros, os seguintes aspetos relativos ao seu capital social, após as suas diversas alterações:

1. O capital social obrigatório, cujo montante mínimo é fixado em 4 808 milhares de euros, terá caráter variável e será constituído pelas contribuições que, cumprindo os requisitos de remuneração, duração e desembolso fixados no artigo dez do Regulamento de Cooperativas de Crédito, sejam realizadas pelos sócios em moeda de curso legal.
2. O montante da contribuição mínima para o capital social, para adquirir a condição de sócio, que cada sócio deverá desembolsar integralmente no momento da admissão, será de 60,11 euros para as pessoas singulares e de 300,55 euros para as pessoas coletivas.
3. Os sócios não poderão deter um montante total de contribuições representativas do capital social que exceda os limites estabelecidos em cada momento para as pessoas singulares e coletivas, respetivamente, pela legislação aplicável às cooperativas de crédito. Em caso algum, o conjunto das pessoas coletivas que não tenham a natureza de sociedade cooperativa poderá possuir mais do que a percentagem do capital social que, em cada momento, seja estabelecida pela legislação aplicável às cooperativas de crédito. Os limites à concentração de contribuições incidirão sobre as que, direta ou indiretamente, impliquem a titularidade ou o controlo das percentagens máximas de capital.
4. O Conselho de Administração poderá deliberar a admissão de contribuições para o capital social, fixando o montante global máximo, as condições e o prazo de subscrição, que não poderá ser superior a seis meses a contar da data da deliberação. As contribuições deverão ser integralmente desembolsadas no momento da sua subscrição, sendo a sua remuneração fixada pela Assembleia.
5. As contribuições para o capital social poderão vencer juros, à taxa deliberada pela Assembleia Geral, sem que essa taxa possa, em qualquer caso, exceder os limites fixados por diploma legal. A sua eventual remuneração estará efetivamente condicionada à existência de resultados líquidos ou de reservas de livre disposição suficientes para a satisfazer, sendo necessária, neste último caso, a autorização prévia do Banco de España. Não vencerá qualquer juro se for incumprido o coeficiente de solvência ou o valor mínimo dos fundos próprios, ou se existirem perdas não absorvidas por imputação aos fundos próprios da Entidade.

A proposta de distribuição de resultados do exercício de 2025 (Nota 4) contempla uma taxa de juro de 3,217% para as contribuições. A taxa média do exercício de 2024 foi de 3,506%.

#### **Títulos próprios**

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Caja detinha 3 698 e 99 milhares de euros em títulos próprios, respetivamente.

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104657

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

## Reservas

A composição da rubrica “Reservas” em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2025	2024
Resultados transitados	809 863	656 238
Fundo de Reserva Obrigatório	733 684	597 128
Reservas de capitalização	2 822	1 665
Reservas voluntárias	73 357	57 445
Reservas de reavaliação	19 283	19 542
Outras reservas	8 837	7 773
	<u>837 983</u>	<u>683 553</u>

### Fundo de Reserva Obrigatório

As dotações efetuadas para este fundo (não distribuível entre os sócios), provenientes da aplicação dos excedentes de exercícios anteriores, foram realizadas em conformidade com o disposto na Lei 13/1989, de 26 de maio, das Cooperativas de Crédito, parcialmente alterada pela Lei 20/1990, de 19 de dezembro, sobre o Regime Fiscal das Cooperativas, e nos Estatutos da Caja.

Na Assembleia realizada em 27 de maio de 2025, a Caja aprovou a alteração dos seus Estatutos, mediante a qual atualizou a percentagem mínima a destinar ao Fundo de Reserva Obrigatório, elevando-a para 85%, face aos 80% estabelecidos em 2024.

### Reservas de reavaliação geradas pela Circular 4/2004

O saldo desta rubrica corresponde à reserva gerada pela reavaliação do ativo material realizada ao abrigo do disposto na Disposição Transitória Primeira, alínea B, da Circular 4/2004, segundo a qual era possível avaliar em 1 de janeiro de 2004 qualquer elemento incluído no ativo material pelo seu justo valor, sujeito a determinadas condições. Esta avaliação dos ativos materiais foi efetuada por imputação a esta reserva de reavaliação, líquida do efeito fiscal.

A diminuição do saldo desta rubrica corresponde a um montante equivalente à amortização e às reduções do valor reavaliado, sendo transferido durante o exercício para “Outras reservas”.

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104658

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

### Reservas de capitalização

Durante o exercício de 2025, a Caja constituiu uma reserva indisponível no montante de 1 542 milhares de euros, por imputação a “Reservas voluntárias” (680 milhares de euros durante o exercício de 2024) (ver Nota 4). A referida reserva foi constituída para beneficiar da dedução estabelecida no artigo 25 da Lei 27/2014, do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas.

No exercício de 2024 foi alterada a alínea a) do n.º 1 do artigo 25 da Lei 27/2014, do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, que anteriormente determinava que a Entidade deveria manter, durante o prazo de 5 anos, o montante do aumento do capital próprio anteriormente dotado, sendo que, com a referida alteração, o prazo de manutenção foi reduzido para 3 anos. Uma vez que já decorreu o referido período de cumprimento obrigatório e foi efetuada a adaptação ao disposto na norma, a Entidade transferiu para outras reservas, durante os exercícios de 2025 e 2024, 385 e 2 477 milhares de euros, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as “Reservas acumuladas” a este título ascendem a 2 822 e 1 665 milhares de euros, respetivamente.

### Reservas voluntárias e Outras reservas

Estas reservas são de livre disposição.

### 35. Garantias financeiras concedidas

A desagregação desta rubrica, que corresponde aos montantes que a Caja deverá pagar por conta de terceiros caso aqueles que se encontrem originalmente obrigados ao pagamento não o façam, em consequência dos compromissos assumidos pela Caja no decurso da sua atividade habitual, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2025	2024
Garantias financeiras concedidas		
Administrações Públicas	38 351	38 250
Instituições de crédito	16 449	13 687
Outras sociedades financeiras	2 586	1
Sociedades não financeiras	50 001	42 688
Famílias	3 992	5 755
	<u>111 379</u>	<u>100 381</u>

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104659

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

### 36. Compromissos de empréstimos e outros compromissos concedidos

A desagregação desta rubrica em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é a seguinte:

	Milhares de euros		
	2025	2024	
Compromissos de empréstimos concedidos			
Administrações Públicas	43 003	31 030	
Instituições de crédito	-	-	
Outras sociedades financeiras	1 235	1 106	
Sociedades não financeiras	477 702	465 539	
Famílias	215 765	191 491	
	<u>737 705</u>	<u>689 166</u>	
		Milhares de euros	
		2025	2024
Outros compromissos assumidos			
Administrações Públicas	300	300	
Instituições de crédito	602	602	
Outras sociedades financeiras	6 246	4 826	
Sociedades não financeiras	45 893	46 030	
Famílias	9 814	8 636	
	<u>62 855</u>	<u>60 394</u>	

### 37. Juros e rendimentos similares

A desagregação desta rubrica da demonstração de resultados dos exercícios de 2025 e 2024 é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2025	2024
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	5 958	9 135
Ativos financeiros ao custo amortizado	274 504	303 859
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente mensurados pelo justo valor através de resultados	50	269
Derivados – contabilidade de cobertura, risco de taxa de juro	5 874	6 374
Outros ativos	27 627	36 349
<i>Dos quais: Rendimentos de contratos de seguros associados a pensões e obrigações similares (Nota 32)</i>	291	270
Juros e rendimentos similares de passivos	445	23
	<u>314 458</u>	<u>356 009</u>

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104660

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

### 38. Juros e encargos similares

A desagregação desta rubrica da demonstração de resultados dos exercícios de 2025 e 2024 é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2025	2024
Passivos financeiros ao custo amortizado	65 672	83 482
<i>Dos quais provenientes das TLTRO (ver Nota 31.a)</i>	-	598
Derivados – contabilidade de cobertura, risco de taxa de juro	-	(232)
Outros passivos	266	261
<i>Dos quais: Custo dos juros dos fundos de pensões (Nota 32)</i>	247	244
	<u>65 938</u>	<u>83 511</u>

### 39. Rendimentos e Gastos por comissões

A desagregação por produtos que geraram os rendimentos ou gastos registados como comissões durante os exercícios de 2025 e 2024 é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2025	2024
Títulos	202	131
Custódia	654	1 328
Garantias financeiras concedidas	628	644
Compromissos de empréstimos concedidos	1 171	1 099
Atividades de gestão de empréstimos	2	6
Serviços de pagamento	49 228	51 715
Fundos de clientes distribuídos, mas não geridos	30 644	25 558
Investimento coletivo	6 360	5 180
Produtos de seguros	24 015	20 067
Outros	269	311
Empréstimos concedidos	2 391	2 208
Câmbio de divisas	147	146
Outras comissões	5 260	5 671
	<u>90 327</u>	<u>88 506</u>

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104661

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

	Milhares de euros	
	2025	2024
<b>Gastos de comissões</b>		
Títulos	179	92
Compensação e liquidação	124	97
Custódia	11	98
Serviços de pagamento	3 782	3 747
Distribuição de produtos por fornecedores externos	195	150
Outros	493	614
	<u>4,784</u>	<u>4 798</u>

As rubricas “Rendimentos de comissões” e “Gastos de comissões” incluem o montante de todas as comissões a pagar e a receber pela Caja durante o exercício, exceto as que fazem parte da taxa de juro efetiva dos instrumentos financeiros.

#### 40. Ganhos ou (perdas) de ativos e passivos financeiros, excluídas as imparidades

A desagregação destas rubricas da demonstração de resultados dos exercícios de 2025 e 2024 é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2025	2024
Ganhos ou (perdas) no desreconhecimento contabilístico de ativos e passivos financeiros não mensurados pelo justo valor através dos resultados, valor líquido	<u>363</u>	<u>621</u>
Ganhos ou (perdas) de ativos e passivos financeiros detidos para negociação, valor líquido (Nota 20.b)	<u>4</u>	<u>23</u>
Derivados	-	-
Ganhos ou (perdas) de ativos financeiros não destinados a negociação, obrigatoriamente mensurados pelo justo valor através dos resultados, valor líquido	<u>9</u>	<u>65</u>
Ganhos ou (perdas) resultantes da contabilidade de cobertura, valor líquido (Nota 24)	<u>(12)</u>	<u>(23)</u>

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104662

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

#### 41. Outros rendimentos operacionais

A desagregação desta rubrica da demonstração de resultados dos exercícios de 2025 e 2024 é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2025	2024
Investimento imobiliário	77	66
Vendas e outros rendimentos pela prestação de serviços não financeiros	109	108
Custos incorporados em ativos e outras rubricas	4 453	3 315
Outros rendimentos recorrentes	988	1 461
Outros rendimentos não recorrentes	1 215	329
	<u>6 842</u>	<u>5 279</u>

#### 42. Encargos com pessoal

A composição do saldo desta rubrica da demonstração de resultados dos exercícios de 2025 e 2024 é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2025	2024
Vencimentos e gratificações aos trabalhadores no ativo	52 092	49 924
Contribuições para a Segurança Social	17 707	17 588
Dotações para planos de benefícios definidos externos (Nota 32)	206	190
Dotações para planos de contribuição definida externos (Nota 32)	2 981	6 266
Indemnizações por cessação (Nota 32)*	7 650	1 976
Gastos com formação	108	241
Restantes gastos com pessoal	13 744	12 187
	<u>94 488</u>	<u>88 372</u>

\*Dos quais um montante de 7 290 milhares de euros corresponde à dotação do fundo de processo coletivo de reestruturação laboral iniciado no exercício de 2025 (ver Nota 32).

O número médio de colaboradores da Caja nos exercícios de 2025 e 2024, distribuído por categorias, é o seguinte:

	2025	2024
Direção de Topo - Direção-Geral	1	1
Diretores de Área	11	11
Chefias	517	510
Administrativos	542	523
	<u>1 071</u>	<u>1 045</u>

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104663

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

O número médio de colaboradores da Caja nos exercícios de 2025 e 2024, distribuído por categorias e sexo, é o seguinte:

	2025		2024	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Direção de Topo - Direção-Geral	1		1	
Diretores de Área	8	3	8	3
Chefias	399	118	392	118
Administrativos	177	365	177	346
	585	486	578	467

O número de colaboradores da Caja no final do exercício de 2025 e 2024 ascendia a 1 062 e 1 075 colaboradores, respetivamente.

As remunerações consideradas retribuição em espécie concedidas aos colaboradores da Caja durante os exercícios de 2025 e 2024 ascenderam a 1 839 e 3 167 milhares de euros, respetivamente, estando previstas em contrato coletivo e correspondendo a empréstimos concedidos a baixa taxa de juro, seguros de vida e outras retribuições em espécie.

#### 43. Outros gastos administrativos

A composição do saldo desta rubrica da demonstração de resultados dos exercícios de 2025 e 2024 é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2025	2024
Imóveis, instalações e equipamentos:	5 088	4 930
Rendas	561	599
Manutenção do imobilizado	3 031	2 952
Iluminação, água e aquecimento	1 108	1 017
Impressos e material de escritório	388	362
Informática	22 035	16 584
Comunicações	2 672	2 399
Publicidade e propaganda	2 019	1 578
Gastos judiciais e com advogados	769	840
Relatórios técnicos	3 473	3 405
Serviços de vigilância e transporte de fundos	1 460	1 408
Prémios de seguro e autosseguro	497	491
De órgãos de governação e controlo	1 335	1 578
Gastos de representação e deslocação de pessoal	666	642
Quotas de associações	218	199
Serviços administrativos subcontratados	5 264	5 315
Contribuições e impostos	1 234	675
Outros gastos	640	806
	47 370	40 850

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104664

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

#### 44. Amortização

A composição do saldo desta rubrica da demonstração de resultados dos exercícios de 2025 e 2024 é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2025	2024
Ativos tangíveis:	8 905	8 330
Para uso próprio (Nota 27)	6 469	5 834
Direitos de uso (Nota 27)	2 436	2 496
Ativos intangíveis	383	445
	9 288	8 775

#### 45. Outros gastos operacionais

A composição do saldo desta rubrica da demonstração de resultados dos exercícios de 2025 e 2024 é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2025	2024
Contribuição para o Fundo de Garantia de Depósitos	38	-
Contribuição para o Fundo de Educação e Promoção (Notas 4 e 29)	16 686	17 069
Outras rubricas	4 772	3 093
<i>Dos quais: Contribuição para o fundo MIP (Nota 1.b)</i>	1 422	-
	21 496	20 162

Durante os exercícios de 2025 e 2024 não foram efetuadas contribuições ex-ante para o Fundo Único de Resolução, conforme indicado na Nota 11.

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104665

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

**46. Imparidade ou (reversão da imparidade) de ativos financeiros não mensurados pelo justo valor através dos resultados e perdas líquidas por modificação**

A desagregação desta rubrica da demonstração de resultados dos exercícios de 2025 e 2024 é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2025	2024
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral (Nota 21)	2	(124)
Ativos financeiros ao custo amortizado (ver Nota 22.d))	(5 815)	16 416
<i>Dos quais: Empréstimos e adiantamentos ao custo amortizado</i>	<i>(5 743)</i>	<i>16 221</i>
<i>Dos quais: Títulos de dívida</i>	<i>(72)</i>	<i>195</i>
	<u>(5 813)</u>	<u>16 292</u>

**47. Provisões ou (reversão) de provisões**

A desagregação desta rubrica da demonstração de resultados dos exercícios de 2025 e 2024 é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2025	2024
Pensões e outras obrigações de benefícios definidos pós-emprego (Nota 32)	(425)	16
Compromissos e garantias concedidas (Nota 32)	124	775
Outras provisões (Nota 32)	9 723	12 534
	<u>9 422</u>	<u>13 325</u>

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104666

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

**48. Ganhos ou (perdas) no desreconhecimento contabilístico de ativos não financeiros, valor líquido**

A desagregação desta rubrica da demonstração de resultados dos exercícios de 2025 e 2024 é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2025	2024
Investimento imobiliário	-	-
Ativos intangíveis	-	-
Ativo material	(137)	(102)
	<u>(137)</u>	<u>(102)</u>

**49. Ganhos ou (perdas) de ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda, não qualificados como operações descontinuadas**

A desagregação desta rubrica da demonstração de resultados dos exercícios de 2025 e 2024 é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2025	2024
Investimento imobiliário	(84)	(205)
Imparidade ou reversão da imparidade (Nota 25)	(49)	(177)
Ganhos (perdas) com vendas (Nota 25)	(35)	(28)
Ativos tangíveis executados	1 471	(209)
Imparidade ou reversão da imparidade (Nota 25)	1 328	(382)
Ganhos (perdas) com vendas (Nota 25)	143	173
	<u>1 387</u>	<u>(414)</u>

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104667

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

## 50. Outra informação

- a) O detalhe dos fundos de clientes fora de balanço da Caja em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2025	2024
Carteiras de clientes sob gestão (*)	28 111	30 713
Sociedades e fundos de investimento	794 861	622 921
Fundos de pensões e contratos de seguros-poupança	397 422	382 589
	<u>1 220 394</u>	<u>1 036 223</u>

(\*) Inclui o montante de 8 835 e 10 507 milhares de euros, respetivamente, de fundos de investimento nacionais comercializados e títulos de terceiros depositados, incluídos nas referidas rubricas.

A Caja não administra diretamente os patrimónios sob mandato, limitando-se a desempenhar a função de comercialização junto do Banco Cooperativo Español, S.A., que celebra com o cliente um contrato de administração e gestão de carteiras.

- b) O detalhe do justo valor dos instrumentos financeiros de terceiros depositados na Caja em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2025	2024
Obrigações	96 977	219 877
Ações	63 340	46 766
Fundos de investimento	29 753	27 013
Total	<u>190 070</u>	<u>293 656</u>

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104668

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

- c) O detalhe das titularizações e outras transferências de ativos efetuadas pela Caja em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2025	2024
Desreconhecidos integralmente do balanço: (Nota 14.h)		
Ativos titularizados através de participações hipotecárias	-	-
Certificados de transmissão de créditos hipotecários	-	-
<i>Pro memoria: Desreconhecidos do balanço antes de 1 de janeiro de 2004</i>	-	-
Detidos integralmente em balanço:	12 091	32 396
Ativos titularizados através de participações hipotecárias	-	93
Certificados de transmissão de créditos hipotecários	12 091	32 303
Outros ativos titularizados	-	-

De seguida apresenta-se o detalhe dos ativos titularizados com os correspondentes passivos associados, agrupados pelos fundos de titularização aos quais foram afetos, em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	Milhares de euros	
	2025	2024
Rural Hipotecario VIII Fondo de Titulización		
Empréstimos e adiantamentos	-	17 466
Passivos associados	-	17 466
Rural Hipotecario IX Fondo de Titulización		
Empréstimos e adiantamentos	12 108	14 989
Passivos associados	12 108	14 989
Total dos empréstimos e adiantamentos (*)	12 108	32 455
Total dos passivos associados (*) (**)	12 108	32 455

(\*) Inclui acréscimo de juros.

(\*\*) O montante dos passivos associados encontra-se reduzido no balanço pelas obrigações de titularização que foram adquiridas pela Caja e que, em 31 de dezembro de 2024, ascendiam a 7 199 milhares de euros. Em 31 de dezembro de 2025, a Entidade não detinha obrigações de titularização adquiridas.

- d) A Caja não tinha compromissos de compra e venda de ativos financeiros em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104669

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

- e) Os ativos propriedade da Caja em 31 de dezembro de 2025 e 2024, afetos a obrigações próprias, ascendiam a 26 026 e 61 177 milhares de euros, respetivamente, e correspondem a empréstimos e obrigações que se encontram dados em penhor como ativos elegíveis para atuar como garantia da linha de financiamento aberta junto dos bancos centrais. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o saldo disponível sobre o capital do financiamento obtido atingiu 26 026 e 61 177 milhares de euros.
- f) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Caja não efetuou operações de empréstimo de títulos de dívida com outras instituições, classificados como ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e ativos financeiros ao custo amortizado.
- g) Saldos e depósitos abandonados: em conformidade com o disposto no artigo 18 da Lei 33/2003, de 3 de novembro, sobre o património das Administrações Públicas, os saldos e depósitos nas instituições financeiras em situação de abandono, nos termos do referido artigo, ascendem a 21 milhares de euros à data do fecho das presentes contas anuais (52 milhares de euros em 31 de dezembro de 2024), podendo o referido montante variar desde esta data até à data de apresentação definitiva ao organismo competente.

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104670

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

## 51. Justo valor

De seguida apresenta-se o detalhe do justo valor dos ativos e passivos financeiros da Caja em 31 de dezembro de 2025 e 2024, comparados com os respetivos valores contabilísticos nas referidas datas, classificados por Níveis 1, 2 e 3 (em milhares de euros):

Nível 1	2025		2024	
	Valor registado	Justo valor	Valor registado	Justo valor
<b>Ativo</b>				
Caixa	63 729	63 729	58 612	58 612
Saldos equivalentes de caixa em bancos centrais	1 460 582	1 460 588	1 030 135	1 030 053
Outros depósitos à ordem	169 425	169 436	148 107	148 152
Ativos financeiros detidos para negociação				
Derivados	-	-	-	-
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente mensurados pelo justo valor através dos resultados				
Títulos de dívida	-	-	-	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	-	-
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral				
Títulos de dívida	264 331	264 331	272 693	272 693
Instrumento de capital próprio	29 422	29 422	24 682	24 682
Ativos financeiros ao custo amortizado				
Títulos de dívida	1 210 798	1 200 605	1 111 673	1 081 338
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito	-	-	-	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	-	-
Derivados - contabilidade de cobertura	-	-	-	-

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104671

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

Nível 2	2025		2024	
	Valor registado	Justo valor	Valor registado	Justo valor
<b>Ativo</b>				
Ativos financeiros detidos para negociação				
Derivados	305	305	633	633
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente mensurados pelo justo valor através dos resultados				
Títulos de dívida	-	-	-	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	-	-
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral				
Títulos de dívida	197	197	-	-
Instrumento de capital próprio	1 650	1 650	1 668	1 668
Ativos financeiros ao custo amortizado				
Títulos de dívida	-	-	-	-
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito	-	-	-	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	-	-
Derivados - contabilidade de cobertura	45 237	45 237	10 659	10 659

Nível 3	2025		2024	
	Valor registado	Justo valor	Valor registado	Justo valor
<b>Ativo</b>				
Ativos financeiros detidos para negociação				
Derivados	-	-	-	-
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente mensurados pelo justo valor através dos resultados				
Títulos de dívida	726	726	1 987	1 987
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	-	-
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral				
Instrumento de capital próprio	208 409	208 409	197 711	197 711
Ativos financeiros ao custo amortizado				
Títulos de dívida	-	-	-	-
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito	199 180	199 667	177 429	177 400
Empréstimos e adiantamentos a clientes	7 796 336	8 159 006	7 308 770	7 775 707
Derivados - contabilidade de cobertura	-	-	-	-



Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÉNTIMOS  
DE EURO

009104673

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

Para os ativos e passivos financeiros anteriormente apresentados, o justo valor foi determinado conforme se indica a seguir:

- i) Ativos e passivos financeiros indicados no Nível 1: O justo valor foi determinado utilizando preços cotados em mercados ativos para o mesmo instrumento, ou seja, sem modificar ou reorganizar de forma diferente.
- ii) Ativos e passivos financeiros indicados no Nível 2: O justo valor foi determinado: Preços cotados em mercados ativos para instrumentos similares ou outras técnicas de avaliação em que todos os inputs significativos se baseiam em dados de mercado observáveis direta ou indiretamente.
- iii) Ativos e passivos financeiros indicados no Nível 3: Técnicas de avaliação em que algum input significativo não se baseia em dados de mercado observáveis. O justo valor dos ativos financeiros ao custo amortizado e dos passivos ao custo amortizado foi determinado através do desconto dos fluxos futuros pela curva atual das taxas de juro. O valor descontado é igual ao produto de:
  - a) o fator de desconto correspondente ao prazo residual entre a data de análise e a data de revisão ou amortização, tendo em consideração a curva atual das taxas de juro,
  - b) o montante do fluxo que ocorra.

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104674

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

## CAJA RURAL DEL SUR, SOCIEDAD COOPERATIVA DE CRÉDITO

### RELATÓRIO DE GESTÃO CORRESPONDENTE AO EXERCÍCIO DE 2025

#### 1. Enquadramento económico

O exercício de 2025 foi marcado por um cenário de normalização económica após a resiliência global observada em 2024, ano em que o PIB mundial cresceu ligeiramente acima de 3%, suportado pela robustez dos mercados de trabalho, pela moderação da inflação e pela distensão progressiva das condições financeiras. Este contexto serviu de base a um ano de 2025 caracterizado por um crescimento moderado e mais alinhado com o potencial, num contexto em que a inflação se aproximou dos objetivos dos bancos centrais, embora tenham persistido riscos geopolíticos e de fragmentação comercial que condicionaram a evolução da atividade global. Espera-se que esta situação se mantenha durante o próximo exercício, especialmente condicionada pela política externa dos Estados Unidos.

No domínio da política monetária, os principais bancos centrais mantiveram em 2025 uma tendência de distensão gradual já iniciada em meados de 2024. O Banco Central Europeu prosseguiu com o processo de reduções, situando a taxa de facilidade de depósito nos 2% na segunda metade do ano, num contexto de inflação convergente para o objetivo de 2% e de condições financeiras mais acomodaticias para as famílias e empresas. Em paralelo, a Reserva Federal manteve a mesma trajetória, com descidas das taxas, de 4,25% para 3,50% no final do exercício, sempre condicionadas pela evolução da economia norte-americana e por um processo desinflationista que continua a avançar.

A economia da zona euro enfrentou 2025, partindo de um 2024 fraco, tendo registado uma recuperação gradual, favorecida pela melhoria do rendimento real das famílias, pelo barateamento do financiamento e pela maior estabilidade dos preços energéticos, atingindo uma variação do PIB de 1,4%. Ainda assim, persistem desafios estruturais de competitividade e produtividade que limitam a trajetória de crescimento e exigem reformas de fundo.

Em Espanha, após o crescimento registado em 2024 de 3,2%, o ritmo de expansão normalizou-se, atingindo 2,8%. O mercado de trabalho continua a evidenciar resiliência, após o forte avanço da afiliação registado em 2024, o que, juntamente com a melhoria do poder de compra decorrente da desinflação, sustenta o consumo privado. O investimento beneficia de condições financeiras mais favoráveis e da execução dos fundos europeus Next Generation EU, enquanto a procura externa tende a moderar-se à medida que o dinamismo do turismo se normaliza e os nossos principais parceiros europeus continuam imersos num crescimento fraco.

O enquadramento financeiro e bancário em 2025 foi definido por um novo quadro de taxas de juro próximas de 2%, no qual o setor demonstrou uma notável capacidade de adaptação. Apesar da descida das referências oficiais, a margem financeira agregada do setor bancário conseguiu conter a queda, apoiando-se no dinamismo do crédito. A evolução do crédito registou um elevado crescimento, com especial robustez no financiamento à habitação e ao consumo, bem como nos depósitos, destacando-se um maior peso do prazo em Espanha, coerente com a estabilização das taxas e o bom comportamento do incumprimento.

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104675

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

Em termos gerais, apesar deste cenário central de maior estabilidade, o exercício de 2025 esteve exposto a riscos relevantes, entre os quais se destacam a persistência das tensões geopolíticas, a incerteza relativamente às políticas comerciais internacionais, a complexidade regulatória crescente e os desafios associados à transformação digital e à cibersegurança. No conjunto, estes fatores obrigam a manter uma estratégia prudente e flexível perante potenciais alterações no enquadramento macroeconómico e financeiro.

## 2. Situação da Caja Rural del Sur

Neste enquadramento, a Entidade mantém a sua solidez financeira, refletida nos principais rácios:

**Solvência:** A Entidade mantém em 31 de dezembro de 2025 um **rácio de Nível 1 (CET1) (ordinário e adicional), bem como um rácio total de capital de 27,27%**. O rácio total de capital situa-se 17,90 pontos percentuais acima do mínimo que o Banco de Espanha estabeleceu para a Entidade nessa data e 14,92 pontos percentuais incluindo a reserva de conservação de capital e contracíclica exigida. Tudo isto fruto da capacidade de geração de rendimentos da Entidade, de uma adequada política de distribuição de resultados e de gestão dos seus riscos.

**Liquidez:** A Entidade dispõe de um sólido nível de financiamento de retalho, que representa uma percentagem de empréstimos brutos sobre depósitos tradicionais de 80,47%. A Entidade não tem dependência do financiamento nos mercados grossistas. O **Liquidity Coverage Ratio (LCR) situa-se em 215%**, muito acima do mínimo exigido (100%).

**Níveis de cobertura de ativos em imparidade:** O rácio de cobertura de ativos duvidosos sobre empréstimos sem adiantamentos situa-se em **150%** e, com executados, em **147,15%**.

**Rentabilidade:** A Entidade fechou o exercício com um ROE (rentabilidade dos capitais próprios médios) de 14,51% e um ROA (rentabilidade dos ativos totais médios) de 1,45%, o que representa uma redução de 3,15 e 0,16 pontos, respetivamente, face a 2024.

Durante o exercício de 2025, a Entidade voltou a destacar-se por um notável crescimento do seu volume de negócios de 1 460 milhões de euros, o que representa 8% face ao exercício anterior. Em particular, a carteira de crédito aumentou 6%, com um peso importante do crescimento em Particulares. Tudo isto foi conseguido mantendo níveis de crédito em mora muito reduzidos, abaixo da média do setor, graças a uma gestão ativa dos ativos deteriorados e à política de gestão de riscos da Entidade. Do mesmo modo, o passivo comercial registou um sólido crescimento de 10% e os recursos fora de balanço de 6%, tudo face a 2024.

Quanto à demonstração de resultados, apesar da descida das taxas de juro iniciada em 2024, durante 2025 o resultado líquido da Entidade reduziu-se apenas 1,85% (3 003 milhares de euros), uma vez que a queda da margem financeira, situada em 8,8% (23 978 milhares de euros), foi compensada principalmente por menores dotações para provisões e perdas por imparidade no montante de 26.008 milhares de euros, devido à contenção do crédito vencido, bem como por outros rendimentos provenientes de comissões e rendimentos de dividendos.

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104676

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

### 3. Evolução do negócio

O balanço da Caja em 31 de dezembro de 2025 situou-se em 11 693 600 milhares de euros, o que representou um aumento interanual de 10,05%, 1 068 137 milhares de euros face ao exercício anterior, motivado principalmente pelo aumento do passivo comercial.

Dentro do ativo, o volume de **Empréstimos e adiantamentos a clientes** bruto de correções de valor (Nota 22 e 23) ascende a 7 990 320 milhares de euros em 31 de dezembro de 2025, o que representa um aumento de 466 325 milhares de euros, 6,20% face ao ano anterior. Em concreto, o montante dos Empréstimos a Clientes representa um crescimento de 467 062 milhares de euros, 6,22% face ao mesmo valor do exercício anterior, conforme se detalha em seguida:

	Milhares de euros			
	2025	2024	Variação	Var. %
<b>Empréstimos a Clientes (Nota 22 e 23)</b>	<b>7 981 887</b>	<b>7 514 825</b>	<b>467 062</b>	<b>6,22%</b>
Capital utilizado	7 904 377	7 449 252	455 125	6,11%
Juros vencidos	18 225	23 690	(5 465)	(23%)
Comissões	(22 154)	(23 006)	852	(3,70%)
Ajustes ao justo valor	(6 133)	(6 789)	656	(9,66%)
Custos de transação	87 601	71 010	16 591	23,36%
Prémios ou descontos	-	-	-	-
Operações de microcobertura	(29)	668	(697)	(104,34%)
<b>Adiantamentos distintos de empréstimos (Nota 22)</b>	<b>8 433</b>	<b>9 170</b>	<b>(737)</b>	<b>(8,04%)</b>
Capital utilizado	8 433	9 170	(737)	(8,04%)
<b>TOTAL de Empréstimos e Adiantamentos a Clientes</b>	<b>7 990 320</b>	<b>7 523 995</b>	<b>466 325</b>	<b>6,20%</b>

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104677

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

Relativamente aos ativos duvidosos e executados, os empréstimos a clientes classificados como de cobrança duvidosa registaram uma redução de 5 550 milhares de euros (6 354 milhares de euros se incluirmos os adiantamentos não classificados como empréstimos). Por sua vez, os ativos executados diminuem em 2 422 milhares de euros. No conjunto, ambos os tipos de ativos registam uma redução total de 7 972 milhares de euros, o que representa uma queda de 5,53% face ao exercício anterior. Se incluirmos os adiantamentos não classificados como empréstimos considerados de cobrança duvidosa, a redução ascende a 8 776 milhares de euros, equivalente a uma diminuição de 6,04%.

	Milhares de euros			
	2025	2024	Variação	Var. %
Empréstimos de cobrança duvidosa (Nota 22)	128 990	134 540	(5 550)	(4,13%)
Executados (Nota 25)	7 181	9 603	(2 422)	(25,22%)
<b>Total</b>	<b>136 171</b>	<b>144 143</b>	<b>(7 972)</b>	<b>(5,53%)</b>

O rácio de crédito vencido reduziu-se em 18 pontos base face ao exercício anterior, situando-se em 1,61% em 2025. A taxa de cobertura dos empréstimos anteriormente referida, juntamente com as garantias associadas aos ativos deteriorados (Nota 22), refletem a elevada qualidade da carteira e a gestão prudente do risco levada a cabo pela Entidade.

No passivo, os **Depósitos de clientes** registados na rubrica Passivos financeiros ao custo amortizado em 31 de dezembro de 2025 situam-se em 9 931 074 milhares de euros, dos quais o passivo tradicional ascende a 9 919 129 milhares de euros, o que representa um aumento de 10,15%, 913 897 milhares de euros em termos absolutos.

No tocante aos **Recursos de clientes fora de balanço**, incluídos na Nota 50, estes totalizam 1 220 394 milhares de euros, e sem incluir os montantes nas carteiras comercializadas dos fundos e valores depositados, ascendem a 1 211 559 milhares de euros, o que representou um aumento de 185 843 milhares de euros face a 2024 (18,12%), abrangendo Fundos de investimento, Fundos de pensões e Seguros de Poupança. Por último, no que respeita aos valores do mercado obrigacionista e do mercado acionista depositados por terceiros (Nota 50), estes situam-se em 160 317 milhares de euros no encerramento do exercício de 2025 (menos 106 326 milhares de euros face a 2024, uma queda anual de 39,88%).

Com tudo isto, o total de **Recursos de clientes sob gestão**, que inclui depósitos de clientes, bem como recursos de clientes fora de balanço e valores depositados de terceiros, aumentou em 993 414 milhares de euros face ao exercício anterior (9,65%). O volume de negócios da Entidade cresceu 1 460 milhões de euros, 8,19%.

Por último, o capital próprio cresceu 17% no exercício de 2025, 201 227 milhares de euros, situando-se em 31 de dezembro de 2025 no valor de 1 385 615 milhares de euros.

No que respeita ao número de sócios, em 31 de dezembro de 2025 o número é de 159 391 sócios.

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104678

Carimbo:  
CLASSE 8.<sup>a</sup>

#### 4. Demonstração de resultados

A **Margem Financeira** em 31 de dezembro de 2025 da Entidade situa-se em 248 520 milhares de euros, o que representa uma queda de 8,8%, 23 978 milhares de euros face ao exercício anterior, justificada pela descida das taxas de juro que começou em meados de 2024, e que foi compensada com o crescimento da carteira de crédito em 6%. A queda dos rendimentos de juros foi de 41 551 milhares de euros, 11,67%, e a queda dos gastos com juros de 17 573 milhares de euros, 21%.

O **Produto Bancário** ascende a 337 347 milhares de euros em 31 de dezembro de 2025 (356 354 milhares de euros no exercício anterior), o que representa uma queda de 5,33% (19 007 milhares de euros), uma vez que a queda da margem financeira foi compensada pelo crescimento noutros rendimentos de dividendos e comissões, 3 343 milhares de euros e 1 821 milhares de euros, respetivamente.

Entre as rubricas que compõem o resultado da atividade operacional, os gastos administrativos, tanto os gastos com pessoal como os outros gastos administrativos, bem como as amortizações, aumentaram um total de 13 149 milhares de euros, 9,5%, entre outros motivos pelo procedimento coletivo de regulação de emprego levado a cabo durante o exercício.

Após este aumento dos gastos operacionais, a **Margem operacional da Entidade**, ou seja, o produto bancário menos os gastos administrativos e amortizações, situa-se em 186 201 milhares de euros, tendo essa margem diminuído 32 156 milhares de euros face ao exercício anterior, o que representa uma queda de 14,73%.

Finalmente, as Dotações para provisões e Perdas por imparidade de ativos financeiros situam-se numa recuperação de 5 813 milhares de euros em 2025, face à dotação de 16 292 milhares de euros no exercício de 2024, diminuindo, portanto, em 22 105 milhares de euros, 135,68% menos do que o exercício anterior. Em 31 de dezembro de 2025, a Caja mantém imparidades por risco de crédito, adicionais às exigidas no Anexo 9 da Circular 4/2017, no montante de 78 968 milhares de euros.

Isto fez com que o Resultado da atividade operacional se situasse em 182 592 milhares de euros, o que representa uma queda de 3,26% (6 148 milhares de euros) face ao exercício anterior.

Os Ganhos ou perdas em ativos não correntes em venda, líquidos de provisões, geraram ganhos de 1 387 milhares de euros no exercício de 2025, face às perdas de 414 milhares de euros no exercício de 2024.

Com tudo isto, o **Resultado antes de impostos** situa-se em 183 842 milhares de euros, 2,33% menos do que o do exercício anterior (188 224 milhares de euros), e **depois de Impostos** em 159 437 milhares de euros face a 162 440 milhares de euros do ano anterior, o que representa uma queda de 1,85%. O **Resultado antes de impostos e o Fundo de Educação e Promoção**, este último registado no produto bancário da Entidade, e que faz parte da distribuição do excedente disponível, situou-se em 200 528 milhares de euros face a 205 293 milhares de euros do ano anterior, o que representa uma queda de 4 765 milhares de euros, 2,32% menos.

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104679

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

## 5. Fundo de Educação e Promoção Cooperativo

Em seguida, apresenta-se o detalhe das diferentes rubricas em que foi aplicado o Fundo de Educação e Promoção Cooperativo durante o exercício de 2025:

Aplicações	Montante aplicado (milhares de euros)
Aplicação Fundación Social y Cultural Caja Rural del Sur	13 656
Formação de sócios e colaboradores	1 185
Promoção das relações intercooperativas	441
Promoção cultural, profissional e assistencial do meio local e melhoria da qualidade de vida	2 121
Gastos com imóveis afetos ao FEP	21
<b>Total do Fundo de Educação e Promoção Cooperativo (*)</b>	<b>17 424</b>

Foi entregue à Fundação para que esta aplique o mesmo aos fins aprovados e assumidos, delegando no Conselho a determinação do montante, com base no previsto nos artigos 56.2 da Lei das Cooperativas e 43.1 dos Estatutos. Foi transferido um total de 13 656 milhares de euros para a Fundación Social y Cultural Caja Rural del Sur.

(\*) Em 31 de dezembro de 2025, a Caja apresentava um excedente de 1 798 milhares de euros.

## 6. Acontecimentos posteriores

Remetemos para o indicado na nota 13 das presentes Contas Anuais.

## 7. Avaliação de riscos

Nas Notas 16, 17 e 18 das notas às demonstrações financeiras, que fazem parte das Contas Anuais, faz-se uma análise detalhada da situação no encerramento e da gestão realizada durante o exercício de 2025 dos diferentes tipos de riscos.

## 8. Participações próprias

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Caja detinha 3 698 e 99 milhares de euros como ações próprias na rubrica de Valores próprios.

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104680

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

## 9. Informação Ambiental e Sustentabilidade

Em 2025, a sustentabilidade continuou a consolidar-se como um elemento estrutural da atividade económica e um vetor determinante na transformação do tecido empresarial. O crescente grau de consciencialização social, juntamente com o avanço das políticas públicas e dos quadros regulatórios supranacionais, impulsiona as organizações a integrar os critérios ambientais, sociais e de governação (ASG) no seu modelo de negócio. A entrada em vigor progressiva de novas normas europeias - entre as quais se destaca a Diretiva relativa ao Relato de Sustentabilidade das Empresas (CSRD), a aplicação das Normas ESRS, a consolidação da taxonomia europeia e o reforço das obrigações de relato - configura um ambiente de maior transparência, comparabilidade e rigor nas práticas de sustentabilidade.

Na Caja, considera-se prioritário avançar na transição para uma economia mais sustentável, mais verde e de baixo carbono. Para a gestão dos riscos ASG, a Caja tem definido um roteiro “Plano Diretor de Sustentabilidade” que, em conjunto com a Política de Financiamento Sustentável e Riscos ASG, traça os planos táticos e estratégicos em matéria de sustentabilidade. Ambos os documentos foram aprovados e são objeto de atualização pelo Conselho de Administração da Entidade.

Apesar de a Caja não ter gastos, ativos, nem provisões e contingências de natureza ambiental que possam ser significativos em relação ao património, à situação financeira e aos resultados da Caja, razão pela qual não se incluem desagregações específicas nas presentes notas às demonstrações financeiras anuais relativamente a informação sobre questões ambientais, leva a cabo um conjunto de ações que têm como objetivo minimizar o impacto ambiental, bem como ser o mais ativo possível na difusão de boas práticas entre os seus grupos de interesse.

Através do Manual de Conformidade e do Protocolo para a prevenção da responsabilidade penal, a Caja manifesta expressamente o seu compromisso com a segurança coletiva e a saúde coletiva, não aceitando riscos ou perigos para o ambiente e para a saúde humana. Além disso, a Entidade dispõe de procedimentos rigorosos que têm como objetivo o cumprimento de normas em diversas matérias, entre as quais se encontra a proteção do ambiente.

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Seto:  
0,03 EUROS  
TRÉS CÉNTIMOS  
DE EURO

009104681

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

## 10. Outra informação

### 10.1 Investigação e Desenvolvimento

Durante o exercício, não foi ativado qualquer montante no balanço da Caja relativo a trabalhos de Investigação e Desenvolvimento.

### 10.2 Informações sobre diferimentos de pagamentos a fornecedores. Disposição adicional terceira "Dever de informação" da Lei 15/2010, de 5 de julho.

Em 5 de julho de 2010 foi publicada a Lei 15/2010, que altera a Lei 3/2004, de 29 de dezembro, pela qual se estabelecem medidas de combate aos atrasos de pagamento nas operações comerciais.

Entre outros aspetos, a referida norma suprime a possibilidade de um "pacto entre as partes", no que respeita à ampliação do prazo de pagamento a fornecedores, em resposta às repercussões financeiras da crise económica em todos os setores, traduzidas num aumento de incumprimentos, atrasos e prorrogações na liquidação de faturas vencidas, que afeta com particular gravidade as pequenas e médias empresas pela sua grande dependência do crédito a curto prazo e pelas limitações de tesouraria no atual contexto económico. Além disso, para combater estas dificuldades, a Lei fixa um diferimento geral máximo entre empresas, de 60 dias de calendário, a contar da data de entrega das mercadorias ou da prestação dos serviços, que entrou em vigor em 1 de janeiro de 2013.

Adicionalmente, a Disposição Adicional Terceira da referida norma indica que as sociedades devem publicar de forma expressa as informações sobre os prazos de pagamento aos seus fornecedores na memória das suas contas anuais individuais e consolidadas. Apresenta-se em seguida a informação exigida sobre o prazo médio de pagamento a fornecedores relativa aos exercícios de 2025 e 2024:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
	<u>Dias</u>	<u>Dias</u>
Prazo médio de pagamento a fornecedores	14	14
Rácio de operações pagas	14	13
Rácio de operações pendentes de pagamento	6	22
	<u>Montante</u>	<u>Montante</u>
	<u>(milhares de euros)</u>	<u>(milhares de euros)</u>
Total de pagamentos realizados	94 882	118 006
Total de pagamentos pendentes	2 723	5 400
Volume monetário de faturas pagas num prazo inferior ao máximo estabelecido pela legislação em matéria de atrasos de pagamento	94 882	118 006
Percentagem que os pagamentos inferiores a esse máximo representam sobre o volume total faturado	97,21%	95,62%
<u>Faturas pagas num prazo inferior ao máximo estabelecido pela legislação aplicável em matéria de morosidade.</u>	48 218	48 586
Percentagem sobre o total de faturas	99,60%	99,05%

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104682

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

## **11. Informações não financeiras e sobre a diversidade**

Em 28 de dezembro de 2018, foi aprovada a Lei 11/2018 sobre informação não financeira e diversidade, que altera o Código do Comércio, o texto consolidado da Lei das Sociedades de Capital aprovado pelo Real Decreto Legislativo 1/2010, de 2 de julho, e a Lei 22/2015, de 20 de julho, sobre Auditoria de Contas, sobre informação não financeira e diversidade, que envolve a transposição da regulamentação europeia prevista na Diretiva 2014/95/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de outubro de 2014, que impõe a obrigação de divulgação de informação não financeira e de informação sobre diversidade por parte de determinadas entidades e grupos.

A Caja Rural del Sur, S.C.C. apresenta a Declaração de Informação Não Financeira exigida pela legislação em vigor no relatório de gestão consolidado, que será elaborado conjuntamente com as Contas Anuais Consolidadas do Grupo.

A Declaração Consolidada de Informação Não Financeira para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 da Caja Rural del Sur SCC será depositada juntamente com as suas Contas Anuais Consolidadas no Registo Comercial de Sevilha e estará disponível no site da Caja Rural del Sur ([www.cajaruraldelsur.es](http://www.cajaruraldelsur.es)) no prazo exigido por lei.

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÊS CÊNTIMOS  
DE EURO

009104685

Carimbo:  
CLASSE 8.ª

## CAJA RURAL DEL SUR, SOCIEDAD COOPERATIVA DE CRÉDITO

O Conselho de Administração da Caja Rural del Sur, Sociedad Cooperativa de Crédito, na sua reunião realizada hoje, apresenta as Contas Anuais da Entidade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Relatório de Gestão do exercício de 2025 e a proposta de distribuição de resultados do exercício de 2025, que constam da frente das folhas de papel timbrado do Estado, numeradas consecutivamente de 9104501 a 9104682, inclusive, da Série 00, Classe 8.ª, de 0,03 euros cada uma, em conformidade com a legislação em vigor.

Sevilha, 24 de março de 2026

[Assinatura ilegível]

---

D. José Luis García-Palacios Álvarez  
Presidente

[Assinatura ilegível]

---

D. Antonio Torres Conde  
1.º Vice-presidente

[Assinatura ilegível]

---

D. Ricardo López-Crespo Delgado  
2.º Vice-presidente

[Assinatura ilegível]

---

D.ª Macarena Pérez-Miyares Travieso  
Secretária

[Assinatura ilegível]

---

D. Alberto Garrocho Robles  
Vogal

[Assinatura ilegível]

---

D. Francisco José Bernal Muñoz  
Vogal

Carimbo:  
TIMBRE DO  
ESTADO

Selo:  
0,03 EUROS  
TRÈS CÈNTIMOS  
DE EURO

009104686

Carimbo:  
CLASSE 8.<sup>a</sup>

[Assinatura ilegível]

---

D. Francisco Javier Contreras Santana  
Vogal

[Assinatura ilegível]

---

D. José María Calero Muñoz  
Vogal

[Assinatura ilegível]

---

D<sup>a</sup> M<sup>a</sup> del Valle Novales de la Escalera  
Vogal

[Assinatura ilegível]

---

D. Darío Candau del Cid  
Vogal

[Assinatura ilegível]

---

D. Pablo González del Corral Martín  
Vogal

[Assinatura ilegível]

---

D<sup>a</sup> Yolanda Pelayo Díaz  
Vogal

[Assinatura ilegível]

---

D<sup>a</sup> Rocio Acosta Ferrero  
Vogal

[Assinatura ilegível]

---

D. Gabriel Villegas Escobar  
Vogal

O Tradutor

Francisco Reboredo de Brito



CLASE 8.ª



009104501

# Caja Rural del Sur, Sociedad Cooperativa de Crédito

Cuentas Anuales e Informe de Gestión  
del ejercicio 2025



009104502

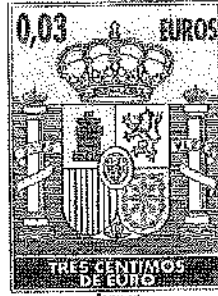
CLASE 8.ª

CAJA RURAL DEL SUR, SOCIEDAD COOPERATIVA DE CRÉDITO

Balances al 31 de diciembre de 2025 y 2024  
(Expresados en miles de euros)

ACTIVO	2025	2024(*)
Efectivo, saldos en efectivo en bancos centrales y otros depósitos a la vista (Nota 19)	1.693.736	1.236.854
Activos financieros mantenidos para negociar (Nota 20)	305	634
Derivados	305	634
Activos financieros no destinados a negociación valorados obligatoriamente a valor razonable con cambios en resultados (Nota 23)	726	1.987
Valores representativos de deuda	726	1.987
Préstamos y anticipos a la clientela	-	-
Activos financieros a valor razonable con cambios en otro resultado global (Nota 21)	504.009	496.754
Instrumentos de patrimonio	239.481	224.061
Valores representativos de deuda	264.528	272.693
<i>Pro memoria: prestados o entregados como garantía con derecho de venta o pignoración</i>	-	-
Activos financieros a coste amortizado (Nota 22)	9.206.314	8.597.872
Valores representativos de deuda	1.210.798	1.111.673
Préstamos y anticipos a entidades de crédito	199.180	177.429
Préstamos y anticipos a la clientela	7.796.336	7.308.770
<i>Pro memoria: prestados o entregados como garantía con derecho de venta o pignoración</i>	-	-
Derivados – contabilidad de coberturas (Nota 24)	45.237	10.659
Cambios del valor razonable de los elementos cubiertos de una cartera con cobertura del riesgo de tipo de interés (Nota 24)	(16.083)	4.179
Inversiones en dependientes, negocios conjuntos y asociadas (Nota 26)	-	-
Dependientes	-	-
Negocios Conjuntos	-	-
Asociadas	-	-
Activos tangibles (Nota 27)	150.824	145.988
Inmovilizado material	150.824	145.988
De uso propio	149.410	144.574
Afecto al Fondo de Educación y Promoción	1.414	1.414
<i>Pro memoria: adquirido en arrendamiento</i>	13.304	13.964
Activos intangibles	3.269	2.110
Otros activos intangibles	3.269	2.110
Activos por impuestos (Nota 28)	98.210	117.742
Activos por impuestos corrientes	16.148	18.835
Activos por impuestos diferidos	82.062	98.907
Otros activos (Nota 30)	4.561	7.526
Resto de los otros activos	4.561	7.526
Activos no corrientes y grupos enajenables de elementos que se han clasificado como mantenidos para la venta (Nota 25)	2.492	3.158
<b>TOTAL ACTIVO</b>	<b>11.693.600</b>	<b>10.625.463</b>

(\*) Se presenta a efectos comparativos (Nota 2.b)



009104503

CLASE 8.ª

CAJA RURAL DEL SUR, SOCIEDAD COOPERATIVA DE CRÉDITO

Balances al 31 de diciembre de 2025 y 2024  
(Expresados en miles de euros)

PASIVO	2025	2024(*)
<b>Pasivos financieros mantenidos para negociar (Nota 20)</b>	<b>301</b>	<b>627</b>
Derivados	301	627
<b>Pasivos financieros a coste amortizado (Nota 31)</b>	<b>10.133.059</b>	<b>9.263.588</b>
Depósitos de bancos centrales	-	-
Depósitos de entidades de crédito	120.527	138.323
Depósitos de la clientela	9.931.074	9.030.247
Otros pasivos financieros	81.458	95.018
<b>Derivados – contabilidad de cobertura (Nota 24)</b>	<b>72.307</b>	<b>80.732</b>
<b>Provisiones (Nota 32)</b>	<b>37.833</b>	<b>38.468</b>
Pensiones y otras obligaciones de prestaciones definidas post-empleo	-	-
Cuestiones procesales y litigios por impuestos pendientes	-	-
Compromisos y garantías concedidos	3.637	3.511
Restantes provisiones	34.196	34.957
<b>Pasivos por impuestos (Nota 28)</b>	<b>23.944</b>	<b>21.509</b>
Pasivos por impuestos corrientes	1.686	1.370
Pasivos por impuestos diferidos	22.258	20.139
<b>Otros pasivos (Nota 30)</b>	<b>40.541</b>	<b>36.151</b>
De los cuales: Fondo de Educación y Promoción (Nota 29)	19.898	20.539
<b>TOTAL PASIVO</b>	<b>10.307.985</b>	<b>9.441.075</b>

(\*) Se presenta a efectos comparativos (Nota 2.b)



009104504

CLASE 8.ª

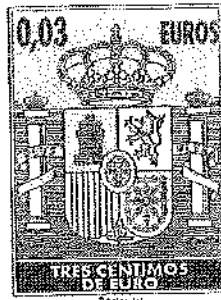
Escripción

CAJA RURAL DEL SUR, SOCIEDAD COOPERATIVA DE CRÉDITO

Balances al 31 de diciembre de 2025 y 2024  
(Expresados en miles de euros)

	2025	2024(*)
<b>PATRIMONIO NETO</b>		
<b>Fondos propios (Nota 34)</b>	<b>1.313.627</b>	<b>1.125.619</b>
Capital	319.905	279.725
Capital desembolsado	319.905	279.725
Ganancias acumuladas	809.863	656.238
Reservas de revalorización	19.283	19.542
Otras reservas	8.837	7.773
Menos: Acciones propias	(3.698)	(99)
Resultado del ejercicio	159.437	162.440
Menos: Dividendos a cuenta	-	-
	<b>71.988</b>	<b>58.769</b>
<b>Otro resultado global acumulado (Notas 21 y 33)</b>	<b>66.176</b>	<b>58.094</b>
Elementos que no se reclasificarán en resultados		
Ganancias o pérdidas actuariales en planes de pensiones de prestaciones definidas	7.760	7.795
Cambios del valor razonable de los instrumentos de patrimonio valorados a valor razonable con cambios en otro resultado global	58.416	50.299
Elementos que pueden reclasificarse en resultados	5.812	675
Derivados de cobertura. Reserva de cobertura de flujos de efectivo	2.071	(4.833)
Cambios del valor razonable de los instrumentos de deuda valorados a valor razonable con cambios en otro resultado global	3.741	5.508
	<b>1.385.615</b>	<b>1.184.388</b>
<b>TOTAL PATRIMONIO NETO</b>	<b>11.693.600</b>	<b>10.625.463</b>
<b>TOTAL PATRIMONIO NETO Y PASIVO</b>		
<b>PRO MEMORIA: EXPOSICIONES FUERA DE BALANCE</b>		
Compromisos de préstamos concedidos (Nota 36)	737.705	689.166
Garantías financieras concedidas (Nota 35)	111.379	100.381
Otros compromisos concedidos (Nota 36)	62.855	60.394

(\*) Se presenta a efectos comparativos (Nota 2.b)



009104505

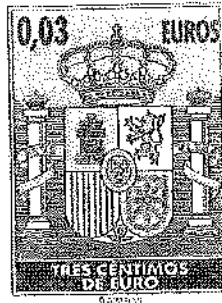
## CLASE 8.ª

## CAJA RURAL DEL SUR, SOCIEDAD COOPERATIVA DE CRÉDITO

Cuentas de Pérdidas y Ganancias correspondientes a los ejercicios anuales terminados el 31 de diciembre de 2025 y 2024  
(Expresadas en miles de euros)

	2025	2024(*)
Ingresos por intereses (Nota 37)	314.458	356.089
Activos financieros a valor razonable con cambios en otro resultado global	5.958	9.135
Activos financieros a coste amortizado	274.504	303.859
Restantes ingresos por intereses	33.996	43.015
Gastos por intereses (Nota 38)	(63.938)	(83.511)
<b>MARGEN DE INTERESES</b>	<b>248.520</b>	<b>271.498</b>
Ingresos por dividendos (Nota 21)	17.146	13.803
Ingresos por comisiones (Nota 39)	90.327	88.506
Gastos por comisiones (Nota 39)	(4.784)	(4.798)
Ganancias o pérdidas al dar de baja en cuentas activos y pasivos financieros no valorados a valor razonable con cambios en resultados, netas (Nota 40)	363	621
Ganancias o pérdidas por activos y pasivos financieros mantenidos para negociar, netas (Nota 40)	4	23
Ganancias o pérdidas por activos financieros no destinados a negociación valorados obligatoriamente a valor razonable con cambios en resultados, netas (Nota 40)	9	65
Ganancias o pérdidas resultantes de la contabilidad de coberturas, netas (Nota 40)	(13)	(23)
Diferencias de cambio (ganancia o pérdida), netas	428	542
Otros ingresos de explotación (Nota 41)	6.842	5.279
Otros gastos de explotación (Nota 45)	(21.496)	(20.162)
De los cuales: dotaciones obligatorias al fondo de educación y promoción (Notas 4, 29 y 45)	(16.686)	(17.069)
<b>MARGEN BRUTO</b>	<b>337.347</b>	<b>356.354</b>
Gastos de administración	(141.858)	(129.222)
Gastos de personal (Nota 42)	(94.488)	(88.372)
Otros gastos de administración (Nota 43)	(47.370)	(40.850)
Amortización (Nota 44)	(9.288)	(8.775)
Provisiones o reversión de provisiones (Nota 47)	(9.422)	(13.325)
Deterioro del valor o reversión del deterioro del valor de activos financieros no valorados a valor razonable con cambios en resultados y pérdidas o ganancias netas por modificación (Nota 46)	5.813	(16.292)
Activos financieros a valor razonable con cambios en otro resultado global	(2)	124
Activos financieros a coste amortizado	5.815	(16.416)
<b>RESULTADO DE LA ACTIVIDAD DE EXPLOTACIÓN</b>	<b>182.592</b>	<b>188.740</b>
Deterioro del valor o reversión del deterioro del valor de inversiones en dependientes, negocios conjuntos o asociadas (Nota 26)	-	-
Ganancias o pérdidas al dar de baja en cuentas activos no financieros, netas (Nota 48)	(137)	(102)
Ganancias o pérdidas procedentes de activos no corrientes y grupos enajenables de elementos clasificados como mantenidos para la venta no admisibles como actividades interrumpidas (Nota 49)	1.387	(414)
<b>GANANCIAS O PÉRDIDAS ANTES DE IMPUESTOS PROCEDENTES DE LAS ACTIVIDADES CONTINUADAS</b>	<b>183.842</b>	<b>188.224</b>
Gastos o ingresos por impuestos sobre los resultados de las actividades continuadas (Nota 28)	(24.405)	(25.784)
<b>GANANCIAS O PÉRDIDAS DESPUES DE IMPUESTOS PROCEDENTES DE LAS ACTIVIDADES CONTINUADAS Y RESULTADO DEL EJERCICIO</b>	<b>159.437</b>	<b>162.440</b>

(\*) Se presenta a efectos comparativos (Nota 2.b)



009104506

CLASE 8.ª

## CAJA RURAL DEL SUR, SOCIEDAD COOPERATIVA DE CRÉDITO

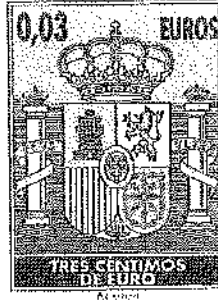
Estados de Ingresos y Gastos Reconocidos correspondientes  
a los ejercicios anuales terminados el 31 de diciembre de 2025 y 2024  
(Expresados en miles de euros)

	2025	2024(*)
<b>RESULTADO DEL EJERCICIO</b>	<b>159.437</b>	<b>162.440</b>
<b>OTRO RESULTADO GLOBAL</b>	<b>13.219</b>	<b>11.253</b>
<b>Elementos que no se reclasificarán en resultados</b>	<b>8.082</b>	<b>10.205</b>
Ganancias o pérdidas actuariales en planes de pensiones de prestaciones definidas (Nota 32)	(46)	103
Cambios de valor razonable de los instrumentos de patrimonio valorados a valor razonable con cambios en otro resultado global	9.719	10.414
Impuestos sobre las ganancias relativo a elementos que no se reclasificarán	(1.591)	(312)
<b>Elementos que pueden reclasificarse en resultados</b>	<b>5.137</b>	<b>1.048</b>
Coberturas de flujos de efectivo (parte eficaz)	9.206	4.767
Ganancias o pérdidas de valor contabilizadas en el patrimonio neto	9.206	4.767
Instrumentos de deuda a valor razonable con cambios en otro resultado global (Notas 21 y 33)	(2.357)	(3.370)
Ganancias o pérdidas de valor contabilizadas en el patrimonio neto	(2.899)	(4.064)
Transferido a resultados	542	694
Otras reclasificaciones	-	-
Impuesto sobre las ganancias relativo a los elementos que pueden reclasificarse en ganancias o pérdidas	(1.712)	(349)
<b>RESULTADO GLOBAL TOTAL DEL EJERCICIO</b>	<b>172.656</b>	<b>173.693</b>

(\*) Se presenta a efectos comparativos (Nota 2.b)



CLASE 8.ª



009104507

CAJA RURAL DEL SUR, SOCIEDAD COOPERATIVA DE CRÉDITO

Estados Totales de Cambios en el Patrimonio Neto correspondientes a los ejercicios anuales terminados el 31 de diciembre de 2025 y 2024  
(Expresados en miles de euros)

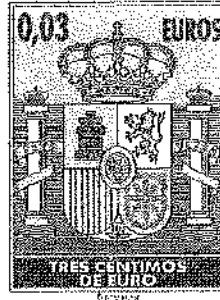
Ejercicio 2025

	Fondos Propios				Otro resultado global acumulado	Total patrimonio neto			
	Ganancias acumuladas	Reservas de revalorización	Otras reservas	Menos: Acciones Propias	Resultado del ejercicio	Menos: dividendos a cuenta	Total Fondos propios	Otro resultado global acumulado	Total patrimonio neto
Saldo final al 31 de diciembre de 2024	279.725	19.542	7.773	(99)	162.440	-	1.125.619	58.769	1.184.388
Efectos de la corrección de errores	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Efectos de los cambios en las políticas contables	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo de apertura	279.725	19.542	7.773	(99)	162.440	-	1.125.619	58.769	1.184.388
Resultado global total del ejercicio	-	-	-	-	159.437	-	159.437	13.219	172.656
Otras variaciones del patrimonio neto:	40.180	(259)	1.064	(3.599)	(162.440)	-	28.571	-	28.571
Emisión de acciones	40.564	-	-	-	-	-	40.564	-	40.564
Reducción del capital	(384)	-	-	-	-	-	(384)	-	(384)
Dividendos (o remuneración a los socios)	-	-	-	-	-	(8.815)	(8.815)	-	(8.815)
Transferencias entre componentes de patrimonio neto	-	(259)	259	-	(162.440)	8.815	-	-	-
Otros aumentos o disminuciones del patrimonio neto	-	-	805	(3.599)	-	-	(2.794)	-	(2.794)
De los cuales: donación discrecional a Obras y Fondos Sociales	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final al 31 de diciembre de 2025	319.905	19.283	8.837	(3.698)	159.437	-	1.313.637	71.988	1.385.615

Handwritten signature



CLASE B.ª



009104508

CAJA RURAL DEL SUR, SOCIEDAD COOPERATIVA DE CRÉDITO

Estados Totales de Cambios en el Patrimonio Neto correspondientes a los ejercicios anuales terminados el 31 de diciembre de 2025 y 2024  
(Expresados en miles de euros)

Ejercicio 2024

	Fondos Propios					Otro resultado global acumulado	Total patrimonio neto			
	Ganancias acumuladas	Reservas de revalorización	Otras reservas	Acciones Propias	Menos: Acciones Propias			Resultado del ejercicio	Menos: dividendos a cuenta	Total Fondos propios
Capital	563.735	-	6.744	(429)	-	104.514	-	934.373	47.516	981.889
Saldo final al 31 de diciembre de 2023	563.735	19.828	6.744	(429)	-	104.514	-	934.373	47.516	981.889
Efectos de la corrección de errores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Efectos de los cambios en las políticas contables	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo de apertura	563.735	19.828	6.744	(429)	-	104.514	-	934.373	47.516	981.889
Resultado global total del ejercicio	-	-	-	-	-	162.440	-	162.440	11.253	173.693
Otras variaciones del patrimonio neto:	92.503	(286)	1.029	330	-	(104.514)	-	28.806	-	28.806
Emisión de acciones	40.156	-	-	-	-	-	-	40.156	-	40.156
Reducción del capital	(412)	-	-	-	-	-	-	(412)	-	(412)
Dividendos (o remuneración a los socios)	-	-	-	-	-	-	(12.011)	(12.011)	-	(12.011)
Transferencias entre componentes de patrimonio neto	92.503	(286)	286	-	-	(104.514)	12.011	-	-	-
Otros aumentos o disminuciones del patrimonio neto	-	-	743	330	-	-	-	1.073	-	1.073
De los cuales: dotación discrecional a Obras y Fondos Sociales	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final al 31 de diciembre de 2024	656.238	19.542	7.773	(99)	-	162.440	-	1.125.619	58.769	1.184.388

(\*) Se presenta a efectos comparativos (Nota 2.b)



009104509

## CLASE 8.ª

## CAJA RURAL DEL SUR, SOCIEDAD COOPERATIVA DE CRÉDITO

Estados de Flujos de Efectivo correspondientes a los ejercicios anuales  
terminados el 31 de diciembre de 2025 y 2024  
(Expresados en miles de euros)

	2025	2024(*)
<b>A) FLUJOS DE EFECTIVO DE LAS ACTIVIDADES DE EXPLOTACIÓN</b>	<b>440.279</b>	<b>253.829</b>
Resultado del ejercicio	159.437	162.440
Ajustes para obtener los flujos de efectivo de las actividades de explotación	52.843	82.446
Amortización (Nota 44)	9.288	8.775
Otros ajustes	43.355	73.671
Aumento / Disminución neto de los activos de explotación	(612.392)	(550.716)
Activos financieros mantenidos para negociar	(7)	131
Activos financieros no destinados a negociación valorados obligatoriamente a valor razonable con cambios en resultados	1.270	10.772
Activos financieros designados a valor razonable con cambios en resultados	-	-
Activos financieros a valor razonable con cambios en otro resultado global	108	82.211
Activos a coste amortizado	(602.629)	(634.208)
Otros activos de explotación	(11.134)	(9.622)
Aumento / Disminución neto de los pasivos de explotación	846.131	581.770
Pasivos financieros mantenidos para negociar	9	(131)
Pasivos financieros designados a valor razonable con cambios en resultados	-	-
Pasivos financieros a coste amortizado	867.695	632.590
Otros pasivos de explotación	(21.573)	(50.689)
Cobros/ Pagos por impuesto sobre las ganancias	(5.740)	(22.111)
<b>B) FLUJOS DE EFECTIVO DE LAS ACTIVIDADES DE INVERSIÓN</b>	<b>(11.591)</b>	<b>(18.394)</b>
Pagos	(14.940)	(21.192)
Activos tangibles	(13.247)	(19.237)
Activos intangibles	(1.542)	(1.718)
Activos no corrientes y pasivos que se han clasificado como mantenidos para la venta	(151)	(237)
Cobros	3.349	2.798
Activos tangibles	876	1.063
Activos no corrientes y pasivos que se han clasificado como mantenidos para la venta	2.473	1.735
<b>C) FLUJOS DE EFECTIVO DE LAS ACTIVIDADES DE FINANCIACIÓN</b>	<b>27.766</b>	<b>28.063</b>
Pagos	(12.798)	(12.423)
Dividendos	(8.815)	(12.011)
Amortización de instrumentos de patrimonio propio	(384)	(412)
Adquisición de instrumentos de patrimonio propio	(3.599)	-
Cobros	40.564	40.486
Emisión de instrumentos de patrimonio propio	40.564	40.156
Enajenación de instrumentos de patrimonio propio	-	330
<b>D) EFECTO DE LAS VARIACIONES DE LOS TIPOS DE CAMBIO</b>	<b>428</b>	<b>542</b>
<b>E) AUMENTO (DISMINUCIÓN) NETO DEL EFECTIVO Y EQUIVALENTES (A+B+C+D)</b>	<b>456.882</b>	<b>264.040</b>
<b>F) EFECTIVO Y EQUIVALENTES AL INICIO DEL PERIODO</b>	<b>1.236.854</b>	<b>972.814</b>
<b>G) EFECTIVO Y EQUIVALENTES AL FINAL DEL PERIODO</b>	<b>1.693.736</b>	<b>1.236.854</b>
<b>PRO-MEMORIA:</b>		
Componentes del efectivo y equivalentes al final del período (Nota 19)	1.693.736	1.236.854
Efectivo	63.729	58.612
Saldos equivalentes al efectivo en bancos centrales	1.460.582	1.030.135
Otros activos financieros	169.425	148.107

(\*) Se presenta a efectos comparativos (Nota 2.b)



009104510

CLASE 8.ª

## **CAJA RURAL DEL SUR, SOCIEDAD COOPERATIVA DE CRÉDITO**

**Memoria de las Cuentas Anuales correspondientes  
al ejercicio anual terminado el 31 de diciembre de 2025.**

**(Expresada en miles de euros)**

### **1. Naturaleza de la Entidad**

#### **1.1 Aspectos Generales**

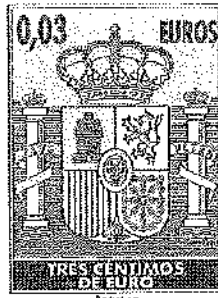
Caja Rural del Sur, Sociedad Cooperativa de Crédito (en adelante, la Caja o la Entidad) fue creada mediante la fusión de Caja Rural de Huelva, Sociedad Cooperativa de Crédito y Caja Rural de Sevilla, Sociedad Cooperativa de Crédito, habiendo sido autorizada previamente mediante Orden Ministerial de fecha 22 de febrero de 2001, del Ministerio de Economía. El domicilio actual de la Caja se encuentra en la calle Murillo, 2, de Sevilla.

La Caja sucedió a título universal en la totalidad de los derechos y obligaciones a las entidades fusionadas, las cuales quedaron disueltas sin liquidación. La totalidad de las reservas o fondos sociales de ambas entidades pasaron a integrarse en la nueva Caja. Se estableció el 1 de enero de 2001 como fecha a partir de la cual las operaciones de las sociedades que se extinguían debían considerarse realizadas, a efectos contables, por cuenta de la nueva Caja.

Con fecha 8 de abril de 2014, fue autorizada la fusión de Caja Rural del Sur, como entidad absorbente, con Caja Rural de Córdoba, entidad absorbida, estableciéndose el 1 de enero de 2014 como fecha a partir de la cual las operaciones de la sociedad que se extinguía (Caja Rural de Córdoba, S.C.C.) debían considerarse realizadas, a efectos contables, por cuenta de la entidad absorbente (Caja Rural del Sur, S.C.C.).

Constituye su objeto social la realización en toda clase de operaciones activas, pasivas y de servicios permitidos a las entidades de crédito, con atención preferente a las necesidades financieras de sus socios con las limitaciones establecidas por la Ley respecto a las operaciones activas con terceros, dando prioridad, en todo caso, a su actuación en el medio rural.

La Caja se rige por las normas contenidas en la Ley 13/1989, de 26 de mayo, de Cooperativas de Crédito y demás disposiciones complementarias y, supletoriamente, por la Ley 27/1999, de 16 de julio, de Cooperativas.



009104511

**CLASE 8.ª**

El ámbito de actuación de la Caja se extiende a la totalidad del territorio del Estado Español, sin perjuicio de las actividades que le estén permitidas como entidad de crédito en el ámbito internacional. En la actualidad, las sucursales de la Caja se localizan en las provincias de Huelva, Sevilla, Cádiz, Córdoba, Málaga, Jaén, Almería, Madrid y Badajoz en el panorama nacional y en Faro, Lisboa y Oporto en el internacional. Su ámbito real de actuación se extiende, por tanto, a las Comunidades Autónomas de Andalucía, Madrid y Extremadura, así como en el país luso, sin perjuicio de las operaciones típicas del negocio de la Caja que se realizan con socios de otras comunidades autónomas o países en cuanto a la financiación de operaciones de importación y exportación de bienes y servicios.

Dentro del ámbito internacional, con fecha 3 de marzo 2020, la Entidad obtuvo autorización del Banco de Portugal, para actuar en libre prestación de servicios en Portugal. Durante el ejercicio 2023, la Entidad obtuvo la autorización para operar como Sucursal en Portugal, habiéndose producido el inicio de la actividad en el ejercicio 2024.

La distribución por zonas geográficas del número de oficinas de la Caja al 31 de diciembre de 2025 y 2024 es la siguiente:

Provincia	Número de oficinas	
	2025	2024
Huelva(*)	61	61
Sevilla	119	119
Córdoba (*)	64	67
Cádiz	47	47
Málaga	18	18
Jaén (*)	1	1
Madrid	2	2
Badajoz	2	2
Almería	1	1
Faro	1	1
Lisboa	1	1
Oporto	1	1
	<u>318</u>	<u>321</u>

(\*) Tres centros en las provincias de Córdoba, Jaén y Huelva que corresponden a los contratos de agencia referidos en la Nota 8.



009104512

## CLASE 8.ª

Como Cooperativa de Crédito, la Caja se encuentra sujeta a determinadas normas legales que regulan, entre otros, los siguientes aspectos:

- Mantenimiento de un porcentaje mínimo de recursos depositados en el Banco de España para la cobertura del coeficiente de reservas mínimas, que se situaba al 31 de diciembre de 2025 y 2024 en el 1% de los pasivos computables a tal efecto, según establece el Reglamento 1358/2011 de Banco Central Europeo de 14 de diciembre de 2011. Conforme se establece en el Reglamento 2818/1998 de Banco Central Europeo, de 1 de diciembre, relativo a la aplicación de las reservas mínimas, las entidades pueden solicitar autorización para mantener todas sus reservas mínimas de forma indirecta a través de un intermediario que sea residente en el mismo Estado miembro. Durante el ejercicio 2025 y 2024, para el negocio de España, la Caja, acogiéndose a dicha disposición, ha mantenido sus reservas mínimas a través de Banco Cooperativo Español, S.A. (véase Nota 22.b). Adicionalmente, mantiene saldo en bancos centrales, para el cumplimiento del coeficiente de reservas mínimas en Banco de Portugal.
- La dotación al Fondo de Reserva Obligatorio y al Fondo de Educación y Promoción en la distribución del excedente neto del ejercicio (Notas 29 y 34).
- Mantenimiento de un nivel mínimo de recursos propios (Nota 5).
- Contribución anual al Fondo de Garantía de Depósitos de Entidades de Crédito y al Fondo de Resolución Nacional, como garantía adicional a la aportada por los recursos propios de la Entidad, a los acreedores de la misma. Tal y como se menciona en la Nota 11 de estas cuentas anuales, la Caja está integrada en el Fondo de Garantía de Depósitos de Entidades de Crédito que fue creado con fecha 15 de octubre de 2011 como consecuencia de la entrada en vigor del Real Decreto Ley 16/2011 de 14 de octubre. Asimismo, es miembro de la Unión Nacional de Cooperativas de Crédito y, a su vez, de la Asociación Española de Cajas Rurales.
- Obligación de emplear al menos un 50% de los recursos totales de la Entidad en operaciones activas (préstamos, créditos, descuentos) con socios de la Entidad o miembros de las Cooperativas Asociadas.

### 1.2 Grupo Consolidable

Al 31 de diciembre de 2025 y 2024, la Caja es cabecera de un grupo formado por la Entidad y Sociedad de Gestión de Activos Grupo Caja Rural del Sur, S.A.U., sociedad participada al 100% por la Entidad.

La Caja, al 31 de diciembre de 2025 y 2024 en los términos expresados anteriormente, es la Entidad encargada de elaborar las cuentas anuales consolidadas del Grupo. Dichas cuentas anuales consolidadas, que se presentan por separado al 31 de diciembre de 2025 y 2024, muestran un resultado consolidado del ejercicio de 159.437 y 162.440 miles de euros, respectivamente, y un patrimonio neto consolidado de 1.385.615 y 1.184.388 miles de euros, respectivamente. Dichas cuentas anuales consolidadas se someten igualmente a auditoría independiente.



CLASE B.º



009104513

### 1.3 Sociedad de Gestión de Activos Grupo Caja Rural del Sur, S.A.U.

Con fecha 26 de diciembre de 2012, la Caja constituyó Sociedad de Gestión de Activos Grupo Caja Rural del Sur, S.A., en cumplimiento con el Real Decreto-Ley 18/2012 (Nota 26). El objeto social de la Sociedad es la gestión, administración y enajenación de cualesquiera activos inmobiliarios relacionados con el suelo para promoción inmobiliaria y con las construcciones o promociones inmobiliarias así como la compra y venta de solares, terrenos y toda clase de fincas rústicas, urbanas, pisos, locales, apartamentos e inmuebles en general, la urbanización, parcelación y reparcelación de terrenos y la construcción por cuenta propia o ajena de toda clase de edificios y fincas en general; la intermediación en la comercialización de todo tipo de bienes inmuebles.

A 31 de diciembre 2025 y 2024, la Caja es Socio Único de Sociedad de Gestión de Activos Grupo Caja Rural del Sur, S.A.U.

El domicilio social de esta sociedad se encuentra en Sevilla, Calle Murillo, 2.

### 1.4 Mecanismo Institucional de Protección Cooperativo

La Caja es miembro de la Asociación Española de Cajas Rurales (en adelante, AECR), quien actuará sin ánimo de lucro en el cumplimiento de los fines para los que se constituye, entre los que destaca:

- i) promover un Mecanismo Institucional de Protección Cooperativo en el seno de la Asociación a través de un régimen estatutario de asignación de responsabilidades, que ayude a las Entidades Asociadas a establecer unos estándares comunes a efectos de preservar la liquidez y solvencia de estas,
- ii) velar por la cohesión de las Entidades Asociadas fomentando el desarrollo de los principios de solidaridad y cooperación, y
- iii) realizar una labor de auditoría e inspección preventivas para velar por el buen fin de los fines encomendados.

Con fecha 29 de diciembre de 2017, las Cajas Rurales asociadas a la AECR (en adelante, las Cajas), entre las que se encontraba Caja Rural del Sur, S.C.C, suscribieron con la AECR, el Banco Cooperativo Español, S.A. (en adelante, Banco Cooperativo) y con la sociedad Grucajural Inversiones, S.L. un Acuerdo Marco relativo al establecimiento, en el seno del Grupo Caja Rural, de un "Mecanismo Institucional de Protección Cooperativo" (en adelante, MIP) y determinados pactos complementarios. Estos acuerdos conllevaron los siguientes hitos:

- Se sustituyó el mecanismo de solidaridad existente hasta dicha fecha, por un sistema institucional de protección (SIP) de los contemplados en el artículo 113.7 del Reglamento (UE) nº 575/2013 (CRR), en los términos previstos en la Ley de Cooperativas de Crédito. Eran parte de este SIP, las 29 Cajas que a la fecha del Acuerdo Marco están asociadas a la AECR,



009104514

## CLASE 8.ª

Grucajural Inversiones, S.L. y el Banco Cooperativo (en adelante, los miembros del SIP).

- Se constituyó un fondo para cubrir las finalidades de apoyo financiero que puedan atenderse en el seno del SIP y que se nutrirá de aportaciones de los miembros del SIP. Este fondo es administrado y controlado por la AEBCR. En relación con este fondo, con fecha 29 de diciembre de 2017, la AEBCR comunicó a las Cajas asociadas los importes de los compromisos de la aportación ex – ante a realizar al fondo. Esta primera aportación, al tener que alcanzar el 0,5% de los activos ponderados por riesgo (APRs) agregados de las Cajas asociadas a marzo de 2018, pudiendo ser objeto de ajuste este fondo en función de esos activos ponderados por riesgo agregados.

Además de los anterior, se agruparon las acciones que las Cajas mantenían en Banco Cooperativo y en Rural Grupo Asegurador, S.A. (en adelante, RGA) en la sociedad Grucajural Inversiones, S.L., vehículo constituido por la AEBCR, como socio fundador, el 1 de diciembre de 2017, y participado por las Cajas.

Con fecha 23 de marzo de 2018 se obtuvo por parte del Banco de España el reconocimiento de MIP como SIP a los efectos previstos en la normativa comentada anteriormente. Igualmente, en el primer trimestre de 2018 se obtuvo la no oposición a la aportación no dineraria de las acciones de Banco Cooperativo y RGA a Grucajural por parte de los reguladores correspondientes.

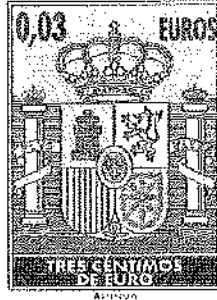
Con fecha 19 de junio de 2025 la Junta General de Socios de Grucajural Inversiones, S.L. ha acordado una operación de reorganización societaria consistente en su desaparición como sociedad, de manera que las Cajas Rurales, entre las que se encuentra Caja Rural del Sur, S.C.C., pasasen a ostentar de forma directa sus participaciones en Banco Cooperativo y RGA. Esta reorganización ha sido realizada en dos fases:

- Por una parte, en junio de 2025, se acordó llevar a cabo una reducción de capital de Grucajural Inversiones, S.L., mediante reducción del nominal de las participaciones sociales y un reembolso parcial de la prima de emisión, entregando a los socios, en función de su participación en la sociedad, la totalidad de las acciones mantenidas en RGA.
- Por otra parte, en mayo de 2025, los Consejos de Administración de Grucajural Inversiones, S.L. y de Banco Cooperativo suscribieron un proyecto común en relación con la fusión por absorción de Grucajural Inversiones, S.L. (sociedad absorbida) por Banco Cooperativo (sociedad absorbente). Estos acuerdos han sido elevados a público el 11 de septiembre de 2025, e inscritos en el Registro Mercantil de Madrid el 24 de septiembre de 2025.

Desde el punto de vista económico, la reorganización no ha supuesto una modificación sustancial en la exposición de la Caja a los riesgos y beneficios asociados a su inversión, dado que con anterioridad a la operación la práctica totalidad de los activos y resultados de Grucajural estaban vinculados a sus participaciones en Banco Cooperativo y RGA. En consecuencia, la Caja ha pasado a ostentar



CLASE 8.ª

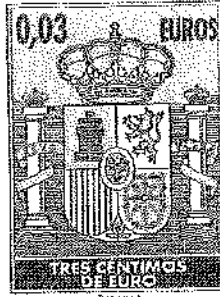


009104515

durante el ejercicio 2025 una participación directa en dichas entidades en una proporción equivalente a la mantenida previamente de forma indirecta a través de Grucajrrural.

De conformidad con lo dispuesto en la Norma Vigésima Segunda y la Norma Vigésima Tercera de la Circular 4/2017 del Banco de España, y atendiendo al principio de prevalencia del fondo económico sobre la forma jurídica, la operación no ha dado lugar a la baja en balance del activo financiero previamente reconocido. La participación ha sido objeto exclusivamente de una reclasificación formal, manteniéndose los criterios de reconocimiento, clasificación y valoración aplicados con anterioridad. En consecuencia, la reorganización no ha tenido impacto en el patrimonio ni en la cuenta de pérdidas y ganancias de la Caja en el ejercicio 2025, más allá de los efectos derivados de las operaciones ordinarias posteriores, incluyendo los dividendos percibidos.

Durante el ejercicio 2025, la Caja ha realizado aportaciones al fondo para cubrir las finalidades de apoyo financiero que puedan atenderse en el seno del MIP que supusieron un gasto por importe de 1.422 miles de euros que fue registrado en el epígrafe "Otros gastos de explotación" de la cuenta de pérdidas y ganancias del ejercicio 2025. Al 31 de diciembre de 2025 la Caja había abonado este importe íntegramente (ver Nota 45). En el ejercicio 2024, la Asamblea General Ordinaria de la Asociación Española de Cajas Rurales aprobó que no se realizase ninguna aportación al fondo, por lo que la Caja no incurrió en ningún gasto.



009104516

**CLASE 8.ª**

## **2. Bases de presentación de las cuentas anuales**

### **a) Imagen fiel**

Las cuentas anuales se han preparado a partir de los registros de contabilidad de la Entidad y de conformidad con lo establecido por la Circular 4/2017 de Banco de España, de 27 de noviembre, y modificaciones posteriores, con el Código de Comercio, el Real Decreto Legislativo 1/2010, de 2 de julio, por el que se aprueba el texto refundido de la Ley de Sociedades de Capital, que deroga la Ley de Sociedades Anónimas y la Ley de Sociedades de Responsabilidad Limitada, y otra normativa española que le sea aplicable, de forma que muestran la imagen fiel del patrimonio, de la situación financiera de la Entidad al 31 de diciembre de 2025 y de los resultados de sus operaciones, de los cambios en el patrimonio neto y en los flujos de efectivo correspondientes al ejercicio anual terminado en dicha fecha.

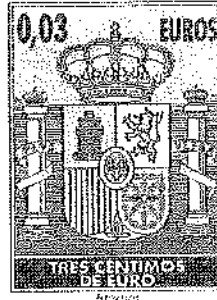
Tal y como se indica en la Nota 2.b), la información comparativa referida al ejercicio 2024 es la incluida en las cuentas anuales del ejercicio 2024, que fueron preparadas de conformidad con lo establecido en la Circular 4/2017 de Banco de España, de 27 de noviembre.

En la mencionada Circular, el Banco de España manifiesta que en su elaboración se ha respetado el contenido de las Normas Internacionales de Información Financiera, aprobadas por los Reglamentos de la Unión Europea y que ha atendido al marco conceptual en el que se basan.

No existe ningún principio y norma contable ni criterio de valoración obligatorio que, siendo significativo su efecto, se haya dejado de aplicar en su preparación, incluyéndose en la Nota 14 un resumen de los principios y normas contables y de los criterios de valoración más significativos aplicados en las presentes cuentas anuales. La información contenida en las presentes cuentas anuales es responsabilidad de los consejeros de la Caja.

Las cuentas anuales del ejercicio 2025 de la Caja han sido formuladas por el Consejo Rector con fecha 24 de marzo de 2026, estando pendientes de aprobación por la Asamblea General de la misma, la cual se espera que las apruebe sin cambios significativos. Estas cuentas anuales, salvo mención en contrario, se presentan en miles de euros.

Con fecha 27 de mayo de 2025, en la reunión celebrada por la Asamblea General se acordó aprobar las cuentas anuales del ejercicio terminado el 31 de diciembre de 2024 (entre otros puntos a tratar en dicha Asamblea).



009104517

CLASE 8.ª

b) Comparación de la información.

El Consejo Rector de la Entidad presenta, a efectos comparativos, con cada una de las partidas del balance, de la cuenta de pérdidas y ganancias, del estado de ingresos y gastos reconocidos, del estado total de cambios en el patrimonio neto, del estado de flujos de efectivo y de la memoria, además de las cifras del ejercicio 2025, las correspondientes al ejercicio anterior, que formaban parte de las cuentas anuales aprobadas por la Asamblea General celebrada el 27 de mayo de 2025.

Durante el ejercicio 2025 no ha entrado en vigor ninguna modificación a la Circular 4/2017 con impacto en las cuentas anuales de la Entidad. No obstante, el 30 de diciembre de 2025 ha entrado en vigor la Circular 1/2025 del Banco de España que recoge varias modificaciones a la Circular 4/2017 con el objetivo de obtener una mayor alineación con la normativa internacional NIIF y simplificar las obligaciones de reporte financiero de las entidades supervisadas. Entre otros, se incorporan los últimos cambios en la NIIF-UE 9 sobre instrumentos financieros relacionados con los criterios para la clasificación y valoración de activos financieros que incorporan cambios en los flujos de efectivo contractuales condicionados a la ocurrencia de sucesos que afectan al deudor, y se revisan ciertos requerimientos de coberturas por riesgo de crédito incluidos en el anejo 9 de la circular. Estas modificaciones entrarán en vigor a lo largo de 2026, si bien no se espera un impacto significativo en los Estados Financieros de la Caja.

Aplicación criterios incorporados por la NIIF 9

En aplicación de lo dispuesto en la norma 31 sobre “Coberturas contables” de la Circular 4/2017 de Banco de España, la Entidad ha optado por aplicar, desde el 31 de diciembre de 2025 los criterios de contabilidad de coberturas contenidos en los apartados 3 a 27 de dicha norma, criterios que se adaptan al régimen contable sobre coberturas establecido por la NIIF 9. Hasta dicha fecha, la Entidad ha estado aplicando los criterios contenidos en los apartados 28 a 42 de dicha norma, criterios que eran coincidentes con los establecidos en la NIC 39.

Tal y como establece la Circular, el nuevo esquema contable mantiene los tres tipos de coberturas contables, de valor razonable, de flujos de efectivo y de inversión neta en un negocio en el extranjero, pero introduce una contabilidad de coberturas más flexible y alineada con la gestión de riesgos en comparación con los criterios que se recogían en la NIC 39.

La Entidad, en aplicación de los criterios recogidos en los apartados 3 a 27 mencionados anteriormente, ha realizado la adaptación de sus políticas y procesos contables a la nueva normativa, habiendo sido aprobada por los órganos de gobierno pertinentes. La adopción del nuevo marco contable para la contabilidad de coberturas contables no ha supuesto ningún impacto cuantitativo en estados contables.



009104518

CLASE 8.ª

Las principales novedades introducidas por los criterios NIIF 9 son las siguientes:

- Flexibiliza las partidas susceptibles de cobertura (por ejemplo, posibilita cubrir posiciones netas, posiciones agregadas y componentes específicos de riesgo en elementos no financieros).
- Elimina el requisito estricto del rango de eficacia del 80-125%, permitiendo evaluaciones prospectivas cualitativas si existe una relación económica entre el elemento cubierto y el instrumento de cobertura y el riesgo de crédito no ejerce un efecto dominante sobre los cambios de valor del elemento cubierto ni del instrumento de cobertura.
- Introduce el “coste de cobertura” (como puntos forward y spread de base), que puede reconocerse en otro resultado global, reduciendo así la volatilidad en la cuenta de resultados.
- Permite el reequilibrio de coberturas sin necesidad de realizar discontinuaciones en la contabilidad de coberturas en la medida que se ajuste la relación entre instrumento de cobertura y elemento cubierto.

Se presenta, a continuación, un resumen de las principales Circulares del Banco de España aplicables, emitidas y que entraron en vigor en el ejercicio 2024:

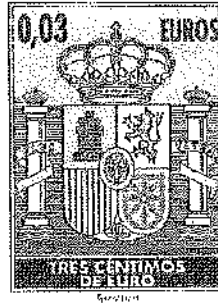
- Circular 1/2024, de 26 de enero, del Banco de España, a bancos, cooperativas de crédito y otras entidades supervisadas, relativa a la información sobre la estructura de capital y por la que se modifica la Circular 1/2009, de 18 de diciembre, a entidades de crédito y otras supervisadas, en relación con la información sobre la estructura de capital y cuotas participativas de las entidades de crédito, y sobre sus oficinas. La entrada en vigor de esta norma no tuvo un impacto significativo en los estados financieros de la Entidad.

### 3. Cambios de criterios, estimaciones contables y corrección de errores

#### Cambios de criterios, estimaciones contables y corrección de errores

La información incluida en las presentes cuentas anuales es responsabilidad del Consejo Rector de la Caja. En las presentes cuentas anuales se han utilizado, en su caso, estimaciones para la valoración de determinados activos, pasivos, ingresos, gastos y compromisos que han sido realizadas por la Alta Dirección de la Caja y ratificadas por su Consejo Rector. Dichas estimaciones corresponden fundamentalmente a:

- Las pérdidas por deterioro de determinados activos financieros (Nota 14.i).
- La vida útil aplicada a los elementos del activo tangible (Nota 14.o).



009104519

## CLASE 8.ª

- El valor razonable de determinados activos financieros no cotizados en mercados secundarios oficiales. (Nota 14.e y f).
- El plazo de recuperación o realización de determinados activos no corrientes clasificados como mantenidos para la venta (Nota 14.q).
- El valor razonable de determinadas garantías afectas al cobro de activos (Nota 9).
- Las hipótesis empleadas en el cálculo actuarial de los pasivos y compromisos por retribuciones post-empleo y otros compromisos a largo plazo mantenidos con los empleados (Nota 32).
- El valor razonable de determinados activos y pasivos financieros (Nota 51).
- Estimación del cálculo del Impuesto de Sociedades y la recuperabilidad de los activos por impuestos diferidos (Nota 28).
- La probabilidad de ocurrencia de aquellos sucesos considerados como pasivos contingentes y, en su caso, las provisiones necesarias para la cobertura de estos hechos (Notas 32 y 47)

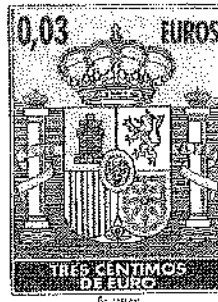
Las estimaciones anteriormente descritas se han realizado en función de la mejor información disponible a 31 de diciembre de 2025. Es posible que acontecimientos futuros obliguen a modificarlas (al alza o a la baja) en próximos ejercicios de manera significativa, lo que se haría, en el caso de ser preciso, de forma prospectiva reconociendo los efectos del cambio de estimación en la cuenta de pérdidas y ganancias de los ejercicios afectados.

Durante el ejercicio 2025 no ha habido cambios relevantes en las asunciones y estimaciones realizadas a 31 de diciembre de 2024, con excepción de las indicadas en las presentes Cuentas Anuales.

### a) Cambios en los criterios contables

Los cambios de criterios contables, bien porque se modifique una norma contable que regula una determinada transacción o evento, o bien porque el Consejo Rector, por razones debidamente justificadas, decida variar el criterio contable, se aplican retroactivamente, a menos que:

- Sea impracticable determinar los efectos que se derivan, en cada ejercicio específico, del cambio de un criterio contable sobre la información comparativa en un ejercicio anterior, en cuyo caso se aplica el nuevo criterio contable al principio del ejercicio más antiguo para el que la aplicación retroactiva sea practicable. Cuando es impracticable determinar el efecto acumulado, al principio del ejercicio corriente, por la aplicación de un nuevo criterio contable a todos los ejercicios anteriores, se aplica el nuevo criterio contable de forma prospectiva, desde la fecha más antigua en que sea practicable hacerlo o,
- La disposición o norma contable que modifique o establezca el criterio fije desde cuándo se debe aplicar.



009104520

CLASE 8.ª

Las modificaciones en la normativa contable aplicable a la Entidad con respecto a la aplicada en el ejercicio anterior, se ha comentado en la Nota 2.b).

b) Corrección de errores

Durante los ejercicios 2025 y 2024 no se ha producido ningún error que tenga efecto significativo ni en los resultados del año ni en el balance.

c) Cambios en las estimaciones contables

Durante los ejercicios 2025 y 2024 no se ha producido ningún cambio en estimaciones contables que tenga efecto significativo ni en los resultados del año ni en el balance.

#### 4. Distribución del resultado del ejercicio

La propuesta de distribución del resultado del ejercicio 2025 que el Consejo Rector de la Caja someterá a la aprobación de su Asamblea General, así como la ya aprobada para el ejercicio 2024, es la siguiente:

	Miles de euros	
	2025	2024
Distribución del resultado antes de F.E.P.C.:		
Retribuciones al capital	9.260	8.815
Fondo de Reserva Obligatorio	141.834	136.556
Reservas voluntarias	8.343	17.069
Fondo de Educación y Promoción Cooperativo	16.686	17.069
Dotación obligatoria (Pérdidas y Ganancias) (Nota 45)	16.686	17.069
Dotación discrecional	-	-
Resultado distribuido	176.123	179.509
Resultado del ejercicio	159.437	162.440

Asimismo, la Entidad propondrá a la Asamblea para su aprobación dotar una reserva de capitalización, de carácter indisponible por el plazo de 3 años en los términos establecidos en el artículo 25 de la Ley 27/2014, de 27 de noviembre, del Impuesto de Sociedades, por importe de 3.414 miles de euros, actuando como contrapartida las reservas voluntarias de la Entidad. En la Asamblea de 27 de mayo de 2025 se aprobó la constitución de una reserva de capitalización por un importe de 1.542 miles de euros actuando como contrapartida las reservas voluntarias de la Entidad (véase Nota 28).

En relación con la información relativa al beneficio por acción, dada la naturaleza societaria de la Caja y considerando que su capital no está constituido por participaciones cotizadas, no se debe presentar la citada información.



009104521

CLASE 8.ª

## 5. Recursos propios mínimos

El 27 de junio de 2013 se publicó en el Boletín Oficial de la Unión Europea la nueva regulación sobre requerimientos de capital (denominada CRD-IV), con aplicación a partir del 1 de enero de 2014, compuesta por:

- La directiva 2013/36/UE, de 26 de junio, del Parlamento Europeo y del Consejo, relativa al acceso a la actividad de las entidades de crédito y las empresas de inversión y a la supervisión prudencial de las entidades de crédito y las empresas de inversión, por la que se modifica la Directiva 2002/87/CE y se derogan las directivas 2006/48/CE y 2006/49/CE; y
- El reglamento (UE) nº 575/2013 (en adelante CRR), de 26 de junio de 2013, del Parlamento Europeo y del Consejo, sobre los requisitos prudenciales de las entidades de crédito y las empresas de inversión, y por el que se modificada el Reglamento (UE) nº 648/2012.

En España, el Real Decreto Ley 14/2013, de 29 de noviembre, de medidas urgentes para la adaptación del derecho español a la normativa de la Unión Europea en materia de supervisión y solvencia de entidades financieras (en adelante, el RDL), realizó una transposición parcial al derecho español de la Directiva 2013/36/UE y habilitó al Banco de España, en su disposición final quinta, para hacer uso de las opciones que se atribuyen a las autoridades competentes nacionales en el Reglamento (UE) nº 575/2013.

Por tanto, a partir del 1 de enero de 2014, quedaron derogadas las disposiciones de la Circular 3/2008 del Banco de España que vayan en contra de la normativa europea antes mencionada. Adicionalmente, el 5 de febrero de 2014 se publicó la Circular de Banco de España 2/2014, de 31 de enero, por la que, de acuerdo con las facultades que el Reglamento (UE) nº 575/2013 confiere a las autoridades competentes nacionales, el Banco de España hizo uso de algunas de las opciones regulatorias de carácter permanente previstas en dicho reglamento.

Asimismo, cabe destacar que durante el período 2015-2018 se publicaron nuevas normativas que complementan el Reglamento CRR en temáticas relativas a Fondos Propios, Liquidez, Riesgos de Pilar I y Requerimientos de capital.

Con fecha 2 de febrero de 2016, se emitió la Circular 2/2016 de Banco de España que tiene como objetivo fundamental completar, en lo relativo a las entidades de crédito, la transposición de la Directiva 2013/36/UE al ordenamiento jurídico español. Además, se recoge una de las opciones que el Reglamento (UE) nº 575/2013 atribuye a las autoridades nacionales competentes, adicional a las que el Banco de España ya ejerció en la Circular 2/2014.

Dicha Circular, también desarrolla algunos aspectos de la transposición de la Directiva 2011/89/UE del Parlamento Europeo y del Consejo, de 16 de noviembre de 2011, por la que se modifican las Directivas 98/78/CE, 2002/87/CE, 2006/48/CE y 2009/138/CE en lo relativo a la supervisión adicional de las entidades financieras que formen parte de un conglomerado financiero. Esta Directiva ya ha



009104522

CLASE 8.ª

sido transpuesta en lo fundamental mediante las modificaciones que tanto la Ley 10/2014 como el Real Decreto 84/2015 introducían, respectivamente, en la Ley 5/2005, de 22 de abril, de supervisión de los conglomerados financieros y por la que se modifican otras leyes del sector financiero, en el Real Decreto 1332/2005 que la desarrolla.

En el ejercicio 2017 se publicó la Circular 3/2017, de 24 de octubre, del Banco de España, por la que se modifica la Circular 2/2014, de 31 de enero. Esta Circular tiene como objetivo fundamental adaptar ciertos aspectos de la Circular 2/2014, en lo relativo a las entidades de crédito menos significativas, a las últimas disposiciones aprobadas por el Banco Central Europeo para las entidades significativas (principalmente, la Orientación (UE) 2018/697 del Banco Central Europeo, de 4 de abril de 2017, sobre el ejercicio por las autoridades nacionales competentes de las opciones y facultades que ofrece el derecho de la Unión respecto de las entidades menos significativas). Asimismo, se eliminaron las normas relativas a opciones transitorias que resultaban de aplicación hasta el ejercicio 2017.

En el ejercicio 2019 se publicó la Circular 3/2019, de 22 de octubre, del Banco de España con el objetivo de definir el umbral de significatividad de las obligaciones vencidas con aplicación a partir de diciembre de 2020.

Con fecha 24 de junio de 2020, el Parlamento Europeo y el Consejo de la Unión Europea aprobaron el Reglamento 2020/873 por el que se modifica el Reglamento 575/2013 y el Reglamento 2019/876, el cual modifica la CRR y la CRR II en determinados ajustes en respuesta a la pandemia de Covid-19 ("quickfix"). Las principales modificaciones se establecen en los siguientes ámbitos: cobertura de riesgo de crédito (disposiciones transitorias IFRS 9, etc.), ratio de apalancamiento, las exposiciones concedidas a empleados/pensionistas, factor de apoyo a las pymes, exención de la deducción en ciertos activos de software, así como el establecimiento de un filtro prudencial temporal que neutraliza el impacto de las pérdidas no realizadas en la deuda pública y el riesgo de mercado.

De las modificaciones transitorias, cabe destacar la prórroga por dos años de las disposiciones transitorias sobre la aplicación de la NIIF 9, limitando el efecto negativo que pueda tener en el capital de las entidades un eventual aumento de las provisiones para pérdidas crediticias previstas. Y el establecimiento, con carácter temporal, de un filtro prudencial sobre las exposiciones a bonos soberanos, dirigido a atenuar las consecuencias de la volatilidad de los mercados financieros sobre la solvencia de las entidades. La aplicación de las disposiciones transitorias finalizó en 2024.

En relación con la Circular 2/2016, el Banco de España publicó en 2021 la Circular 5/2021 por la que modifica dicha circular con la incorporación de herramientas macroprudenciales.

En el ejercicio 2022, Banco de España, publicó la nueva Circular 3/2022 de Banco de España, por la que se modifica la Circular 2/2016, con esta publicación finalmente se completa la trasposición a la legislación española de la CRD V.

Con fecha 1 de enero de 2025 entró en vigor el grueso de los artículos del nuevo Reglamento de Capital (Reglamento (UE) 2024/1623) (en adelante, CRR III), que modifica el Reglamento (UE) n.º



009104523

## CLASE 8.ª

575/2013. Esta iniciativa legislativa introduce determinados cambios en la metodología de cálculo y reporting de los requisitos de capital con el principal objetivo de reducir la variabilidad y mejorar la comparabilidad de los activos ponderados.

Por último, el 1 de octubre se publicó la Resolución de 29 de septiembre de 2025 de la Comisión Ejecutiva de Banco de España sobre la fijación del colchón de capital anticíclico, que irá desde el 0,5% aplicable a las exposiciones ubicadas en España a partir del 1 de octubre del 2025 al 1% a partir del 1 de octubre de 2026.

Todo ello constituye la actual normativa en vigor que regula los recursos propios mínimos que han de mantener las entidades de crédito españolas, tanto a título individual como de grupo consolidado, y la forma en la que han de determinarse tales recursos propios; así como los distintos procesos de autoevaluación del capital que deben realizar y la información de carácter público que deben remitir al mercado.

La Entidad presenta estados consolidados de recursos propios, por ende, los requerimientos de recursos propios mínimos se calculan en función de la exposición del Grupo al riesgo de crédito y dilución; al riesgo de contraparte y de posición y liquidación correspondiente a la cartera de negociación; al riesgo de tipo de cambio y al riesgo operacional. Asimismo, el Grupo está sujeto al cumplimiento de los límites a la concentración de riesgos establecidos en la normativa y al cumplimiento de las obligaciones internas de Gobierno Corporativo.

Al 31 de diciembre de 2025 y 2024, el coeficiente de nivel 1 (CET1) ordinario y adicional, así como el coeficiente de capital total del Grupo ascendieron al 27,27% y al 22,91% respectivamente. La Circular 2/2014 fija el mínimo exigido para cada nivel de ratio. Adicionalmente en el marco del proceso de evaluación y revisión supervisora (SREP), el regulador ha comunicado a la Entidad que debe mantener una ratio de capital total del 9,375% para 2025 y 2024. Esto hace que el requerimiento mínimo exigido de capital total, incluyendo el colchón de conservación de capital y el colchón anticíclico sea de 12,35% para 2025 y 11,90% para 2024. Al 31 de diciembre de 2025 y 2024 las ratios de capital de la Entidad se encuentran por encima del mínimo exigido por el regulador, teniendo en 2025 y 2024, un superávit de 747.326 miles de euros y 569.451 miles de euros, respectivamente, sobre estos requerimientos de capital total incluyendo el colchón de conservación de capital y anticíclico.

Adicionalmente, durante el año 2023, el Banco de España en aplicación del artículo 44, apartado 1, de la Ley 11/2015, comunicó a Caja Rural del Sur, los requerimientos mínimos de fondos propios y pasivos admisibles (MREL, por sus siglas en inglés). Dicho requisito no debe ser inferior al 9,218% de la exposición total al riesgo (TREA) y del 3% de la exposición a la ratio de apalancamiento (LRE) que satisfaría a más tardar el 1 de enero de 2024. Además, fijando el objetivo intermedio en el 9,13% de la exposición total al riesgo (TREA) y la misma cifra anterior de la exposición a la ratio de apalancamiento (LRE) para el 1 de enero de 2022. Si bien, a final del ejercicio 2024, Banco de España revocó el requerimiento realizado.



009104524

CLASE 8.ª

C/01/001

	Miles de euros	
	2025	2024
Capital de nivel 1:	1.366.124	1.184.375
Capital de nivel 1 ordinario (CET 1)	1.366.124	1.184.375
Capital y reservas (*)	1.304.367	1.116.805
Otro resultado global	71.988	58.769
Otras deducciones y ajustes	(10.231)	8.801
Capital de nivel 2:	-	-
Cobertura complementaria para riesgo de crédito	-	-
Otras deducciones y ajustes	-	-
Activos ponderados por riesgo	5.009.052	5.169.065
Ratio de capital de Nivel 1 Ordinario (mínimo exigido 4,5%)	27,27%	22,91%
Ratio de capital de Nivel 1 (mínimo exigido 6%)	27,27%	22,91%
Ratio de capital Total (mínimo exigido 8%)	27,27%	22,91%

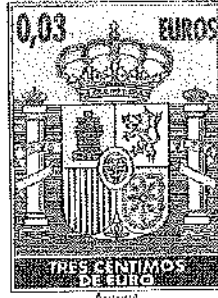
(\*) Incluye la propuesta de resultado del ejercicio 2025 y 2024, respectivamente.

En cuanto a la Gestión de Capital:

- El Marco de Apetito al Riesgo, aprobado por el Consejo Rector de la Entidad, contiene las principales directrices estratégicas en relación a la gestión de riesgos. Entre ellas se encuentran el objetivo y el nivel de riesgo que la Entidad está dispuesta a asumir en materia de solvencia encontrándose estos alineados con la planificación de capital.
- La Entidad ha desarrollado sistemas de gestión y control de riesgos que se consideran adecuados al perfil de riesgos del mismo.

La Entidad incorpora escenarios de estrés en dicha planificación de capital a 3 años, en la que se tiene en cuenta tanto las previsiones de la Entidad, como los datos externos provenientes del entorno macroeconómico. Las hipótesis utilizadas para la planificación son revisadas periódicamente.

- El instrumento para la realización de la citada evaluación y planificación es el Informe de Autoevaluación de Capital y Liquidez (el "IACL"), que es aprobado por el Consejo Rector de la Entidad y que establece un objetivo de solvencia que se expresa en un valor mínimo y permite cubrir con holgura los eventuales requerimientos adicionales por riesgos no contemplados en los mínimos legalmente exigibles incluso ante situaciones especialmente adversas de los mercados.



009104525

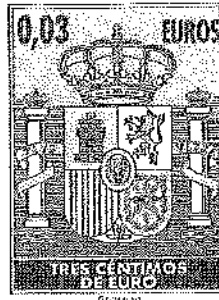
CLASE 8.ª

## 6. Información por segmentos de negocio

Las concentraciones por sector geográfico donde se encuentra localizado el riesgo, por clases de contrapartes, que se compone por los epígrafes “Saldo en efectivo en bancos centrales y Otros depósitos a la vista”, “Activos financieros mantenidos para negociar”, “Activos financieros no destinados a negociación valorados obligatoriamente a valor razonable con cambios en resultados”, “Activos financieros a valor razonable con cambios en otro resultado global”, “Activos financieros a coste amortizado”, “Derivados – contabilidad de coberturas”, “Inversiones en dependientes, negocios conjuntos y asociadas”, “Exposiciones fuera de balance – Garantías financieras concedidas” y las garantías no financieras concedidas contenidas en “Exposiciones fuera de balance – Otros compromisos concedidos” indicando el valor en libros de los mismos al 31 de diciembre de 2025 y 2024, han sido las siguientes:

### Actividad Total

	Miles de euros				
	Total	España	2025		
Resto de la Unión Europea			América	Resto del mundo	
Bancos centrales y entidades de crédito	2.080.584	2.028.097	35.016	2.979	14.492
Administraciones Públicas	1.730.303	1.458.906	271.397	-	-
– Administración Central	1.429.649	1.158.252	271.397	-	-
– Otras Administraciones Públicas	300.654	300.654	-	-	-
Otras sociedades financieras y empresarios individuales (actividad empresarial financiera)	193.573	148.185	43.131	1.961	296
Sociedades no financieras y empresarios individuales (actividad empresarial no financiera) (desglosado según la finalidad)	2.712.649	2.385.692	324.193	2.160	604
– Construcción y promoción inmobiliaria (incluido suelo)	72.248	72.248	-	-	-
– Construcción de obra civil	3.785	3.785	-	-	-
– Resto de finalidades	2.636.616	2.309.659	324.193	2.160	604
Grandes empresas	983.502	828.507	152.237	2.158	600
Pymes y empresarios individuales	1.653.114	1.481.152	171.956	2	4
Resto hogares (desglosado según la finalidad)	4.821.342	4.773.183	24.998	9.205	13.956
– Viviendas (adquisición y rehabilitación)	4.059.086	4.014.303	23.135	8.874	12.774
– Consumo	283.581	283.138	180	186	77
– Otros fines	478.675	475.742	1.683	145	1.105
<b>TOTAL</b>	<b>11.538.451</b>	<b>10.794.063</b>	<b>698.735</b>	<b>16.305</b>	<b>29.348</b>



009104526

CLASE 8.ª

### Actividad Total

	Miles de euros				
	2024				
	Total	España	Resto de la Unión Europea	América	Resto del mundo
Bancos centrales y entidades de crédito	1.484.019	1.435.109	36.215	3.300	9.395
Administraciones Públicas	1.692.274	1.454.158	238.116	-	-
– Administración Central	1.295.443	1.057.327	238.116	-	-
– Otras Administraciones Públicas	396.831	396.831	-	-	-
Otras sociedades financieras y empresarios individuales (actividad empresarial financiera)	311.358	272.206	36.994	1.868	290
Sociedades no financieras y empresarios individuales (actividad empresarial no financiera) (desglosado según la finalidad)	2.740.380	2.470.851	265.341	1.909	2.279
– Construcción y promoción inmobiliaria (incluido suelo)	79.655	79.655	-	-	-
– Construcción de obra civil	3.432	3.432	-	-	-
– Resto de finalidades	2.657.293	2.387.764	265.341	1.909	2.279
Grandes empresas	1.081.310	923.778	153.353	1.904	2.275
Pymes y empresarios individuales	1.575.983	1.463.986	111.988	5	4
Resto hogares (desglosado según la finalidad)	4.200.068	4.157.970	21.810	8.198	12.090
– Viviendas (adquisición y rehabilitación)	3.494.737	3.455.569	20.174	8.164	10.830
– Consumo	252.360	252.073	169	21	97
– Otros fines	452.971	450.328	1.467	13	1.163
<b>TOTAL</b>	<b>10.428.099</b>	<b>9.790.294</b>	<b>598.476</b>	<b>15.275</b>	<b>24.054</b>



CLASE 8.ª



009104527 18

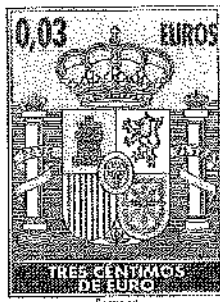
Actividad en España

	Miles de euros										
	2025										
	COMUNIDADES AUTÓNOMAS										
	Andalucía	Galicia	C-La Mancha	Castilla y León	Cataluña	Extremadura	Madrid	Valencia	Murcia	Otras	
Bancos centrales y entidades de crédito	18.125	-	-	71	-	-	2.007.793	-	-	2.108	
Administraciones Públicas	201.815	33.376	-	-	22.384	39.546	-	-	-	1.161.585	
- Administración Central	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.158.252	
- Otras Administraciones Públicas	201.815	33.376	-	-	22.384	39.546	-	-	-	3.333	
Otras sociedades financieras y empresarios individuales (actividad empresarial financiera)	17.835	1	-	349	935	-	128.760	-	-	505	
Sociedades no financieras y empresarios individuales (actividad empresarial no financiera) (desglosado según la finalidad)	1.781.957	5.810	15.986	3.137	59.302	53.877	340.525	16.347	60.567	48.184	
- Construcción y promoción inmobiliaria (incluido suelo)	59.284	-	-	-	-	1	7.313	-	-	5.650	
- Construcción de obra civil	3.785	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
- Resto de finalidades	1.718.888	5.810	15.986	3.137	59.302	53.876	333.212	16.347	60.567	42.534	
Grandes empresas	395.345	3.324	8.664	2.186	48.692	21.717	250.442	8.244	53.792	39.101	
Pymes y empresarios individuales	1.323.543	2.486	7.322	951	13.610	32.159	82.770	8.103	6.775	3.435	
Resto hogares (desglosado según la finalidad)	4.610.555	1.692	8.669	3.188	10.811	9.025	101.490	6.359	3.075	18.319	
- Viviendas (adquisición y rehabilitación)	3.865.477	1.583	7.374	3.014	9.957	8.054	94.250	6.047	2.589	15.978	
- Consumo	279.395	70	348	115	245	294	1.809	96	42	724	
- Otros fines	465.683	39	947	59	609	677	5.451	216	111	1.617	
<b>TOTAL</b>	<b>6.030.287</b>	<b>40.879</b>	<b>24.655</b>	<b>6.745</b>	<b>71.048</b>	<b>85.486</b>	<b>2.618.114</b>	<b>22.706</b>	<b>63.642</b>	<b>1.230.501</b>	

Handwritten signature or initials.



CLASE 8.ª



009104528 19

Actividad en España

		Miles de euros									
		2024									
		COMUNIDADES AUTÓNOMAS									
		C-La Mancha		Castilla y León		Cataluña		Extremadura		C.	
		Andalucía	Galicia	Mancha	Castilla y León	Cataluña	Extremadura	Madrid	Valenciana	Murcia	Otras
Bancos centrales y entidades de crédito	1.455.109	18.957	-	-	71	-	-	1.413.684	1.104	-	1.313
Administraciones Públicas	1.454.158	256.334	50.064	-	15.000	-	29.300	39.466	-	-	1.063.994
- Administración Central	1.057.327	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.057.327
- Otras Administraciones Públicas	396.831	256.334	50.064	-	15.000	-	29.300	39.466	-	-	6.667
Otras sociedades financieras y empresarios individuales (actividad empresarial financiera)	272.206	15.951	-	-	350	1.041	-	254.473	-	-	411
Sociedades no financieras y empresarios individuales (actividad empresarial no financiera) (desglosado según la finalidad)	2.470.851	1.824.383	5.391	16.558	4.164	70.108	55.394	372.788	18.831	70.093	33.141
- Consumición y promoción inmobiliaria (incluido sueldo)	79.655	65.083	-	-	-	-	1	7.999	-	-	6.572
- Construcción de obra civil	3.432	3.390	-	-	-	-	42	-	-	-	-
- Resto de finalidades	2.387.764	1.755.910	5.391	16.558	4.164	70.108	55.351	364.789	18.831	70.093	26.569
Grandes empresas	923.778	439.727	2.500	9.509	3.764	54.869	32.417	281.536	8.798	66.781	23.877
Pymes y empresarios individuales	1.463.986	1.316.183	2.891	7.049	400	15.239	22.934	85.253	10.033	3.312	2.692
Resto hogares (desglosado según la finalidad)	4.157.970	4.058.146	764	4.651	2.102	8.706	7.154	59.041	3.606	1.943	12.757
- Viviendas (adquisición y rehabilitación)	2.455.569	3.364.468	660	4.080	1.999	7.916	6.772	53.882	3.508	860	11.424
- Consumo	252.075	249.431	61	132	44	168	318	1.326	87	57	549
- Otros fines	450.328	444.247	43	419	59	622	164	3.833	11	146	784
<b>TOTAL</b>	<b>9.790.294</b>	<b>6.173.731</b>	<b>56.219</b>	<b>21.209</b>	<b>21.687</b>	<b>79.855</b>	<b>91.848</b>	<b>2.339.452</b>	<b>23.541</b>	<b>71.336</b>	<b>1.111.616</b>



009104529

CLASE 8.ª

**7. Retribuciones al Consejo Rector de la Caja y al Presidente, Director General, Comité de Dirección y operaciones con Partes Vinculadas**

**a) Atenciones estatutarias, otras retribuciones, compromisos por pensiones y seguros.**

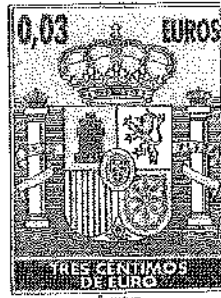
En la Asamblea General de 26 de junio de 2012, la Caja acordó la modificación de sus Estatutos en materia de retribuciones a los Administradores no ejecutivos de la Entidad. Los Estatutos aprobados en dicha fecha establecen que la retribución será la equivalente al coste anual de un empleado de nivel 5 y, aquellos que no participen en ninguna Comisión percibirán el 25% de dicha cantidad. Posteriormente la Asamblea General de 30 de julio de 2013 acordó reducir dicho coste anual determinado en el artículo 31.3 de los Estatutos en un 10%, así como reducir las dietas en un 30%.

Adicionalmente, en la Asamblea General de 2 de mayo de 2019, se modificaron nuevamente los Estatutos estableciendo que por la asistencia a Consejos, Comisiones o Comités, y siempre que la cuenta de resultados lo permita, los Consejeros percibirán dietas, que en cómputo anual y por cada Consejero no podrán exceder de la remuneración percibida en el año 2018 más la cantidad que resulte de multiplicar el importe unitario de la dieta de asistencia fijada para dicho periodo, por el número de reuniones de órganos sociales a las que el Consejero asista en lo sucesivo, incrementado en un 10%, que se actualizará según IPC, sin perjuicio del kilometraje correspondiente. El límite máximo de la retribución fijada será aplicable tanto a los consejeros actuales como a quienes pasen a formar parte del Consejo en lo sucesivo.

Tales previsiones no serán de aplicación al Presidente, el cual se regirá exclusivamente por lo previsto en el artículo 26.2 de los Estatutos.

En el caso de asistencia a reuniones de los Órganos de Gobierno de otras Entidades, incluidas las del Grupo, en nombre o por designación de la Caja, los miembros del Consejo percibirán directamente los importes establecidos por aquellas, por tales conceptos y la Caja les abonará la diferencia, en su caso. Aparte de éstas se podrán percibir otras, previa aprobación de un plan por el Consejo.

El gasto registrado en la cuenta de pérdidas y ganancias de los ejercicios 2025 y 2024, en concepto de dietas y kilometrajes percibidos por los Administradores no ejecutivos de la Caja, asciende a 808 y 853 miles de euros respectivamente, y en concepto de retribución, el gasto registrado en las cuentas de pérdidas y ganancias del ejercicio en 2025 y 2024 asciende a 337 y 538 miles de euros, respectivamente.



009104530

CLASE 8.ª

Los gastos citados en los párrafos precedentes se desglosan de la siguiente forma:

		Miles de euros			
Nombre	Comisión	Fundación	Caja Rural	2025	Kilometraje
		Retribución	Retribución (a)	Dietas	
D. José Luis García-Palacios Álvarez	Presidente.	258	337	-	-
D. Ricardo López-Crespo Delgado	Delegada.	-	-	63	3
D. Francisco José Bernal Muñoz	Nombramiento, Remuneración, Eficiencia y Expansión y Riesgos.	-	-	54	0
D. José María Calero Muñoz	Agricultura y Auditoría.	-	-	54	2
D. Francisco Contreras Santana	Agricultura, Auditoría y Riesgos.	-	-	55	1
D. Alberto Garrocho Robles	Agricultura.	-	-	51	1
D. Pablo González del Corral Martín	Delegada y Agricultura.	-	-	79	3
Dª. Yolanda Pelayo Díaz	Delegada y Riesgos.	-	-	66	2
D. Antonio Torres Conde	Delegada, Auditoría, Nombramiento, Remuneración, Eficiencia y Expansión.	-	-	71	3
Dª Rocio Acosta Ferrero	Auditoría, Nombramiento, Remuneración, Eficiencia y Expansión y Riesgos.	-	-	59	1
D. Gabriel Villegas Escobar	Agricultura.	-	-	52	1
D. Darío Candau del Cid	Riesgos, Nombramiento, Remuneración, Eficiencia y Expansión y Agricultura.	-	-	57	-
Dª María del Valle Novales de la Escalera	Auditoría, Nombramiento, Remuneración, Eficiencia y Expansión.	-	-	56	-
Dª Macarena Pérez-Miyares Travieso	Delegada, Auditoría, Riesgos, Nombramiento, Remuneración, Eficiencia y Expansión y Agricultura.	-	-	74	-
		258	337	791	17

(a) Adicionalmente se han registrado 19,3 miles de euros en concepto de retribuciones en especie, siendo el importe correspondiente a cada Administrador de 1,38 miles de euros.



009104531

CLASE 8.ª

Miles de euros

Nombre	Comisión	2024			Kilometraje
		Fundación Retribución	Caja Rural Retribución (a)	Dietas	
D. José Luis García-Palacios Álvarez	Presidente.	99	538	-	-
D. Ricardo López-Crespo Delgado	Ejecutiva, Delegada, Agricultura	-	-	69	4
D. Francisco José Bernal Muñoz	Ejecutiva, Nombramiento, Remuneración, Eficiencia y Expansión y Riesgos.	-	-	59	-
D. José María Calero Muñoz	Ejecutiva, Agricultura y Auditoría.	-	-	51	2
D. Francisco Contreras Santana	Ejecutiva, Agricultura, Auditoría y Riesgos.	-	-	53	1
D. Alberto Garrocho Robles	Ejecutiva y Agricultura.	-	-	55	1
D. Pablo González del Corral Martín	Ejecutiva, Delegada y Agricultura.	-	-	82	3
Dª. Yolanda Pelayo Díaz	Ejecutiva, Delegada y Riesgos.	-	-	72	3
D. Antonio Torres Conde	Ejecutiva, Delegada, Auditoría, Nombramiento, Remuneración, Eficiencia y Expansión.	-	-	76	3
Dª Rocio Acosta Ferrero	Ejecutiva, Auditoría, Nombramiento, Remuneración, Eficiencia y Expansión y Riesgos.	-	-	64	1
D. Gabriel Villegas Escobar	Ejecutiva y Agricultura.	-	-	56	1
D. Darío Candau del Cid	Ejecutiva, Riesgos, Nombramiento, Remuneración, Eficiencia y Expansión y Agricultura	-	-	61	-
Dª María del Valle Novales de la Esolera	Ejecutiva, Auditoría, Nombramiento, Remuneración, Eficiencia y Expansión.	-	-	61	-
Dª Macarena Pérez-Miyares Travieso	Ejecutiva, Delegada, Auditoría, Riesgos, Nombramiento, Remuneración, Eficiencia y Expansión y Agricultura.	-	-	75	-
		99	538	834	19

(a) Adicionalmente se han registrado 15,3 miles de euros en concepto de retribuciones en especie, siendo el importe correspondiente a cada Administrador de 1,09 miles de euros.

Al 31 de diciembre de 2025 y 2024, no existía pasivo actuarial registrado por retribuciones post-empleo devengadas por los Administradores actuales y antiguos de la Caja. No existe pasivo actuarial correspondiente al Presidente de la Caja al no contemplarse dicha posibilidad expresamente en los estatutos sociales.



009104532

CLASE 8.ª

## b) Retribuciones del Director General y Comité de Dirección.

A estos efectos se incluyen a Director General y Comité de Dirección, a los que les correspondieron unas retribuciones brutas devengadas de 3.892 y 4.008 miles de euros anuales en los ejercicios 2025 y 2024, respectivamente, según el cuadro siguiente:

	Número de personas	Miles de euros			Total
		Retribuciones salariales		Otras Retribuciones**	
		Fijas	Variables*		
2025	12	2.065	1.215	612	3.892
2024	12	1.933	1.369	707	4.008

(\*) Corresponde al importe del incentivo anual devengado en 2025, el cual será pagado en 2026 quedando diferido el importe de 856 miles de euros. Corresponde al importe del incentivo anual devengado en 2024, el cual ha sido pagado en 2025 quedando diferido el importe de 964 miles de euros. Los incentivos plurianuales se refieren en la letra c) de la presente nota.

(\*\*) Incluye aportaciones realizadas al plan de empleo.

## Composición de las retribuciones:

- Fijas: Se han considerado todos aquellos conceptos de Convenio Colectivo, así como otros de carácter voluntario, con una permanencia fija por los cargos que desempeñan.
- Variables: Se incluyen los incentivos anuales, conceptos que dependen de la productividad y evolución de los resultados de la Caja, respecto a los incentivos plurianuales se refieren en la letra c) de la presente nota.
- Otras retribuciones: Aquellas establecidas por circunstancias de movilidad, como kilometraje, ayuda a vivienda, seguros de vida-accidentes.

El pasivo actuarial registrado por las retribuciones post-empleo (coste de los servicios pasados) devengadas por el Director General y los miembros del Comité de Dirección de la Caja ascendía al 31 de diciembre de 2025 y 2024, a 602 y 456 miles de euros, respectivamente. Durante los ejercicios 2025 y 2024, la Caja ha realizado aportaciones y primas de seguro por mantenimiento del sistema de Previsión Social por importes de 115 y 131 miles de euros, respectivamente.

El detalle del gasto en la cuenta de pérdidas y ganancias de los ejercicios 2025 y 2024 en concepto de los seguros de vida y accidentes, en los que el Director General, y Comité de Dirección son beneficiarios o tomadores, asciende a 50 y 53 miles de euros, respectivamente.



CLASE 8.ª



009104533

c) Otras remuneraciones a largo plazo.

En relación con otras remuneraciones a largo plazo, la Caja aprobó un Plan de Incentivos en el que se establecen una serie de objetivos plurianuales para un Colectivo Identificado, que serán evaluados el grado de cumplimiento en la fecha final, teniendo en cuenta el comportamiento de las métricas durante los tres años anteriores. La Caja ha registrado el importe de 812 y 880 miles de euros en la cuenta de pérdidas y ganancias, como estimación devengada al 31 de diciembre de 2025 y de 2024 respectivamente.

d) Limitación de concurrencia y otros compromisos contractuales del Presidente, Consejeros, Director General y Comité de Dirección.

La Caja tiene registrada una provisión para hacer frente a las obligaciones surgidas frente a los miembros del Consejo, la cual ascendía al 31 de diciembre de 2025 y 2024, a 2.346 y 2.205 miles de euros, respectivamente, tal y como se indica en la Nota 32. Para el Director General y determinados miembros del Comité de Dirección, existe un importe registrado a 31 de diciembre de 2025 y 2024, de 7.750 y 7.111 miles de euros, respectivamente. El mencionado importe está registrado en la cuenta de "Otros fondos" dentro de "Restantes provisiones" (ver Nota 32).



009104534

CLASE 8.ª

## e) Partes vinculadas

Los saldos registrados en los balances al 31 de diciembre de 2025 y 2024 que tienen su origen en operaciones con Empresas del Grupo y asociadas, Consejeros, Presidente, Comité de Dirección, así como vinculadas a estos son las siguientes:

Nombre	2025			2024		
	Empresas del Grupo, asociadas y negocios conjuntos	Consejeros, Presidente, Director General y Comité de Dirección	Otras partes vinculadas	Empresas del Grupo, asociadas y negocios conjuntos	Consejeros, Presidente, Director General y Comité de Dirección	Otras partes vinculadas
<b>Activo:</b>						
Préstamos y anticipos (*)	24.275	2.719	88.317	24.275	3.311	89.849
Otros Activos	72	-	-	164	-	-
Activos financieros a valor razonable con cambios en otro resultado global	-	-	178.366	-	-	167.638
Inversiones en dependientes, negocios conjuntos y asociadas (**)	1.720	-	-	1.720	-	-
<b>Pasivo:</b>						
Pasivos a coste amortizado-Depósitos de la clientela	10.535	2.313	61.606	8.010	3.005	58.723
Aportaciones al Capital Social	-	963	3.894	-	1.046	3.837
<b>Cuentas de orden:</b>						
Garantías y compromisos contingentes concedidos	-	208	491	-	195	379

(\*) En el epígrafe "Préstamos y anticipos" se recoge el valor bruto de la financiación concedida a la Sociedad de Gestión de Activos Grupo Caja Rural del Sur, S.A.U., para la adjudicación de inmuebles. Las correcciones de valor, no incluidas en dichos saldos, de la financiación concedida a Sociedad de Gestión de Activos Grupo Caja Rural del Sur, S.A.U., ascienden a 11.457 miles de euros al 31 de diciembre de 2025 (13.078 miles de euros al 31 de diciembre de 2024).

(\*\*) En el epígrafe "Inversiones en dependientes, negocios conjuntos y asociadas" se recoge el valor bruto de la participación en la Sociedad de Gestión de Activos Grupo Caja Rural del Sur, S.A.U., siendo el valor neto contable cero en ambos ejercicios.



009104535

CLASE 8.ª

Los acuerdos rectores sobre operaciones o servicios cooperativizados en favor de miembros del Consejo Rector de la Caja, de Comisiones Delegadas de los restantes órganos estatutarios, de la Dirección General, o de los parientes de cualesquiera de ellos hasta el segundo grado de consanguinidad o afinidad, se adoptarán en votación secreta, previa inclusión en el orden del día, y por mayoría no inferior a dos tercios del total de Consejeros no pudiendo participar el afectado en la votación.

Las condiciones de las operaciones cooperativizadas aplicables a las partes vinculadas serán las de mercado. No obstante, se tendrán en cuenta como referencia, para cada modalidad de operación, las establecidas para los clientes preferentes más un diferencial en intereses y comisiones. En materia de garantías se aplicará, sin excepción, el manual de riesgos de la entidad. Así mismo, además de los conflictos de interés legalmente previstos, se abstendrán de proponer la aplicación de excepciones sobre operaciones a conceder a cualquier persona con la que tengan cualquier vínculo de parentesco o afinidad, o mantengan relaciones comerciales o de amistad.

#### 8. Contratos de agencia

La relación de agentes al 31 de diciembre de 2025 y 2024 requerida según lo establecido en el artículo 21 del Real Decreto 84/2015, de 13 de febrero, del Ministerio de Economía y Competitividad se incluye a continuación:

<u>Denominación social</u>	<u>Ámbito geográfico</u>	<u>Alcance</u>
Almazara de la Subbética, S.Coop. And.	Córdoba	Representación con carácter general para operaciones y servicios bancarios.
S. Coop. Andaluza Campo de Tejada	Huelva	Representación con carácter general para operaciones y servicios bancarios.
Aceites de San Benito, S. Coop. And.	Jaén	Representación con carácter general para operaciones y servicios bancarios.



009104536

**CLASE 8.ª**

**9. Requerimientos de transparencia informativa en relación con las financiaciones a la construcción, promoción inmobiliaria, financiación para la adquisición de vivienda y activos adquiridos en pago de deudas, así como valoración de las necesidades de financiación en los mercados**

**a) Información cualitativa sobre políticas y estrategias de gestión de los activos frente a este sector.**

Debido a la situación del mercado hipotecario general, y con el fin de fortalecer aún más los esfuerzos mantenidos hasta la fecha con dicho sector, se han desarrollado las siguientes actuaciones:

- Realización de un seguimiento continuo y permanente de estos acreditados.
- Dar asesoramiento para coordinar las acciones que permiten la finalización de las obras en curso.
- Cooperar con aquellos que así lo han solicitado, en la dinamización de las ventas, a través de nuestra red de oficinas, poniendo a su disposición nuevos soportes tales como un dossier especializado, un catálogo, etc.
- Si los inmuebles pasan a formar parte del Plan de ventas, realizar un análisis individualizado de cada inmueble, maximizando los principales aspectos del bien con el fin de facilitar la venta.

**b) Información cualitativa relativa a las necesidades y estrategias de financiación en los mercados.**

La Caja no ha realizado emisión alguna en los mercados de capitales, distinta a la llevada a cabo a través de las titulaciones, las cuales no suponen compromisos de reembolsos futuros puesto que los vencimientos son simétricos a las de los préstamos subyacentes, por lo que la Caja no tiene que hacer frente en este sentido a ningún vencimiento a corto, medio o largo plazo.

Al 31 de diciembre de 2025, la Entidad mantenía un stock de activos elegibles para la obtención de financiación en el Banco Central Europeo a través de Banco de España por importe de 1.771.971 miles de euros, y 1.627.174 miles de euros al 31 de diciembre 2024, de valor recortado.

**c) Información cuantitativa sobre financiación a la construcción y promoción inmobiliaria y para la adquisición de vivienda y sobre los activos adquiridos en pago de deudas.**



009104537

CLASE 8.ª

Al 31 de diciembre de 2025 y 2024, el detalle de la financiación destinada a la construcción y promoción inmobiliaria y sus coberturas es el siguiente:

	2025			2024		
	Miles de euros			Miles de euros		
	Importe en libros bruto	Exceso de la exposición bruta sobre el importe máximo recuperable de las garantías reales eficaces	Deterioro de valor acumulado	Importe en libros bruto	Exceso de la exposición bruta sobre el importe máximo recuperable de las garantías reales eficaces	Deterioro de valor acumulado
<b>Financiación a la construcción y promoción inmobiliaria (incluido suelo) (negocios en España)</b>	68.161	22.388	(2.607)	75.956	24.297	(6.236)
<i>De las cuales: con incumplimientos /dudosos</i>	1.186	480	(1.075)	8.313	1.760	(4.602)
<b>Pro-memoria</b>						
Activos fallidos	267	-	-	211	-	-

Pro-memoria:	2025	2024
	Miles de euros	Miles de euros
Préstamos y anticipos a la clientela, excluidas Administraciones Públicas (negocios totales) (importe en libros) (véanse Notas 22 y 23)	7.460.012	6.877.215
Total activo (negocios totales) (importe en libros)	11.693.600	10.625.463
Deterioro de valor y provisiones de préstamos y anticipos para exposiciones clasificadas normales (negocios totales) (véase Nota 22.c)	(128.657)	(146.767)



009104538

CLASE 8.ª

El desglose del epígrafe de la financiación destinada a la construcción y promoción inmobiliaria, operaciones registradas por entidades de crédito (negocios en España), al 31 de diciembre de 2025 y 2024, es el siguiente:

	Miles de euros	
	Importe en libros bruto	
	2025	2024
Sin garantía hipotecaria	15.908	16.798
Con garantía hipotecaria	52.253	59.158
Edificios y otras construcciones terminadas	32.649	27.892
Vivienda	24.901	19.305
Resto	7.748	8.587
Edificios y otras construcciones en construcción	12.336	27.396
Vivienda	10.244	26.561
Resto	2.092	835
Suelo	7.268	3.870
Suelo urbano consolidado	6.361	2.843
Resto de suelo	907	1.027
<b>Total</b>	<b>68.161</b>	<b>75.956</b>

La Entidad, en base al principio de prudencia en la gestión del riesgo de crédito, realiza revisiones y establece sistemas de alerta en el seguimiento, relativos a las clasificaciones de los suelos que sirven como garantía para afianzar operaciones de préstamos y anticipos a la clientela de promotores cuya finalidad es la promoción de viviendas. En caso de que exista alguna modificación en la clasificación, alteración del PGOU, falta de desarrollo urbanístico o cualquier otra circunstancia que pueda conllevar o provocar el cambio del uso o variación en el mismo, se realiza su reclasificación, pasando de "Terrenos Urbanizados" a "Resto de Suelos", aplicando las consecuencias derivadas de realizar dicha reasignación.

Al 31 de diciembre de 2025 y 2024, el desglose del crédito a los hogares para adquisición de vivienda, operaciones registradas por entidades de crédito (negocios en España), es el siguiente:

	Miles de euros			
	2025		2024	
	Importe en libros bruto	De los cuales: Con incumplimientos / Dudosos	Importe en libros bruto	De los cuales: Con incumplimientos / Dudosos
Préstamos para adquisición de vivienda (*):				
Sin hipoteca inmobiliaria	11.535	127	11.642	195
Con hipoteca inmobiliaria	3.965.051	37.785	3.423.100	40.116
<b>Total</b>	<b>3.976.586</b>	<b>37.912</b>	<b>3.434.742</b>	<b>40.311</b>



009104539

CLASE 8.ª

(\*) No incluye reparación y rehabilitación de viviendas

El desglose del crédito con garantía hipotecaria a los hogares para adquisición de vivienda según el porcentaje que supone el riesgo total sobre el importe de la última tasación o valoración de la garantía disponible (LTV), operaciones registradas por entidades de crédito (negocios en España), al 31 de diciembre de 2025 y 2024, es el siguiente:

2025	Miles de euros				
	Rangos de LTV				
	LTV≤40%	40%<LTV≤60%	60%<LTV≤80%	80%<LTV≤100%	LTV>100%
Importe bruto	512.555	1.043.800	1.787.918	498.728	122.050
Del que dudosos	4.866	8.010	10.807	6.503	7.599

2024	Miles de euros				
	Rangos de LTV				
	LTV≤40%	40%<LTV≤60%	60%<LTV≤80%	80%<LTV≤100%	LTV>100%
Importe bruto	447.027	865.147	1.507.492	430.876	172.558
Del que dudosos	4.227	7.562	11.727	5.987	10.613

En cuanto a los activos adjudicados o recibidos en pago de deudas de la Caja, así como las exposiciones con entidades tenedoras de activos inmobiliarios adjudicados o recibidos en pago de deudas al 31 de diciembre de 2025 y 2024, el detalle es el siguiente:

	Miles de euros	
	2025	
	Importe en libros bruto	Deterioro de valor acumulado
Activos adjudicados o recibidos en pago de deudas (Nota 25)	7.181	(6.761)
Activos inmobiliarios procedentes de financiaciones destinadas a empresas de construcción y promoción inmobiliaria	1.769	(1.764)
Edificios y otras construcciones terminadas	224	(219)
Vivienda	181	(181)
Resto	43	(38)
Edificios y otras construcciones en construcción	-	-
Terrenos	1.545	(1.545)
Suelo urbano consolidado	1.545	(1.545)
Resto de terrenos	-	-
Activos inmobiliarios procedentes de financiaciones hipotecarias a hogares para adquisición de vivienda	1.497	(1.308)
Resto de activos inmobiliarios adjudicados o recibidos en pago de deudas	3.915	(3.689)
Instrumentos de capital de entidades tenedoras de activos inmobiliarios adjudicados o recibidos en pago de deudas (Nota 26)	1.720	(1.720)
Financiación a entidades tenedoras de activos inmobiliarios adjudicados o recibidos en pago de deudas	24.275	(11.457)



009104540

CLASE 8.ª

EJEMPLO

	Miles de euros	
	2024	
	Importe en libros bruto	Deterioro de valor acumulado
Activos adjudicados o recibidos en pago de deudas (Nota 25)	9.603	(8.650)
Activos inmobiliarios procedentes de financiaciones destinadas a empresas de construcción y promoción inmobiliaria	1.769	(1.764)
Edificios y otras construcciones terminadas	224	(219)
Vivienda	181	(181)
Resto	43	(38)
Edificios y otras construcciones en construcción	-	-
Terrenos	1.545	(1.545)
Suelo urbano consolidado	1.545	(1.545)
Resto de terrenos	-	-
Activos inmobiliarios procedentes de financiaciones hipotecarias a hogares para adquisición de vivienda	1.660	(1.547)
Resto de activos inmobiliarios adjudicados o recibidos en pago de deudas	6.174	(5.339)
Instrumentos de capital de entidades tenedoras de activos inmobiliarios adjudicados o recibidos en pago de deudas (Nota 26)	1.720	(1.720)
Financiación a entidades tenedoras de activos inmobiliarios adjudicados o recibidos en pago de deudas	24.275	(13.078)

#### 10. Información sobre los aplazamientos de pago efectuados a proveedores. Disposición Adicional Tercera - Deber de información de la Ley 15/2010, de 5 de julio

El 5 de julio de 2010 se publicó la Ley 15/2010, de modificación de la Ley 3/2004, de 29 de diciembre, por la que se establecen medidas de lucha contra la morosidad en las operaciones comerciales.

Entre otros aspectos, dicha norma suprime la posibilidad del “pacto entre las partes”, en relación con la ampliación del plazo de pago a proveedores, como respuesta a las repercusiones financieras de la crisis económica en todos los sectores, traducidas en un aumento de impagos, retrasos y prórrogas en la liquidación de facturas vencidas, que afecta con especial gravedad a las pequeñas y medianas empresas por su gran dependencia del crédito a corto plazo y por las limitaciones de tesorería en el actual contexto económico. Además, para luchar contra estas dificultades, la Ley fija un aplazamiento general máximo entre empresas de 60 días naturales a partir de la fecha de entrega de las mercancías o de prestación de los servicios que empezó a regir el 1 de enero de 2013.



009104541

CLASE 8.ª

De manera adicional, la Disposición Adicional Tercera de dicha norma indica que las sociedades deberán publicar de forma expresa las informaciones sobre plazos de pago a sus proveedores en la memoria de sus cuentas anuales individuales y consolidadas. Se incluye a continuación la información requerida sobre el periodo medio de pago a proveedores correspondiente al ejercicio 2025 y 2024:

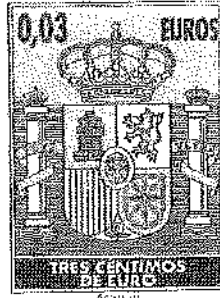
	2025	2024
	Días	Días
Periodo medio de pago a proveedores	14	14
Ratio de operaciones pagadas	14	13
Ratio de operaciones pendientes de pago	6	22
	Importe (miles de euros)	Importe (miles de euros)
Total pagos realizados	94.882	118.006
Total pagos pendientes	2.723	5.400
Volumen monetario de facturas pagadas en un periodo inferior al máximo establecido en la normativa de morosidad	94.882	118.006
Porcentaje que representan los pagos inferiores a dicho máximo sobre el total del volumen facturado	97,21%	95,62%
Facturas pagadas en un periodo inferior al máximo establecido en la normativa de morosidad	48.218	48.586
Porcentaje sobre el total de facturas	99,60%	99,05%

## 11. Fondo de Garantía de Depósitos y Fondo Único de Resolución

### *Fondo de Garantía de Depósitos*

La Caja se encuentra integrada en el Fondo de Garantía de Depósitos de Entidades de Crédito.

El gasto registrado por este concepto correspondiente al ejercicio 2025 asciende a 38 miles de euros.



009104542

CLASE 8.ª

Las contribuciones anuales al Fondo de Garantía de Depósitos (F.G.D.E.C.) se efectúan, de acuerdo con lo establecido en el Real Decreto 2606/1996, de 20 de diciembre, sobre Fondos de Garantía de Depósitos, según la redacción dada por el Real Decreto 948/2001, de 3 de agosto, y la Circular 4/2001, de 24 de septiembre y el Real Decreto 1642/2008, de 10 de octubre. La Comisión Gestora del Fondo de Garantía de Depósitos de entidades de crédito, al amparo de lo previsto en el artículo 6 del Real Decreto-ley 16/2011 y en el artículo 3 del Real Decreto 2606/1996, fija la aportación a realizar para el conjunto de las entidades adheridas al compartimento de garantía de depósitos; para el ejercicio 2025 y 2024 no se ha requerido aportación. Asimismo, la aportación al compartimento de garantía de valores se ha fijado en un 2 por mil del 5% del importe garantizado de los valores y otros instrumentos financieros al 31 de diciembre de cada año.

#### *Fondo Único de Resolución*

Dentro del proceso de creación de un mercado interior de servicios bancarios dentro de la Unión Europea, la Directiva 2014/59/UE establece un marco de supervisión centralizada cuyo primer paso fue la creación del Mecanismo Único de Supervisión, creado por el Reglamento (UE) n° 1024/2013 del Consejo Europeo (el MUS), cuyos objetivos son garantizar que la política de la Unión en materia de supervisión prudencial de las entidades de crédito se aplique de forma coherente y eficaz, velar porque el código normativo único de los servicios financieros se aplique de manera homogénea a las entidades de crédito de los Estados miembros de la zona euro y de los Estados miembros no pertenecientes a dicha zona que opten por participar en el MUS y que estas entidades de crédito sean objeto de una supervisión de la máxima calidad.

Dentro de este proceso de integración a nivel de supervisión y resolución de entidades de crédito, el Reglamento (UE) n° 806/2014 del Parlamento Europeo y del Consejo establece un procedimiento uniforme para la resolución de entidades de crédito y de determinadas empresas de servicios de inversión, dentro del marco de un Mecanismo Único de Resolución (el MUR) que fortalezca la imagen de solvencia de este tipo de entidades a nivel europeo.

Como instrumento fundamental para el adecuado funcionamiento del MUR, el Reglamento (UE) n° 806/2014 introduce la constitución de un Fondo Único de Resolución (el FUR). Este fondo se constituye inicialmente a través de las aportaciones *ex-ante* de las entidades incluidas dentro del marco supervisor del MUS, recaudadas con una periodicidad anual.

El Reglamento Delegado (UE) 2015/63 desarrolla una metodología homogénea para el cálculo de las aportaciones al FUR. Las aportaciones tienen carácter anual y su importe para cada entidad lo determinan las autoridades de resolución competentes en cada Estado miembro en función del tamaño de la entidad y su perfil de riesgo.

Toda esta normativa a nivel europeo se transpone al ordenamiento jurídico español a través de la Ley 11/2015, de 18 de junio, de recuperación y resolución de entidades de crédito y empresas de servicios de inversión. Entre otras cuestiones, esta ley designa al Fondo de Reestructuración Ordenada Bancaria (el FROB) como autoridad de resolución competente dentro del estado español. Por tanto, el FROB es el organismo encargado del cálculo y recaudación de las aportaciones al FUR de las entidades de



009104543

## CLASE 8.ª

crédito españolas, así como de determinadas empresas de servicios de inversión incluidas dentro del marco de aplicación de la mencionada ley.

Durante el ejercicio 2025 y 2024, no se ha requerido realizar contribuciones ordinarias en relación con el Fondo Único de Resolución.

### 12. Honorarios de auditoría

El importe de los honorarios satisfechos por la auditoría de las cuentas anuales de la Caja de los ejercicios para 2025 y 2024 a Ernst & Young, S.L. han ascendido a 84 y 81 miles de euros, respectivamente. Asimismo, Ernst & Young, S.L. ha facturado durante el ejercicio 2025 y 2024 honorarios por servicios distintos de los de auditoría de cuentas anuales por importe de 5 y 13 miles de euros, respectivamente.

Por otro lado, otras entidades afiliadas a Ernst & Young, no han facturado a la Caja honorarios y gastos por servicios profesionales en 2025 y 2024.

La información relativa a los servicios de auditoría de cuentas y a los servicios distintos de la auditoría de cuentas prestados por Ernst & Young, S.L. a las sociedades controladas por Caja Rural del Sur, Sociedad Cooperativa de Crédito durante el ejercicio terminado el 31 de diciembre de 2025 y 2024, se encuentra recogida en las cuentas anuales consolidadas de Grupo Caja Rural del Sur, Sociedad Cooperativa de Crédito al 31 de diciembre de 2025 y 2024, respectivamente.

### 13. Acontecimientos posteriores

Con posterioridad al 31 de diciembre de 2025 hasta la fecha de formulación por parte del Consejo Rector de la Entidad de sus cuentas anuales, no ha ocurrido ningún acontecimiento significativo, que deba ser incluido en las cuentas anuales adjuntas para que éstas muestren adecuadamente la imagen fiel del patrimonio, de la situación financiera y de los resultados de la Entidad.

### 14. Principios y normas contables y criterios de valoración aplicados

Los principios y normas contables y criterios de valoración más significativos aplicados para la elaboración de las presentes cuentas anuales, se describen a continuación:

#### a) Principio de empresa en funcionamiento

En la elaboración de las cuentas anuales se ha considerado que la gestión de la Caja continuará en el futuro previsible. Por tanto, la aplicación de las normas contables no está encaminada a determinar el valor del Patrimonio neto a efectos de su transmisión global o parcial ni el importe resultante en caso de su liquidación.



009104544

CLASE 8.ª

b) Principio del devengo

Las presentes cuentas anuales, salvo en su caso, en lo relacionado con los estados de flujos de efectivo, se han elaborado en función de la corriente real de bienes y servicios, con independencia de la fecha de su pago o de su cobro.

c) Compensación de saldos

Sólo se compensan entre sí, y, por tanto, se presentan en el balance por su importe neto, los saldos deudores y acreedores con origen en transacciones que, contractualmente o por imperativo de una norma legal, contemplan la posibilidad de compensación y se tiene la intención de liquidarlos por su importe neto o de realizar el activo y proceder al pago del pasivo de forma simultánea.

d) Otros principios generales e información medioambiental

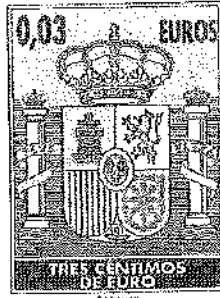
Las cuentas anuales se han elaborado de acuerdo con el enfoque de coste histórico, aunque modificado por la revalorización, en su caso, de terrenos y construcciones, activos financieros disponibles para la venta y activos y pasivos financieros (incluidos derivados) a valor razonable.

La preparación de las cuentas anuales exige el uso de ciertas estimaciones contables. Asimismo, exige a la Dirección que ejerza su juicio en el proceso de aplicar las políticas contables de la Caja. Dichas estimaciones pueden afectar al importe de los activos y pasivos y al desglose de los activos y pasivos contingentes a la fecha de las cuentas anuales y el importe de los ingresos y gastos durante el período de las cuentas anuales. Aunque las estimaciones están basadas en el mejor conocimiento de la Dirección de las circunstancias actuales y previsibles, los resultados finales podrían diferir de estas estimaciones.

Dado la actividad principal a la que se dedica la Caja, ésta no tiene responsabilidades, gastos, activos, ni provisiones y contingencias de naturaleza medioambiental que pudieran ser significativos en relación con el patrimonio, la situación financiera y los resultados de la Caja. Por este motivo, no se incluyen desgloses específicos en la presente memoria respecto a información de cuestiones medioambientales.

e) Derivados financieros

Los derivados financieros son instrumentos que además de proporcionar una pérdida o una ganancia, pueden permitir, bajo determinadas condiciones, compensar la totalidad o parte de los riesgos de crédito y/o de mercado asociados a saldos y transacciones, utilizando como elementos subyacentes tipos de interés, determinados índices, los precios de algunos valores, los tipos de cambio cruzado de distintas monedas u otras referencias similares. La Caja utiliza derivados financieros negociados bilateralmente con la contraparte fuera de mercados organizados (OTC).



009104545

## CLASE 8.ª

Los derivados financieros son utilizados para negociar con clientes que los solicitan, para la gestión de los riesgos de las posiciones propias de la Caja (derivados de cobertura) o para beneficiarse de los cambios en los precios de los mismos. Los derivados financieros que no pueden ser considerados de cobertura se consideran como derivados de negociación.

Cómo se indicaba en la Nota 2.b) la Entidad ha optado, desde el 31 de diciembre de 2025, aplicar los criterios de la contabilidad de coberturas recogidos en los apartados 3 a 27 de la Circular 4/2017.

Adicionalmente, dada la inexistencia de un marco normativo específico para las macrocoberturas en NIIF 9, el Grupo continúa aplicando el marco vigente establecido bajo NIC 39 para la operativa de macrocoberturas. De este modo a 31 de diciembre el Grupo convive con dos normativas con características comunes (NIC 39 para macrocoberturas y NIIF 9 para microcoberturas) hasta que el International Accounting Standards Boards (IASB por sus siglas en inglés) concluya el proyecto para desarrollar un marco específico para la contabilidad de macrocoberturas.

### *Designación de las relaciones de cobertura*

Para que estas coberturas económicas puedan ser reconocidas como coberturas contables deben cumplir con ciertos requisitos establecidos por la norma. Estos requisitos incluyen la identificación clara de los elementos cubiertos y los instrumentos de cobertura, la evaluación de la eficacia de la cobertura en el tiempo y la documentación adecuada que respalde la intención de la entidad de gestionar su riesgo a través de estos instrumentos. Solo cuando se satisfacen estos criterios, los derivados financieros pueden ser contabilizados como coberturas contables, permitiendo un tratamiento contable que refleje más adecuadamente la estrategia de gestión de riesgos de la entidad. Cuando la Caja designa una operación como de cobertura, lo hace desde el momento inicial de las operaciones o de los instrumentos incluidos en dicha cobertura, documentando dicha operación de cobertura de manera adecuada. En la documentación de estas operaciones de cobertura se identifican adecuadamente el instrumento o instrumentos cubiertos y el instrumento o instrumentos de cobertura, además de la naturaleza del riesgo que se pretende cubrir, así como los criterios o métodos seguidos por la Caja para valorar la eficacia de la cobertura a lo largo de toda la duración de la misma, atendiendo al riesgo que se pretende cubrir.

La Caja sólo considera como operaciones de cobertura aquéllas que se consideran altamente eficaces a lo largo de la duración de las mismas. Una cobertura se considera altamente eficaz si durante el plazo previsto de duración de la misma las variaciones que se produzcan en el valor razonable o en los flujos de efectivo atribuidos al riesgo cubierto en la operación de cobertura del instrumento o de los instrumentos financieros cubiertos son compensados en su práctica totalidad por las variaciones en el valor razonable o en los flujos de efectivo, según el caso, del instrumento o de los instrumentos de cobertura.

La Caja ha realizado coberturas de valor razonable, es decir, aquéllas que cubren la exposición a la variación en el valor razonable de activos y pasivos financieros o de compromisos en firme aún no reconocidos, o de una porción identificada de dichos activos, pasivos o compromisos en firme,



009104546

CLASE 8.ª

atribuible a un riesgo en particular y siempre que afecten a la cuenta de pérdidas y ganancias, y coberturas de flujos de efectivo, es decir, de alteraciones en los flujos de efectivo estimados con origen en los activos y pasivos financieros y transacciones altamente probables que prevea llevar a cabo una entidad (Nota 24).

#### *Eficacia de las coberturas*

Bajo los criterios NIIF 9, se evalúa la eficacia de forma prospectiva mediante un análisis cualitativo de los componentes principales, de manera que se asegure que la relación de cobertura cumple todos los requisitos:

- Existe una relación económica entre el elemento cubierto y el instrumento de cobertura (por ejemplo, nominal, fecha de vencimiento, tipo de interés, etc.).
- El riesgo de crédito no ejerce un efecto dominante sobre los cambios de valor del elemento cubierto ni del instrumento de cobertura (por ejemplo, evaluación del rating del bono, de la existencia de acuerdos compensación, colateralización y neteo en cámaras, etc.).
- La ratio de cobertura está alineada con la relación económica entre el elemento cubierto y el instrumento de cobertura y es consistente con la cantidad de riesgo cubierto por la Caja.

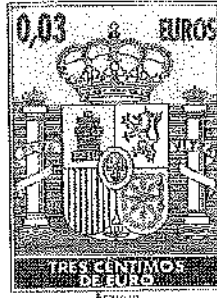
Hasta la fecha de transición a los criterios NIIF 9, la eficacia de las coberturas contables se medía tanto de forma retrospectiva como prospectiva, de manera que se mantuviera dentro de un rango entre el 80% y el 125%.

La ineficacia de las coberturas, definida como la diferencia entre la variación de valor del instrumento de cobertura y del elemento cubierto en cada periodo, atribuible al riesgo cubierto, se reconoce en la cuenta de resultados.

Dicha ineficacia vendrá generada principalmente por los siguientes motivos: desajustes en los términos críticos, uso de diferentes curvas de descuento entre instrumento de cobertura y elemento cubierto, designación de una relación de cobertura con posterioridad a la fecha de inicio del derivado de cobertura.

#### *Interrupción de la contabilidad de coberturas*

La Caja interrumpe la contabilización de las operaciones de cobertura como tales, cuando el instrumento de cobertura vence o es vendido, cuando la operación de cobertura deja de cumplir los requisitos para ser considerada como tal o se procede a revocar la consideración de la operación como de cobertura.



009104547

## CLASE 8.º

Sin embargo, si una cobertura deja de cumplir el requisito de la ratio de cobertura, pero se mantiene el objetivo de gestión del riesgo, la Caja evaluará ajustar la ratio de cobertura para cumplir de nuevo con los requisitos de eficacia. Esta práctica permitida bajo la normativa NIIF9 se conoce como reequilibrio de la relación de cobertura.

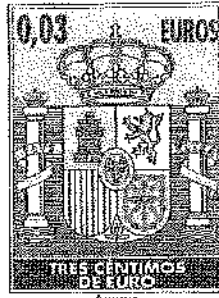
### *Contabilización de la operativa de coberturas contables*

Las variaciones que se producen con posterioridad a la designación de la cobertura, en la valoración de los instrumentos financieros designados como partidas cubiertas y de los instrumentos financieros designados como instrumentos de cobertura contable, se registran de la siguiente forma:

- En las coberturas de valor razonable, las diferencias producidas en el valor razonable del derivado y del instrumento cubierto atribuibles al riesgo cubierto, se reconocen directamente en el capítulo "Ganancias (pérdidas) resultantes de la contabilidad de coberturas, netas" de la cuenta de pérdidas y ganancias; utilizando como contrapartida los epígrafes del balance en los que se encuentra registrado el elemento de cobertura ("Derivados - contabilidad de coberturas") o el elemento cubierto, según proceda, excepto en el caso de coberturas de tipo de interés, caso en que las diferencias de valor se reconocen en el capítulo "Ingresos por intereses y otros ingresos similares" o "Gastos por intereses" de las cuentas de pérdidas y ganancias.

Como excepción a la contabilidad general bajo NIIF 9, para las coberturas de valor razonable sobre instrumentos de patrimonio registrados a valor razonable con cambios en otro resultado global, las diferencias producidas en el valor razonable del derivado se registran en "Otro resultado global acumulado", permitiendo así que el impacto en el resultado del período se minimice.

- En las coberturas de los flujos de efectivo, las diferencias de valor surgidas en la parte de cobertura eficaz de los elementos de cobertura se registran transitoriamente en el epígrafe "Otro resultado global acumulado - Elementos que pueden reclasificarse en resultados - Derivados de cobertura. Coberturas de flujos de efectivo (porción efectiva)" del balance, con contrapartida en los epígrafes "Derivados - contabilidad de coberturas" del activo o el pasivo del balance, según corresponda. Estas diferencias se reconocen en la cuenta de pérdidas y ganancias en el momento en que las pérdidas o ganancias del elemento cubierto se registren en resultados, en el momento en que se ejecuten las transacciones previstas o en la fecha de vencimiento del elemento cubierto. La casi totalidad de las coberturas de flujos de efectivo que realiza la Caja son de tipos de interés y de inflación de instrumentos financieros, por lo que sus diferencias de valor se reconocen en el capítulo "Ingresos por intereses y otros ingresos similares" o "Gastos por intereses" de la cuenta de pérdidas y ganancias.
- Las diferencias de valor del instrumento de cobertura correspondientes a la parte no eficaz de las operaciones de cobertura de flujos de efectivo se registran directamente en el capítulo



009104548

CLASE 8.ª

“Ganancias (pérdidas) resultantes de la contabilidad de coberturas, netas” de la cuenta de pérdidas y ganancias.

Como novedad en criterios NIIF 9 respecto a criterios NIC 39, el coste de cobertura (hedging cost) asociado a los derivados, que incluye los puntos forward (la separación del elemento a término y del elemento al contado de un contrato a término), el basis spread (el diferencial de la tasa de cambio de la moneda extranjera) y el valor temporal (la separación del valor intrínseco y del valor temporal de un contrato de opción), se podrán contabilizar en “Otro resultado global acumulado” siempre y cuando sean excluidos dentro de la relación de cobertura. Esto permite una mejor alineación entre los costos de los instrumentos de cobertura y su efecto sobre el elemento cubierto.

Además, la Caja posee determinados instrumentos financieros derivados, con la finalidad de mitigar determinados riesgos inherentes a su actividad, que no cumplen las condiciones para ser considerados como operaciones de cobertura. En particular, la Caja tiene contratadas determinadas operaciones de permutas financieras mediante las cuales se cubre el riesgo de tipo de interés de las operaciones con las que están relacionados. Estos instrumentos derivados son contabilizados por la Caja como derivados de negociación.

f) Activos financieros

*Clasificación de activos financieros*

La Circular 4/2017 introdujo un nuevo enfoque de clasificación y valoración de los instrumentos financieros basados en el modelo de negocio en el que se gestionan y sus características de flujos de efectivo. En este sentido, los activos financieros se clasifican en tres categorías: valorados a coste amortizado, valorados a valor razonable con cambios en resultados y valorados a valor razonable con cambios en otro resultado global.

Para la clasificación de un activo financiero en la categoría de valorados a coste amortizado, además de gestionarse en el marco de un modelo de negocio cuyo objetivo es mantener los activos financieros para obtener flujos de efectivo contractuales, el instrumento debe tener unos flujos de caja contractuales que representen únicamente la devolución de su principal e intereses, siendo estos últimos la compensación por el valor temporal del dinero y el riesgo de crédito del deudor.

Para la clasificación de un activo financiero en la categoría de valorados a valor razonable con cambios en otro resultado global, además de gestionarse en el marco de un modelo de negocio cuyo objetivo se alcanza obteniendo flujos de efectivo contractuales y vendiendo activos financieros, el instrumento debe tener unos flujos de caja contractuales que representen únicamente la devolución de su principal e intereses, siendo estos últimos la compensación por el valor temporal del dinero y el riesgo de crédito del deudor.



009104549

### CLASE 8.ª

Un activo financiero deberá valorarse al valor razonable con cambios en resultados a menos que se valore al coste amortizado o al valor razonable con cambios en otro resultado global de acuerdo con lo mencionado anteriormente. Sin embargo, la Entidad, en el momento del reconocimiento inicial de inversiones concretas en instrumentos de patrimonio que, en otro caso, se valorarían al valor razonable con cambios en resultados, podrá tomar la decisión irrevocable de presentar los cambios posteriores del valor razonable en otro resultado global.

No obstante lo señalado en los párrafos anteriores, la Entidad podrá en el momento del reconocimiento inicial designar un activo financiero de forma irrevocable como valorado al valor razonable con cambios en resultados si al hacerlo así elimina o reduce significativamente alguna incoherencia en la valoración o en el reconocimiento (a veces denominada «asimetría contable») que surgiría, de otro modo, si la valoración de los activos o pasivos o el reconocimiento de las pérdidas y ganancias de los mismos se hicieran sobre bases diferentes.

Cuando la Entidad cambie su modelo de negocio en lo que respecta a la gestión de los activos financieros, se reclasificarán todos los activos financieros de acuerdo con los modelos descritos con anterioridad.

Los activos financieros se clasifican en el balance de acuerdo con los siguientes criterios:

- i) Efectivo, saldos en efectivo en bancos centrales y otros depósitos a la vista: que incluye las monedas y billetes propiedad de la entidad y los saldos que cobrar a la vista, depositados en bancos centrales y entidades de crédito.
- ii) Activos financieros mantenidos para negociar: que incluye los activos financieros que se han adquirido con el objeto de realizarlos a corto plazo, son parte de una cartera de instrumentos financieros identificados y gestionados conjuntamente para la que se han realizado actuaciones recientes para la obtención de ganancias a corto plazo o son instrumentos derivados no designados como instrumentos de cobertura contable.
- iii) Activos financieros no destinados a negociación valorados obligatoriamente a valor razonable con cambios en resultados: que incluye los activos financieros que, estando gestionados en el marco de un modelo de negocio cuyo objetivo es mantener los activos financieros para obtener flujos de efectivo contractuales, los flujos de caja contractuales no representan únicamente la devolución del principal y los intereses, siendo estos últimos la compensación por el valor temporal del dinero y el riesgo de crédito del deudor.
- iv) Activos financieros designados a valor razonable con cambios en resultados: que incluye los activos financieros que, no formando parte de los Activos financieros mantenidos para negociar, tienen la consideración de activos financieros híbridos y están valorados íntegramente por su valor razonable y los que se gestionan conjuntamente con Pasivos por contratos de seguro valorados por su valor razonable o con derivados financieros que tienen por objeto y efecto reducir significativamente su exposición a variaciones en su valor razonable o que se gestionan conjuntamente con pasivos financieros y derivados al objeto de reducir significativamente la exposición global al riesgo de tipo de interés.



009104550

### CLASE 8.ª

Al 31 de diciembre de 2025 y 2024, la Caja no tiene activos financieros registrados en esta categoría.

- v) **Activos financieros a valor razonable con cambios en otro resultado global:** que corresponde a los valores representativos de deuda gestionados en el marco de un modelo de negocio cuyo objetivo se alcanza obteniendo flujos de efectivo contractuales y vendiendo activos financieros, y cuyos flujos de caja contractuales representan únicamente la devolución de su principal e intereses, siendo estos últimos la compensación por el valor temporal del dinero y el riesgo de crédito del deudor. Incluye, asimismo, los instrumentos de patrimonio de entidades que no son Dependientes, negocios conjuntos y asociadas para los que la Caja ha tomado, en el momento de su reconocimiento inicial, la decisión irrevocable de presentar los cambios posteriores del valor razonable en otro resultado global.
- vi) **Activos financieros a coste amortizado:** que incluye los activos financieros que, además de gestionarse en el marco de un modelo de negocio cuyo objetivo es mantener los activos financieros para obtener flujos de efectivo contractuales, tienen unos flujos de caja contractuales que representan únicamente la devolución de su principal e intereses, siendo estos últimos la compensación por el valor temporal del dinero y el riesgo de crédito del deudor.
- vii) **Ajustes a activos financieros por macro-coberturas:** que corresponde a la contrapartida de los importes abonados a la cuenta de pérdidas y ganancias con origen en la valoración de las carteras de instrumentos financieros que se encuentran eficazmente cubiertos del riesgo de tipo de interés mediante derivados de cobertura de valor razonable.
- viii) **Derivados de cobertura:** que incluye los derivados financieros adquiridos o emitidos por la Caja que cualifican para poder ser considerados de cobertura contable.
- ix) **Activos no corrientes y grupos enajenables de elementos que se han clasificado como mantenidos para la venta de carácter financiero:** que corresponde al valor en libros de las partidas individuales, integradas en un grupo de disposición o que forman parte de una unidad de negocio que se pretende enajenar (operaciones en interrupción) y cuya venta es altamente probable que tenga lugar, en las condiciones en las que tales activos se encuentran actualmente, en el plazo de un año a contar desde la fecha a la que se refieren las cuentas anuales. Por tanto, la recuperación del valor en libros de estas partidas de carácter financiero previsiblemente tendrá lugar a través del precio que se obtenga en su enajenación. Existen otros activos no corrientes en venta de carácter no financiero cuyo tratamiento contable se describe en la Nota 14.q.
- x) **Inversiones en dependientes, negocios conjuntos y asociadas:** que incluye los instrumentos de patrimonio emitidos por las entidades del grupo, multigrupo y asociadas de la Caja.
- xi) **Contratos de seguros vinculados a pensiones:** que corresponde a los derechos al reembolso exigibles a entidades aseguradoras de una parte o de la totalidad del desembolso requerido para cancelar una obligación por prestación definida cuando las pólizas de seguro no cumplen las condiciones para ser consideradas como un activo del Plan.



009104551

### CLASE 3.ª

#### *Valoración de activos financieros*

Todos los activos financieros se registran inicialmente por su valor razonable más en el caso de instrumentos financieros que no estén clasificados a valor razonable con cambios en resultados, los costes de transacción que sean directamente atribuibles a la adquisición o emisión de los instrumentos.

Las variaciones en el valor de los activos financieros con causa en el devengo de intereses y conceptos asimilados se registran en los capítulos "Ingresos por intereses", de la cuenta de pérdidas y ganancias del periodo.

Las variaciones en el valor de los activos que se produzcan con posterioridad al registro inicial por causas distintas de las mencionadas en el párrafo anterior se tratan en función de las categorías en las que se encuentran clasificados los activos financieros:

- i) Los activos financieros se valoran a su valor razonable excepto los activos financieros a coste amortizado, las participaciones en entidades dependientes, negocios conjuntos y asociadas.
- ii) Se entiende por valor razonable de un activo financiero en una fecha dada, el importe por el que podría ser entregado entre partes interesadas debidamente informadas, en una transacción realizada en condiciones de independencia mutua. La mejor evidencia del valor razonable es el precio de cotización en un mercado activo que corresponde a un mercado organizado, transparente y profundo.

Cuando no existe precio de mercado para un determinado activo financiero, se recurre para estimar su valor razonable al establecido en transacciones recientes de instrumentos análogos y, en su defecto, a modelos de valoración suficientemente contrastados. Asimismo, se tienen en cuenta las peculiaridades específicas del activo a valorar y, muy especialmente, los distintos tipos de riesgos que el activo financiero lleva asociados. No obstante, las propias limitaciones de los modelos de valoración desarrollados y las posibles inexactitudes en las asunciones exigidas por estos modelos pueden dar lugar a que el valor razonable así estimado de un activo financiero no coincida exactamente con el precio al que el mismo podría ser comprado o vendido en la fecha de su valoración.

- iii) El valor razonable de los derivados financieros con valor de cotización en un mercado activo es su precio de cotización diaria y si, por razones excepcionales, no se puede establecer su cotización en una fecha dada, se recurre para valorarlos a métodos similares a los utilizados para valorar los derivados financieros OTC.

El valor razonable de los derivados financieros OTC es la suma de los flujos de caja futuros con origen en el instrumento y descontados a la fecha de la valoración, utilizándose métodos de valoración reconocidos por los mercados financieros.

- iv) Los activos financieros a coste amortizado se valoran utilizando el método del tipo de interés efectivo. Por coste amortizado se entiende el coste de adquisición de un activo financiero



CLASE 8.ª



009104552

corregido por los reembolsos de principal y la parte imputada en la cuenta de pérdidas y ganancias, mediante la utilización del método del tipo de interés efectivo, de la diferencia entre el coste inicial y el correspondiente valor de reembolso al vencimiento y menos cualquier reducción de valor por deterioro reconocida directamente como una disminución del importe del activo o mediante una cuenta correctora de su valor. En el caso de que se encuentren cubiertas en operaciones de cobertura de valor razonable, se registran aquellas variaciones que se produzcan en su valor razonable relacionadas con el riesgo o con los riesgos cubiertos en dichas operaciones de cobertura.

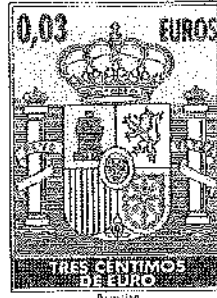
El tipo de interés efectivo es el tipo de actualización que iguala exactamente el valor de un instrumento financiero con los flujos de efectivo estimados a lo largo de la vida esperada del instrumento, a partir de sus condiciones contractuales, tal como opciones de amortización anticipada, pero sin considerar pérdidas por riesgo de crédito futuras. Para los instrumentos financieros a tipo de interés fijo, el tipo de interés efectivo coincide con el tipo de interés contractual establecido en el momento de su adquisición más, en su caso, las comisiones que, por su naturaleza, sean asimilables a un tipo de interés. En los instrumentos financieros a tipos de interés variable, el tipo de interés efectivo coincide con la tasa de rendimiento vigente por todos los conceptos hasta la primera revisión del tipo de interés de referencia que vaya a tener lugar.

- v) Las participaciones en el capital de otras entidades cuyo valor razonable no pueda determinarse de forma suficientemente objetiva y los derivados financieros que tengan como activo subyacente estos instrumentos y se liquiden mediante entrega de los mismos se mantienen a su coste de adquisición corregido, en su caso, por las pérdidas por deterioro que hayan experimentado.
- vi) Las participaciones en el capital de entidades dependientes, multigrupo y asociadas se registran por su coste de adquisición corregido, en su caso, por las pérdidas por deterioro que se hayan producido.

Las variaciones en el valor en libros de los activos financieros se registran, en general, con contrapartida en la cuenta de pérdidas y ganancias, diferenciándose entre las que tienen su origen en el devengo de intereses y conceptos asimilados, que se registran en el epígrafe de "Ingresos por intereses", y las que corresponden a otras causas, que se registran, por su importe neto, en como resultados de operaciones financieras.

No obstante, las variaciones del valor en libros de los instrumentos de deuda incluidos en el epígrafe de "Activos financieros a valor razonable con cambios en otro resultado global" se registran transitoriamente en el epígrafe "Otro resultado global acumulado del Patrimonio neto", salvo que procedan de diferencias de cambio o correspondan a pérdidas por deterioro de activos. Los importes incluidos en el epígrafe de "Otro resultado global acumulado" permanecen formando parte del patrimonio neto hasta que se produzca la baja en el balance del activo en el que tienen su origen, momento en el que se cancelan contra la cuenta de pérdidas y ganancias.

En relación, a las variaciones del valor en libros de los instrumentos de patrimonio incluidos en el epígrafe de "Activos financieros a valor razonable con cambios en otro resultado global" se registran



009104553

### CLASE 8.ª

directamente en el epígrafe “Otro resultado global acumulado” del patrimonio neto como elementos que no se reclasificarán en resultados.

En los activos financieros designados como partidas cubiertas y de cobertura contable, las diferencias de valoración se registran de acuerdo a lo indicado en la Nota 14.e) anterior.

#### g) Pasivos financieros

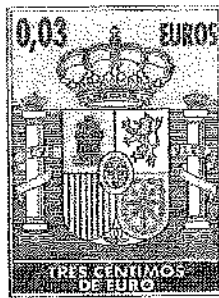
##### *Clasificación de pasivos financieros*

Los pasivos financieros se clasifican en el balance en las siguientes categorías:

- i) Pasivos financieros mantenidos para negociar: son aquellos que se gestionan con el objetivo de generar beneficios a través de operaciones de compras y ventas de estos instrumentos. Son parte de una cartera de instrumentos financieros identificados y gestionados conjuntamente para la que se han realizado actuaciones recientes para la obtención de ganancias a corto plazo, son instrumentos derivados no designados como instrumentos de cobertura contable o son originados por la venta en firme de activos financieros adquiridos temporalmente o recibidos en préstamo.
- ii) Pasivos financieros designados a valor razonable con cambios en resultados: Los pasivos financieros designados a valor razonable con cambios en resultados en el momento del reconocimiento inicial son aquellos designados como tales por la Caja de forma irrevocable, puesto que:
  - Con ello se eliminen o se reduzcan significativamente, incoherencias en el reconocimiento o valoración que surgirían por la valoración de activos o pasivos o por el reconocimiento de sus ganancias o pérdidas, con diferentes criterios.
  - Un grupo de pasivos financieros o de activos y pasivos financieros, se gestione y su rendimiento se evalúe sobre la base de su valor razonable de acuerdo con una estrategia de gestión del riesgo o de inversión documentada y se facilite información de dicho grupo también sobre la base del valor razonable al personal clave de la Dirección.

Al 31 de diciembre de 2025 y 2024, la Caja no tiene pasivos financieros registrados en esta categoría.

- iii) Pasivos financieros a coste amortizado: que corresponde a los pasivos financieros que no tienen cabida en los restantes capítulos del balance y que responden a las actividades típicas de captación de fondos de las entidades financieras, cualquiera que sea su forma de instrumentalización y su plazo de vencimiento.
- iv) Derivados de cobertura: que incluye los derivados financieros adquiridos o emitidos por la Caja que cualifican para poder ser considerados de cobertura contable.



009104554

CLASE 8.<sup>a</sup>

- v) Pasivos incluidos en grupos enajenables de elementos que se han clasificado como mantenidos para la venta: que corresponde a los saldos acreedores con origen en los Activos no corrientes en venta.

Al 31 de diciembre de 2025 y 2024 la Caja no tiene pasivos financieros registrados en esta categoría (véase Nota 25).

#### *Valoración de pasivos financieros*

Todos los pasivos financieros se registran inicialmente por su valor razonable más, en el caso de instrumentos financieros que no estén clasificados a valor razonable con cambios en resultados, los costes de transacción que sean directamente atribuibles a la adquisición o emisión de los instrumentos. Excepto en los derivados de negociación que no sean coberturas contables, todas las variaciones en el valor de los pasivos financieros con causa en el devengo de intereses y conceptos asimilados se registran en los capítulos "Ingresos por intereses" o "Gastos por intereses", de la cuenta de pérdidas y ganancias.

Las variaciones en las valoraciones que se produzcan con posterioridad al registro inicial por causas distintas de las mencionadas en el párrafo anterior se tratan en función de las categorías en las que se encuentran clasificados los pasivos financieros.

Los pasivos financieros valorados a coste amortizado se valoran con posterioridad al momento de su reconocimiento inicial por su coste amortizado, determinado utilizando el método del tipo de interés efectivo.

Los pasivos financieros incluidos en los epígrafes de "Pasivos financieros mantenidos para negociar" y "Pasivos financieros designados a valor razonable con cambios en resultados" se valoran, con posterioridad a su reconocimiento inicial por su valor razonable. Las plusvalías y minusvalías obtenidas con posterioridad al momento de su adquisición se registran en la cuenta de pérdidas y ganancias del ejercicio en que estas se producen, excepto el importe del cambio en el valor razonable de pasivos financieros designados bajo la opción de valor razonable atribuidos a cambios en el propio riesgo de crédito, que se registran directamente en el patrimonio neto.

Los pasivos financieros cubiertos en operaciones de cobertura de valor razonable, se ajustan de acuerdo a lo indicado en la Nota 14.e) anterior.

Las variaciones en el valor en libros de los pasivos financieros se registran, en general, con contrapartida en la cuenta de pérdidas y ganancias, diferenciándose entre las que tienen su origen en el devengo de intereses y conceptos asimilados, que se registran en el epígrafe de "Gastos por intereses", y las que corresponden a otras causas, que se registran, por su importe neto como resultados de operaciones financieras.

- h) Transferencias y baja del balance de instrumentos financieros

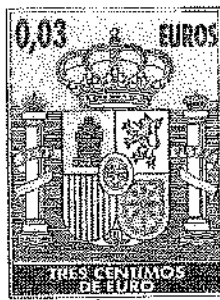


009104555

### CLASE 8.ª

Las transferencias de instrumentos financieros se contabilizan teniendo en cuenta la forma en que se produce el traspaso de los riesgos y beneficios asociados a los instrumentos financieros transferidos, sobre la base de los criterios siguientes:

- ✓ Si los riesgos y beneficios se traspasan sustancialmente a terceros, como en las ventas incondicionales, las ventas con pacto de recompra por su valor razonable en la fecha de la recompra, las ventas de activos financieros con una opción de compra adquirida o de venta emitida profundamente fuera de dinero, las titulizaciones de activos en que las que el cedente no retiene financiaciones subordinadas ni concede ningún tipo de mejora crediticia a los nuevos titulares, etc., el instrumento financiero transferido se da de baja del balance, reconociéndose, simultáneamente, cualquier derecho u obligación retenido o creado como consecuencia de la transferencia.
- ✓ Si se retienen sustancialmente los riesgos y beneficios asociados al instrumento financiero transferido, como en las ventas de activos financieros con pacto de recompra por un precio fijo o por el precio de venta más un interés, los contratos de préstamo de valores en los que el prestatario tiene la obligación de devolver los mismos o similares activos, etc., el instrumento financiero transferido no se da de baja del balance y se continúa valorándolo con los mismos criterios utilizados antes de la transferencia. No obstante, se reconocen contablemente el pasivo financiero asociado por un importe igual al de la contraprestación recibida, que se valora posteriormente a su coste amortizado, los ingresos del activo financiero transferido, pero no dado de baja y los gastos del nuevo pasivo financiero.
- ✓ Si ni se transfieren ni se retienen sustancialmente los riesgos y beneficios asociados al instrumento financiero transferido, como en las ventas de activos financieros con una opción de compra adquirida o de venta emitida que no están profundamente dentro ni fuera de dinero, las titulizaciones en las que el cedente asume una financiación subordinada u otro tipo de mejoras crediticias por una parte del activo transferido, etc., se distingue entre:
  - Si la Caja no retiene el control del instrumento financiero transferido, en cuyo caso se da de baja del balance y se reconoce cualquier derecho u obligación retenido o creado como consecuencia de la transferencia.
  - Si la Caja retiene el control del instrumento financiero transferido, en cuyo caso continúa reconociéndolo en el balance por un importe igual a su exposición a los cambios de valor que pueda experimentar y se reconoce un pasivo financiero asociado por un importe igual a la contraprestación recibida. Dicho pasivo se valorará posteriormente por su coste amortizado, salvo que cumpla los requisitos para clasificarse como pasivos financieros a valor razonable con cambios en pérdidas y ganancias. Por no constituir una obligación actual, al calcular el importe de este pasivo financiero, se deducirá, el importe de los instrumentos financieros (tales como bonos de titulización y préstamos) de su propiedad que constituyan una financiación para la Caja a la que se hayan transferido los activos financieros, en la medida en que dichos instrumentos financien específicamente a los activos transferidos. El importe neto del activo transferido y del pasivo asociado será el



009104556

CLASE 8.ª

coste amortizado de los derechos y obligaciones retenidos, si el activo transferido se mide por su coste amortizado, o el valor razonable de los derechos y obligaciones retenidos, si el activo transferido se mide por su valor razonable.

Por tanto, los activos financieros solo se dan de baja del balance cuando se han extinguido los flujos de efectivo que generan o cuando se han transferido sustancialmente a terceros los riesgos y beneficios que llevan implícitos. Similarmente, los pasivos financieros solo se dan de baja del balance cuando se han extinguido las obligaciones que generan o cuando se adquieren con la intención de cancelarlos o de recolocarlos de nuevo.

No obstante, la Caja no ha reconocido, a menos que deban recogerse como resultado de una transacción o acontecimiento posterior, los activos y pasivos financieros por transacciones producidas antes del 1 de enero de 2004, diferentes de los instrumentos derivados, dados de baja del balance como consecuencia de la anterior normativa aplicable. En concreto, la Caja no mantenía al 31 de diciembre de 2025 y 2024 activos titulizados y dados de baja del balance antes del 1 de enero de 2004 como consecuencia de la anterior normativa aplicable (Nota 50).

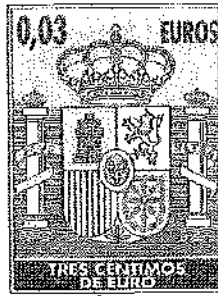
i) Deterioro del valor de los activos financieros

La Circular 4/2017 requiere que la estimación del deterioro de valor de los activos financieros se realice a través de modelos de “pérdida esperada” frente a los modelos de “pérdida incurrida” de la anterior Circular 4/2004, de Banco de España.

El modelo de deterioro de “pérdida esperada” se aplica a los activos financieros valorados a coste amortizado, a los instrumentos de deuda valorados a valor razonable con cambios en otro resultado global y a los contratos de garantías financieras y compromisos de préstamo unilateralmente revocables por la Caja.

De acuerdo con la Circular 4/2017, la Caja realiza una estimación de las pérdidas crediticias esperadas en doce meses para las operaciones clasificadas como riesgo normal y riesgo normal en vigilancia especial.

Asimismo, para las operaciones clasificadas como riesgo dudoso la Caja realiza una estimación de las pérdidas crediticias, entendidas como la diferencia entre el importe del riesgo y el valor actual de los flujos de efectivo futuros estimados. Las estimaciones de los cambios en los flujos de efectivo futuros reflejarán de forma coherente los indicios de pérdidas derivados de la evolución, período a período, de los datos observables. En particular, dichas estimaciones tendrán en cuenta la evolución de los pagos y otros factores que sean indicativos de la existencia y magnitud de pérdidas en que se ha incurrido en el grupo homogéneo de riesgo, como, por ejemplo, cambios en las tasas de desempleo y en los precios de las garantías inmobiliarias. Entre estos flujos se deberán considerar tanto las recuperaciones futuras estimadas como posibles incrementos del principal dispuesto y gastos asociados al proceso de recuperación de cada operación.



009104557

### CLASE 8.ª

El valor en libros de los instrumentos se corrige, en general, con cargo a la cuenta de pérdidas y ganancias, si bien las pérdidas por deterioro en los instrumentos de deuda a coste amortizado se reconocerán contra una cuenta correctora que reduzca el importe en libros del activo, mientras que las de aquellos a valor razonable con cambios en otro resultado global se reconocerán contra "Otro resultado global acumulado" en el patrimonio neto.

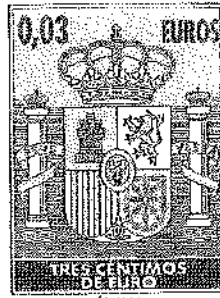
Como norma general, la corrección del valor en libros de los instrumentos financieros por deterioro se efectúa con cargo a la cuenta de pérdidas y ganancias del periodo en el que tal deterioro se manifiesta y la recuperación de las pérdidas por deterioro previamente registradas, en caso de producirse, se reconoce en la cuenta de pérdidas y ganancias del periodo en el que el deterioro se elimina o se reduce. En el caso de que se considere remota la recuperación de cualquier importe por deterioro registrado, éste se elimina del balance, aunque la Caja pueda llevar a cabo las actuaciones necesarias para intentar conseguir su cobro hasta tanto no se hayan extinguido definitivamente sus derechos por prescripción, condonación u otras causas.

En el caso de los instrumentos de deuda valorados por su coste amortizado, el importe de las pérdidas por deterioro esperadas es igual a la diferencia negativa entre su valor en libros y el valor actual de sus flujos de efectivo futuros estimados, descontados al tipo de interés efectivo de la operación. En el caso de instrumentos de deuda cotizados se puede utilizar, como sustituto del valor actual de los flujos de efectivo futuros, su valor de mercado siempre que éste sea suficientemente fiable como para considerarlo representativo del valor que pudiera recuperar la Caja.

Los flujos de efectivo futuros estimados de un instrumento de deuda son todos los importes, principal e intereses, que la Caja estima que obtendrá durante la vida del instrumento. En dicha estimación se considera toda la información relevante que se encuentra disponible en la fecha de elaboración de los estados financieros, que proporcione datos sobre la posibilidad de cobro futuro de los flujos de efectivo contractuales. Asimismo, en la estimación de los flujos de efectivo futuros de instrumentos que cuenten con garantías reales, se tienen en cuenta los flujos que se obtendrían de su realización, menos el importe de los costes necesarios para su obtención y posterior venta, con independencia de la probabilidad de la ejecución de la garantía.

En el cálculo del valor actual de los flujos de efectivo futuros estimados se utiliza como tipo de actualización el tipo de interés efectivo original del instrumento, si su tipo contractual es fijo, o el tipo de interés efectivo a la fecha a que se refieran los estados financieros determinado de acuerdo con las condiciones del contrato, cuando sea variable.

Las carteras de instrumentos de deuda, garantías concedidas y compromisos contingentes, cualquiera que sea su titular, instrumentación o garantía, se analizan para determinar el riesgo de crédito al que está expuesta la Caja y estimar las necesidades de cobertura por deterioro de su valor. Para la confección de los estados financieros, la Caja clasifica sus operaciones en función de su riesgo de crédito analizando, por separado, el riesgo de insolvencia imputable al cliente y el riesgo-país al que, en su caso, estén expuestas.



009104558

CLASE 8.ª

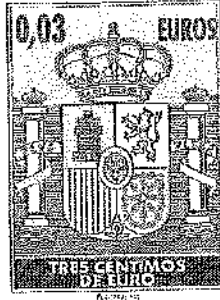
El deterioro de valor se determinará individualmente para todos los instrumentos de deuda que sean significativos, e individual o colectivamente para los grupos de instrumentos de deuda que no sean individualmente significativos. Cuando un instrumento concreto no se pueda incluir en ningún grupo de activos con características de riesgo similares, se analizará exclusivamente de forma individual para determinar si está deteriorado y, en su caso, para estimar la pérdida por deterioro.

La evaluación global de un grupo de activos financieros para estimar sus pérdidas por deterioro se realiza de la siguiente forma:

- i) Los instrumentos de deuda se incluyen en grupos que tengan características de riesgo de crédito similares, indicativas de la capacidad de los deudores para pagar todos los importes, principal e intereses, de acuerdo con las condiciones contractuales. Las características de riesgo de crédito que se consideran para agrupar a los activos son, entre otras, el tipo de instrumento, el sector de actividad del deudor, el área geográfica de la actividad, el tipo de garantía, la antigüedad de los importes vencidos y cualquier otro factor que sea relevante para la estimación de los flujos de efectivo futuros.
- ii) Los flujos de efectivo futuros de cada grupo de instrumentos de deuda se estiman sobre la base de la experiencia de pérdidas históricas de la Caja para instrumentos con características de riesgo de crédito similares a las del respectivo grupo, una vez realizados los ajustes necesarios para adaptar los datos históricos a las condiciones actuales del mercado, así como predicciones sobre condiciones futuras.
- iii) La pérdida por deterioro de cada grupo es la diferencia entre el valor en libros de todos los instrumentos de deuda del grupo y el valor actual de sus flujos de efectivo futuros estimados.

Los instrumentos de deuda no valorados por su valor razonable con cambios en la cuenta de pérdidas y ganancias, las garantías concedidas y los compromisos contingentes concedidos se clasifican, en función del riesgo de insolvencia imputable al cliente o a la operación, en las siguientes categorías: riesgo normal, riesgo dudoso por razón de la morosidad del cliente, riesgo dudoso por razones distintas de la morosidad del titular y riesgo fallido. Dentro de las operaciones de riesgo normal se identifican aquellas operaciones que merezcan una vigilancia especial debido a que, sin que cumplan los criterios para clasificarlas individualmente como riesgo dudoso o fallido, presentan debilidades que pueden suponer asumir pérdidas superiores a las de otras operaciones similares clasificadas como riesgo normal.

Para los instrumentos de deuda no clasificados como riesgo normal se estiman, sobre la base de la experiencia de la Caja y del sector, las pérdidas esperadas por deterioro, teniendo en cuenta la antigüedad de los importes impagados, las garantías aportadas y la situación económica del cliente y, en su caso, de los garantes. Dicha estimación se realiza, en general, sobre la base de calendarios de morosidad elaborados a partir de la experiencia de la Caja y de la información que tiene del sector.



009104559

### CLASE 8.ª

Similarmente, los instrumentos de deuda no valorados por su valor razonable con cambios en la cuenta de pérdidas y ganancias y las garantías concedidas, cualquiera que sea el cliente, se analizan para determinar su riesgo de crédito por razón de riesgo-país. Se entiende por riesgo-país el riesgo que concurre en los clientes residentes en un determinado país por circunstancias distintas del riesgo comercial habitual.

Adicionalmente, la Caja cubre las pérdidas esperadas de los instrumentos de deuda no valorados por su valor razonable con cambios en resultados y de las garantías financieras concedidas y compromisos contingentes concedidos clasificados como riesgo normal. Dicha cobertura, se realiza teniendo en cuenta el importe recuperable de las garantías reales eficaces de cada operación clasificada como riesgo normal, así como la experiencia histórica de deterioro, las predicciones sobre condiciones futuras y las demás circunstancias conocidas en el momento de la evaluación y corresponden a las pérdidas inherentes incurridas a la fecha de los estados financieros, calculadas con procedimientos estadísticos. Para los riesgos normales en vigilancia especial la Caja calcula de forma separada la pérdida esperada, correspondiéndoles una cobertura superior como consecuencia de su mayor riesgo.

En este sentido, la Caja ha utilizado, dado que no dispone de suficiente experiencia histórica y estadística propia al respecto, los parámetros establecidos por Banco de España, sobre la base de su experiencia y de la información que tiene del sector, que determinan el método a utilizar para la cobertura de las pérdidas por deterioro esperadas en los instrumentos de deuda y garantías concedidas clasificados como riesgo normal, que se modifican periódicamente de acuerdo con la evolución de los datos mencionados. Dicho método de determinación de la cobertura de las pérdidas por deterioro esperadas en los instrumentos de deuda no valorados por su valor razonable con cambios en pérdidas y ganancias y en las garantías concedidas clasificadas como normales se realiza mediante la aplicación de unos porcentajes sobre el importe del riesgo no cubierto por el importe a recuperar de las garantías reales eficaces. Los mencionados porcentajes varían en función del segmento de riesgo al que pertenecen dichos instrumentos de deuda y garantías concedidas dentro del riesgo normal o normal en vigilancia especial, en función de su titularidad y finalidad.

El importe de las pérdidas por deterioro esperadas en valores representativos de deuda incluidos en el epígrafe de "Activos financieros a valor razonable con cambios en otro resultado global" es igual a la diferencia positiva entre su coste de adquisición, neto de cualquier amortización de principal, y su valor razonable menos cualquier pérdida por deterioro previamente reconocida en la cuenta de pérdidas y ganancias.

Cuando existen evidencias objetivas de que el descenso en el valor razonable se debe a su deterioro, las minusvalías latentes reconocidas directamente en el epígrafe de "Otro resultado global acumulado" del patrimonio neto se registran inmediatamente en la cuenta de pérdidas y ganancias. Si con posterioridad se recuperan todas o parte de las pérdidas por deterioro, su importe se reconoce en la cuenta de pérdidas y ganancias del periodo de recuperación.

En el caso de las participaciones en entidades dependientes, multigrupo y asociadas, la Caja estima el importe de las pérdidas por deterioro comparando su importe recuperable con su valor en libros. Dichas pérdidas por deterioro se registran en la cuenta de pérdidas y ganancias del periodo en el que



009104560

CLASE 0.ª

se producen y las recuperaciones posteriores se registran en la cuenta de pérdidas y ganancias del período de recuperación.

j) Valoración de las cuentas en moneda extranjera

La moneda funcional de la Caja es el Euro. En consecuencia, todos los saldos y transacciones denominados en monedas diferentes al Euro se consideran denominados en moneda extranjera. El contravalor en euros de los activos y pasivos totales en moneda extranjera mantenidos por la Caja al 31 de diciembre de 2025 y 2024 es el siguiente:

	Miles de euros			
	2025		2024	
	Activos	Pasivos	Activos	Pasivos
Dólares USA	45.863	45.804	24.983	24.940
Libras esterlinas	315	280	312	265
Otras monedas	6.358	6.358	1.338	1.338
	<u>52.536</u>	<u>52.442</u>	<u>26.633</u>	<u>26.543</u>

El contravalor en euros de los activos y pasivos en moneda extranjera, clasificados por su naturaleza, mantenidos por la Caja al 31 de diciembre de 2025 y 2024 es el siguiente:

	Miles de euros			
	2025		2024	
	Activos	Pasivos	Activos	Pasivos
Efectivo, saldos en efectivo en bancos centrales y otros depósitos a la vista	18.288	-	2.534	-
Activos financieros a coste amortizado	34.248	-	24.099	-
Préstamos y anticipos a entidades de crédito	18.744	-	13.805	-
Préstamos y anticipos a la clientela	15.504	-	10.294	-
Pasivos financieros a coste amortizado	-	52.300	-	26.426
Depósitos de entidades de crédito	-	15.549	-	10.201
Depósitos de la clientela	-	36.751	-	16.225
Provisiones	-	142	-	117
	<u>52.536</u>	<u>52.442</u>	<u>26.633</u>	<u>26.543</u>



009104561

### CLASE 8.ª

En el reconocimiento inicial, los saldos deudores y acreedores denominados en moneda extranjera se convierten a la moneda funcional utilizando el tipo de cambio de contado de la fecha de reconocimiento, entendido como el tipo de cambio para entrega inmediata. Con posterioridad al reconocimiento inicial, se aplican las siguientes reglas para la conversión de saldos denominados en moneda extranjera a la moneda funcional:

- i) Los activos y pasivos de carácter monetario se convierten al tipo de cambio de cierre, entendido como el tipo de cambio medio de contado de la fecha a que se refieren los estados financieros.
- ii) Las partidas no monetarias valoradas al coste histórico, se convierten al tipo de cambio de la fecha de adquisición.
- iii) Las partidas no monetarias valoradas al valor razonable, se convierten al tipo de cambio de la fecha en que se determina el valor razonable.
- iv) Los ingresos y gastos se convierten aplicando el tipo de cambio de la fecha de la operación. No obstante, se utiliza un tipo de cambio medio del periodo para todas las operaciones realizadas en el mismo, salvo que haya sufrido variaciones significativas. Las amortizaciones se convierten al tipo de cambio aplicado al correspondiente activo.

Las diferencias de cambio surgidas en la conversión de los saldos deudores y acreedores denominados en moneda extranjera se registran, en general, en la cuenta de pérdidas y ganancias. No obstante, en el caso de las diferencias de cambio que surgen en partidas no monetarias valoradas por su valor razonable cuyo ajuste a dicho valor razonable se imputa en el epígrafe de "Otro resultado global acumulado" del patrimonio neto, se desglosa el componente de tipo de cambio de la revalorización del elemento no monetario.

#### k) Reconocimiento de ingresos y gastos

Los ingresos y gastos por intereses y conceptos asimilables a ellos se registran contablemente, en general, en función de su periodo de devengo y por aplicación del método del tipo de interés efectivo. Los dividendos percibidos de otras entidades se reconocen como ingreso en el momento en que nace el derecho a percibirlos.

Las comisiones pagadas o cobradas por servicios financieros, con independencia de la denominación que reciban contractualmente, se clasifican en las siguientes categorías, que determinan su imputación en la cuenta de pérdidas y ganancias:

- i) Comisiones financieras que son aquéllas que forman parte integral del rendimiento o coste efectivo de una operación financiera y se imputan a la cuenta de pérdidas y ganancias a lo largo de la vida esperada de la operación como un ajuste al coste o rendimiento efectivo de la misma.



009104562

### CLASE 8.ª

- ii) Comisiones no financieras que son aquéllas derivadas de las prestaciones de servicios y pueden surgir en la ejecución de un servicio que se realiza durante un período de tiempo y en la prestación de un servicio que se ejecuta en un acto singular.

Los ingresos y gastos en concepto de comisiones y honorarios asimilados se registran en la cuenta de pérdidas y ganancias, en general, de acuerdo a los siguientes criterios:

- i) Los vinculados a activos y pasivos financieros valorados a valor razonable con cambios en pérdidas y ganancias se registran en el momento de su cobro.
- ii) Los que corresponden a transacciones o servicios que se realizan durante un período de tiempo se registran durante el período de tales transacciones o servicios.
- iii) Los que corresponden a una transacción o servicio que se ejecuta en un acto singular se registran cuando se produce el acto que los origina.

Los ingresos y gastos no financieros se registran contablemente en función de principio del devengo. Los cobros y pagos diferidos en el tiempo se registran contablemente por el importe resultante de actualizar financieramente los flujos de efectivo previstos a tasas de mercado.

#### *Devengo de intereses en las operaciones clasificadas como riesgo dudoso*

Conforme a la Circular 4/2017, en los riesgos dudosos, distintos de los comprados u originados con deterioro crediticio, los intereses que se reconocerán en la cuenta de pérdidas y ganancias serán el resultado de aplicar el tipo de interés efectivo sobre su coste amortizado; esto es, ajustado por cualquier corrección de valor por pérdidas por deterioro.

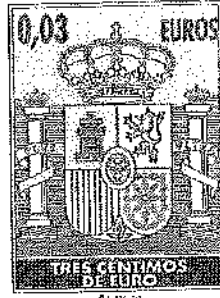
#### l) Permutas de activos

Las permutas de activos materiales e intangibles son las adquisiciones de activos de esa naturaleza a cambio de la entrega de otros activos no monetarios o una combinación de activos monetarios y no monetarios, salvo los activos adjudicados que se tratan de acuerdo con lo preceptuado para los activos no corrientes en venta.

El activo recibido en una permuta de activos se reconoce por el valor razonable del activo entregado más, si procede, las contrapartidas monetarias entregadas a cambio, salvo que se tenga una evidencia más clara del valor razonable del activo recibido.

#### m) Garantías financieras

Un contrato de garantía financiera es un contrato que exige que el emisor efectúe pagos específicos para reembolsar al acreedor por la pérdida en la que incurre cuando un deudor específico incumpla su obligación de pago de acuerdo con las condiciones, originales o modificadas, de un instrumento de



009104563

## CLASE 8.ª

deuda, con independencia de su forma jurídica, que puede ser, entre otras, la de fianza, aval financiero, contrato de seguro o derivado de crédito.

La entidad emisora de contratos de garantía financiera los reconoce en la partida de "Otros pasivos financieros" por su valor razonable más los costes de la transacción que sean directamente atribuibles a su emisión, salvo que se trate de contratos emitidos por entidades aseguradoras.

En el inicio, salvo evidencia en contrario, el valor razonable de los contratos de garantía financiera emitidos a favor de un tercero no vinculado dentro de una transacción aislada en condiciones de independencia mutua es la prima recibida más, en su caso, el valor actual de los flujos de efectivo a recibir, utilizando un tipo de interés similar al de activos financieros concedidos por la Caja con similar plazo y riesgo. Simultáneamente, se reconocerá como un crédito en el activo el valor actual de los flujos de efectivo futuros pendientes de recibir utilizando el tipo de interés anteriormente citado.

Con posterioridad al reconocimiento inicial, los contratos se tratan de acuerdo con los siguientes criterios:

- i) El valor de las comisiones o primas a recibir por garantías financieras se actualiza registrando las diferencias en la cuenta de pérdidas y ganancias como un ingreso financiero.
- ii) El valor de los contratos de garantía financiera que no se hayan calificado como dudosos es el importe inicialmente reconocido en el pasivo menos la parte imputada a la cuenta de pérdidas y ganancias linealmente a lo largo de la vida esperada de la garantía o con otro criterio, siempre que este refleje más adecuadamente la percepción de los beneficios y riesgos económicos de la garantía.

La clasificación como dudoso de un contrato de garantía financiera implicará su reclasificación al epígrafe de "Provisiones – Compromisos y garantías concedidos", que se valorará aplicando lo indicado en la Nota 14.p.

En el caso de que sea necesario constituir una provisión por las garantías financieras, las comisiones pendientes de devengo, que se registran en el epígrafe "Otros pasivos" del pasivo del balance, se reclasifican a la correspondiente provisión.

### n) Gastos de personal y retribuciones post-empleo

#### Retribuciones a corto plazo

Las retribuciones a corto plazo a empleados son remuneraciones cuyo pago se atiende antes de los doce meses siguientes al cierre del ejercicio en el cual los empleados han prestado sus servicios. Estas remuneraciones se valoran, sin actualizar, por el importe que se ha de pagar por los servicios recibidos, registrándose, con carácter general, como gastos de personal del ejercicio y como una cuenta de periodificación de pasivo, por la diferencia entre el gasto total y el importe ya satisfecho.



009104564

CLASE 8.ª

### Retribuciones post-empleo

Se consideran retribuciones post-empleo (o compromisos por pensiones) las remuneraciones a los empleados que se liquidan tras la terminación de su periodo de empleo. Las retribuciones post-empleo, incluso las cubiertas con fondos internos o externos de pensiones se clasifican como planes de prestación definida o planes de aportación definida, en función de las condiciones de dichas obligaciones, teniendo en cuenta todos los compromisos asumidos.

En los planes de prestación definida la obligación de la Caja consiste en garantizar las prestaciones acordadas a los empleados actuales y anteriores. El coste para alcanzar la prestación acordada no está determinado en el compromiso y es asumido por la Caja.

En los planes de aportación definida, la obligación de la Caja se limita a realizar las contribuciones acordadas independientemente de la prestación que se alcance a la fecha en que acaezca la contingencia. La prestación estará determinada por las contribuciones realizadas por la Caja (las aportaciones del propio empleado, en su caso) y los rendimientos obtenidos por las inversiones donde se materializan los fondos aportados.

- Plan de aportación definida

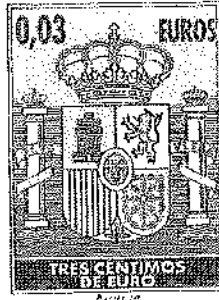
La Caja reconoce las contribuciones a estos planes registrándose el gasto en el epígrafe de "Gastos de personal" de las cuentas de pérdidas y ganancias.

- Plan de prestación definida

La Caja registra en el epígrafe "Provisiones - Pensiones y otras obligaciones de prestaciones definidas post-empleo" del pasivo del balance (o en el activo, en el epígrafe "Otros activos - Resto de los otros activos", dependiendo del signo de la diferencia y siempre y cuando se cumplan las condiciones establecidas en la normativa vigente) el valor actual de los compromisos por pensiones de prestación definida, netos, según se explica a continuación, del valor razonable de los activos que sean considerados activos afectos al plan.

Se consideran "Activos afectos al Plan" aquellos vinculados con un determinado compromiso de prestación definida con los cuales se liquidarán directamente estas obligaciones y que reúnen las siguientes condiciones:

- No son propiedad de la Caja, sino de un tercero separado legalmente y sin el carácter de parte vinculada a la Caja,
- Sólo están disponibles para pagar o financiar retribuciones post-empleo de los empleados y
- No pueden retornar a la Caja, salvo cuando los activos que quedan en dicho plan son suficientes para cumplir todas las obligaciones del plan o de la Caja relacionados con las prestaciones de los



009104565

CLASE 8.ª

empleados actuales o pasados o para rembolsar las prestaciones de los empleados ya pagadas por la Caja.

En el caso que los compromisos estén exteriorizados a través de pólizas de seguros consideradas "Activos del Plan", siempre que los flujos de dichas pólizas se correspondan exactamente, tanto en el importe como en el calendario de pagos, con alguna o todas las prestaciones pagaderas dentro del Plan, se considerará que el valor razonable de estas pólizas es igual al valor actual de las obligaciones de pago convexas.

El "Coste de los servicios pasados", que tiene su origen en modificaciones introducidas en las retribuciones post-empleo ya existentes o en la introducción de nuevas prestaciones, se reconoce en la cuenta de pérdidas y ganancias, linealmente en el intervalo de tiempo comprendido entre:

- a) La fecha a partir de la cual el servicio prestado le da derecho a recibir la prestación según el plan, con independencia de que las prestaciones estén condicionadas a los servicios futuros.
- b) La fecha en la que los servicios posteriores a prestar no le generan derecho a recibir importes adicionales significativos de la prestación según el plan, salvo por causa de los eventuales incrementos de salarios en el futuro.

En el ejercicio 2013, la Circular 4/2004 del Banco de España se modificó mediante la Circular 5/2013, en lo relativo a las Retribuciones a los empleados. Dicha modificación supuso un cambio en el tratamiento contable de los planes de prestación definida, debiéndose registrar todas las ganancias y pérdidas actuariales inmediatamente en el patrimonio neto, así como en Elementos que no se reclasificarán en resultados, dentro del Estado de ingresos y gastos reconocidos de la Entidad. Por otro lado, el coste por intereses y el retorno esperado de los activos de los planes de prestación definida fueron sustituidos en la norma modificada por una cantidad neta por intereses, calculada aplicando el tipo de interés utilizado en la estimación del valor actual de la obligación al inicio del ejercicio al pasivo (o activo) por el compromiso. Por último, las modificaciones también supusieron cambios en la presentación de los componentes del coste en la cuenta de pérdidas y ganancias. Al 31 de diciembre de 2025 y 2024, las pérdidas y ganancias actuariales reconocidas en el epígrafe de "Otro resultado global acumulado" del patrimonio neto ascienden a unas ganancias netas de 7.760 y 7.795 miles de euros, respectivamente (Nota 33).

La Entidad calcula el valor actual de sus obligaciones legales e implícitas de su plan de prestación definida a la fecha de los estados financieros. La cifra así obtenida se registra como una provisión (activo) para fondos de pensiones de prestación definida.

La Entidad considera activos del plan aquellos que cumplen las siguientes características:

- Son propiedad de un tercero separado legalmente que no sea parte vinculada.
- Están disponibles exclusivamente para pagar o financiar los compromisos con los empleados.



009104566

### CLASE 8.ª

- No se pueden retornar a la Entidad salvo cuando hayan sido liquidados los compromisos con los empleados o para satisfacer a la Entidad de prestaciones satisfechas previamente por ella.
- No son instrumentos intransferibles emitidos por la Entidad.

Los cambios en la provisión registrada se reconocerán:

- En la cuenta de pérdidas y ganancias: el coste de los servicios del periodo corriente, el interés neto de la provisión (activo) del coste por intereses, el coste de los servicios pasados, así como la ganancia o pérdida en el momento de liquidación.
- En el estado de cambios en el patrimonio neto: las nuevas valoraciones de la provisión (activo), consecuencia de las ganancias o pérdidas actuariales, del rendimiento de los activos del plan que no se hayan incluido en el interés neto sobre la provisión (activo), así como las variaciones en el valor actual del activo consecuencia de cambios en el valor actual de los flujos disponibles para la Entidad, que no estén incluidos en el interés neto sobre la provisión (activo). Los importes reconocidos en el estado de cambios en el patrimonio neto no se reclasificarán a la cuenta de pérdidas y ganancias en un ejercicio posterior.

#### Otras retribuciones a largo plazo a favor de los empleados

Los compromisos asumidos con el personal prejubilado, los premios de antigüedad, los compromisos por viudedad e invalidez anteriores a la jubilación que dependan de la antigüedad del empleado en la Caja, y otros conceptos similares se tratan contablemente, en lo aplicable, según lo establecido para los planes post-empleo de prestaciones definidas, con la salvedad de que las pérdidas y ganancias actuariales se reconocen de forma inmediata en la cuenta de pérdidas y ganancias.

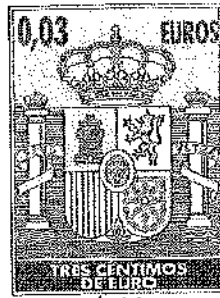
#### Compromisos por pensiones contraídos por la Caja

Los compromisos por pensiones contraídos por la Caja, correspondientes al personal que presta sus servicios en la misma, se encuentran recogidos en los Convenios Colectivos que corresponden a cada colectivo y en los correspondientes acuerdos del Consejo Rector (ver detalle en Nota 32).

#### ii) Impuesto sobre beneficios

El Impuesto sobre Sociedades se considera como un gasto y se registra en el epígrafe "Gastos o ingresos por impuestos sobre las ganancias de las actividades continuadas" de la cuenta de pérdidas y ganancias.

El gasto del mencionado epígrafe viene determinado por el impuesto a pagar calculado respecto a la base imponible del ejercicio, una vez consideradas las variaciones durante dicho ejercicio derivadas de las diferencias temporarias, de los créditos por deducciones y bonificaciones y de bases imponibles negativas. La base imponible del ejercicio puede diferir del resultado neto del ejercicio presentado en



009104567

#### CLASE 8.ª

la cuenta de pérdidas y ganancias ya que excluye las partidas de ingresos o gastos que son gravables o deducibles en otros ejercicios y las partidas que nunca lo son.

Los activos y pasivos por impuestos diferidos corresponden a aquellos impuestos que se prevén pagaderos o recuperables en las diferencias entre los importes en libros de los activos y pasivos en los estados financieros y las bases imponibles correspondientes, se contabilizan utilizando el método del pasivo en el balance y se cuantifican aplicando a la diferencia temporal o crédito que corresponda el tipo de gravamen al que se espera recuperar o liquidar.

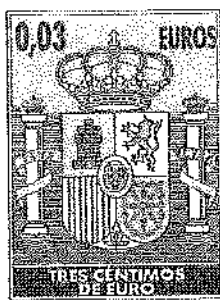
Un activo por impuesto diferido, tal como un impuesto anticipado, un crédito por deducciones y bonificaciones y un crédito por bases imponibles negativas, se reconoce siempre que sea probable que la Caja obtenga en el futuro suficientes ganancias fiscales contra las que pueda hacerlo efectivo. Se considera probable que la Caja obtendrá en el futuro suficientes ganancias fiscales, entre otros supuestos, cuando:

- i) Existen pasivos por impuestos diferidos cancelables en el mismo ejercicio que el de la realización del activo por impuesto diferido o en otro posterior en el que pueda compensar la base imponible negativa existente o producida por el importe anticipado.
- ii) Las bases imponibles negativas han sido producidas por causas identificadas que es improbable que se repitan.

No obstante, lo anterior, sólo se reconoce el activo por impuesto diferido que surge en el registro contable de inversiones en Entidades dependientes, multigrupo o asociadas y, cuando es probable que se vaya a realizar en un futuro previsible y/o se espera disponer de suficientes ganancias fiscales en el futuro contra las que se podrá hacer efectivo el mismo. Tampoco se reconoce cuando inicialmente se registra un elemento patrimonial, que no sea una combinación de negocios, que en el momento del reconocimiento no haya afectado al resultado contable ni al fiscal.

Los pasivos por impuestos diferidos se contabilizan siempre, si la Caja es capaz de controlar el momento de reversión de la diferencia temporal y, además, es probable que ésta no revierta en un futuro previsible. Tampoco se reconoce un pasivo por impuesto diferido cuando inicialmente se registra un elemento patrimonial, que no sea una combinación de negocios, que en el momento del reconocimiento no haya afectado al resultado contable ni al fiscal.

En cada cierre contable se revisan los impuestos diferidos registrados, tanto activos como pasivos, con el objeto de comprobar que se mantienen vigentes y efectuándose las oportunas correcciones en los mismos.



009104568

**CLASE 8.º****o) Activos tangibles**

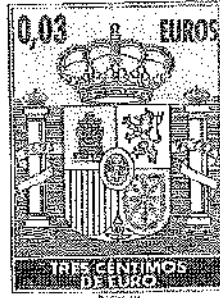
El inmovilizado material de uso propio corresponde al activo tangible que se estima que se le dará un uso continuado por la Caja y el inmovilizado material que se adquiere por un arrendamiento financiero. Se valora a su coste de adquisición menos su correspondiente amortización acumulada y, en su caso, menos cualquier pérdida por deterioro que resulte de comparar el valor neto de cada elemento con su correspondiente importe recuperable. El coste de adquisición de los elementos del activo tangible de uso propio de libre disposición incluye la valoración de los mismos al 1 de enero de 2004 al valor razonable. Dicho valor razonable al 1 de enero de 2004 fue obtenido sobre la base de tasaciones realizadas por expertos independientes.

Las amortizaciones se calculan sistemáticamente según el método lineal, aplicando los años de vida útil estimada de los diferentes elementos sobre el coste de adquisición de los activos menos su valor residual. En el caso de los terrenos sobre los que se asientan los edificios y otras construcciones, se entiende que tienen una vida indefinida y que, por tanto, no son objeto de amortización. Las dotaciones anuales en concepto de amortización del activo tangible se registran con cargo en la cuenta de pérdidas y ganancias y se calculan en función de los siguientes años de vida útil estimada, como promedio, de los diferentes grupos de elementos:

	<u>Años de vida útil estimada</u>
Edificios de uso propio	50
Mobiliario	8 a 10
Maquinaria y equipos electrónicos	3,3 a 10
Instalaciones	12 a 16
Equipos informáticos	4 a 8
Vehículos	7
Derechos de uso por arrendamiento	(*)

(\*) Según el plazo de arrendamiento

En cada cierre contable, la Caja analiza si existen indicios, tanto internos como externos, de que el valor neto de los elementos de su activo material excede de su correspondiente importe recuperable. En dicho caso, la Caja reduce el valor en libros del correspondiente elemento hasta su importe recuperable y ajusta los cargos futuros en concepto de amortización en proporción a su valor en libros ajustado y a su nueva vida útil remanente, en el caso de ser necesaria una reestimación de la misma. Por otra parte, cuando existen indicios de que se ha recuperado el valor de un elemento, la Caja registra la reversión de la pérdida por deterioro contabilizada en periodos anteriores y ajusta los cargos futuros en concepto de su amortización. La reversión de la pérdida por deterioro de un elemento en ningún caso puede suponer el incremento de su valor en libros por encima de aquél que tendría si no se hubieran reconocido pérdidas por deterioro en ejercicios anteriores.



009104569

### CLASE 8.ª

La Caja, al menos al final de cada ejercicio, procede a revisar la vida útil estimada de los elementos del activo material de uso propio con la finalidad de detectar cambios significativos en las mismas que, en el caso de producirse, se ajustan mediante la correspondiente corrección del registro en la cuenta de pérdidas y ganancias de ejercicios futuros de la dotación a su amortización en virtud de la nueva vida útil estimada.

Los gastos de conservación y mantenimiento de los activos materiales de uso propio se registran en la cuenta de pérdidas y ganancias del ejercicio en que se incurren.

Las inversiones inmobiliarias del activo tangible corresponden a los valores netos de los terrenos, edificios y otras construcciones que la Caja mantiene para su explotación en régimen de alquiler o para la obtención de una plusvalía en su venta como consecuencia de los incrementos que se produzcan en el futuro en sus respectivos precios de mercado.

Los criterios aplicados por la Caja para el reconocimiento del coste de adquisición de los activos cedidos en arrendamiento operativo, para su amortización y para la estimación de sus respectivas vidas útiles y para el registro de sus pérdidas por deterioro coinciden con los descritos en relación con los activos materiales de uso propio.

#### p) Provisiones y pasivos contingentes

Se consideran provisiones las obligaciones actuales de la Caja, surgidas como consecuencia de sucesos pasados, que se encuentran claramente especificadas en cuanto a su naturaleza a la fecha de los estados financieros, pero resultan indeterminadas en cuanto a su importe o momento de cancelación, al vencimiento de las cuales y para cancelarlas, la Caja espera que deberá desprenderse de recursos que incorporan beneficios económicos. Dichas obligaciones pueden surgir por los aspectos siguientes:

- i) Una disposición legal o contractual.
- ii) Una obligación implícita o tácita, cuyo nacimiento se sitúa en una expectativa válida creada por la Caja frente a terceros respecto de la asunción de ciertos tipos de responsabilidades. Tales expectativas se crean cuando la Caja acepta públicamente responsabilidades, se derivan de comportamientos pasados o de políticas empresariales de dominio público.
- iii) La evolución prácticamente segura de la regulación en determinados aspectos, en particular, proyectos normativos de los que la Caja no podrá sustraerse.

Son pasivos contingentes las obligaciones posibles de la Caja, surgidas como consecuencia de sucesos pasados, cuya existencia está condicionada a que ocurra o no, uno o más eventos futuros independientes de la voluntad de la Caja. Los pasivos contingentes incluyen las obligaciones actuales de la Caja cuya cancelación no sea probable que origine una disminución de recursos que incorporan beneficios económicos o cuyo importe, en casos extremadamente raros, no pueda ser cuantificado con la suficiente fiabilidad.



CLASE 8.ª



009104570

Las provisiones y los pasivos contingentes se califican como probables cuando existe mayor verosimilitud de que ocurran que de lo contrario, posibles cuando existe menor verosimilitud de que ocurran que de lo contrario y remotos cuando su aparición es extremadamente rara.

La Caja incluye en las cuentas anuales todas las provisiones significativas con respecto a las cuales se estima que la probabilidad de que se tenga que atender la obligación es mayor que de lo contrario. Los pasivos contingentes no se reconocen en las cuentas anuales, sino que se informa sobre los mismos a no ser que se considere remota la posibilidad de que se produzca una salida de recursos que incorporen beneficios económicos.

Las provisiones se cuantifican teniendo en consideración la mejor información disponible sobre las consecuencias del suceso que las originan y son estimadas en cada cierre contable. Las mismas son utilizadas para afrontar las obligaciones específicas para las cuales fueron reconocidas, procediéndose a su reversión, total o parcial, cuando dichas obligaciones dejan de existir o disminuyen.

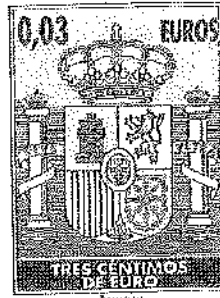
Al 31 de diciembre de 2025 y 2024 se encontraban en curso distintos procedimientos judiciales y reclamaciones entablados contra la Caja con origen en el desarrollo habitual de sus actividades. Tanto los asesores legales de la Caja como el Consejo Rector entienden que la conclusión de estos procedimientos y reclamaciones no producirá un efecto significativo, adicional al, en su caso, incluido como provisión, en las cuentas anuales de los ejercicios en los que finalicen.

q) Activos no corrientes y grupos enajenables de elementos que se han clasificado como mantenidos para la venta

El epígrafe de "Activos no corrientes y grupos enajenables de elementos que se han clasificado como mantenidos para la venta" del balance incluye los activos, cualquiera que sea su naturaleza, que, no formando parte de las actividades de explotación, incluyan importes cuyo plazo de realización o recuperación se espera que sea superior a un año desde la fecha a la que se refieren las cuentas anuales. Asimismo, se consideran como activos no corrientes en venta aquellas participaciones en Entidades del grupo, multigrupo o asociadas que cumplan los requisitos mencionados en el párrafo anterior.

Cuando excepcionalmente la venta se espera que ocurra en un periodo superior a un año, la Caja valora el coste de venta en términos actualizados, registrando el incremento de su valor debido al paso del tiempo en el epígrafe de "Ganancias o pérdidas procedentes de activos no corrientes y grupos enajenables de elementos clasificados como mantenidos para la venta no admisibles como actividades interrumpidas" de la cuenta de pérdidas y ganancias.

En consecuencia, la recuperación del valor en libros de estas partidas, que pueden ser de naturaleza financiera y no financiera, previsiblemente tendrá lugar a través del precio que se obtenga en su enajenación, en lugar de mediante su uso continuado.



009104571

### CLASE 8.ª

Por tanto, los activos inmobiliarios u otros no corrientes recibidos por la Caja para la satisfacción, total o parcial, de las obligaciones de pago frente a ella de sus deudores se consideran activos no corrientes clasificados como mantenidos para la venta, salvo que la Caja haya decidido hacer un uso continuado de esos activos.

Los activos inmobiliarios adjudicados o recibidos en pago de deudas se valoran inicialmente, en general, por el menor importe de los valores siguientes:

- a) Importe en libros de los activos financieros aplicados, entendiéndose como tal su valor bruto menos las coberturas que le correspondan en función de su clasificación contable anterior a la entrega, tratando el activo adjudicado o recibido en pago de deudas como una garantía real. Este importe en libros se comparará con el importe en libros previo y la diferencia se reconocerá como un incremento o una liberación de coberturas, según proceda.
- b) Valor razonable en el momento de la adjudicación o recepción del activo menos los costes estimados de venta.

A estos efectos, el valor razonable menos los costes estimados de venta de estos activos en el momento de la adjudicación o recepción en pago se obtiene mediante la aplicación de los descuentos porcentuales sobre el valor de referencia obtenido a través de tasaciones individuales y completas realizadas por sociedades de tasación o servicios de tasación homologados, inscritos en el Registro Oficial de Sociedades de Tasación de Banco de España, e independientes, aplicando la Orden ECC/805/2003, de 27 de marzo .

Mientras que permanecen clasificados como mantenidos para la venta, los activos tangibles e intangibles amortizables por su naturaleza no se amortizan.

Con posterioridad al momento del alta, en el caso de que el valor en libros exceda al valor razonable de los activos neto de sus costes de venta, la Caja ajusta el valor en libros de los activos por el importe de dicho exceso, con contrapartida en el epígrafe de "Ganancias o pérdidas procedentes de activos no corrientes y grupos enajenables de elementos clasificados como mantenidos para la venta no admisibles como actividades interrumpidas" de la cuenta de pérdidas y ganancias. En el caso de producirse posteriores incrementos del valor razonable de los activos, la Caja revierte las pérdidas anteriormente contabilizadas, incrementando el valor en libros de los activos con el límite del importe anterior a su posible deterioro, con contrapartida en el epígrafe de "Ganancias o pérdidas procedentes de activos no corrientes y grupos enajenables de elementos clasificados como mantenidos para la venta no admisibles como actividades interrumpidas", siempre que el mismo no haya superado el periodo medio de permanencia en balance de 3 años.

No obstante, los activos financieros, los activos procedentes de retribuciones a empleados, los activos por impuestos diferidos y los activos por contratos de seguros que formen parte de un grupo de disposición o de una operación en interrupción, no se valoran de acuerdo a lo dispuesto en los párrafos anteriores, sino de acuerdo a los principios y normas aplicables a estos conceptos, que se han explicado en los apartados anteriores de la presente Nota.



009104572

### CLASE B.ª

Los resultados generados en el ejercicio por aquellos componentes de la Caja que hayan sido considerados como operaciones en interrupción se registran en el epígrafe "Ganancias o pérdidas después de impuestos procedentes de actividades interrumpidas" de la cuenta de pérdidas y ganancias, tanto si el componente de la Caja se ha dado de baja del activo como si permanece en él al cierre del ejercicio. Si con posterioridad a su presentación como operaciones en interrupción se clasifican las operaciones como continuadas, sus ingresos y gastos se presentan, tanto en la cuenta de pérdidas y ganancias del ejercicio como en la correspondiente al ejercicio comparativo que se publique en las cuentas anuales, en las partidas que les corresponda según su naturaleza.

#### r) Estado de flujos de efectivo

En el estado de flujos de efectivo se utilizan determinados conceptos que tienen las definiciones siguientes:

- i) **Flujos de efectivo:** entradas y salidas de dinero en efectivo y de sus equivalentes, entendiéndose por éstos las inversiones a corto plazo de gran liquidez y bajo riesgo de alteraciones en su valor.
- ii) **Actividades de explotación:** las actividades típicas de la Caja y otras actividades que no pueden ser calificadas como de inversión o de financiación y los intereses pagados por cualquier financiación recibida, aunque correspondan a pasivos financieros clasificados como actividades de financiación.
- iii) **Actividades de inversión:** correspondientes a la adquisición, enajenación o disposición por otros medios de activos a largo plazo y otras inversiones no incluidas en el efectivo y sus equivalentes, tales como activos materiales, activos intangibles, participaciones, activos no corrientes y pasivos asociados en venta, instrumentos de capital clasificados como disponibles para la venta que sean inversiones estratégicas y activos financieros incluidos en la cartera de inversión a coste amortizado.
- iv) **Actividades de financiación:** actividades que producen cambios en el tamaño y composición del Patrimonio neto y de los pasivos que no forman parte de las actividades de explotación.

La Caja realiza el estado de flujos de efectivo utilizando el método indirecto.

#### s) Aportaciones al capital

Las aportaciones al capital social de la Caja se reconocen como Patrimonio neto cuando existe un derecho incondicional a rehusar su reembolso o existen prohibiciones, legales o estatutarias, para realizar éste. Si la prohibición de reembolso es parcial, el importe reembolsable por encima de la prohibición se registra en una partida específica con naturaleza de pasivo financiero. Las remuneraciones de las aportaciones se registran como gastos financieros del ejercicio si corresponden a aportaciones contabilizadas como pasivos financieros y directamente contra el Patrimonio neto, como parte de la distribución de resultados de la cooperativa en el caso contrario.



009104573

## CLASE 8.ª

En la Asamblea General Ordinaria y Extraordinaria de Socios de 7 de junio de 2011 fueron modificados los Estatutos de la Caja, entre otros aspectos, en referencia a la consideración de las aportaciones de socios para adaptarse a las recomendaciones de los supervisores -nacionales e internacionales- sobre solvencia y capital social (que ha quedado plasmada en la Circular 4/2011 de Banco de España), de forma que el reembolso de aportaciones al capital social requiere en todo caso acuerdo previo y favorable del Consejo Rector, y la remuneración se establece sin carácter obligatorio, anualmente, por las Asamblea General de Socios.

### t) Estado de cambios en el patrimonio neto

El estado de cambios en el patrimonio neto que se presenta en estas cuentas anuales muestra el total de las variaciones habidas en el patrimonio neto durante el ejercicio. Esta información se presenta desglosada a su vez en dos estados: el estado de ingresos y gastos reconocidos y el estado total de cambios en el Patrimonio Neto. A continuación, se explican las principales características de la información contenida en ambas partes del estado:

#### *Estado de ingresos y gastos reconocidos*

En esta parte del estado de cambios en el patrimonio neto se presentan los ingresos y gastos generados por la Caja como consecuencia de su actividad durante el ejercicio, distinguiendo aquellos registrados como resultados en la cuenta de pérdidas y ganancias del ejercicio y los otros ingresos y gastos registrados, de acuerdo con lo dispuesto en la normativa vigente, directamente en el patrimonio neto.

Por tanto, en este estado se presenta:

- a) El resultado del ejercicio.
- b) El importe neto de los ingresos y gastos reconocidos transitoriamente como otro resultado global en el patrimonio neto.
- c) El importe neto de los ingresos y gastos reconocidos definitivamente en el patrimonio neto.
- d) El impuesto sobre beneficios devengado por los conceptos indicados en las letras b) y c) anteriores.

Las variaciones habidas en los ingresos y gastos reconocidos en el patrimonio neto como Otro resultado global acumulado se desglosan en:

- a) Ganancias o pérdidas de valor contabilizadas en el patrimonio neto: recoge el importe de los ingresos, netos de los gastos originados en el ejercicio, reconocidos directamente en el patrimonio neto. Los importes reconocidos en el ejercicio en esta partida se mantienen en esta partida, aunque en el mismo ejercicio se traspasan a la cuenta de pérdidas y ganancias, al valor inicial de otros activos o pasivos o se reclasifiquen a otra partida.

✓  
*[Handwritten signature]*



009104574

### CLASE 8.ª

- b) Transferido a resultados: recoge el importe de las ganancias o pérdidas por valoración reconocidas previamente en el patrimonio neto, aunque sea en el mismo ejercicio, que se reconocen en la cuenta de pérdidas y ganancias.
- c) Transferido al importe en libros inicial de los elementos cubiertos: recoge el importe de las ganancias o pérdidas por valoración reconocidas previamente en el patrimonio neto, aunque sea en el mismo ejercicio, que se reconozcan en el valor inicial de los activos o pasivos como consecuencia de coberturas de flujos de efectivo.
- d) Otras reclasificaciones: recoge el importe de los traspasos realizados en el ejercicio entre partidas de "Otro resultado global acumulado" conforme a los criterios establecidos en la normativa vigente.

Los importes de estas partidas se presentan por su importe bruto, mostrándose su correspondiente efecto impositivo en la rúbrica "Impuesto sobre las ganancias relativo a los elementos que pueden reclasificarse en ganancias o pérdidas" o "Impuesto sobre las ganancias relativo a elementos que no se reclasificarán" del estado, según corresponda.

#### *Estado total de cambios en el patrimonio neto*

En esta parte del estado de cambios en el patrimonio neto se presentan todos los cambios habidos en el patrimonio neto, incluidas las que tienen su origen en cambios en los criterios contables y en correcciones de errores. Este estado muestra, por tanto, una conciliación del valor en libros al comienzo y al final del ejercicio de todas las partidas que forman el patrimonio neto, agrupando los movimientos habidos en función de su naturaleza en las siguientes partidas:

- a) Efectos de la corrección de errores y cambios en las políticas contables: que incluye los cambios en el patrimonio neto que surgen como consecuencia de la re-expresión retroactiva de los saldos de los estados financieros con origen en cambios en los criterios contables o en la corrección de errores.
- b) Ingresos y gastos reconocidos en el ejercicio: recoge, de manera agregada, el total de las partidas registradas en el estado de ingresos y gastos reconocidos anteriormente indicadas.
- c) Otras variaciones en el patrimonio neto: recoge el resto de las partidas registradas en el patrimonio neto, como pueden ser aumentos o disminuciones del capital, distribución de resultados, operaciones con instrumentos de patrimonio propios, pagos con instrumentos de patrimonio, traspasos entre partida del patrimonio neto y cualquier otro incremento o disminución del patrimonio neto.



009104575

## CLASE 8.ª

### u) Fondo de Educación y Promoción (F.E.P)

Las dotaciones que la Caja realiza al Fondo de Educación y Promoción se reconocen como un gasto del ejercicio cuando son obligatorias. Si se producen dotaciones adicionales se reconocen como aplicación del beneficio.

Los gastos derivados del Fondo de Educación y Promoción cooperativa se presentan en el balance deduciendo del epígrafe "Otros pasivos-Fondo de Educación y Promoción", sin que en ningún caso se imputen a la cuenta de pérdidas y ganancias.

Los activos materiales y los pasivos afectos al Fondo de Educación y Promoción se presentan en partidas separadas del balance.

### v) Indemnización por despido

De acuerdo con la legislación vigente, existe la obligación de indemnizar a aquellos empleados que puedan ser despedidos sin causa justificada. El gasto por indemnizaciones se registra en el momento en que se toma la decisión de efectuar el despido.

## 15. Atención al cliente

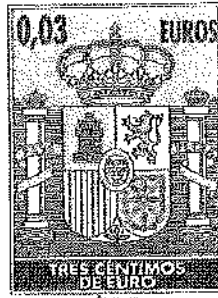
El artículo 17.2 de la Orden ECO/734/2004, de 11 de marzo, sobre Departamentos y Servicios de Atención al Cliente y el Defensor del Cliente de las Entidades Financieras, indica que en la memoria de las cuentas anuales se debe resumir, brevemente, el contenido de la memoria del Servicio de Atención al Cliente de la Caja. Dicho resumen es el siguiente:

- a) El Servicio de Atención al Cliente y el Defensor del Cliente ha recibido en el ejercicio 2025, 155 quejas y 2.061 reclamaciones y, en el ejercicio 2024, 198 quejas y 4.813 reclamaciones.
- b) Al 31 de diciembre de 2025 y 2024, existían 94 y 110 reclamaciones pendientes de resolver, respectivamente.

## 16. Gestión y control de riesgos

El entorno en el que se ha venido desarrollando la actividad económica en los últimos años, ha puesto de manifiesto la importancia capital que tiene para las entidades financieras la adecuada gestión de sus riesgos.

Para la Caja, la calidad en la gestión del riesgo constituye una de sus señas de identidad y un ámbito prioritario de actuación, tratándose de un elemento diferenciador de su gestión que, gracias a la combinación de unas políticas prudentes y el uso de metodologías y procedimientos homogéneos y de efectividad contrastada, permiten la obtención recurrente y saneada de resultados, así como gozar de una holgada posición de solvencia.



009104576

## CLASE 8.ª

Excepto en las materias reservadas a la Asamblea de socios de la Entidad, el Consejo Rector es el máximo órgano de decisión, correspondiéndole entre otras funciones la definición de la estrategia, el establecimiento y el seguimiento del nivel de tolerancia al riesgo y la sanción de la política de riesgos, aprobando a propuesta de la Alta Dirección o del Comité designado al respecto las atribuciones de los diferentes órganos de decisión.

El Consejo Rector se involucra activamente en el seguimiento y el control de los riesgos asumidos, sancionando las operaciones que requirieron su decisión y revisando la estrategia de la Entidad, el nivel de tolerancia al riesgo, la situación de liquidez, los resultados del proceso de autoevaluación del capital y el modelo de control interno, siendo así mismo informado de las conclusiones de las auditorías interna y externa. De igual modo, el Comité de Riesgos es el encargado de asesorar al Consejo Rector sobre la propensión global al riesgo, actual y futura, de la Entidad y su estrategia en este ámbito.

Para la gestión y el control de riesgos, el modelo de control interno de la Caja cuenta con un sistema de tres líneas de defensa, estructurado de tal forma que recogen las actividades y procesos que originan los riesgos y que determinan a los responsables de éstos.

La primera línea de defensa la constituyen las unidades de negocio, que son responsables del control en su ámbito y de la ejecución de las medidas fijadas desde instancias superiores.

La segunda línea la constituyen las unidades de control, en particular, la unidad de cumplimiento normativo y la unidad de control global del riesgo. Esta línea supervisa el control de las distintas unidades en su ámbito de especialidad transversal, define las medidas mitigadoras y de mejora necesaria y promueve la correcta implantación de las mismas.

Finalmente, la tercera línea la constituye la unidad de Auditoría Interna, que realiza una revisión independiente, verificando el cumplimiento y eficacia de las políticas corporativas y proporcionando información independiente sobre el modelo de control. Como principales funciones de Auditoría Interna destacan las siguientes:

- Evaluación de la eficacia y eficiencia de los Sistemas de Control Interno, velando por el cumplimiento de la legislación vigente y de las políticas y normativas internas.
- Emisión de recomendaciones para solucionar las debilidades detectadas en los procesos de revisión, haciendo un seguimiento de las mismas.

Complementado a estas líneas de defensa, para garantizar un adecuado entendimiento estratégico y de control y gestión de riesgos por parte de la Caja, hay que destacar el Mecanismo Institucional de Protección (MIP) (Nota 1.4).

La Caja, para mantener el perfil de riesgo moderado y prudente establece un conjunto de métricas clave en relación con los niveles de los distintos riesgos, la calidad y recurrencia de los resultados, la liquidez y la solvencia. Para cada una de estas métricas se definen unos niveles de tolerancia al riesgo



009104577

CLASE 0.ª

que la Caja está dispuesta a asumir. En las métricas más relevantes se establecen adicionalmente sus objetivos a largo plazo. Estos objetivos y niveles se actualizan y se aprueban, al menos anualmente, por el Consejo Rector a propuesta del Comité de Riesgos.

Todas las métricas tienen definido un objetivo, tolerancia y límite. En cada métrica, el objetivo es el valor que cumple con el apetito fijado; la tolerancia marca el umbral (alerta) a partir del cual se toman medidas de gestión, control y seguimiento reforzadas para volver a la situación objetivo y por último, el límite es el nivel que la Caja no quiere traspasar en ningún caso, dando lugar, si esta situación se produjera, a la adopción de medidas contundentes para la recuperación de niveles acordes con las directrices establecidas por el Consejo Rector.

En el desempeño de esta función se elaboran de manera periódica informes para el Consejo Rector acerca de los riesgos asumidos y su composición, el nivel de capitalización de la Caja, la mediación y el control de los riesgos, así como el ambiente de control interno existente y su adecuación para garantizar una gestión ordenada y prudente de los negocios y los riesgos de la Entidad, con especial atención a los indicadores y métricas aprobados en el Marco de Apetito al Riesgo y el Plan de Recuperación.

#### Comités involucrados en la gestión y control de riesgos

El Consejo Rector de la Caja es el órgano responsable de definir el marco general de control interno y de gestión de riesgos. En el marco de la gestión de riesgos, la Caja dispone de un sistema de delegación de facultades en diferentes órganos que bajo el mandato del Consejo Rector instrumentan la capacidad ejecutiva de la dirección de riesgos con el objetivo de garantizar la alineación de éstos con la estrategia de la Caja en términos de negocio y solvencia, responsabilizándose de la estrategia de gestión y seguimiento de los riesgos, así como del esquema de delegación de facultades. Asimismo, analizan y, si procede, aprueban las operaciones de riesgo dentro de sus respectivos niveles de atribuciones, elevando al órgano superior aquéllas que exceden su nivel de delegación.

La función de Gestión de Riesgos de la Caja se desarrolla gracias a la actividad de diferentes organismos que poseen una garantía de su autonomía e independencia en el ejercicio de sus competencias, teniendo como misión principal llevar a cabo las actuaciones y procedimientos necesarios para el desarrollo de sus funciones en todo lo relativo a gestión de riesgos.

Por una parte, el Consejo Rector acordó por unanimidad constituir un Comité de Riesgos, compuesto por consejeros, nombrados por el Consejo teniendo presentes los conocimientos, aptitudes y experiencia.

Son funciones del Comité de Riesgos:

- Asesorar al Consejo Rector sobre la propensión global al riesgo, actual y futura, de la Caja y su estrategia en este ámbito, y asistirle en la vigilancia de la aplicación de esa estrategia, sin perjuicio de la responsabilidad directa del Consejo Rector de los riesgos que asuma la Entidad.



009104578

CLASE B.<sup>a</sup>

- **Intervenir en el análisis previo y apoyar al Consejo Rector en todas las cuestiones relativas al Marco de Apetito al Riesgo y al Plan de Recuperación.**
- **Supervisar la Política de Gestión de Riesgos.**
- **Reevaluar, al menos anualmente, la lista de riesgos, financieros y no financieros más significativos y valorar su nivel de tolerancia, proponiendo su ajuste al Consejo, en su caso.**
- **Vigilar que la política de precios de los activos y los pasivos ofrecidos a los clientes tenga plenamente en cuenta el modelo empresarial y la estrategia de riesgo de la Caja. En caso contrario, el Comité de Riesgos presentará al Consejo Rector un plan para subsanarla.**
- **Evaluar los riesgos asociados a los productos o servicios financieros ofrecidos y tendrá en cuenta la coherencia entre los precios asignados a dichos productos y servicios y los beneficios obtenidos.**
- **Vigilar la ejecución de las estrategias de gestión del capital y de la liquidez, así como todos los demás riesgos relevantes de la Entidad, como los riesgos de mercado, de crédito, operacionales, incluidos los legales, tecnológicos, reputacionales, ambientales, sociales y de gobernanza, a fin de evaluar su adecuación a la estrategia y el apetito de riesgo aprobados.**
- **Recomendar al Consejo Rector los ajustes en la estrategia de riesgo que se consideren precisos como consecuencia, entre otros, de cambios en el modelo de negocio de la Entidad, de la evolución del mercado o de recomendaciones formuladas por la función de gestión de riesgos de la Entidad.**
- **Determinar, junto con el Consejo Rector, la naturaleza, la cantidad, el formato y la frecuencia de la información sobre riesgos que deba recibir el propio Comité y el Consejo Rector.**
- **Colaborar para el establecimiento de políticas y prácticas de remuneración racionales. A tales efectos, el Comité de Riesgos examinará, sin perjuicio de las funciones del Comité de Nombramientos y Remuneraciones, si la política de incentivos prevista en el sistema de remuneración tiene en consideración el riesgo, el capital, la liquidez y la probabilidad y la oportunidad de los beneficios.**
- **Cualquier otra que, por normativa legal o reglamentaria, o por decisión del Consejo Rector, le estén específicamente asignadas.**

Adicionalmente, la Entidad dispone de una Comisión de Nombramientos y Remuneraciones (denominada Comisión de Nombramientos, Remuneración, Expansión y Eficiencia) cumpliendo los



009104579

CLASE 8.ª

requisitos establecidos por la Ley 10/2014 de ordenación, supervisión y solvencia de entidades de crédito.

Por otra parte, la Comisión de Auditoría se constituye como un órgano interno de carácter informativo y consultivo, sin funciones ejecutivas y con facultades de información, asesoramiento y propuesta dentro de su ámbito de actuación. En este caso, la Comisión de Auditoría otorga el apoyo al Consejo respecto a la supervisión de los sistemas de gestión de riesgos, así como discute con el auditor de cuentas las posibles debilidades significativas del sistema de control interno detectadas en el desarrollo de la auditoría, todo ello sin afectar a su plena independencia.

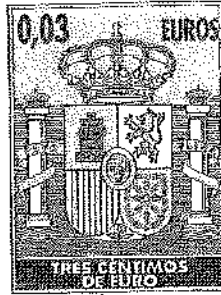
Respecto a las funciones de gestión de riesgos, es el Consejo Rector el encargado de velar, con el apoyo de la Comisión de Auditoría y del Comité de Riesgos, para que los responsables de las citadas funciones se realicen con independencia y con capacidad para presentar recomendaciones o propuestas.

Adicionalmente, se añade la función de Control Global de Riesgos entre cuyas tareas figuran:

- Identificar, medir y valorar, desde una perspectiva global, los riesgos relevantes a los que se encuentra expuesta la Entidad en el ejercicio de su actividad.
- Diseñar, implementar y mantener los sistemas de identificación, medición, información y control de estos riesgos.
- Definir los procedimientos y mecanismos de control de los diferentes riesgos.
- Evaluar y valorar las técnicas de mitigación de riesgos empleadas y aquellas susceptibles de utilización.
- Vigilar y en su caso proponer cambios en la estructura de límites y alertas internas que refuercen el control de los riesgos y su consistencia con el nivel de tolerancia definido por el Consejo.
- Revisar el nivel de riesgo asumido y su adecuación al perfil establecido por el Consejo Rector, así como la distribución interna del capital.

Esta función es independiente de las áreas generadoras de los riesgos, de modo que se garantiza la objetividad de los criterios de valoración y la ausencia de distorsiones en los mismos provocadas por consideraciones comerciales.

El área de Control Global del Riesgo, como encargada de la realización de la citada función está dotada de autonomía respecto de las demás áreas de la Entidad y con sustantividad propia, asignándole



009104580

CLASE 8.ª

recursos específicos para el cumplimiento de sus funciones. De este modo, el responsable de esta área tiene acceso al Consejo Rector.

La misión del área de Control Global del Riesgo consiste en realizar un seguimiento y control del conjunto de todos los riesgos de forma agregada, con el objetivo de mostrar una perspectiva general de los riesgos asumidos por la Caja y poder transmitir esta visión a los órganos de gobierno. Con ello se pone en conocimiento de los órganos de la Entidad el perfil de riesgo asumido y permite proponer las políticas y procedimientos institucionales en materia de gestión y control del riesgo. Entre sus principales funciones destacan la elaboración y seguimiento del Marco de Apetito al Riesgo, el Plan de Recuperación, la elaboración del Informe de Autoevaluación del Capital y la Liquidez (IACL), la elaboración y actualización de los Planes de Contingencia de Capital y Liquidez, recabar y poner a disposición de Banco de España la información solicitada en el marco del Plan de Resolución, la realización del seguimiento de las operaciones identificadas por debajo de sus costes estimados, etc.

Finalmente, destaca también el Reglamento interno en el ámbito del mercado de valores, aplicado a los miembros del Consejo Rector, directivos y empleados que tengan acceso frecuente o habitual a informaciones relevantes relativas a la propia Entidad o sociedades del grupo.

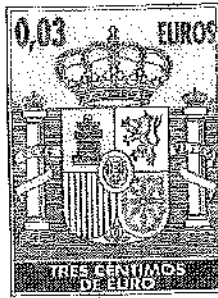
Los principales riesgos identificados como materiales en el Marco de Apetito al Riesgo son riesgo de crédito, riesgo de liquidez, de tipo de interés estructural de balance, de diferencial de crédito (balance estructural), de sostenibilidad o ASG, riesgo de mercado y operacional.

## 17. Riesgo de crédito

Representa las pérdidas que sufriría la Caja en el caso de que un cliente o alguna contraparte incumpliesen sus obligaciones contractuales de pago, constituyendo un riesgo relevante. Este riesgo incluye el riesgo de contraparte, el riesgo de concentración, el riesgo residual derivado de la utilización de técnicas de mitigación y el riesgo de liquidación o entrega.

Los principios que rigen la gestión de riesgo de crédito de la Caja son:

- Implicación de la Alta Dirección; el Consejo Rector define la política de riesgos de la Entidad y delimita las atribuciones de los diferentes niveles de decisión. En este sentido, delega la ejecución de dichas políticas en la Alta Dirección.
- Establecimiento de políticas y procedimientos bien definidos y comunicados en la Entidad para facilitar la gestión de los distintos riesgos.
- Política de no concentración; uno de los principios básicos es la limitación de concentración de riesgos con el fin de diversificar y mitigar posibles pérdidas.
- Prudencia; la Caja tiene como principio no realizar actividades especulativas, por lo que su cartera de negociación es mínima.



009104581

### CLASE 8.ª

- Segregación de funciones; las funciones de análisis, formalización, seguimiento y recuperación de activos son totalmente independientes de las unidades generadoras del mismo.
- Visión global del riesgo; que exige una función sólida de admisión, identificación y seguimiento del riesgo autorizado.
- Política de precios y asignación de capital adecuada al nivel de riesgo asumido.
- Asegurar un marco de control interno adecuado sobre los procesos de gestión de los riesgos basado en revisiones internas y externas independientes.
- Adecuación del modelo de gestión del riesgo al tamaño de la Entidad y a la diversidad y complejidad de las actividades que desarrolla.

La Entidad, cuenta con unas sólidas estructuras en torno al análisis, seguimiento y recuperación, así como de formación continua en esta materia para mantener el nivel de cualificación del personal de la Caja.

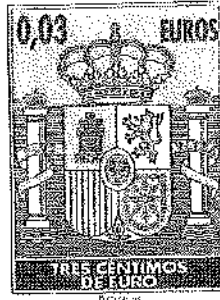
#### **Análisis de riesgos y concesión**

La gestión del riesgo crediticio se sustenta en la experiencia y cultura de la Caja. La concesión de operaciones de crédito se basa en una estructura descentralizada en la cual las unidades de negocio, según su nivel, experiencia, tipología de riesgo y de negocio, tiene delegados niveles máximos de importes autorizables, por encima de los cuales se escalan las operaciones a los siguientes niveles de decisión.

El criterio principal y básico para la determinación de la concesión es la capacidad de generación de recursos suficientes que permitan estimar la devolución en las condiciones determinadas de la operación crediticia por parte de los solicitantes. Las garantías aportadas (realizables y suficientes), como criterio general, se consideran un elemento complementario y adicional a la capacidad de pago.

Como marco general se establecen límites por tipología de riesgo, de modo que se diversifique la cartera crediticia de la Caja con el fin de mitigar posibles exposiciones a cambios externos que garanticen la rentabilidad y cobro de las inversiones.

Los requisitos y la documentación que debe contener cada expediente de crédito están definidos en función de la tipología tanto del cliente como de la operación propuesta estando su grado de exigencia directamente relacionado con el importe de la solicitud y su grado de complejidad.



009104582

## CLASE 8.ª

Como políticas concretas se han establecido:

- Políticas de sanción: se establecen niveles de autonomía para sancionar operaciones de activo a los diferentes responsables de la gestión del riesgo de crédito.
- Políticas de exclusión: se establecen criterios, que en caso de que se materialicen, no permiten la concesión de la operación, salvo autorización expresa del órgano competente.
- Políticas de concentración: se establece un límite máximo de concesión de riesgos, a partir del cual, no pueda incrementarse el riesgo con el acreditado/grupo, salvo autorización expresa del órgano competente.
- Políticas sobre segmentos: debido a la especialización y tipología de nuestros clientes, se han establecido políticas relativas a personas físicas y personas jurídicas.
- Políticas de Grupos Económicos: se establecen los criterios de análisis y concesión en operaciones dadas a grupos identificados por la Caja en función a las interrelaciones de los Clientes, en la que junto al análisis realizado al interviniente que solicita dicha operación habrá que analizar al Grupo completo, así como tener dicha circunstancia en cuenta para determinar el Órgano decisor.

### Seguimiento de riesgos

Para el control de la calidad crediticia y la anticipación en la recuperabilidad de la inversión, se encuentra definida la función de seguimiento del riesgo, a la cual se encuentran adscritos recursos concretos. Dicha función de seguimiento trata de evitar el incumplimiento por parte del cliente de las obligaciones de pago contraídas con la Caja y analizar de forma dinámica el endeudamiento y la solvencia del mismo para prever y evitar futuros problemas. La Caja dispone de un estudio riguroso del riesgo de crédito asumido con los clientes basados en su exposición al riesgo y en su situación económico-financiera.

El seguimiento de la cartera crediticia global y de los acreditados se realiza como una función clave y prioritaria tanto en la calidad de la cartera como en la prevención de la morosidad. El seguimiento eficiente y efectivo cuenta con alarmas que indican una posible detección de incidencias, tanto internas como externas, documentación del acreditado actualizada, y software de gestión que posibilita estos aspectos.

El seguimiento tiene una doble visión:

- Seguimiento preventivo: basado en alertas que permiten detectar cambios en las condiciones iniciales del cliente, así como en la segmentación de los mismos. Para llevar a cabo esta tarea, se han incorporado estas alertas a aplicaciones en funcionamiento en la Caja, con objeto de facilitar la gestión y detección de un posible deterioro de la situación del cliente en base a un análisis de su operativa habitual.



009104583

CLASE 0.º

- Seguimiento de cartera: estructurado en diversos parámetros (zona, tipo de persona, sector, etc.) que posibilitan disponer de datos segmentados de la cartera crediticia de la Caja, así como de su evolución.

### Modelos de calificación

En línea con la política general de Riesgo de crédito, la Entidad dispone de modelos de calificación (scorings y ratings) que apoyan los procesos de admisión y seguimiento del riesgo. Estos modelos incorporan de forma homogénea las distintas variables de riesgo relevantes para las operaciones o el segmento de clientes en cuestión, proporcionando una calificación y una probabilidad de incumplimiento asociada a la misma, que se tienen en cuenta para la toma de decisiones de una manera objetiva y permiten adicionalmente la ordenación de la calidad crediticia de las operaciones y/o contrapartes sobre una base homogénea.

### Refinanciación y reestructuración de operaciones

La Circular 4/2017 establece referencias para la adecuada identificación, clasificación y cobertura de las operaciones de refinanciación. La Caja revisa de forma continuada la adecuada clasificación de las operaciones de refinanciación y/o reestructuración, así como las provisiones constituidas para estas operaciones.

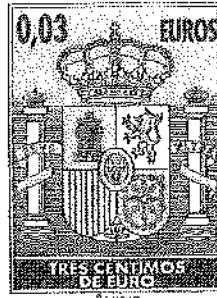
Igualmente se ha incorporado en la herramienta de tramitación y sanción de riesgos y en la plataforma bancaria la información necesaria que permita la identificación y el análisis individualizado de esta tipología de operaciones, así como, la propuesta de clasificación que deberían tener en base a los criterios establecidos por Banco de España en la mencionada normativa. Aplicando además las oportunas provisiones sobre dichos acuerdos en función de la clasificación adoptada.

La Entidad dispone de una política dirigida a utilizar la refinanciación, reestructuración, renovación y renegociación de operaciones como instrumentos de gestión del riesgo de crédito que, utilizados adecuadamente, van encaminados a mejorar la calidad del riesgo a partir de análisis individualizados, enfocados a dar viabilidad económica a los acreditados y las operaciones.

El seguimiento del riesgo es tarea fundamental para poder anticipar situaciones problemáticas. El objetivo primordial es doble:

- Dar viabilidad al acreditado (concesión de carencia, aumento de plazo, etc.).
- Mejorar en la medida de lo posible la posición de riesgo de la Entidad (mejora de garantías).

Tras el análisis caso por caso, se evalúa el potencial riesgo de incumplimiento y se reconocen las cantidades que se estimen irrecuperables, procediendo a contabilizar las provisiones necesarias para cubrir la pérdida.



009104584

CLASE B.º

Existe un sistema interno de información que permite la individualización y seguimiento de las operaciones refinanciadas, reestructuradas, renovadas y renegociadas. Además, se ha implementado un procedimiento periódico de revisión individualizada de las operaciones con objeto de vigilar la evolución de esta cartera y la adecuación de su clasificación.

Los requisitos, que con carácter general, deben reunir este tipo de operaciones son los siguientes:

- Incorporar un análisis actualizado de la situación económico-financiera del acreditado, que soporte la capacidad de pago para atender las obligaciones financieras derivadas de la operación.
- Valorar la eficacia de las garantías aportadas. A estos efectos se consideran garantías eficaces las siguientes:
  - Garantías pignoraticias sobre depósitos dinerarios, instrumentos de patrimonio y valores representativos de deuda.
  - Garantía hipotecaria sobre viviendas, oficinas y locales polivalentes y fincas rústicas.
  - Garantías personales (avales, fianzas, nuevos titulares, etc.) que cubran plenamente el riesgo garantizado.
- Valorar el historial de cumplimiento de acreditado y/o la operación, en particular existencia de refinanciaciones o reestructuraciones previas.

#### Impactos en las coberturas por riesgo de crédito de los sectores de la economía española

Los acontecimientos sociales y políticos que han tenido lugar en los últimos años están generando diversos impactos en el entorno macroeconómico global que han ocasionado perturbaciones, inestabilidad y volatilidad significativas en los mercados mundiales.

La incertidumbre sobre la evolución de la economía, hace necesario que persistan las recomendaciones de los reguladores contables y los supervisores bancarios, encaminadas a adoptar medidas específicas con el fin de mitigar los efectos que pudieran producirse, tanto en el cálculo de las pérdidas esperadas bajo la norma aplicable como en materia de solvencia, instando a las entidades a evaluar toda la información disponible, ponderando en mayor medida las previsiones a largo plazo frente a la situación económica a corto plazo.

El denominador común de todas las recomendaciones es que, considerando el elevado grado de incertidumbre, se hace aconsejable y necesario extremar la prudencia y tomar todas las medidas que permitan a la Caja anticipar y minimizar los impactos en su balance y cuenta de pérdidas y ganancias.

En este sentido, la Caja considera dichas recomendaciones en el cálculo de las pérdidas esperadas por riesgo de crédito bajo la norma aplicable del Anejo 9 de la Circular 4/2017, considerando el impacto del entorno macroeconómico, las incertidumbres sobre los tipos de interés y la evolución de la tasa de mora, pueden tener en la rentabilidad de los distintos sectores de actividad de la



009104585

**CLASE 8.ª**

economía española, por lo que para el cálculo de dichas pérdidas se han considerado, entre otras, las siguientes recomendaciones:

- Identificar aquellos sectores o grupos de acreditados más vulnerables en su ámbito de actuación, con el objetivo de realizar una gestión activa de sus riesgos y reconocer prudentemente las provisiones de deterioro para alcanzar unos niveles de cobertura conservadores.
- Mantener actualizadas las tasaciones de los bienes en garantía y de los adjudicados, tomando en consideración nuevas circunstancias del mercado inmobiliario y cuantificar posibles impactos en caso de caídas en los precios de los inmuebles.

Considerando lo anterior, al 31 de diciembre de 2025 y 2024, la Caja mantiene, por este concepto, deterioros por riesgo de crédito, adicionales a los requeridos en el Anejo 9 de la Circular 4/2017, por importe de 78.968 y 98.280 miles de euros, respectivamente.

**Exposición al riesgo de crédito**

A continuación, se muestra el nivel máximo de exposición al riesgo de crédito asumido por la Caja al 31 de diciembre de 2025 y 2024 sin deducir del mismo las garantías reales ni otras mejoras crediticias recibidas para asegurar el cumplimiento de los deudores:

Tipos de instrumentos	Miles de euros							Total
	Al 31 de diciembre de 2025							
	Otros depósitos a la vista	Activos financieros mantenidos para negociar	Activos financieros no destinados a negociación valorados obligatoriamente a valor razonable con cambios en resultados	Activos financieros a valor razonable con cambios en otro resultado global	Activos financieros a coste amortizado	Derivados - contabilidad de coberturas	Exposiciones fuera de balance	
Instrumentos de deuda	169.425	-	726	264.528	9.206.314	-	-	9.640.993
Depósitos en entidades de crédito	169.425	-	-	-	199.180	-	-	368.605
Valores representativos de deuda	-	-	726	264.528	1.210.798	-	-	1.476.052
Préstamos y anticipos a la clientela	-	-	-	-	7.796.336	-	-	7.796.336
Compromisos de préstamos concedidos	-	-	-	-	-	-	737.705	737.705
Garantías financieras concedidas	-	-	-	-	-	-	111.379	111.379
Otros compromisos concedidos	-	-	-	-	-	-	62.855	62.855
Otros	-	305	-	-	-	45.237	-	45.542
	169.425	305	726	264.528	9.206.314	45.237	911.939	10.598.474



009104586

CLASE 8.ª

Miles de euros

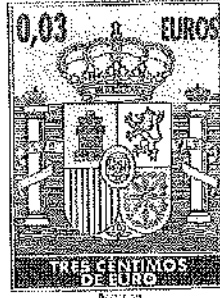
Al 31 de diciembre de 2024

Tipos de instrumentos	Activos financieros no destinados a negociación valorados		Activos financieros a valor razonable con cambios en otro resultado global		Activos financieros a coste amortizado	Derivados – contabilidad de coberturas	Exposiciones fuera de balance	Total
	Otros depósitos a la vista	Activos financieros mantenidos para negociar	obligatoriamente a valor razonable con cambios en resultados	razonable con cambios en otro resultado global				
Instrumentos de deuda	148.107	-	1.987	272.693	8.597.872	-	-	9.020.659
Depósitos en entidades de crédito	148.107	-	-	-	177.429	-	-	325.536
Valores representativos de deuda	-	-	1.987	272.693	1.111.673	-	-	1.386.353
Préstamos y anticipos a la clientela	-	-	-	-	7.308.770	-	-	7.308.770
Compromisos de préstamos concedidos	-	-	-	-	-	-	689.166	689.166
Garantías financieras concedidas	-	-	-	-	-	-	100.381	100.381
Otros compromisos concedidos	-	-	-	-	-	-	60.394	60.394
Otros	-	634	-	-	-	10.659	-	11.293
	<b>148.107</b>	<b>634</b>	<b>1.987</b>	<b>272.693</b>	<b>8.597.872</b>	<b>10.659</b>	<b>849.941</b>	<b>9.881.893</b>

A continuación, se presenta el desglose por contraparte de los “Préstamos a la clientela” sin incluir anticipos con un detalle del importe que se encuentra cubierto por cada una de las principales garantías y la distribución de las financiaciones con garantía real en función del porcentaje del valor en libros de las financiaciones sobre el importe de la última tasación o valoración de la garantía disponible:



CLASE 8.ª



009104587

	Miles de euros						
	Préstamos con garantía real. Importe en libros sobre importe de la última tasación disponible (loan to value)						
	Del que: Garantía inmobiliaria	Del que: Resto de garantías reales	Inferior o igual al 40%	Superior al 40% e inferior o igual al 60%	Superior al 60% e inferior o igual al 80%	Superior al 80% e inferior o igual al 100%	Superior al 100%
<b>31 de diciembre de 2025</b>							
Administraciones Públicas	5.854	-	2.052	1.019	1.284	1.499	-
Otras sociedades financieras y empresarios individuales (actividad empresarial financiera)	983	11.591	662	150	526	17	11.019
Sociedades no financieras y empresarios individuales (actividad empresarial no financiera) (desglosado según la finalidad)	825.867	113.130	355.401	315.630	151.324	43.435	73.207
- Construcción y promoción inmobiliaria (incluido suelo)	48.813	1.175	28.344	14.223	7.064	245	112
- Construcción de obra civil	777.054	111.955	327.057	301.407	144.260	43.190	73.095
- Resto de finalidades	85.151	41.035	42.309	26.183	16.772	18.669	22.253
Grandes empresas	691.903	70.920	284.748	275.224	127.488	24.521	50.842
Pymes y empresarios individuales	4.346.127	7.859	637.236	1.176.886	1.917.993	501.423	100.448
Resto de hogares e ISFLSH	4.045.271	662	556.727	1.072.801	1.825.533	494.254	95.618
- Viviendas (adquisición y rehabilitación)	26.176	2.091	8.615	7.926	10.395	1.006	325
- Consumo	274.680	5.106	91.894	96.159	81.065	6.163	4.505
- Otros fines (*)	5.178.831	132.380	1.015.351	1.493.685	2.071.127	546.374	184.674
<b>TOTAL</b>	<b>7.788.266</b>	<b>132.380</b>	<b>1.015.351</b>	<b>1.493.685</b>	<b>2.071.127</b>	<b>546.374</b>	<b>184.674</b>
<b>PRO MEMORIA</b>							
Operaciones de refinanciación, reorganizadas y reestructuradas	85.043	111	42.741	17.366	13.976	5.435	5.636
<b>TOTAL</b>	<b>105.446</b>	<b>111</b>	<b>42.741</b>	<b>17.366</b>	<b>13.976</b>	<b>5.435</b>	<b>5.636</b>

(\*) Incluye ISFLSH



CLASE 8.ª



009104588

31 de diciembre de 2024

		Miles de euros					Préstamos con garantía real. Importe en libros sobre importe de la última tasación disponible. (loan to value)	
		Del que: Garantía inmobiliaria	Del que: Resto de garantías reales	Inferior o igual al 40%	Superior al 40% e inferior o igual al 60%	Superior al 60% e inferior o igual al 80%	Superior al 80% e inferior o igual al 100%	Superior al 100%
<b>Total</b>		431.374	14	1.989	1.305	2.864	-	-
Administraciones Públicas		6.144	14	1.989	1.305	2.864	-	-
Otras sociedades financieras y empresarios individuales (actividad empresarial financiera)		615	27	257	119	266	-	-
Sociedades no financieras y empresarios individuales (actividad empresarial no financiera) (desglosado según la finalidad)		812.496	116.704	346.669	329.018	124.537	68.863	60.089
- Construcción y promoción inmobiliaria (incluido suelo)		53.424	1.159	25.801	9.057	11.817	7.630	277
- Construcción de obra civil		759.072	-	320.868	319.961	112.740	61.235	59.812
- Resto de finalidades		98.682	35.700	47.389	30.865	26.223	13.970	15.934
Grandes empresas		680.390	79.845	273.479	289.096	86.517	47.265	43.878
Pymes y empresarios individuales		3.762.612	8.648	575.619	987.867	1.611.221	440.736	155.817
Resto de hogares e ISFLSH		3.481.147	1.147	485.384	890.334	1.535.770	429.451	141.155
- Viviendas (adquisición y rehabilitación)		22.967	2.122	7.527	7.759	7.629	1.589	585
- Consumo		258.498	5.379	82.708	89.374	67.822	9.696	14.077
- Otros fines (*)		4.581.867	125.393	924.534	1.318.309	1.738.908	509.601	215.906
<b>TOTAL</b>		7.380.768	125.393	924.534	1.318.309	1.738.908	509.601	215.906
PRO MEMORIA								
Operaciones de refinanciación, reestructuradas y reestructuradas		126.254	126	41.397	23.628	22.805	9.226	6.604

(\*) Incluye ISFLSH



CLASE 8.ª



009104589

El principal factor a la hora de analizar y sancionar las operaciones de activo concedidas por la Caja es la capacidad de generar recursos por parte de los solicitantes, tanto personas físicas como jurídicas, para poder hacer frente a las obligaciones contraídas. De manera adicional, la Caja utiliza como un instrumento fundamental en la gestión del riesgo de crédito el buscar que los activos financieros adquiridos o contratados por la Caja cuenten con garantías reales y otra serie de mejoras crediticias adicionales a la propia garantía personal del deudor. Las políticas de análisis y selección de riesgo de la Caja definen, en función de las distintas características de las operaciones, tales como finalidad del riesgo, contraparte, plazo, consumo de recursos propios, etc. y las garantías reales o mejoras crediticias de las que deberán disponer las mismas, de manera adicional a la propia garantía real del deudor, para proceder a su contratación.

La valoración de las garantías reales se realiza en función de la naturaleza de la garantía real recibida. Con carácter general, las garantías reales en forma de bienes inmuebles se valoran por su valor de tasación, realizada por entidades independientes de acuerdo con las normas establecidas por Banco de España para ello en el momento de la contratación. En el caso de que existan evidencias de pérdidas de valor de estas garantías, en aquellos casos en los que se produzca algún deterioro de la solvencia del deudor que pueda hacer pensar que se pueda tener que hacer uso de estas garantías o cuando se establece en normativa interna alineada con las directrices que marca Banco de España, se actualiza esta valoración de acuerdo con estos mismos criterios. Los avales y garantías reales similares se miden por el importe garantizado en dichas operaciones. Por su parte, las garantías en forma de depósitos pignorados se valoran por el valor de dichos depósitos.

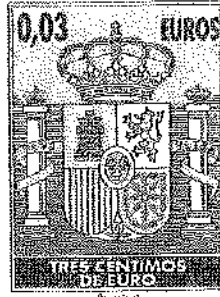
**18. Riesgo de liquidez, tipo de interés, estructural del balance, de diferencial de crédito (balance estructural), de sostenibilidad o ASG, mercado y operacional**

**a) Riesgo de liquidez**

El riesgo de liquidez se define como la pérdida potencial por la no disponibilidad, a precios razonables, de fondos para atender puntualmente los compromisos adquiridos y financiar la actividad inversora de la Caja.

La gestión de liquidez en la Caja se lleva a cabo de una forma integral, buscando cumplir con los requerimientos regulatorios y lograr una rentabilidad adecuada a los objetivos estratégicos y al apetito al riesgo establecidos por el Consejo Rector, respaldando el crecimiento de su actividad y el mantenimiento de unos elevados ratings externos en términos comparativos con el sector. En esta gestión se incluye la obtención de financiación en los mercados mayoristas, si fuese necesario, al menor coste posible a medio y largo plazo, siendo el objetivo mantener un nivel óptimo de activos líquidos bajo una política prudente.

El Marco de Apetito al Riesgo establece los objetivos y el nivel de riesgo dispuesto a asumir por la Caja en relación con el riesgo de liquidez.



009104590

CLASE 8ª

Para ello, de manera proporcionada a la complejidad, el perfil de riesgo y el tipo de negocio de la Entidad, ésta ha establecido estrategias, políticas, procedimientos y sistemas sólidos para la identificación, medición, gestión y seguimiento del riesgo de liquidez sobre un conjunto adecuado de horizontes temporales, con objeto de garantizar, entre otros objetivos, el mantenimiento de un "colchón" de liquidez apropiado.

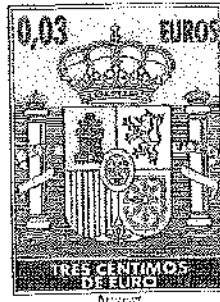
Las claves para poder solventar problemas de liquidez radican en la anticipación y la gestión preventiva. Consciente de ello, la Entidad considera ambos aspectos sus primeras líneas de defensa frente a los potenciales efectos adversos de una situación de iliquidez sobre sus resultados, reputación y solvencia.

El Comité de Activos y Pasivos (COAP) está encargado del control y seguimiento del riesgo de liquidez. El COAP no es un órgano ejecutivo, sino que tan sólo propone políticas y procedimientos de gestión que tienen como objetivo garantizar en cada momento la disponibilidad a precios razonables de fondos que permitan atender puntualmente los compromisos adquiridos y financiar el crecimiento de su actividad inversora.

Las principales métricas empleadas para el control de la liquidez entre otras son:

- **Ratio de cumplimiento de liquidez a corto plazo (LCR)**, el cual identifica los activos líquidos de libre disposición necesarios para cubrir las salidas netas de liquidez en 30 días bajo un escenario de estrés específico. El escenario incorpora no sólo situaciones críticas de la entidad sino también de los mercados.
- **Ratio estructural (NSFR)**, que evalúa las necesidades estables de financiación de la Entidad en un horizonte de un año, con el objetivo de asegurar que se cubren con fuentes de financiación que gocen también de estabilidad.
- **Ratio Loan to Deposit** o relación entre la inversión crediticia y los recursos de clientes, con el fin de monitorizar que existan unos niveles de autofinanciación adecuados de la inversión crediticia en balance en todo momento.
- **Gap de liquidez**, que proporciona información sobre los movimientos de flujos de caja con el fin de detectar la existencia de desfases entre cobros y pagos en el tiempo. El control estático se realizará al final de cada trimestre natural, a través de la caída de vencimientos obtenida con los saldos vivos a esa fecha.
- **Ratio de activos libres de cargas admisibles por el Banco Central**, que mide el porcentaje de activos y colaterales libres de cargas y admisibles para financiación colateralizada del Banco Central sobre el total de depósitos no colateralizados.

Con carácter adicional, se realizan proyecciones de escenarios dentro de situaciones de normalidad y de estrés, habiendo establecido umbrales de alerta y medidas dentro del Plan de Contingencia de liquidez elaborado por la Entidad.



009104591

**CLASE 8.ª**

A continuación, se muestra un análisis al 31 de diciembre de 2025 y 2024 de los activos y pasivos financieros de la Caja agrupados por su vencimiento considerado como el período pendiente desde la fecha del balance hasta la fecha de vencimiento contractual o en su caso, la fecha en la que se espera cause baja en el mismo obtenidas en función de la experiencia histórica de la Caja, sin tener en cuenta, en su caso, los ajustes por valoración ni las correcciones de valor por deterioro constituidas:

	Miles de euros		
	2025		
	Activos	Pasivos	Gap de liquidez neto
Hasta 1 mes	1.964.649	(3.794.973)	(1.830.324)
Entre 1 mes y 3 meses	467.880	(696.951)	(229.071)
Entre 3 meses y 1 año	1.484.485	(1.919.192)	(434.707)
Entre 1 año y 5 años	3.954.044	(1.123.888)	2.830.156
Más de 5 años	5.184.792	(2.526.432)	2.658.360
	13.055.850	(10.061.436)	2.994.414

	Miles de euros		
	2024		
	Activos	Pasivos	Gap de liquidez neto
Hasta 1 mes	1.514.195	(3.350.463)	(1.836.268)
Entre 1 mes y 3 meses	427.840	(572.204)	(144.364)
Entre 3 meses y 1 año	1.267.611	(1.718.837)	(451.226)
Entre 1 año y 5 años	4.014.640	(989.905)	3.024.735
Más de 5 años	4.277.963	(2.548.772)	1.729.191
	11.502.249	(9.180.181)	2.322.068

El análisis se realiza sobre los activos y pasivos financieros sensibles del balance. Los bonos de las titulizaciones que se han mantenido en el balance de la Caja al 31 de diciembre de 2025 y 2024, y que a efectos contables se registran en el pasivo de balance neteando el importe de "Depósitos de la clientela", se incluyen a efectos del análisis de "Gap de liquidez" en la columna de activos.

El equilibrio y control del desequilibrio de los vencimientos y tipos de interés de activos y pasivos es fundamental para la gestión de la Caja. Es inusual en entidades de crédito que se dé un equilibrio perfecto ya que las operaciones realizadas son, a menudo, de plazo incierto y de diferente tipo. Una situación de desequilibrio potencialmente aumenta la rentabilidad, pero también incrementa el riesgo de pérdidas.



009104592

## CLASE 8.ª

Los vencimientos de activos y pasivos y la capacidad de sustituir, en un coste aceptable, los pasivos que soportan interés, así como vencimientos, son factores importantes en el cálculo de la liquidez de la Caja y su exposición a cambios en tipos de interés y tipos de cambio.

### b) Riesgo de tipo de interés estructural de balance

El riesgo de tipo de interés estructural de balance se define como la posibilidad de sufrir pérdidas por el impacto negativo de las variaciones de los tipos de interés. Este riesgo varía en función de la estructura y fecha de depreciación de los activos, pasivos y operaciones fuera de balance.

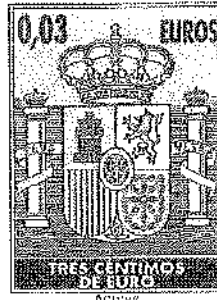
El Marco de Apetito al Riesgo establece los objetivos y niveles de riesgo a asumir en materia de riesgo de tipo de interés.

El Comité de Activos y Pasivos (COAP) está encargado del control, y seguimiento del riesgo de tipo de interés. El COAP no es un órgano ejecutivo, sino que tan sólo propone políticas y procedimientos de gestión, habiéndose marcado un doble objetivo: reducir la sensibilidad del margen financiero a las variaciones de los tipos de interés y preservar el valor económico de la Caja.

La medición del riesgo de tipo de interés sobre el balance global se realiza a partir del cálculo del gap y la sensibilidad del margen financiero y del valor patrimonial ante variaciones en los tipos de interés:

- El **gap de tipo de interés** se basa en el análisis de los desfases en el perfil de vencimientos o depreciaciones de las diferentes masas de activos y pasivos en diferentes intervalos temporales.
- La **sensibilidad del margen financiero** se evalúa en base a la proyección en un horizonte temporal de 12 meses de acuerdo con los escenarios establecidos por Banco de España y por la Autoridad Bancaria Europea.
- Por su parte, la **sensibilidad del valor patrimonial** permite obtener una visión del riesgo de tipo de interés asumido por la Entidad a largo plazo. Mediante el concepto de duración se puede aproximar la variación que experimentaría el valor económico de la Entidad ante modificaciones en los tipos de interés.

A continuación, se presenta el Gap de sensibilidad al 31 de diciembre de 2025 y 2024. Para construir el cuadro adjunto se han utilizado las fechas contractuales de revisión de los tipos de interés en caso de operaciones a tipo variable, y para las operaciones a tipo fijo se ha utilizado la fecha de vencimiento contractual o esperado en función de la experiencia histórica de la Caja, sin tener en cuenta, en su caso, los ajustes por valoración ni las correcciones de valor por deterioro constituidas:



009104593

## CLASE 8.ª

	Miles de euros		
	2025		
	Activos	Pasivos	Gap de reproceio
Hasta 1 mes	2.625.476	(3.810.588)	(1.185.112)
Entre 1 mes y 3 meses	1.464.167	(735.655)	728.512
Entre 3 meses y 1 año	2.807.578	(1.929.367)	878.211
Entre 1 año y 5 años	2.648.945	(1.041.696)	1.607.249
Más de 5 años	1.488.014	(2.510.604)	(1.022.590)
	<b>11.034.180</b>	<b>(10.027.910)</b>	<b>1.006.270</b>

	Miles de euros		
	2024		
	Activos	Pasivos	Gap de reproceio
Hasta 1 mes	2.302.072	(3.381.270)	(1.079.198)
Entre 1 mes y 3 meses	1.208.522	(632.800)	575.722
Entre 3 meses y 1 año	2.626.898	(1.715.710)	911.188
Entre 1 año y 5 años	2.394.681	(895.456)	1.499.225
Más de 5 años	1.399.449	(2.511.783)	(1.112.334)
	<b>9.931.622</b>	<b>(9.137.019)</b>	<b>794.603</b>

El análisis se realiza sobre los activos y pasivos financieros sensibles del balance. Los bonos de las titulaciones que se han mantenido en el balance de la Caja al 31 de diciembre de 2025 y 2024, y que a efectos contables se registran en el pasivo de balance neteando el importe de "Depósitos de la clientela", se incluyen a efectos del análisis de "Gap de reproceio estático" en la columna de activos.

Al 31 de diciembre de 2025 y 2024, la Caja ha efectuado un análisis de sensibilidad basado en evaluar el impacto que sobre su margen financiero tendría la variación de los tipos de interés en un determinado rango. El efecto en el margen financiero del ejercicio 2025 y 2024 de un incremento de 200 puntos básicos en los tipos de interés sería de un incremento de 23.931 y 18.749 miles de euros, respectivamente, y el efecto de una disminución de 200 puntos básicos sería de un descenso de 37.582 y 28.625 miles de euros, respectivamente, a las fechas citadas.

#### c) Riesgo de diferencial de crédito

El CSRBB ("Credit Spread Risk in the Banking Book" o riesgo de diferencial de crédito de actividades ajenas a las de negociación) es el riesgo derivado de cambios en el precio de mercado del riesgo de crédito, de liquidez y potencialmente de otras características de instrumentos con riesgo crediticio que no se captura en otro marco prudencial existente, como el IRRBB, ni en el riesgo esperado de crédito



009104594

## CLASE 8.ª

o de impago inmediato. De este modo, el marco CSRBB captura básicamente una combinación de dos elementos:

- Cambios del diferencial de crédito de mercado o del precio de mercado del riesgo de crédito, que representan la prima de riesgo de crédito requerida por los participantes en el mercado para una calidad crediticia determinada.
- Cambios del diferencial de liquidez de mercado, que representa la prima de liquidez que determina el apetito de mercado para inversores y la presencia de compradores y vendedores dispuestos a operar.

El CSRBB no incluye el efecto de cambios en la calidad crediticia durante el período de observación (por ejemplo, mejoras o empeoramientos en el rating de una contraparte o instrumento específico, que se considera riesgo de migración).

La Entidad ha desarrollado un Manual específico aprobado por el Consejo Rector de la Entidad. Dicho manual se estructura en torno a una serie de capítulos con el siguiente contenido:

1. Objetivos de gestión del riesgo CSRBB, convenientemente vinculados con los principios de gestión de riesgos de la Caja.
2. Estructura organizativa y gobernanza (encuadrada en el marco de la gestión ALM -riesgos estructurales de balance-).
3. Metodologías de identificación, medición y simulación de la exposición.
4. Reporting.
5. Seguimiento y control de métricas de exposición.

### d) Riesgo de Sostenibilidad o ASG

Los riesgos de sostenibilidad o ASG se definen como cualquier acontecimiento o estado ambiental, social o de gobernanza que, de ocurrir, pudiera surtir un efecto material negativo real o posible sobre el valor de las inversiones, pudiendo diferenciar:

- Riesgos ambientales:
  - Riesgos medioambientales, derivados de la exposición a sectores, compañías o proyectos que puedan verse negativamente afectados por factores naturales o causen un daño significativo sobre el ecosistema.
  - Riesgos climáticos, que se originan como consecuencia de un cambio en el clima. En este sentido pueden suponer un impacto en los sistemas físicos (infraestructuras,



009104595

## CLASE 8.ª

logística, etc.) o un impacto derivado de la transición a economías bajas en carbono como consecuencia de cambios regulatorios, cambios en las tendencias del mercado, nuevas tecnologías o variaciones en la percepción del desempeño con respecto al cambio climático.

- Riesgos sociales derivados de la exposición de las entidades a contrapartes que potencialmente pueden verse afectadas de modo negativo por factores sociales. Dichos factores están relacionados con los derechos, el bienestar y los intereses de las personas y comunidades que pueden tener un impacto en las actividades de las contrapartes. Los riesgos sociales incluyen los riesgos relacionados con cambios sociales, riesgos del mercado laboral, los riesgos de seguridad del producto y de protección del consumidor y los riesgos de discriminación o puesta en peligro de culturas y grupos étnicos.
- Riesgos de gobernanza, vinculados a la exposición de las entidades a contrapartes que pueden verse potencialmente afectadas de modo negativo por factores de gobernanza. Los factores de gobernanza abarcan las prácticas de gobernanza de las contrapartes de las instituciones, incluyendo los factores ASG en las políticas y procedimientos bajo la dirección de las contrapartes. Se pueden identificar varios factores que originan riesgos de gobernanza, tales como los riesgos derivados de consideraciones éticas y de conducta cuestionables, el riesgo de estrategia y gestión de riesgos o los riesgos de transparencia.

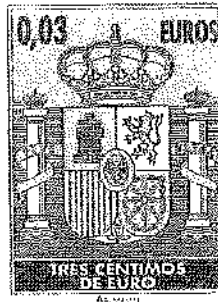
Para la gestión de los riesgos ASG, la Caja tiene definida una hoja de ruta "Plan Director de Sostenibilidad" que, junto con la Política General de Sostenibilidad, marca los planes tácticos y estratégicos en materia de sostenibilidad. Ambos documentos fueron aprobados y son objeto de actualización por el Consejo Rector de la Entidad.

### e) Riesgo de mercado

La definición de riesgo de mercado representa la posibilidad de sufrir pérdidas ante movimientos adversos en los precios de los bonos, títulos o mercaderías o tipo de cambio de monedas en los activos financieros mantenidos para negociar. La Caja mantiene una baja actividad en la negociación de mercados. En este sentido, a dichas fechas, la Caja no está expuesta o no lo está de manera significativa al riesgo de tipo de cambio y al riesgo de fluctuaciones de materias primas.

En el patrimonio neto, podrían tener efecto los cambios en los precios de:

- Los valores representativos de deuda clasificados como activos financieros a valor razonable con cambios en otro resultado global, principalmente por variaciones en los tipos de interés (ver nota 18.b) o variación en el riesgo de crédito (rating) de las contrapartes de estos valores. Como puede observarse en la Nota 21, al 31 de diciembre de 2025 el 98% de estos valores corresponden a deuda soberana (99% al 31 de diciembre de 2024). El efecto de una subida de 100 puntos básicos en el tipo de interés tendría un efecto negativo en el valor razonable de la cartera de deuda soberana de 582 miles de euros (653 miles de euros en el ejercicio 2024).



009104596

CLASE 8.ª

- Los instrumentos de patrimonio clasificados como activos financieros a valor razonable con cambios en otro resultado global, si bien a 31 de diciembre de 2025 y 2024 la Caja no ha estado expuesta de forma significativa a este riesgo, dado que sus principales posiciones corresponden, fundamentalmente, a inversiones en entidades que tienen un carácter instrumental o de extensión de la actividad de la misma (véase Nota 21). Por tanto, dada la limitada exposición, no se ha considerado necesario a dichas fechas efectuar un análisis de sensibilidad sobre este riesgo.

#### f) Riesgo operacional

El riesgo operacional se define como la posibilidad de incurrir en pérdidas como consecuencia de la inadecuación o de fallos en los procesos, sistemas y personas, así como por eventos externos, entre los que se identifican aspectos medioambientales o sociales. Incluye el riesgo tecnológico, legal y de cumplimiento normativo.

La Caja ya tiene implantado un modelo de gestión y control del riesgo operacional para, entre otros aspectos, intensificar los controles y reducir las pérdidas o quebrantos derivados de este riesgo, fomentando una cultura interna orientada a la mejora continua.

Asimismo, durante el ejercicio 2025 y 2024 se ha actualizado el Plan de Continuidad de Negocio de la Caja, en el que se describen las actividades de prevención, detección y recuperación a llevar a cabo ante potenciales amenazas de carácter extraordinario.

#### **19. Efectivo, saldos en efectivo en bancos centrales y otros depósitos a la vista**

El desglose de este epígrafe de los balances al 31 de diciembre de 2025 y 2024 es el siguiente:

	Miles de euros	
	2025	2024
Efectivo	63.729	58.612
Saldos equivalentes al efectivo en bancos centrales	1.460.582	1.030.135
Otros depósitos a la vista	169.425	148.107
	<u>1.693.736</u>	<u>1.236.854</u>

“Efectivo” recoge al 31 de diciembre de 2025 y 2024 saldos depositados en caja por la Entidad.

“Saldos equivalentes al efectivo en bancos centrales” recoge al 31 de diciembre de 2025 y 2024 depósitos a un día con Banco de España. Dicho saldo ha devengado durante el ejercicio 2025 y 2024 un tipo de interés medio deudor del 2,25% y 3,77%, respectivamente.

“Otros depósitos a la vista” recoge al 31 de diciembre de 2025 y 2024 saldos a la vista en entidades de crédito. Dichos saldos han devengado durante los ejercicios 2025 y 2024 un tipo de interés medio deudor del 2,24% y 3,08%, respectivamente.



009104597

CLASE 8.ª

**20. Activos y pasivos financieros mantenidos para negociar**

El desglose de estos epígrafes de los balances al 31 de diciembre de 2025 y 2024 es el siguiente:

	Miles de euros			
	Activo		Pasivo	
	2025	2024	2025	2024
Derivados	305	634	301	627

El valor razonable de los elementos incluidos en el cuadro anterior se ha calculado utilizando una técnica de valoración por descuento de flujos basada en datos procedentes del mercado.

## a) Derivados

El desglose del saldo de derivados financieros mantenidos para negociar de los balances al 31 de diciembre de 2025 y 2024 es el siguiente:

	Miles de euros		
	Valor nacional	2025	
		Valor razonable	
	Activo	Pasivo	
Permutas financieras	-	-	-
Sobre acciones	25.347	78	78
Sobre tipos de interés	25.347	78	78
Opciones	26	-	-
Sobre tipo de interés	26	-	-
Derivados	18.156	227	223
Sobre tipo de cambio	-	-	-
Sobre acciones	18.156	227	223
	43.529	305	301



009104598

CLASE 8.ª

	Miles de euros		
	Valor nacional	2024	
		Valor razonable	
	Activo	Pasivo	
Permutas financieras			
Sobre acciones	50	1	1
Sobre tipos de interés	47.971	413	413
	48.021	414	414
Opciones			
Sobre tipo de interés	30	-	-
Derivados			
Sobre tipo de cambio	13.025	220	213
Sobre acciones	-	-	-
	13.025	220	213
	61.076	634	627

El importe nominal y/o contractual de los contratos de Derivados mantenidos para negociar no supone el riesgo asumido por la Caja ya que su posición neta se obtiene de la compensación y/o combinación de dichos instrumentos.

La Caja mantiene contratadas operaciones de derivados con el Banco Cooperativo Español para la cobertura económica del riesgo de base de tipo de interés asociado a las operaciones de titulización que ha efectuado (véase Nota 50). De este modo, los saldos incluidos en el concepto de "Permutas financieras - Sobre tipos de interés" del activo y el pasivo anteriores incluyen, entre otras, la valoración de los derivados asociados a dichas operaciones de titulización, al no considerarse como instrumentos de cobertura contable.

b) Ganancias o pérdidas por activos y pasivos financieros mantenidos para negociar, netas

Durante los ejercicios 2025 y 2024 se han registrado ganancias netas por activos y pasivos financieros mantenidos para negociar por importe de 4 y 23 miles de euros, respectivamente (Nota 40).



009104599

CLASE B.º

**21. Activos financieros a valor razonable con cambios en otro resultado global**

El desglose de este epígrafe de los balances al 31 de diciembre de 2025 y 2024 en función de su contraparte y por tipos de instrumento es el siguiente:

	Miles de euros	
	2025	2024
<b>Valores representativos de deuda:</b>	<b>264.528</b>	<b>272.693</b>
Administraciones públicas españolas	260.406	271.271
Administración central	260.406	271.271
Entidades de crédito	209	210
Otros sectores residentes	199	-
Otros sectores no residentes	9.543	10.102
Correcciones de valor por deterioro de activos	(64)	(62)
Correcciones de micro-cobertura	(5.765)	(8.828)
<b>Instrumentos de patrimonio:</b>	<b>239.481</b>	<b>224.061</b>
Participaciones en entidades españolas	205.088	190.601
Participaciones en Instituciones de Inversión Colectiva (*)	17.975	15.486
Otras participaciones	16.418	17.974
	<b>504.009</b>	<b>496.754</b>

(\*) Se incluyen participaciones en Fondos y/o Sociedad de Capital Riesgo.

Al 31 de diciembre de 2025 y 2024, con relación a su categoría por riesgo de crédito, la totalidad de los valores representativos de deuda clasificados en este epígrafe estaban clasificados como "riesgo normal".



009104600

CLASE 8.ª

El detalle de Instrumentos de patrimonio al 31 de diciembre de 2025 y 2024, es el siguiente:

	Miles de euros	
	2025	2024
Grucajrrural Inversiones, S.L. (Nota 1.4)	-	155.702
Banco Cooperativo Español, S.A. (Nota 1.4)	90.202	6
Rural Grupo Asegurador, S.A. (Nota 1.4)	73.078	2
Rural Servicios Informáticos, S.C.	15.002	11.852
Bestinfoad, FI	8.687	7.642
Caja Rural de Jaén, S.C.C.	6.602	6.602
Alteralia III S.C.A. Sicav-Raif	3.229	5.220
Helia Renovables II, FCR	3.033	2.867
Espiga Equity Fund, FCR	2.976	2.403
Iberdrola, S.A.	2.136	1.539
Victoria Hotels & Resorts, S.L.	2.077	2.077
Sociedad de Avales y Garantías de Andalucía SGR	1.940	1.940
Docalía, S.L.	1.915	1.728
Resto	28.604	24.481
Total	<u>239.481</u>	<u>224.061</u>

Como se indica en la Nota 1.4, en el ejercicio 2025 la Junta General de Socios de Grucajrrural Inversiones, S.L. ha acordado una operación de reorganización societaria consistente en su desaparición como sociedad, de manera que las Cajas Rurales pasan a ostentar de forma directa sus participaciones en Banco Cooperativo Español, S.A. y en Rural Grupo Asegurador, S.A. Para ejecutar esta operación de reorganización societaria se acordó llevar a cabo una reducción del capital social de Grucajrrural, mediante reducción del valor nominal de las participaciones sociales, y un reembolso parcial de la prima de emisión; acuerdos que se han hecho efectivo mediante la adjudicación a la Entidad de las acciones de las entidades antes indicadas.

Como paso previo a la operación societaria descrita, la Junta General de Socios de Grucajrrural Inversiones, S.L. celebrada el 14 de mayo de 2025 acordó la ejecución de un scrip dividend consistente en el reparto de un dividendo, ejecutado como una ampliación de capital con cargo a las reservas disponibles de Grucajrrural Inversiones, S.L., por un importe de valor económico de 74 millones de euros, con ofrecimiento de adquisición de derechos de asignación gratuita. La operación de scrip dividend fue realizada mediante una ampliación de capital a través de la emisión de 301.100 participaciones nuevas, de valor nominal de 100 euros por participación, sin prima de asunción, siendo por tanto un aumento del capital social de Grucajrrural Inversiones, S.L. en un importe de 30.110.000 euros, con un valor razonable por participación de 245,68 euros, equivalente al valor teórico por participación a 31 de diciembre de 2024. La oferta a los socios de la alternativa de adquisición en efectivo por parte de Grucajrrural Inversiones, S.L. de derechos de asignación gratuita fue por importe de 15,54 euros por derecho. En este sentido, la Caja, en su calidad de socio de Grucajrrural Inversiones, S.L., optó por suscribir la totalidad de las participaciones que le correspondían en función de su participación en el capital social y vender los derechos de asignación gratuita sobrantes, correspondientes a los restos.



009104601

CLASE 8.ª

Asimismo, en el ejercicio anterior, la Junta General de Socios de Grucajrrural Inversiones, S.L. celebrada el 20 de junio de 2024 acordó la ejecución de un scrip dividend consistente en el reparto de un dividendo, ejecutado como una ampliación de capital con cargo a la prima de asunción de Grucajrrural Inversiones, S.L., por un importe de valor económico de 54 millones de euros, con ofrecimiento de adquisición de derechos de asignación gratuita. La operación de scrip dividend fue realizada mediante una ampliación de capital a través de la emisión de 228.530 participaciones nuevas, de valor nominal de 100 euros por participación, sin prima de asunción, siendo por tanto un aumento del capital social de Grucajrrural Inversiones, S.L. en un importe de 22.853.000 euros, con un valor razonable por participación de 236,82 euros, equivalente al valor teórico por participación a 31 de diciembre de 2023. La oferta a los socios de la alternativa de adquisición en efectivo por parte de Grucajrrural Inversiones, S.L. de derechos de asignación gratuita fue por importe de 11,93 euros por derecho. En este sentido, la Caja, en su calidad de socio de Grucajrrural Inversiones, S.L., optó por suscribir la totalidad de las participaciones que le correspondían en función de su participación en el capital social y vender los derechos de asignación gratuita sobrantes, correspondientes a los restos.

Como resultado de estas operaciones de script dividend descritas, la Caja ha registrado en el epígrafe "Ingresos por dividendos" de la cuenta de pérdidas y ganancias un importe de 13.103 miles de euros en el ejercicio 2025, de los cuales 8.869 miles de euros proceden de script dividend. En el ejercicio 2024, la Caja registró 10.857 miles de euros, de los cuales 6.404 miles de euros correspondieron a script dividend.

El desglose por vencimientos del epígrafe de "Activos financieros a valor razonable con cambios en otro resultado global -Valores representativos de deuda" de los balances al 31 de diciembre de 2025 y 2024, es el siguiente:

	Miles de euros	
	2025	2024
Por vencimiento:		
A la vista	-	-
Hasta 1 año	168.927	2.405
Entre 1 año y 5 años	95.292	270.288
Más de 5 años	309	-
	<u>264.528</u>	<u>272.693</u>



009104602

**CLASE 8.ª**

Los movimientos experimentados durante los ejercicios 2025 y 2024 en el epígrafe de “Activos financieros a valor razonable con cambios en otro resultado global” se muestran a continuación:

	Miles de euros	
	2025	2024
Saldo al inicio del ejercicio	496.754	571.797
Adiciones	74.874	174.550
Ventas y amortizaciones	(69.364)	(257.003)
Movimientos en ajustes por valoración	7.362	7.044
Ajustes de microcobertura	3.063	5.730
Otros movimientos	(8.678)	(5.488)
Deterioro del valor o (reversión del deterioro del valor) de activos financieros no valorados a valor razonable con cambios en resultados (Nota 46)	(2)	124
Saldo al cierre del ejercicio	504.009	496.754

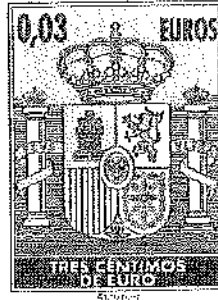
El tipo de interés medio anual deudor (corregido con las coberturas realizadas sobre estos activos) durante los ejercicios 2025 y 2024 de los “Valores representativos de deuda” ha ascendido al 3,88% y al 4,93%, respectivamente.

Ingresos por dividendos

En el epígrafe “Ingresos por dividendos” de la cuenta de pérdidas y ganancias se registran al 31 de diciembre de 2025 y 2024, los dividendos percibidos por las participaciones que mantiene la Caja, indicadas en los desgloses anteriores de “Instrumentos de patrimonio” que no están registradas como “Activos financieros mantenidos para negociar”. Los ingresos por dividendos han alcanzado el importe de 17.146 y 13.803 miles de euros en los ejercicios 2025 y 2024, respectivamente.

Deterioro del valor o (reversión del deterioro del valor) de activos financieros no valorados a valor razonable con cambios en resultados

El importe registrado por la Caja en el epígrafe “Deterioro del valor o reversión del deterioro del valor de activos financieros no valorados a valor razonable con cambios en resultados – Activos financieros a valor razonable con cambios en otro resultado global” de la cuenta de pérdidas y ganancias adjunta asciende a una dotación del deterioro de valor neta de 2 miles de euros al 31 de diciembre de 2025 y a una reversión del deterioro de valor neta de 124 miles de euros al 31 de diciembre de 2024 (Nota 46).



009104603

CLASE 8.ª

Otro resultado global acumulado en el patrimonio neto

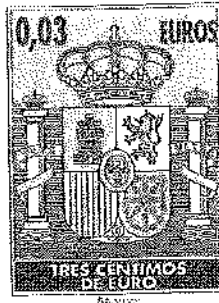
El saldo del epígrafe de “Otro resultado global acumulado” del patrimonio neto al 31 de diciembre de 2025 y 2024 producido por los cambios en el valor razonable, una vez deducido su efecto fiscal, de los elementos incluidos en el epígrafe de “Activos financieros a valor razonable con cambios en otro resultado global” es el siguiente:

	Miles de euros	
	2025	2024
Elementos que no se reclasificarán en resultados Instrumentos de patrimonio	58.416	50.299
Elementos que pueden reclasificarse en resultados Instrumentos de deuda	3.741	5.508
	<u>62.157</u>	<u>55.807</u>

**22. Activos financieros a coste amortizado**

El desglose de este epígrafe de los balances al 31 de diciembre de 2025 y 2024 es el siguiente:

	Miles de euros	
	2025	2024
Valor en libros bruto:	9.400.421	8.813.292
Valores representativos de deuda (Nota 22.a)	1.210.921	1.111.868
Préstamos y anticipos a entidades de crédito (Nota 22.b)	199.180	177.429
Préstamos y anticipos a la clientela (Nota 22.c)	7.990.320	7.523.995
Correcciones de valor por deterioro de activos (Nota 22.d):	(194.107)	(215.420)
Valores representativos de deuda (Nota 22.a)	(123)	(195)
Préstamos y anticipos a entidades de crédito	-	-
Préstamos y anticipos a la clientela (Nota 22.c)	(193.984)	(215.225)
	<u>9.206.314</u>	<u>8.597.872</u>



009104604

CLASE 8.ª

## a) Valores representativos de deuda

El desglose de este epígrafe de los balances al 31 de diciembre de 2025 y 2024 es el siguiente:

	Miles de euros	
	2025	2024
Administraciones públicas españolas	843.537	720.982
Administración central	816.376	688.848
Administraciones autonómicas	27.161	32.134
Administraciones públicas no residentes en España	271.703	235.422
Entidades de Crédito	89.629	94.672
Otras sociedades financieras	5.797	7.422
Sociedades no financieras	14.824	50.012
Correcciones de valor por deterioro de activos	(123)	(195)
Correcciones de micro-cobertura	(14.569)	3.358
	<u>1.210.798</u>	<u>1.111.673</u>

El desglose por monedas y vencimientos del epígrafe de "Activos financieros a coste amortizado – Valores representativos de deuda" de los balances al 31 de diciembre de 2025 y 2024, es el siguiente:

	Miles de euros	
	2025	2024
Por moneda:		
En Euros	1.210.798	1.111.673
	<u>1.210.798</u>	<u>1.111.673</u>
Por vencimiento:		
Hasta 1 año	140.220	43.517
Entre 1 año y 5 años	553.739	449.658
Más de 5 años	516.839	618.498
	<u>1.210.798</u>	<u>1.111.673</u>

Al 31 de diciembre de 2025 y 2024, con relación a su categoría por riesgo de crédito, la totalidad de los valores representativos de deuda clasificados en este epígrafe estaban clasificados como "riesgo normal".



009104605

**CLASE 8.ª**

Los movimientos experimentados durante los ejercicios 2025 y 2024 en el epígrafe de “Activos financieros a coste amortizado – Valores representativos de deuda” se muestran a continuación:

	Miles de euros	
	2025	2024
Saldo inicio del ejercicio	1.111.673	963.011
Adiciones	161.289	284.351
Amortizaciones	(52.438)	(133.821)
Deterioro del valor o (reversión del deterioro del valor) de activos financieros no valorados a valor razonable con cambios en resultados (Nota 46)	72	(195)
Ajustes micro-coberturas	(17.926)	(515)
Otros movimientos	8.128	(1.158)
Saldo al cierre del ejercicio	<u>1.210.798</u>	<u>1.111.673</u>

El tipo de interés deudor medio anual durante el ejercicio 2025 y 2024 del epígrafe “Activos financieros a coste amortizado – Valores representativos de deuda” ha ascendido al 2,65% y 2,25%, respectivamente.

**b) Préstamos y anticipos a entidades de crédito**

El desglose del saldo de Préstamos y anticipos a entidades de crédito del epígrafe de “Activos financieros a coste amortizado” al 31 de diciembre de 2025 y 2024, es el siguiente:

	Miles de euros	
	2025	2024
Otros préstamos a plazo	168.110	103.102
Principal dispuesto	167.482	103.005
Ajustes por valoración	628	97
Intereses devengados	628	97
Anticipos distintos de préstamos	31.070	74.327
Principal dispuesto	31.070	74.327
Ajustes por valoración	-	-
	<u>199.180</u>	<u>177.429</u>

El tipo de interés medio deudor anual durante los ejercicios 2025 y 2024 de los Depósitos en entidades de crédito remunerados ha ascendido al 2,90% y 3,89%, respectivamente.



009104606

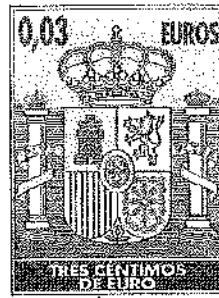
**CLASE 8.ª**

En el epígrafe “Otros préstamos a plazo” se incluye un saldo de 93.063 y 84.607 miles de euros al 31 de diciembre de 2025 y 2024, respectivamente, en el Banco Cooperativo Español, S.A., que se encuentra afecto al cumplimiento del coeficiente de reservas mínimas, según lo estipulado en la normativa vigente, que se situaba, al 31 de diciembre de 2025 y 2024, en el 1%, de los pasivos computables a tal efecto, de acuerdo al Reglamento (UE) nº 1358/2011 del Banco Central Europeo de 14 de diciembre de 2011 (véase Nota 1.1).

## c) Préstamos y anticipos a la clientela

El desglose del saldo de Préstamos y anticipos a la clientela de “Activos financieros a coste amortizado” al 31 de diciembre de 2025 y 2024, es el siguiente:

	Miles de euros	
	2025	2024
Préstamos	7.788.266	7.300.768
Principal dispuesto	7.898.244	7.442.463
Ajustes por valoración:	(109.978)	(141.695)
Correcciones de valor por deterioro de activos	(193.621)	(214.057)
Intereses devengados	18.225	23.690
Comisiones	(22.154)	(23.006)
Costes de transacción	87.601	71.010
Operaciones de microcobertura	(29)	668
Anticipos distintos de préstamos	8.070	8.002
Principal dispuesto	8.433	9.170
Ajustes por valoración:	(363)	(1.168)
Correcciones de valor por deterioro de activos	(363)	(1.168)
	<u>7.796.336</u>	<u>7.308.770</u>



009104607

**CLASE 8.ª**

El desglose según su naturaleza y contraparte del epígrafe “Activos financieros a coste amortizado – Préstamos y anticipos a la clientela” al 31 de diciembre de 2025, es el siguiente:

	Miles de euros				Total
	Administraciones públicas	Otras sociedades financieras	Sociedades no financieras	Hogares (*)	
A la vista y con breve plazo de preaviso	-	-	314	1.206	1.520
Deuda por tarjetas de crédito	-	11	2.656	65.478	68.145
Cartera comercial	4.937	-	223.526	1.146	229.609
Arrendamientos financieros	-	-	53.729	3.486	57.215
Préstamos de recompra inversa	-	-	-	-	-
Otros préstamos a plazo	331.278	77.519	1.998.298	5.024.682	7.431.777
Anticipos distintos de préstamos	109	1.266	2.350	4.345	8.070
	<b>336.324</b>	<b>78.796</b>	<b>2.280.873</b>	<b>5.100.343</b>	<b>7.796.336</b>
<i>De los cuales: préstamos hipotecarios</i>	<i>5.854</i>	<i>493</i>	<i>709.633</i>	<i>4.462.851</i>	<i>5.178.831</i>
<i>De los cuales: otros préstamos con garantías reales</i>	<i>-</i>	<i>11.368</i>	<i>108.581</i>	<i>12.864</i>	<i>132.813</i>
<i>De los cuales: crédito al consumo</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>283.581</i>	<i>283.581</i>
<i>De los cuales: préstamos para compra de vivienda</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>4.059.373</i>	<i>4.059.373</i>
<i>De los cuales: préstamos para financiación de proyectos</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>21.035</i>	<i>-</i>	<i>21.035</i>

(\*) Incluye resto hogares, ISFLSH y empresarios individuales.

El desglose según su naturaleza y contraparte del epígrafe “Activos financieros a coste amortizado – Préstamos y anticipos a la clientela” al 31 de diciembre de 2024, es el siguiente:

	Miles de euros				Total
	Administraciones públicas	Otras sociedades financieras	Sociedades no financieras	Hogares (*)	
A la vista y con breve plazo de preaviso	-	-	165	1.525	1.690
Deuda por tarjetas de crédito	1	9	2.707	58.416	61.133
Cartera comercial	4.936	-	228.498	937	234.371
Arrendamientos financieros	14	-	54.729	3.594	58.337
Préstamos de recompra inversa	-	-	-	-	-
Otros préstamos a plazo	426.423	113.782	2.010.299	4.394.733	6.945.237
Anticipos distintos de préstamos	181	1.127	2.406	4.288	8.002
	<b>431.555</b>	<b>114.918</b>	<b>2.298.804</b>	<b>4.463.493</b>	<b>7.308.770</b>
<i>De los cuales: préstamos hipotecarios</i>	<i>6.144</i>	<i>193</i>	<i>698.313</i>	<i>3.877.221</i>	<i>4.581.871</i>
<i>De los cuales: otros préstamos con garantías reales</i>	<i>14</i>	<i>-</i>	<i>112.112</i>	<i>13.759</i>	<i>125.885</i>
<i>De los cuales: crédito al consumo</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>252.361</i>	<i>252.361</i>
<i>De los cuales: préstamos para compra de vivienda</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>3.495.056</i>	<i>3.495.056</i>
<i>De los cuales: préstamos para financiación de proyectos</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>19.835</i>	<i>-</i>	<i>19.835</i>

(\*) Incluye resto hogares, ISFLSH y empresarios individuales.



009104608

CLASE B.1

El desglose del valor en libros bruto (incluido intereses devengados y comisiones) y coberturas por deterioro de los "Préstamos y anticipos a la clientela", en función de su categoría de riesgo de crédito, al 31 de diciembre de 2025 es el siguiente:

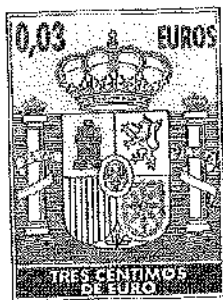
	Miles de euros						Total
	Normales		Normales en vigilancia especial		Dudosas		
	Valor bruto	Cobertura	Valor bruto	Cobertura	Valor bruto	Cobertura	
Administraciones públicas	336.328	(4)	-	-	-	-	336.324
Otras sociedades financieras	60.506	(259)	30.317	(11.797)	29	-	78.796
Sociedades no financieras	2.198.953	(54.499)	115.230	(8.929)	66.763	(36.645)	2.280.873
Hogares (*)	5.024.686	(48.014)	94.903	(5.155)	62.605	(28.682)	5.100.343
	<b>7.620.473</b>	<b>(102.776)</b>	<b>240.450</b>	<b>(25.881)</b>	<b>129.397</b>	<b>(65.327)</b>	<b>7.796.336</b>

(\*) Incluye resto hogares, ISFLSH y empresarios individuales.

El desglose del valor en libros bruto (incluido intereses devengados y comisiones) y coberturas por deterioro de los "Préstamos y anticipos a la clientela" en función de su categoría de riesgo de crédito al 31 de diciembre de 2024 es el siguiente:

	Miles de euros						Total
	Normales		Normales en vigilancia especial		Dudosas		
	Valor bruto	Cobertura	Valor bruto	Cobertura	Valor bruto	Cobertura	
Administraciones públicas	431.555	-	-	-	-	-	431.555
Otras sociedades financieras	104.299	(594)	24.275	(13.078)	36	(20)	114.918
Sociedades no financieras	2.225.849	(65.144)	118.787	(7.105)	67.886	(41.469)	2.298.804
Hogares (*)	4.370.018	(55.244)	113.356	(5.602)	67.934	(26.969)	4.463.493
	<b>7.131.721</b>	<b>(120.982)</b>	<b>256.418</b>	<b>(25.785)</b>	<b>135.856</b>	<b>(68.458)</b>	<b>7.308.770</b>

(\*) Incluye resto hogares, ISFLSH y empresarios individuales.



009104609

**CLASE 8.ª**

Durante los ejercicios 2025 y 2024 se han realizado los siguientes movimientos entre las diferentes situaciones de riesgos:

	Miles de euros	
	2025	2024
Transferencias entre Normal y Vigilancia Especial		
A Vigilancia Especial desde Normal	72.579	45.395
A Normal desde Vigilancia Especial	54.503	29.471
Transferencias entre Vigilancia Especial y Dudosos		
A Dudosas desde Vigilancia Especial	14.717	23.722
A Vigilancia Especial desde Dudosas	11.039	4.499
Transferencias entre Normal y Dudosos		
A Dudosas desde Normal	28.492	25.932
A Normal desde Dudosas	1.297	1.239

El tipo de interés medio anual deudor durante los ejercicios 2025 y 2024 de los saldos incluidos en el epígrafe de "Préstamos y anticipos a la clientela" ha ascendido al 3,14% y 3,78% respectivamente.

Activos dudosos

El desglose de activos dudosos es el siguiente:

	Miles de euros	
	2025	2024
Préstamos dudosos	128.990	134.540
Ajustes por valoración:		
Correcciones de valor por deterioro de activos	(64.964)	(67.290)
Intereses devengados y comisiones	(42)	63
Anticipos dudosos distintos de préstamos	449	1.253
Ajustes por valoración:		
Correcciones de valor por deterioro de activos	(363)	(1.168)
Intereses devengados y comisiones	-	-



009104610

CLASE 8.ª

Activos dudosos está compuesto por aquellos activos que se han considerado como deteriorados, tanto por criterios de morosidad, como por concurrir otras razones distintas de la morosidad. El desglose de activos dudosos en libros bruto al 31 de diciembre de 2025 y 2024 es el siguiente:

	Miles de euros (*)	
	2025	2024
Por la forma de determinación:		
Dudosos no morosos	40.945	46.491
Moroso (y arrastre de operaciones)	88.452	89.365
	<u>129.397</u>	<u>135.856</u>

(\*) Incluye intereses devengados y comisiones

En relación con los activos financieros cuyo deterioro ha sido determinado por criterios distintos de la morosidad, los factores que han condicionado a la Caja determinar el deterioro corresponden a la situación financiera del deudor, situaciones derivadas de procesos legales (tales como concursos de acreedores), evolución del sector económico correspondiente, volumen de impagados, devoluciones u otras que se consideren relevantes.





009104612

CLASE 8.ª

	Total riesgos marítimos		Con importe vencidos > 90 días <= 6 meses		Con importes vencidos > 6 meses <= 9 meses		Con importe vencidos > 12 meses <= 15 meses		Con importe vencidos > 15 meses <= 18 meses		Con importe vencidos > 18 meses <= 21 meses		Con importe vencidos > 21 meses			
	Importe en bruto	Cobertura	Importe en bruto	Cobertura	Importe en bruto	Cobertura	Importe en bruto	Cobertura	Importe en bruto	Cobertura	Importe en bruto	Cobertura	Importe en bruto	Cobertura		
Bancos centrales	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Administraciones Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Entidades de crédito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Otras sociedades financieras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Sociedades no financieras y empresarios individuales	42.427	(23.190)	12.796	(7.189)	5.035	(3.241)	5.467	(3.305)	2.011	(1.495)	3.447	(1.770)	2.886	(1.598)		
Financiación especializada	1.874	(969)	225	(191)	43	-	385	(146)	273	(122)	426	(426)	-	826	(84)	
Finalidades distintas de la financiación especializada:	40.553	(22.221)	12.573	(6.998)	4.992	(3.241)	5.184	(3.159)	1.738	(1.313)	3.021	(1.344)	2.886	(1.598)		
-Grandes empresas	3.497	(2.582)	2.504	(1.812)	2	-	4.478	(2.680)	1.523	(1.210)	2.605	(1.055)	78	(31)		
-Pymes	32.139	(17.345)	8.845	(4.873)	4.576	(3.053)	706	(479)	215	(103)	416	(289)	308	(185)		
-Empresarios individuales	4.917	(2.294)	1.204	(315)	414	(188)	4272	(1.502)	3.674	(1.299)	2.675	(1.461)	2.957	(1.298)		
Hogares (excluidos empresarios individuales)	46.938	(17.490)	12.245	(3.467)	6.722	(1.899)	4.272	(1.502)	2.830	(709)	1.871	(922)	2.054	(812)		
Adquisición de viviendas	34.518	(10.602)	9.350	(2.186)	5.407	(1.428)	3.219	(921)	2.830	(709)	1.871	(922)	2.054	(812)		
Crédito al consumo	4.014	(3.098)	803	(407)	546	(263)	516	(407)	394	(248)	394	(350)	278	(276)		
Del cual: deudas por tarjetas de crédito	464	(369)	119	(66)	51	(31)	49	(36)	38	(32)	32	(29)	34	(34)		
Otros fines	8.406	(3.790)	2.092	(874)	769	(208)	537	(234)	550	(342)	410	(189)	625	(210)		
<b>Total</b>	<b>89.565</b>	<b>(40.680)</b>	<b>25.041</b>	<b>(10.656)</b>	<b>11.757</b>	<b>(5.140)</b>	<b>9.739</b>	<b>(4.867)</b>	<b>5.685</b>	<b>(2.754)</b>	<b>6.122</b>	<b>(3.231)</b>	<b>5.843</b>	<b>(2.896)</b>	<b>25.178</b>	<b>(11.156)</b>

31 de diciembre de 2024



009104613

**CLASE 8.ª**

Las garantías asociadas a activos deteriorados (dudosos) al 31 de diciembre de 2025 y 2024 son las siguientes:

	Miles de euros	
	2025	2024
Operaciones con garantía financiera	212	246
Operaciones con garantía real residencial	95.982	101.763
Operaciones con garantía real comercial	28.319	25.928
Operaciones con resto de garantía inmobiliaria	42.536	32.377
Operaciones con resto de garantía	3.713	1.590
	<u>170.762</u>	<u>161.904</u>

El valor en libros de los activos financieros vencidos y no deteriorados sin considerar las correcciones de valor por deterioro, clasificados en función de su antigüedad al 31 de diciembre de 2025 y 2024 es el siguiente:

	Miles de euros		
	Menos de 1 mes	Entre 1 y 3 meses	Total
<b>31 de diciembre de 2025</b>			
Préstamos y anticipos a la clientela:	-	-	-
Administraciones Públicas	-	-	-
Otras sociedades financieras	-	-	-
Sociedades no financieras	13.946	3.343	17.289
Hogares	85.162	25.509	110.671
<b>31 de diciembre de 2024</b>			
Préstamos y anticipos a la clientela:	-	-	-
Administraciones Públicas	-	-	-
Otras sociedades financieras	-	-	-
Sociedades no financieras	37.689	12.036	49.725
Hogares	85.578	44.586	130.164



CLASE 8ª



009104614

La clasificación de los importes vencidos de los activos clasificados como no deteriorados pendientes de cobro en función de su antigüedad es la siguiente (incluyendo el valor de las garantías asociadas):

	Miles de euros			
	2025		2024	
	Importes vencidos (*)	Valor de las garantías asociadas (**)	Importes vencidos (*)	Valor de las garantías asociadas (**)
Menos 1 mes	4.482	269.735	6.816	305.705
Más de 1 mes sin exceder de 3 meses	1.070	32.242	995	50.669
Más de 2 meses sin exceder de 3 meses	494	18.786	2.587	37.792
	<b>6.046</b>	<b>320.763</b>	<b>10.398</b>	<b>394.166</b>

(\*) Se incluyen las cuotas de los riesgos vencidas pendientes de cobro a cierre del ejercicio 2025 y 2024.

(\*\*) Se incluyen las garantías que cubren el 100% de la exposición del riesgo cuyas cuotas se encuentran impagadas a cierre de los ejercicios 2025 y 2024.

El movimiento de los activos financieros deteriorados dados de baja del balance de la Caja al considerarse remota su recuperación es el siguiente:

	Miles de euros	
	2025	2024
Saldo al inicio del ejercicio	54.369	29.311
Altas:		
Con cargo a correcciones de valor por deterioro de activos	16.818	19.715
Con cargo directo en la cuenta de pérdidas y ganancias (Nota 22.d)	1.289	3.225
Productos vencidos y no cobrados	4.196	5.433
Por otros conceptos	127	109
Bajas:		
Por recuperación en efectivo de principal a las contrapartes (Nota 22.d)	(641)	(704)
Por recuperación en efectivo de productos vencidos y no cobrados	-	-
Por condonación y otros conceptos	(1.817)	(2.720)
Por prescripción	-	-
Por adjudicación de activo material	-	-
Ventas:		
Cobro a los cesionarios (Nota 22.d)	(378)	-
Pérdida definitiva	(885)	-
Saldo al final del ejercicio	<b>73.078</b>	<b>54.369</b>



009104615

**CLASE 8.ª****d) Pérdidas por deterioro**

El detalle al 31 de diciembre de 2025 y 2024 del saldo de "Correcciones de valor por deterioro de activos" del epígrafe "Activos financieros a coste amortizado" es el siguiente:

	Miles de euros	
	2025	2024
Valores representativos de deuda		
Correcciones de valor valoradas individualmente	-	-
Correcciones de valor valoradas colectivamente	123	195
	123	195
Préstamos y anticipos a la clientela		
Correcciones de valor valoradas individualmente	59.347	56.094
Correcciones de valor valoradas colectivamente	134.637	159.131
	193.984	215.225
	194.107	215.420

El movimiento durante los ejercicios 2025 y 2024 del saldo de "Correcciones de valor por deterioro de activos" del epígrafe "Activos financieros a coste amortizado" es el siguiente:

	Miles de euros	
	2025	2024
Saldo al inicio del ejercicio	215.420	286.559
Dotaciones con cargos a resultados	61.238	69.344
Recuperación de dotaciones con abono a resultados	(67.323)	(55.449)
Utilización del saldo del deterioro de valor acumulado	(16.818)	(19.715)
Otros movimientos*	1.591	(65.319)
Saldo al cierre del ejercicio	194.108	215.420

(\*) En otros movimientos del ejercicio 2024 se registró, entre otros, la aplicación del deterioro por la compensación de pérdidas acumuladas sobre la financiación concedida a la Sociedad de Gestión Activos Grupo Caja Rural del Sur, S.A.U. por importe de 66.225 miles de euros.



009104616

**CLASE 8.ª**

El desglose del saldo del epígrafe “Deterioro del valor o (reversión del deterioro del valor) de activos financieros no valorados a valor razonable con cambios en resultados – Activos financieros a coste amortizado” de la cuenta de pérdidas y ganancias de los ejercicios anuales terminados el 31 de diciembre de 2025 y 2024 se muestra a continuación:

	Miles de euros	
	2025	2024
Activos financieros a coste amortizado		
Dotaciones con cargo a resultados	61.238	69.344
Amortizaciones directas de saldos (Nota 22.c)	1.289	3.225
Recuperaciones de dotaciones con abono a resultados	(67.323)	(55.449)
Recuperaciones de activos fallidos (Nota 22.c)	(1.019)	(704)
<b>Total (Nota 46)</b>	<b>(5.815)</b>	<b>16.416</b>

**e) Activos financieros renegociados**

El importe al 31 diciembre de 2025 y 2024 de las operaciones que, con posterioridad a la refinanciación o reestructuración, han sido clasificadas como dudosas durante el ejercicio 2025 y 2024, desglosado por contraparte y finalidad, es el siguiente:

	Miles de euros	
	2025	2024
Entidades de crédito	-	-
Administraciones públicas	-	-
Otras sociedades financieras y empresarios individuales (actividad empresarial financiera)	-	-
Sociedades no financieras y empresarios individuales (actividad empresarial no financiera)	9.694	2.915
<i>De las cuales: financiación a la construcción y promoción inmobiliaria (incluido suelo)</i>	-	295
Resto de hogares	1.716	3.474
<b>Total</b>	<b>11.410</b>	<b>6.389</b>



009104617

CLASE B.ª

El detalle del número e importe bruto en libros (en miles de euros) de las operaciones de refinanciación, refinanciadas y reestructuradas, junto con sus respectivas coberturas por riesgo de crédito, desglosado por contrapartes y finalidades es como sigue:

31 de diciembre de 2025

	TOTAL																
	Sin garantía real					Con garantía real					Del cual, suídeos						
	Número de operaciones	Importe en libros bruto	Número de operaciones	Importe en libros bruto	Importe máximo de la garantía real que puede considerarse	Número de operaciones	Importe en libros bruto	Número de operaciones	Importe en libros bruto	Importe máximo de la garantía real que puede considerarse	Número de operaciones	Importe en libros bruto	Número de operaciones	Importe en libros bruto	Importe máximo de la garantía real que puede considerarse	Deterioro de valor acumulado a razonable deudas al riesgo de crédito	Deterioro de valor acumulado a pérdidas acumuladas en el valor razonable deudas al riesgo de crédito
Entidades de crédito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administraciones Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Otras sociedades financieras y empresarios individuales (actividad empresarial financiera)	1	4	1	29	29	-	-	-	-	-	1	29	29	29	-	-	-
Sociedades no financieras y empresarios individuales (actividad empresarial no financiera)	438	23.403	262	48.761	46.922	16	(16.058)	98	6.957	13.238	98	13.238	12.591	16	(11.310)	(11.310)	
De las cuales: <i>financiación a la construcción y promoción inmobiliaria (incluido sual)</i>	4	134	26	5.230	5.209	-	(1.955)	2	81	1.160	5	1.160	850	-	(1.007)	(1.007)	
Resto de hogares	249	2.393	1.000	61.209	38.096	79	(16.295)	103	798	26.344	384	26.344	24.665	24	(14.251)	(14.251)	
<b>Total</b>	<b>688</b>	<b>25.800</b>	<b>1.263</b>	<b>109.999</b>	<b>105.047</b>	<b>95</b>	<b>(32.353)</b>	<b>201</b>	<b>7.755</b>	<b>39.611</b>	<b>483</b>	<b>39.611</b>	<b>37.285</b>	<b>40</b>	<b>(25.561)</b>	<b>(25.561)</b>	

INFORMACIÓN ADICIONAL:																	
Financiación clasificada como activos no corrientes y grupos enajenables de elementos que se han clasificado como mantenidos para la venta																	
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-





CLASE 8.ª



009104619

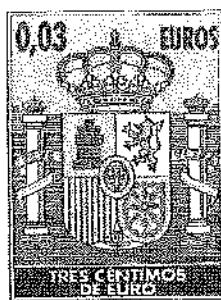
**23. Activos financieros no destinados a negociación valorados obligatoriamente a valor razonable con cambios en resultados**

El desglose de este epígrafe del balance al 31 de diciembre de 2025 y 2024 es el siguiente:

	Miles de euros	
	2025	2024
Valores representativos de deuda	726	1.987
Otras sociedades financieras	726	1.987
Sociedades no financieras	-	-
Préstamos y anticipos a la clientela	-	-
Otras sociedades financieras	-	-
Sociedades no financieras	-	-
	<u>726</u>	<u>1.987</u>

El desglose del saldo de "Préstamos y anticipos a la clientela" del epígrafe de "Activos financieros no destinados a negociación valorados obligatoriamente a valor razonable con cambios en resultados" al 31 de diciembre de 2025 y 2024, es el siguiente:

	Miles de Euros	
	2025	2024
Préstamos	-	-
Principal dispuesto	6.133	6.789
Ajustes por valoración	(6.133)	(6.789)
Intereses devengados	-	-
Ajuste al valor razonable	(6.133)	(6.789)
Anticipos distintos de préstamos	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>



009104620

CLASE 8.ª

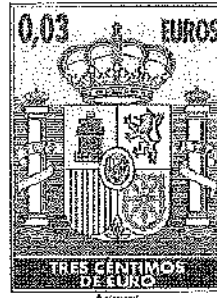
## 24. Derivados – contabilidad de coberturas

El desglose, por tipo de coberturas, de estos epígrafes de los balances al 31 de diciembre de 2025 y 2024 es el siguiente:

	Miles de euros					
	Valor Nominal		Valor Razonable			
	2025	2024	Activo		Pasivo	
		2025	2024	2025	2024	
Tipos de interés	1.365.267	832.382	39.101	10.659	45.885	53.440
Otros OTC	770.000	625.000	22.449	6.964	44.975	45.735
Otras operaciones cobertura cartera	595.267	207.382	16.652	3.695	910	7.705
Instrumentos de patrimonio	-	50	-	-	-	1
Otros	-	-	-	-	-	-
<b>Cobertura de valor razonable</b>	<b>1.365.267</b>	<b>832.432</b>	<b>39.101</b>	<b>10.659</b>	<b>45.885</b>	<b>53.441</b>
Tipos de interés	420.036	66.000	6.136	-	26.422	27.291
Instrumentos de patrimonio	-	-	-	-	-	-
Otros	-	-	-	-	-	-
<b>Cobertura de flujos de efectivo</b>	<b>420.036</b>	<b>66.000</b>	<b>6.136</b>	<b>-</b>	<b>26.422</b>	<b>27.291</b>
<b>Derivados – contabilidad de coberturas</b>	<b>1.785.303</b>	<b>898.432</b>	<b>45.237</b>	<b>10.659</b>	<b>72.307</b>	<b>80.732</b>

A continuación, se presenta un desglose de las operaciones de cobertura, por contraparte, vencimiento y tipos de elementos cubiertos:

	Miles de euros					
	Valor Nominal		Valor Razonable			
	2025	2024	Activo		Pasivo	
		2025	2024	2025	2024	
Por contraparte:						
Entidades de crédito residentes	1.785.303	898.432	45.237	10.659	72.307	80.732
Por vencimiento:						
Hasta 1 año	246.000	25.000	147	-	40.295	3.060
Más de 1 año y hasta 5 años	542.036	349.050	6.136	688	30.277	60.989
Más de 5 años	997.267	524.382	38.954	9.971	1.735	16.683
	<b>1.785.303</b>	<b>898.432</b>	<b>45.237</b>	<b>10.659</b>	<b>72.307</b>	<b>80.732</b>
Por tipos de elementos cubiertos:						
Activos financieros a valor razonable con cambios en otro resultado global - Valores representativos de deuda	225.000	225.000	147	688	10.499	16.662
Activos financieros a coste amortizado - Valores representativos de deuda	950.036	451.000	28.438	6.276	60.863	58.755
Activos financieros a coste amortizado - Préstamos y Anticipos	610.267	222.382	16.652	3.695	945	8.314
Pasivos financieros a coste amortizado - Depósitos de la clientela	-	50	-	-	-	1
<b>Derivados – contabilidad de coberturas</b>	<b>1.785.303</b>	<b>898.432</b>	<b>45.237</b>	<b>10.659</b>	<b>72.307</b>	<b>80.732</b>



009104621

### CLASE 8.ª

La Caja realiza coberturas del riesgo de tipo de interés de carteras concretas de préstamos hipotecarios formalizados a tipo fijo, con permutas de tipos de interés mediante las que intercambia el tipo fijo recibido por un tipo variable. La valoración en el valor razonable de la cartera objeto de cobertura por variaciones en el tipo de interés se registra en el epígrafe "Cambios del valor razonable de los elementos cubiertos de una cartera con cobertura del riesgo del tipo de interés" del balance de situación. En el ejercicio 2025 y 2024, el valor razonable de la cartera cubierta por variaciones en el tipo de interés alcanzó un valor acreedor de 16.083 y un valor deudor de 4.179 miles de euros, respectivamente.

El resto de coberturas realizadas, cubren mayoritariamente determinadas operaciones de renta fija, siendo tanto de valor razonable como de flujos de efectivo, estas últimas destinadas a cubrir las fluctuaciones de la curva de inflación.

El importe notional y/o contractual de los contratos de derivados de cobertura de activo y pasivo no supone el riesgo asumido por la Caja ya que su posición neta se obtiene de la compensación y/o combinación de dichos instrumentos.



009104622

CLASE 8ª

A continuación, se muestra el detalle de los elementos cubiertos de las coberturas de valor razonable al 31 de diciembre de 2025 y 2024, respectivamente:

		Miles de euros									
		2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Valor en libros		Ajustes de cobertura incluidos en el importe en libros de activos/pasivos				Resto de ajustes por microcoberturas interrumpidas incluidas las coberturas de posiciones netas		Macrocoberturas: Elementos cubiertos de una cartera con cobertura del riesgo de tipo de interés		Ineficacias reconocidas en resultados	
<b>ACTIVOS</b>											
Activos financieros valorados a valor razonable con cambios en otro resultado global											
Valores representativos de deuda		244.177	251.630	(5.765)	(8.828)	-	-	-	-	-	-
Tipo de interés		244.177	251.630	(5.765)	(8.828)	-	-	-	-	-	-
Inflación		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Préstamos y anticipos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tipo de interés		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Inflación		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Activos financieros valorados a coste amortizado											
Valores representativos de deuda		588.423	444.462	(14.569)	3.358	-	-	-	-	-	-
Tipo de interés		40.079	5.102	(546)	36	-	-	-	-	-	-
Inflación		548.344	439.360	(14.023)	3.322	-	-	-	-	-	-
Préstamos y anticipos		610.629	227.795	(29)	668	-	-	(16.083)	4.179	-	-
Tipo de interés		610.629	227.795	(29)	668	-	-	(16.083)	4.179	-	-
Inflación		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>PASIVOS</b>											
Pasivos financieros valorados a coste amortizado											
Valores representativos de deuda emitidos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos		-	50	-	1	-	-	-	-	-	-



009104623

**CLASE 8.ª**

A continuación, se muestra el detalle de los elementos cubiertos de las coberturas de flujos de efectivo al 31 de diciembre de 2025 y 2024, respectivamente:

	Miles de euros							
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
	Reservas de flujos de efectivo o reservas de conversión				Ineficiencias reconocidas en resultados			
Valor en libros	Cobertura continua		Coberturas discontinuadas					
<b>ACTIVOS</b>								
Activos financieros valorados a valor razonable con cambios en otro resultado global								
Valores representativos de deuda	-	-	-	-	-	-	-	-
Tipo de interés	-	-	-	-	-	-	-	-
Inflación	-	-	-	-	-	-	-	-
Préstamos y anticipos	-	-	-	-	-	-	-	-
Tipo de interés	-	-	-	-	-	-	-	-
Inflación	-	-	-	-	-	-	-	-
Activos financieros valorados a coste amortizado								
Valores representativos de deuda	494.078	88.522	(2.761)	6.444	-	-	-	-
Tipo de interés	-	-	-	-	-	-	-	-
Inflación	494.078	88.522	(2.761)	6.444	-	-	-	-
Préstamos y anticipos	-	-	-	-	-	-	-	-
Tipo de interés	-	-	-	-	-	-	-	-
Inflación	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>PASIVOS</b>								
Pasivos financieros valorados a coste amortizado								
Valores representativos de deuda emitidos	-	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos	-	-	-	-	-	-	-	-



009104624

CLASE 8.ª

**25. Activos no corrientes y grupos enajenables de elementos que se han clasificado como mantenidos para la venta**

El desglose de este epígrafe de los balances al 31 de diciembre de 2025 y 2024 adjuntos es el siguiente:

	Miles de euros	
	2025	2024
Inversiones inmobiliarias	3.115	3.302
Activo material adjudicado (Nota 9)	7.181	9.603
<b>Total importe bruto</b>	<b>10.296</b>	<b>12.905</b>
Inversiones inmobiliarias	(1.043)	(1.097)
Activo material adjudicado (Nota 9)	(6.761)	(8.650)
<b>Total correcciones de valor por deterioro de activos</b>	<b>(7.804)</b>	<b>(9.747)</b>
<b>Total importe neto</b>	<b>2.492</b>	<b>3.158</b>

El siguiente cuadro muestra la razón social de las sociedades y agencias de tasación en base a cuyas tasaciones se ha procedido a estimar la necesidad o no, de contabilizar pérdidas por deterioro sobre los activos no corrientes en venta consistentes en inversiones inmobiliarias y activo material adjudicado, indicándose para cada sociedad y agencia de tasación, el valor en libros neto de pérdidas por deterioro contabilizado de los activos tasados por dichas sociedades, así como el correspondiente valor razonable estimado en las mencionadas tasaciones al 31 de diciembre de 2025 y 2024:



009104625

CLASE 8.ª

	Miles de euros			
	2025		2024	
	Contable	Tasación	Contable	Tasación
Valmesa	1.137	5.998	1.419	6.770
Tasasur	527	1.019	527	1.767
Gloval Valuation	291	1.989	368	2.110
Tinsa	336	1.124	251	789
Krata	-	870	235	2.891
UVE Valoraciones	-	-	189	308
Gestión de Valoraciones y Tasaciones	151	958	133	763
Cohispania	36	84	36	90
Arco Valoraciones	-	93	-	136
Instituto de Valoraciones	14	696	-	9
Eurotasa	-	239	-	239
Tasaciones Andaluzas	-	34	-	34
Spania Tasaciones	-	76	-	76
	<u>2.492</u>	<u>13.180</u>	<u>3.158</u>	<u>15.982</u>

El desglose del epígrafe "Activo material adjudicado" de los balances al 31 de diciembre de 2025 y 2024, en función del tipo de bien adjudicado, sin considerar las correcciones de valor por deterioro de activos, es el siguiente:

	Miles de euros	
	2025	2024
Activos residenciales	1.678	1.841
Activos industriales	605	640
Activos agrícolas	505	1.780
Otros activos	4.393	5.342
	<u>7.181</u>	<u>9.603</u>



CLASE 8.ª



009104626

El epígrafe “Inversiones inmobiliarias” recoge los edificios de uso propio de la Caja, que se ha decidido poner a la venta. En relación con dichos edificios, la Caja continúa desarrollando políticas activas encaminadas a su enajenación, disponiendo además de tasaciones efectuadas por expertos independientes que soportan el valor neto contable registrado al 31 de diciembre de 2025 y 2024.

El epígrafe “Activo material adjudicado” registra los activos adjudicados en pago de deudas.

Los activos no corrientes mantenidos para la venta no son objeto de amortización mientras permanezcan en esta categoría.

Los movimientos experimentados durante los ejercicios 2025 y 2024 en el epígrafe de “Activos no corrientes y grupos enajenables de elementos que se han clasificado como mantenidos para la venta”, antes de las correcciones de valor por deterioro de activos, se muestran a continuación:

Miles de euros

	<b>Inversiones inmobiliarias</b>	<b>Activo material adjudicado</b>	<b>Total</b>
Saldo al 31 de diciembre de 2023	3.392	11.225	14.617
Altas	-	237	237
Bajas	(606)	(1.859)	(2.465)
Traspasos (Nota 27)	516	-	516
Saldo al 31 de diciembre de 2024	3.302	9.603	12.905
Altas	-	151	151
Bajas	(387)	(2.573)	(2.960)
Traspasos (Nota 27)	200	-	200
Saldo al 31 de diciembre de 2025	3.115	7.181	10.296



009104627

**CLASE 8.ª**

Durante los ejercicios 2025 y 2024 se han enajenado elementos clasificados como mantenidos para la venta por importe bruto de 2.960 y 2.465 miles de euros, respectivamente, habiéndose generado un beneficio neto por las citadas ventas de 108 y 145 miles de euros, respectivamente (Nota 49).

Los movimientos experimentados durante los ejercicios 2025 y 2024 en el epígrafe de "Correcciones de valor por deterioro de activos no corrientes y grupos enajenables de elementos que se han clasificado como mantenidos para la venta" se muestran a continuación:

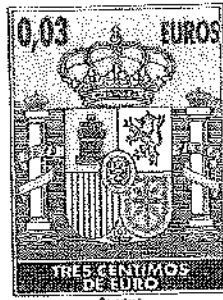
	Miles de euros	
	2025	2024
Saldo al inicio del ejercicio	9.747	10.063
Dotaciones netas de recuperaciones de ejercicios anteriores	(1.279)	559
Inversiones inmobiliarias (Nota 49)	49	177
Activo material adjudicado (Nota 49)	(1.328)	382
Utilización	(595)	(875)
Otros movimientos	(69)	-
Saldo al cierre del ejercicio	<u>7.804</u>	<u>9.747</u>

**26. Inversiones en dependientes, negocios conjuntos y asociadas**

El desglose de este epígrafe de los balances al 31 de diciembre de 2025 y 2024 es el siguiente:

	Miles de euros	
	2025	2024
Asociadas	-	-
Valor bruto	-	-
Correcciones de valor por deterioro de activos	-	-
Dependientes:	-	-
Valor bruto	1.720	1.720
Correcciones de valor por deterioro de activos	(1.720)	(1.720)
	<u>-</u>	<u>-</u>

Al 31 de diciembre de 2025 y 2024, el valor bruto de las Inversiones en dependientes, negocios conjuntos y asociadas corresponde a la participación mantenida en Sociedad de Gestión de Activos Grupo Caja Rural del Sur, S.A.U. por importe de 1.720 miles de euros, en concepto de capital social en poder de la Entidad, el cual representa el 100% del capital de dicha sociedad al 31 de diciembre de 2025 y 2024 (véase Nota 1.3).



009104628

CLASE 8.ª

No se han producido movimientos durante los ejercicios 2025 y 2024 en el saldo del epígrafe de "Inversiones en dependientes, negocios conjuntos y asociadas".

Son Entidades dependientes las entidades participadas que constituyan una unidad de decisión con la Entidad, que se corresponde con aquellas para las que la Entidad tiene, directa o indirectamente a través de otra u otras Entidades Participadas, capacidad de ejercer control. Dicha capacidad de ejercer control se manifiesta, en general, aunque no exclusivamente, por mantener una participación, directa o indirectamente a través de otra u otras Entidades Participadas, del 50% o más de los derechos de voto de la Entidad participada. El control se entiende como el poder de dirigir las políticas financieras y operativas de una Entidad participada, con el fin de obtener beneficios de sus actividades y puede ejercerse, aunque no se mantenga el porcentaje de participación antes indicado.

La información relevante de la participación en la Entidad dependiente al 31 de diciembre de 2025 y 2024 es la siguiente:

Nombre y domicilio social	Forma jurídica	Actividad	Participación en el capital	
			Directa (%)	
			2025	2024
Sociedad de Gestión de Activos Grupo Caja Rural del Sur, S.A.U.	Sociedad Anónima Unipersonal	Gestión, Administración y enajenación de activos inmobiliarios	100%	100%
			Miles de euros (*)	
			2025	2024
Total activo			25.784	26.750
Patrimonio Neto (**)			1.401	2.198
Resultados			(797)	(1.159)

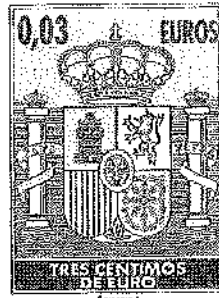
(\*) Elaborado teniendo en cuenta los criterios establecidos por el Plan General de Contabilidad.

(\*\*) Al 31 de diciembre de 2025 y 2024 la Sociedad de Gestión de Activos Grupo Caja Rural del Sur, S.A.U., tiene concedido por la Entidad un préstamo participativo por importe de 24.275 miles de euros, que, de considerarse en el patrimonio neto, éste se elevaría a 25.676 miles de euros a cierre del ejercicio 2025 (26.473 miles de euros a cierre del ejercicio 2024).

La Caja mantiene en Sociedad de Gestión de Activos Grupo Caja Rural del Sur, S.A.U. un número total de 3.356.536 acciones de un valor nominal por acción de 1 euro al 31 de diciembre de 2025 y 2024 (Nota 1.3). Las acciones de esta sociedad no cotizan en mercados organizados.



CLASE 8.ª



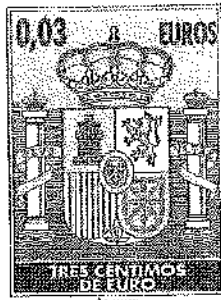
009104629

## 27. Activos tangibles

El desglose de este epígrafe de los balances al 31 de diciembre de 2025 y 2024 adjuntos es el siguiente:

	Miles de euros	
	2025	2024
Inmovilizado material		
De uso propio:	149.410	144.574
Equipos informáticos y sus instalaciones	7.488	6.922
Mobiliario, vehículos y resto de instalaciones	22.225	20.482
Edificios	104.355	101.115
Obras en curso	242	242
Derechos de uso	13.304	13.963
Otros	2.769	2.823
Correcciones de valor por deterioro	(973)	(973)
Afecto al Fondo de Educación y Promoción	1.414	1.414
Inmuebles (Nota 29)	1.414	1.414
	150.824	145.988

El derecho de uso corresponde principalmente al alquiler de los inmuebles y locales para la red de oficinas. Las cláusulas de los contratos de alquiler corresponden en gran parte a contratos de alquiler en condiciones habituales de mercado.



009104630

CLASE 8.ª

El movimiento durante los ejercicios 2025 y 2024 del saldo del epígrafe de “Activos tangibles” es el siguiente:

	Miles de euros				Total
	De uso propio	Afecto al FEP	Inversiones inmobiliarias	Derechos de uso	
<b>Bruto</b>					
<b>Saldo a 31 de diciembre de 2023</b>	<u>242.211</u>	<u>1.414</u>	<u>-</u>	<u>21.094</u>	<u>264.719</u>
Adiciones	19.237	-	-	2.915	22.152
Retiros	(11.596)	-	-	(1.293)	(12.889)
Trasposos (Nota 25)	(962)	-	-	-	(962)
<b>Saldo a 31 de diciembre de 2024</b>	<u>248.890</u>	<u>1.414</u>	<u>-</u>	<u>22.716</u>	<u>273.020</u>
Adiciones	13.247	-	-	2.273	15.520
Retiros	(5.031)	-	-	(1.564)	(6.595)
Trasposos (Nota 25)	(418)	-	-	-	(418)
<b>Saldo al 31 de diciembre de 2025</b>	<u>256.688</u>	<u>1.414</u>	<u>-</u>	<u>23.425</u>	<u>281.527</u>



CLASE 8.ª



009104631

	Miles de euros				
	De uso propio	Afecto al FEP	Inversiones inmobiliarias	Derechos de uso	Total
<b>Amortización acumulada</b>					
<b>Saldo al 31 de diciembre de 2023</b>	<b>(122.349)</b>	-	-	<b>(7.225)</b>	<b>(129.574)</b>
Dotaciones (Nota 44)	(5.834)	-	-	(2.496)	(8.330)
Retiros	10.431	-	-	968	11.399
Trasposos (Nota 25)	446	-	-	-	446
<b>Saldo al 31 de diciembre de 2024</b>	<b>(117.306)</b>	-	-	<b>(8.751)</b>	<b>(126.057)</b>
Dotaciones (Nota 44)	(6.469)	-	-	(2.436)	(8.905)
Retiros	4.018	-	-	1.066	5.084
Trasposos (Nota 25)	148	-	-	-	148
<b>Saldo al 31 de diciembre de 2025</b>	<b>(119.609)</b>	-	-	<b>(10.121)</b>	<b>(129.730)</b>



009104632

**CLASE 8.ª**

INVERSIONES

**Miles de euros**

	<b>De uso propio</b>	<b>Afecto al FEP</b>	<b>Inversiones inmobiliarias</b>	<b>Derechos de uso</b>	<b>Total</b>
<b>Correcciones de valor por deterioro de activos</b>					
<b>Saldo al 31 de diciembre de 2023</b>	<u>(973)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(973)</u>
Dotaciones netas	-	-	-	-	-
Utilizaciones	-	-	-	-	-
Trasposos	-	-	-	-	-
<b>Saldo al 31 de diciembre de 2024</b>	<u>(973)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(973)</u>
Dotaciones netas	-	-	-	-	-
Utilizaciones	-	-	-	-	-
Trasposos	-	-	-	-	-
<b>Saldo al 31 de diciembre de 2025</b>	<u>(973)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(973)</u>
<b>Neto</b>					
<b>Saldo al 31 de diciembre de 2024</b>	<u>130.611</u>	<u>1.414</u>	<u>-</u>	<u>13.963</u>	<u>145.988</u>
<b>Saldo al 31 de diciembre de 2025</b>	<u>136.106</u>	<u>1.414</u>	<u>-</u>	<u>13.304</u>	<u>150.824</u>



009104633

CLASE 8.ª

El desglose del saldo del “Activo material de uso propio” de los balances al 31 de diciembre de 2025 y 2024, excluidos los derechos de uso, es el siguiente:

	Miles de euros			
	Bruto	Amortización acumulada	Correcciones de valor de activos	Neto
<b>Al 31 de diciembre de 2025</b>				
Equipos informáticos y sus instalaciones	35.057	(27.569)	-	7.488
Mobiliario, vehículos y resto de instalaciones	65.341	(43.116)	-	22.225
Edificios	152.776	(48.421)	(199)	104.156
Obras en curso	242	-	-	242
Otros	3.272	(503)	(774)	1.995
	<u>256.688</u>	<u>(119.609)</u>	<u>(973)</u>	<u>136.106</u>
<b>Al 31 de diciembre de 2024</b>				
Equipos informáticos y sus instalaciones	33.551	(26.629)	-	6.922
Mobiliario, vehículos y resto de instalaciones	63.953	(43.471)	-	20.482
Edificios	147.872	(46.757)	(199)	100.916
Obras en curso	242	-	-	242
Otros	3.272	(449)	(774)	2.049
	<u>248.890</u>	<u>(117.306)</u>	<u>(973)</u>	<u>130.611</u>

El epígrafe “Obras en curso” registra al 31 de diciembre de 2025 y 2024, los inmuebles adquiridos por la Caja para la ubicación de sus oficinas y en las que a dicha fecha no han concluido las obras de acondicionamiento que permitan el inicio de la actividad comercial.

Al 31 de diciembre de 2025 y 2024 no se registran Activos tangibles que se encuentren temporalmente fuera de uso.

El coste de los elementos del inmovilizado material que están totalmente amortizados y que todavía están en uso al 31 de diciembre de 2025 y 2024 es de 67.204 y 60.915 miles de euros, respectivamente.

La Caja tiene contratadas varias pólizas de seguro para cubrir los riesgos a que están sujetos los bienes del inmovilizado material. Al 31 de diciembre de 2025 y 2024, la cobertura de estas pólizas se considera suficiente.



009104634

CLASE 8.ª

## 28. Situación fiscal

El detalle de los epígrafes de “Activos y Pasivos por impuestos” al 31 de diciembre de 2025 y 2024 respectivamente es el siguiente:

	Miles de euros			
	2025		2024	
	Activo	Pasivo	Activo	Pasivo
Corrientes:	16.148	1.686	18.835	1.370
Diferidos:	82.062	22.258	98.907	20.139
	98.210	23.944	117.742	21.509

El saldo del epígrafe de “Activos por impuestos” recoge los importes a recuperar por impuestos en los próximos doce meses (“Activos por impuestos corrientes”) y los importes de los impuestos a recuperar en ejercicios futuros, incluidos los derivados de créditos por deducciones o bonificaciones fiscales pendientes de compensar (“Activos por impuestos diferidos”). El saldo del epígrafe de “Pasivos por impuestos” incluye el importe de todos los pasivos de naturaleza fiscal, distinguiendo entre los corrientes y los diferidos.

El Real Decreto 14/2013 de medidas urgentes para la adaptación del derecho español a la normativa de la Unión Europea en materia de supervisión y solvencia de entidades financieras, estableció determinadas medidas destinadas a permitir que ciertos activos por impuestos diferidos puedan seguir computando como capital, en línea con la regulación vigente en otros estados entre ellas, la modificación del texto refundido de la ley del impuesto sobre sociedades, aprobado por el Real Decreto legislativo 4/2004, actual Ley 27/2014, de 27 de noviembre del Impuesto sobre Sociedades especialmente en lo relativo a la conversión de activos por impuesto diferido en crédito exigible frente a la Administración Pública. La estimación realizada por la Caja al 31 de diciembre de 2025 y 2024, supone un importe aproximado de 52.963 y 69.242 miles de euros, respectivamente, que pueden ser considerados créditos fiscales exigibles frente a la Administración Pública.



009104635

## CLASE 8.ª

El movimiento experimentado por los epígrafes de "Activos y Pasivos por impuestos corrientes y diferidos" durante los ejercicios 2025 y 2024 es el siguiente:

	Miles de euros							
	2025				2024			
	Activos Fiscales		Pasivos Fiscales		Activos Fiscales		Pasivos Fiscales	
	Corrientes	Diferidos	Corrientes	Diferidos	Corrientes	Diferidos	Corrientes	Diferidos
Saldo inicial	18.835	98.907	1.370	20.139	4.083	118.473	1.203	20.784
Altas	16.148	1.347	1.686	3.089	18.835	2.562	1.370	795
Bajas	(18.835)	(18.192)	(1.370)	(970)	(4.083)	(22.128)	(1.203)	(1.440)
Saldo final	16.148	82.062	1.686	22.258	18.835	98.907	1.370	20.139

A estos efectos, el desglose de los activos y pasivos por impuestos al 31 de diciembre de 2025 y 2024 atiende al siguiente detalle:

	Miles de euros			
	Activo		Pasivo	
	2025	2024	2025	2024
Impuestos corrientes	16.148	18.835	1.686	1.370
Diferencias Temporarias	82.062	98.907	22.258	20.139
Deterioro de Insolvencias	30.818	35.195	-	-
Deterioro de Adjudicados	2.595	3.248	-	-
Otros fondos	8.358	8.459	-	-
Otros conceptos	39.075	49.728	14.534	14.660
DT imputadas a P. Neto Instrumentos Financieros	1.216	2.277	7.724	5.479
Créditos por deducciones fiscales no aplicadas	-	-	-	-
Cuotas tributarias Negativas	-	-	-	-
Total DT/Deducciones y Cuotas Negativas	82.062	98.907	22.258	20.139
Total Activos/Pasivos por impuestos	98.210	117.742	23.944	21.509

El origen de los impuestos diferidos registrados en los balances al 31 de diciembre de 2025 y 2024, es el efecto fiscal de los ajustes realizados en el patrimonio inicial de la Entidad, los ajustes por valoración de los activos financieros a valor razonable con cambios en otro resultado global, los ajustes realizados a los efectos de la determinación de las cuotas tributarias del impuesto (principalmente correspondientes a dotaciones y recuperaciones de fondos de insolvencias) y las deducciones generadas en el ejercicio.



009104636

**CLASE 8.ª**

El movimiento de los activos y pasivos fiscales diferidos recoge en el ejercicio 2025 y 2024 aquellos activos y pasivos generados y revertidos en las liquidaciones definitivas del Impuesto de Sociedades de los ejercicios 2025 y 2024 por importe neto negativo de 3.103 miles de euros y negativo de 11.584 miles de euros, respectivamente. En el ejercicio 2024 la diferencia en la liquidación del Impuesto de Sociedades del ejercicio 2024 vino motivada, principalmente, por la declaración de inconstitucionalidad de varias modificaciones introducidas en el Impuesto sobre Sociedades por el Real Decreto-ley 3/2016.

La conciliación del resultado contable de los ejercicios 2025 y 2024 con la base imponible del Impuesto sobre Sociedades es la siguiente:

	Miles de Euros		
	2025		Total
Resultado Extracooperativo	Resultado Cooperativo		
Resultado contable antes de impuestos y FEP	48.281	152.247	200.528
Diferencias permanentes:	(30.531)	(70.043)	(100.574)
Retribuciones al capital (Nota 4)	-	(9.260)	(9.260)
Dotación al Fondo de Reserva Obligatorio (Nota 4) (50%)	(21.199)	(49.718)	(70.917)
Dotación Obligatoria al FEP (Nota 4)	-	(16.686)	(16.686)
Otros aumentos	5.101	5.621	10.722
Otras disminuciones	(14.433)	-	(14.433)
Resultado contable ajustado	17.750	82.204	99.954
Diferencias temporales:	(104)	320	216
Otros aumentos de diferencias temporales de activo	526	620	1.146
Otras disminuciones de diferencias temporales de activo	(1.538)	(645)	(2.183)
Reversión de diferencias temporales de pasivo	908	345	1.253
Base imponible fiscal	17.646	82.524	100.170
Cuota íntegra previa compensación	5.294	20.631	25.925
Ajuste aplicación Art. 11,12 LIS 27/2014 y otros	(1.573)	(5.803)	(7.376)
Cuota íntegra	3.721	14.828	18.549
Compensación cuotas tributarias negativas	-	-	-
Deducciones y bonificaciones	-	-	(979)
Retenciones y pagos a cuenta	-	-	(33.642)
Cuota a pagar (recuperar)	-	-	(16.072)



009104637

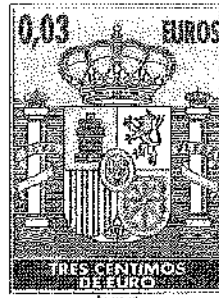
## CLASE 8.ª

	Miles de Euros		
	2024		
	Resultado Extracooperativo	Resultado Cooperativo	Total
Resultado contable antes de impuestos y FEP	45.798	159.496	205.294
Diferencias permanentes:	(29.409)	(69.163)	(98.572)
Retribuciones al capital (Nota 4)	-	(8.815)	(8.815)
Dotación al Fondo de Reserva Obligatorio (Nota 4) (50%)	(21.502)	(46.776)	(68.278)
Dotación Obligatoria al FEP (Nota 4)	-	(17.069)	(17.069)
Otros aumentos	4.058	3.983	8.041
Otras disminuciones	(11.965)	(486)	(12.451)
Resultado contable ajustado	16.389	90.333	106.722
Diferencias temporales:	818	(4.402)	(3.584)
Otros aumentos de diferencias temporales de activo	2.372	920	3.292
Otras disminuciones de diferencias temporales de activo	(2.770)	(5.836)	(8.606)
Reversión de diferencias temporales de pasivo	1.216	514	1.730
Base imponible fiscal	17.207	85.931	103.138
Cuota íntegra previa compensación	5.162	21.483	26.645
Ajuste aplicación Art. 11.12 LIS 27/2014 y otros	(1.397)	(5.667)	(7.064)
Cuota íntegra	3.765	15.816	19.581
Compensación cuotas tributarias negativas	-	-	-
Deducciones y bonificaciones	-	-	(2.362)
Retenciones y pagos a cuenta	-	-	(35.275)
Cuota a pagar (recuperar)	-	-	(18.056)

La composición del epígrafe "Gastos o ingresos por impuestos sobre las ganancias de las operaciones continuadas" de la cuenta de pérdidas y ganancias de los ejercicios 2025 y 2024 es la siguiente:

	Miles de euros	
	2025	2024
Cuota íntegra	18.549	19.581
Compensación cuotas tributarias negativas	-	-
Deducciones y bonificaciones	(979)	(2.362)
Impuesto sobre Sociedades corriente	17.570	17.219
Impuesto diferido de activo	6.791	8.009
Impuesto diferido de pasivo	(359)	(493)
Otros conceptos	403	1.049
Gasto por impuesto sobre beneficios	24.405	25.784

La Caja se ha acogido a los beneficios fiscales relativos a las deducciones y bonificaciones de la cuota del Impuesto sobre Sociedades previstas en la normativa de dicho impuesto.



009104638

CLASE 8.ª

Asimismo, el Consejo Rector de la Caja propondrá a la Asamblea constituir una reserva de capitalización por un importe de 3.414 miles de euros (1.542 miles de euros en el año anterior), en virtud y a los efectos del artículo 25 de la Ley 27/2014, de 27 de noviembre, del Impuesto de Sociedades, con cargo a reservas voluntarias (Nota 4).

De acuerdo con la Ley 27/2014 del Impuesto sobre Sociedades y la anterior Texto Refundido en vigor, el tipo de gravamen general en 2025 y 2024 para las entidades de crédito es del 30%. En aplicación del régimen especial al que se acogen las sociedades cooperativas, el tipo de gravamen en persona específico aplicable a la Caja por los rendimientos propios de su actividad cooperativa es del 25% para los ejercicios 2025 y 2024.

Los ejercicios abiertos a inspección para los principales impuestos y contribuciones a los que está sujeta la Caja, son los siguientes:

Impuesto sobre Sociedades	2021 a 2024
Impuesto sobre la Renta de las Personas Físicas	2022 a 2025
Seguridad Social	2022 a 2025
Impuesto sobre el Valor Añadido	2022 a 2025

Debido a las diferentes interpretaciones que puedan hacerse de las normas fiscales aplicables a las operaciones realizadas por la Caja, podrían existir, para los años pendientes de inspección, determinados pasivos fiscales de carácter contingente que no son susceptibles de cuantificación objetiva. Sin embargo, en opinión de los Administradores de la Caja, la posibilidad de que en futuras inspecciones se materialicen dichos pasivos contingentes es remota y, en cualquier caso, la deuda tributaria que de ellos pudiera derivarse no afectaría significativamente a las presentes cuentas anuales.

#### Otras informaciones de carácter fiscal

La Entidad realizó en el ejercicio 2017 una aportación no dineraria de activos constituida por las acciones en Banco Cooperativo Español, S.A. y RGA Seguros Generales Rural, S.A. de Seguros y Reaseguros a favor de Grucajural Inversiones, S.L. (Nota 1.4).

Los datos sobre los que obligatoriamente hay que informar en la memoria anual según lo establecido en el artículo 86.3 de la Ley 27/2014, de 27 de noviembre, del Impuesto sobre Sociedades, figuran en las cuentas anuales aprobadas del año 2017.

En este ejercicio, el 11 de septiembre de 2025 quedó formalizada ante D. Juan Barrios Álvarez, Notario del Ilustre Colegio de Notarios de Madrid, con el número 2.120 de su protocolo, la operación de Fusión por Absorción de la sociedad Grucajural Inversiones, S.L. (sociedad absorbida), por la sociedad Banco Cooperativo Español, S.A. (sociedad absorbente).

La operación de fusión por absorción inversa, determinó la sucesión a título universal de Banco Cooperativo Español, S.A., como entidad adquirente, en todos los derechos y obligaciones tributarias de Grucajural Inversiones, S.L., como entidad transmitente.



009104639

CLASE 8.ª

Esta operación quedó acogida al régimen fiscal especial regulado en el Título VII, Capítulo VII, de la Ley 27/2014, de 28 de noviembre, del Impuesto sobre Sociedades, tal y como quedó estipulado en Otorgando Primero, apartado VI "Aplicación del régimen fiscal especial" de la escritura de Fusión, siendo objeto de comunicación a la Agencia Estatal de Administración tributaria con fecha 28 de noviembre de 2025 y número de asiento registral RGE868071912025.

Sobre la base de esta norma, y por aplicación de lo dispuesto en el artículo 86 de la misma, se incluye en la presente Memoria la siguiente información:

a) Valor contable y fiscal de los valores entregados.

Acciones en Grucajrural Inversiones, S.L.:

Valor contable: 82.022.641,39 euros

Valor fiscal: 15.710.073,80 euros

b) Valor por el que se han contabilizado los valores recibidos.

Acciones en Banco Cooperativo Español, S.A.:

Valor contable: 82.022.641,39 euros

## 29. Fondo de Educación y Promoción

De acuerdo con la Ley 27/1999, de 16 de julio, de Cooperativas, el Fondo de Educación y Promociones es inembargable e irrepartible, y se aplicará a la formación y educación de los socios y trabajadores en los principios y valores cooperativos, o en materias específicas de su actividad societaria o laboral y demás actividades cooperativas; a la difusión del cooperativismo y la promoción de las relaciones intercooperativas, así como a la promoción cultural, profesional y asistencial del entorno local o de la comunidad en general y a la mejora de la calidad de vida, del desarrollo comunitario y de la protección medioambiental.

La Ley 13/1989, de 26 de mayo, de Cooperativas de Crédito, establece que este Fondo se constituirá, como mínimo, con un 10% de los excedentes disponibles.

Al 31 de diciembre de 2025 y 2024, el porcentaje mínimo a destinar según los Estatutos de la Entidad al Fondo de Educación y Promoción, es del 10%.

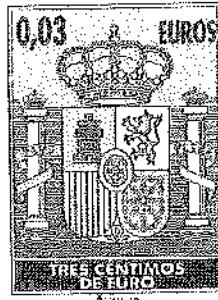


009104640

**CLASE 8.ª**

El desglose, por conceptos, de los saldos afectos al Fondo de Educación y Promoción de la Caja, al 31 de diciembre de 2025 y 2024, es el siguiente:

	Miles de euros	
	2025	2024
Aplicación Fondo de Educación y Promoción	(16.009)	(8.862)
Gastos de mantenimiento del ejercicio corriente	(17.423)	(10.276)
Aplicado a Activo material (Nota 27)	1.414	1.414
Fondo de Educación y Promoción	33.755	27.347
Importe comprometido	17.069	10.278
Importe no comprometido (Nota 4 y Nota 45)	16.686	17.069
Excedente	2.056	1.935
Otros pasivos	96	119
Total (Nota 30)	19.898	20.539



009104641

CLASE 8.ª

**30. Otros activos y Otros pasivos**

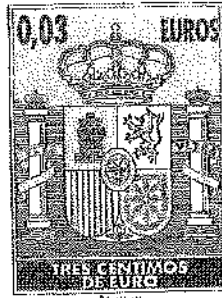
La composición del saldo de estos epígrafes del activo y del pasivo de los balances adjuntos al 31 de diciembre de 2025 y 2024, es la siguiente:

	Miles de euros	
	2025	2024
<b>Activo:</b>		
Periodificaciones	1.316	2.357
Resto	3.245	5.169
Activos netos en planes de pensiones (Nota 32)	31	1.464
Operaciones en camino	1.239	1.160
Otros conceptos	1.975	2.545
	<u>4.561</u>	<u>7.526</u>
<b>Pasivo:</b>		
Periodificaciones	18.903	14.335
Resto	21.638	21.816
Otros conceptos	1.740	1.277
Fondo de Educación y Promoción (Nota 29)	19.898	20.539
	<u>40.541</u>	<u>36.151</u>

**31. Pasivos financieros a coste amortizado**

El desglose de este epígrafe de los balances al 31 de diciembre de 2025 y 2024 es el siguiente:

	Miles de euros	
	2025	2024
Depósitos	10.045.098	9.159.341
Bancos centrales (Nota 31.a)	-	-
Entidades de crédito (Nota 31.b)	119.816	136.998
Clientela (Nota 31.c)	9.925.282	9.022.343
Ajustes por valoración	6.503	9.229
Bancos centrales (Nota 31.a)	-	-
Entidades de crédito (Nota 31.b)	711	1.325
Clientela (Nota 31.c)	5.792	7.904
Otros pasivos financieros (Nota 31.d)	81.458	95.018
	<u>10.133.059</u>	<u>9.263.588</u>



009104642

CLASE 8.ª

El desglose por vencimientos del epígrafe de “Pasivos financieros a coste amortizado” del balance al 31 de diciembre de 2025 y 2024 sin considerar los ajustes por valoración es el siguiente:

	Miles de euros	
	2025	2024
Por vencimiento:		
A la vista	8.211.182	7.516.902
Hasta 1 mes	199.882	135.046
Entre 1 mes y 6 meses	1.006.422	948.913
Entre 6 meses y 1 año	550.850	457.058
Entre 1 año y 5 años	86.487	99.254
Más de 5 años	17.716	41.662
Indeterminado	54.017	55.524
	<u>10.126.556</u>	<u>9.254.359</u>

a) Depósitos – Bancos centrales

Depósitos de Bancos centrales recogía las disposiciones de las facilidades TLTRO III del Banco Central Europeo que, con fecha 27 de marzo de 2024, se amortizaron íntegramente y, consecuentemente, este epígrafe no presenta saldo ni al 31 de diciembre de 2024 ni al 31 de diciembre de 2025.

Durante el ejercicio 2024, esta financiación originó un gasto por importe de 598 miles de euros registrada en el epígrafe “Gastos por intereses –Pasivos financieros a coste amortizado” de la Cuenta de Resultados del ejercicio 2024 (Nota 38).

b) Depósitos – Entidades de crédito

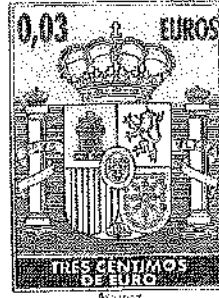
El desglose del saldo de “Depósitos de entidades de crédito” de los balances al 31 de diciembre de 2025 y 2024 es el siguiente:

	Miles de euros	
	2025	2024
Cuentas corrientes y otros depósitos	13.303	12.480
Depósitos a plazo	106.513	124.518
Ajustes por valoración	711	1.325
	<u>120.527</u>	<u>138.323</u>

El tipo de interés medio anual durante el ejercicio 2025 y 2024 de los “Depósitos de entidades de crédito” ha ascendido a un tipo de interés medio acreedor del 2,70% y 3,85%, respectivamente.



CLASE 8.ª



009104643

c) Depósitos – Clientela

El desglose del saldo de “Depósitos de la clientela” de los balances al 31 de diciembre de 2025 y 2024 es el siguiente:

	Miles de euros	
	2025	2024
Administraciones públicas	964.650	763.754
Cuentas corrientes / depósitos intradía	915.957	734.514
Depósitos a plazo	48.693	29.240
Otras sociedades financieras	60.000	43.548
Cuentas corrientes / depósitos intradía	20.150	14.945
Depósitos a plazo	39.850	28.603
Sociedades no financieras	2.623.709	2.348.333
Cuentas corrientes / depósitos intradía	1.914.000	1.703.268
Depósitos a plazo	709.709	645.065
Hogares	6.282.715	5.874.612
Cuentas corrientes / depósitos intradía	5.347.559	5.057.500
Depósitos a plazo	935.156	817.112
<i>De los que: Ajustes por valoración</i>	5.792	7.904
	<u>9.931.074</u>	<u>9.030.247</u>

El tipo de interés medio anual acreedor durante los ejercicios 2025 y 2024 de los “Depósitos de la clientela” ha ascendido al 0,66% y 0,89% respectivamente.



009104644

**CLASE 8.ª**

## d) Otros pasivos financieros

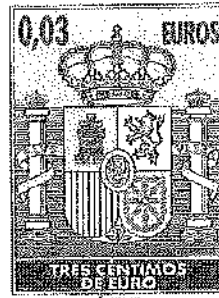
El desglose del saldo de "Otros pasivos financieros" de los balances al 31 de diciembre de 2025 y 2024 es el siguiente:

	Miles de euros	
	2025	2024
Otras obligaciones a pagar	13.046	18.692
Fianzas recibidas	702	759
Cuentas de recaudación	27.441	39.465
Cuentas especiales	25.305	20.688
Garantías Financieras	586	681
Pasivos por arrendamientos	14.378	14.733
	<u>81.458</u>	<u>95.018</u>

**32. Provisiones**

El detalle de este epígrafe del balance al 31 de diciembre de 2025 y 2024 es el siguiente:

	Miles de euros	
	2025	2024
Pensiones y otras obligaciones de prestaciones definidas post-empleo	-	-
Compromisos y garantías concedidas	3.637	3.511
Restantes provisiones	34.196	34.957
	<u>37.833</u>	<u>38.468</u>



009104645

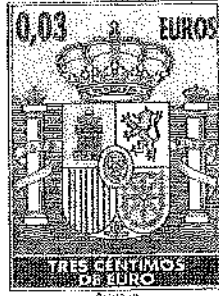
## CLASE 8.ª

Los movimientos experimentados durante los ejercicios 2025 y 2024 en el epígrafe de "Provisiones" se muestran a continuación:

	Pensiones y otras obligaciones de prestaciones definidas post-empleo	Compromisos y garantías concedidos	Restantes provisiones	Total
<b>Saldo al 31 de diciembre de 2023</b>	-	2.731	43.119	45.850
Adiciones, incluidos los aumentos de las provisiones existentes	180	1.678	14.481	16.339
Gastos de personal (Nota 42)	190	-	353	543
Gastos por intereses (Nota 38)	244	-	-	244
Ingresos por intereses (Nota 37)	(270)	-	-	(270)
Provisiones (Nota 47)	16	1.678	14.128	15.822
Importes utilizados	(585)	-	(21.049)	(21.634)
Recuperaciones (Nota 47)	-	(903)	(1.594)	(2.497)
Otros movimientos	405	5	-	410
Rescates	-	-	-	-
(Ganancia)/Pérdida Patrimonial	(103)	-	-	(103)
Otros	508	5	-	513
<b>Saldo al 31 de diciembre de 2024</b>	-	3.511	34.957	38.468
Adiciones, incluidos los aumentos de las provisiones existentes	162	1.688	19.120	20.970
Gastos de personal (Nota 42)	206	-	7.290	7.496
Gastos por intereses (Nota 38)	247	-	-	247
Ingresos por intereses (Nota 37)	(291)	-	-	(291)
Provisiones (Nota 47)	-	1.688	11.830	13.518
Importes utilizados	(138)	-	(17.774)	(17.912)
Recuperaciones (Nota 47)	(425)	(1.564)	(2.107)	(4.096)
Otros movimientos	401	2	-	403
Rescates	1.789	-	-	1.789
(Ganancia)/Pérdida Patrimonial	46	-	-	46
Otros	(1.434)	2	-	(1.432)
<b>Saldo al 31 de diciembre de 2025</b>	-	3.637	34.196	37.833

Compromisos por pensiones contraídos por la Caja

Los compromisos por pensiones contraídos por la Caja, correspondientes al personal que presta sus servicios en la misma, se encuentran recogidos en los Convenios Colectivos y Acuerdos Laborales, y en los correspondientes acuerdos del Consejo Rector. Se detallan a continuación:



009104646

CLASE 8.ª

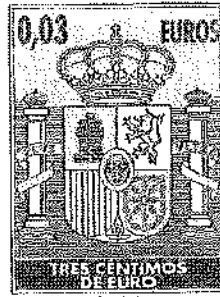
Las retribuciones post-empleo que mantiene Caja Rural del Sur con sus empleados son:

Prestación Definida

- Premio a la dedicación por jubilación e invalidez del Convenio Colectivo de Cooperativas de Crédito, de aplicación para todos los empleados de la Caja, independiente de su procedencia. Dicho premio se clasifica como retribución a largo plazo para el caso de invalidez, y retribución post-empleo para el premio en el caso de jubilación.
- Adicionalmente, para los empleados procedentes de Caja Rural de Huelva y anteriores al 28 de mayo de 1986, les es de aplicación los compromisos procedentes del Convenio Colectivo de Cajas de Ahorro:
  - Pensiones de jubilación, viudedad y orfandad post-jubilación. Estas prestaciones son consideradas retribución post-empleo de prestación definida.

Este colectivo puede optar por participar en el Plan de Pensiones de Empleo de la Caja, renunciando, en su caso, a la financiación futura del compromiso procedente del Convenio Colectivo de Cajas de Ahorros.

- Adicionalmente, para los empleados procedentes de Caja Rural de Córdoba y anteriores al 8 de enero de 1998, o los que, ingresando con posterioridad, participen del actual Subplan 2 del Plan de Pensiones de Empleo de Caja Rural del Sur, les es de aplicación los compromisos de prestación definida recogidos en las especificaciones de este plan:
  - Pensiones de jubilación y viudedad post-jubilación. Estas prestaciones son consideradas retribución post-empleo de prestación definida.
- Caja Rural del Sur, además, mantiene compromisos por pensiones causadas con su personal jubilado, invalidado y fallecido. Los beneficiarios de pensiones procedentes de Caja Rural de Huelva tienen reconocidas pensiones vitalicias revalorizables conforme lo establecido en el Convenio Colectivo para las Cajas y Entidades financieras de ahorro en cada momento, y se encuentran exteriorizadas con Seguros RGA quien ha garantizado un tipo de interés machado y tabla de mortalidad y donde Caja Rural del Sur contrató una revalorización a futuro de un 2% anual acumulativo. La Caja regulariza cada año abonándole, en su caso, a la compañía de seguros la prima correspondiente por la diferencia entre el crecimiento real y el asegurado en la póliza de seguros. Los beneficiarios de pensiones procedentes de Caja Rural de Sevilla y Caja Rural de Córdoba tienen reconocidas pensiones vitalicias constantes, que se encuentran, perfectamente, exteriorizadas con Seguros RGA, quien ha garantizado un tipo de interés machado y tabla de mortalidad. Estas prestaciones son consideradas retribución post-empleo de prestación definida.



009104647

CLASE 8.ª

#### Aportación definida

- Subplan 1 del Plan de pensiones de empleo implantado para los empleados de Caja Rural del Sur. Todos los empleados de la Caja, independiente de su procedencia, pueden participar voluntariamente en el mismo. Este subplan atiende a la modalidad de aportación definida y se financia con aportaciones del promotor y del partícipe.
- A aquellos que no sean partícipes del Plan de pensiones de empleo, empleados procedentes de Caja Rural de Sevilla, Caja Rural de Córdoba, Caja Rural de Huelva posteriores al 28 de mayo de 1986, así como las altas que se produzcan en Caja Rural del Sur mientras no tengan la condición de partícipe del Plan de Empleo, les es de aplicación un sistema de aportación definida, que tiene su base en el Convenio Colectivo de Cajas de Ahorros y se concreta con las aportaciones que año a año ha aprobado el Consejo Rector, según acuerdo del mismo con fecha 27 de julio de 2004.
- Plan de pensiones para los empleados en activo de Caja Rural del Sur en Portugal que decidan adherirse voluntariamente al mismo.

#### Otras retribuciones

- La Caja tiene contratadas una serie de pólizas de accidentes para todos los empleados, para el personal directivo y para el Consejo Rector.

En opinión de los Administradores de la Caja, los compromisos descritos anteriormente surgen de la política de la Caja de compensación a los mismos por su fidelidad y de las normativas laborales y se concretan en las prestaciones a percibir por los empleados en el momento de su jubilación.

#### Políticas de reconocimiento de las pérdidas y ganancias actuariales

Se consideran "Pérdidas y ganancias actuariales" las que proceden de las diferencias entre las hipótesis actuariales previas y la realidad, incluidos posibles cambios en las hipótesis actuariales utilizadas.

Tal y como se indica en la Nota 14.n) anterior, en el ejercicio 2013 la Circular 4/2004 del Banco de España fue modificada mediante la Circular 5/2013, en lo relativo a las Retribuciones a los empleados. Dicha modificación supone un cambio en el tratamiento contable de los planes de prestación definida, debiéndose registrar ahora todas las ganancias y pérdidas actuariales inmediatamente en el patrimonio neto, así como en "Otro resultado global", dentro del estado de ingresos y gastos reconocidos de la Entidad.

Por otro lado, el coste por intereses y el retorno esperado de los activos de los planes de prestación definida son sustituidos en la norma modificada por una cantidad neta por intereses, calculada aplicando el tipo de interés utilizado en la estimación del valor actual de la obligación al inicio del ejercicio al pasivo (o activo) por el compromiso.



009104648

CLASE 8.ª

Por último, las modificaciones también suponen cambios en la presentación de los componentes del coste en la cuenta de pérdidas y ganancias.

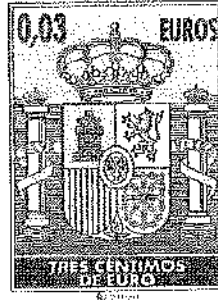
A 31 de diciembre de 2025 y 2024, las pérdidas y ganancias actuariales brutas reconocidas, durante dichos ejercicios, en el epígrafe de "Otro resultado global acumulado" del patrimonio neto ascienden a 46 miles de euros de pérdida y una ganancia de 103 miles de euros, respectivamente.

Con fecha 31 de diciembre de 2025 y 2024, se han realizado estudios actuariales relativos a la cobertura de los compromisos de retribuciones post-empleo y a largo plazo, aplicando como método de cálculo el de la unidad de crédito proyectado. Las principales hipótesis adoptadas en los estudios actuariales han sido las siguientes:

		2025	2024
Tablas de mortalidad		PER2020_Col 1er orden 75% SS 1992	PER2020_Col 1er orden 75% SS 1992
Tablas de invalidez			
Edad de jubilación:			
Afectados Convenio Colectivo Cajas de Ahorro		63 años	63 años
Afectados Convenio Colectivo Cooperativas de Crédito		63 años	63 años
Participes Subplan 2 procedentes de Caja Rural de Córdoba		65 años	65 años
Tipo de Interés Técnico efectivo anual:	Activos	4,00%	3,40%
	Pasivos	5,90%	5,90%
Rendimiento de los activos	Activos	4,00%	3,40%
	Pasivos	5,90%	5,90%
Evolución salarial (Incluye deslizamientos)		3% en 2026 y 2 % en 2027 y siguientes	4,5% en 2025, 3% en 2026 y 2,15% en 2027 y siguientes
Incremento de Precios al consumo (IPC)		2,00%	2,15%
Incrementos de las pensiones:			
Beneficiarios procedentes de Caja Rural de Huelva		Según IPC	Según IPC
Revalorización anual de la pensión máxima mensual de la Seg. Social		Según IPC	Según IPC
Incrementos anuales de las bases de cotización de la Seg. Social		IPC + 1,2%	IPC + 1,2%

Para la determinación del tipo de interés en la valoración actuarial, de los compromisos con el personal activo, de 31 de diciembre de 2025 y 2024, se ha utilizado como referencia la curva iBoxx AA Corporate.

La duración financiera media al 31 de diciembre de 2025 es de 11,1 años (11,5 años a 31 de diciembre de 2024), resultando un tipo de interés del 4,00% a 31 de diciembre de 2025 (3,40% a 31 de diciembre de 2024). Esta curva se ha determinado de acuerdo con los criterios establecidos por la Circular 4/2017.



009104649

### CLASE 8.ª

El tipo de interés utilizado en la valoración actuarial de los compromisos con el personal pasivo a 31 de diciembre de 2025 y 2024 ha sido el 5,90%, tipo garantizado en las pólizas contratadas.

La variación en el tipo de interés aplicado en la valoración actuarial no tiene un efecto significativo dado que los rendimientos esperados de los activos del plan se determinarán aplicando el mismo tipo.

Los rendimientos esperados de los activos del plan son los siguientes:

	Rentabilidad esperada de los activos	
	2025	2024
Activos	4,00%	3,40%
Pasivos	5,90%	5,90%

La rentabilidad esperada considerada para las diferentes pólizas de seguro ha sido el tipo de interés técnico efectivo anual considerado en la valoración del compromiso asociado.

### Fondo de pensiones y obligaciones similares

El detalle de las partidas de balance reconocidas en el activo y el pasivo por los compromisos por pensiones de prestación definida es el siguiente:

	Miles de euros	
	2025	2024
Otros activos – Activos netos en planes de pensiones (Nota 30)	31	1.464
Provisiones – Pensiones y otras obligaciones de prestaciones definidas post-empleo	-	-

El valor actual de los compromisos en base a las hipótesis señaladas, asumidos en materia de retribuciones post-empleo y retribuciones a largo plazo por la Caja, así como la forma en la que esos compromisos se encontraban cubiertos, dando lugar a las anteriores partidas de balance, son los siguientes:



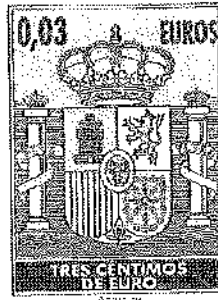
009104650

**CLASE 8.ª**

	Miles de euros			
	2025	2024	2023	2022
Valor actual de las obligaciones:	5.540	6.050	6.176	7.477
Compromisos devengados con el personal activo	4.048	4.478	4.668	5.402
Compromisos devengados con el personal pasivo	1.492	1.572	1.508	2.075
Valor razonable de los activos del plan (-):	(5.570)	(7.514)	(7.132)	(6.994)
Contrato de seguro	(5.570)	(7.514)	(7.132)	(6.994)
Ganancias actuariales no reconocidas en balance (+)	-	-	-	-
Pérdidas actuariales no reconocidas en el balance (-)	-	-	-	-
Coste por servicios pasados no reconocidos todavía en el balance (-)	-	-	-	-
(Otros activos)/Provisiones reconocidos en balance (Nota 30)	(31)	(1.464)	(956)	483

Los movimientos registrados durante los ejercicios de 2025 y 2024 en las obligaciones por compromisos por pensiones y en el valor razonable de los activos del plan se muestran a continuación:

	Miles de euros	
	Obligaciones por compromisos por pensiones	Valor razonable de los activos
<b>Saldo al 31 de diciembre de 2023</b>	<b>6.176</b>	<b>7.132</b>
Coste por intereses (Nota 38)	244	-
Rendimientos esperados (Nota 37)	-	270
Coste normal del ejercicio (Nota 42)	190	-
Pagos de prestaciones	(185)	(173)
Aportaciones realizadas por la Entidad	-	573
Rescares	-	-
Efecto reducción / liquidación	(42)	(42)
Pérdidas y ganancias actuariales	(333)	(246)
<b>Saldo al 31 de diciembre de 2024</b>	<b>6.050</b>	<b>7.514</b>
Coste por intereses (Nota 38)	247	-
Rendimientos esperados (Nota 37)	-	291
Coste normal del ejercicio (Nota 42)	206	-
Pagos de prestaciones	(171)	(159)
Aportaciones realizadas por la Entidad	-	126
Rescares	-	(1.789)
Efecto reducción / liquidación	(396)	-
Pérdidas y ganancias actuariales	(396)	(413)
<b>Saldo al 31 de diciembre de 2025</b>	<b>5.540</b>	<b>5.570</b>



009104651

**CLASE 8.ª**

El detalle de los gastos e ingresos totales reconocidos en la cuenta de pérdidas y ganancias por los compromisos por pensiones en los ejercicios 2025 y 2024, según lo estipulado en la Circular 4/2017:

	Miles de euros	
	2025	2024
Gasto de personal (coste corriente del periodo) (Nota 42)	206	190
Gastos por intereses (coste por intereses) (Nota 38)	247	244
Ingresos por intereses (rendimiento esperado de los activos del Plan) (Nota 37)	(291)	(270)
Provisiones o reversión de provisiones (Nota 47)	(425)	16
Pérdidas y ganancias actuariales	(29)	16
Coste por servicios pasados reconocidos en el ejercicio	-	-
Otros (efecto de la reducción/liquidación)	(396)	-
<b>Gasto / (Ingreso) contable</b>	<b>(264)</b>	<b>180</b>

Las aportaciones a pólizas de seguros que instrumentan compromisos de pensiones de aportación definida realizadas por la Caja durante los ejercicios 2025 y 2024, han ascendido a 10 y 43 miles de euros, respectivamente, que se encuentran contabilizados en el epígrafe "Gastos de personal - Dotaciones a planes de aportación definida externos" (Nota 42).

Las aportaciones realizadas al Plan de Pensiones de Empleo de Caja Rural del Sur, S.C.C. en el ejercicio 2025 asciende a 2.971 miles de euros (6.223 miles de euros en el ejercicio 2024), que se encuentran contabilizados en el epígrafe "Gastos de personal" (Nota 42).

Durante el ejercicio 2025 la Caja ha percibido 2.013 miles de euros en concepto de ingresos brutos derivados de rescates del plan de aportación definida.

Restantes provisiones

El desglose del epígrafe "Restantes provisiones" al 31 de diciembre de 2025 y 2024 es el siguiente:

	Miles de euros	
	2025	2024
Fondo de compensación de Consejeros (Nota 7.d)	2.346	2.205
Fondo procedimiento colectivo de regulación de empleo	6.238	2.555
Otros fondos	25.612	30.197
	<b>34.196</b>	<b>34.957</b>

El "Fondo de compensación de Consejeros" al 31 de diciembre de 2025 y 2024 corresponde a una provisión constituida para hacer frente a las obligaciones que surgen con los miembros del Consejo Rector en el momento que causen baja como consejeros. Tal y como establecen los Estatutos, todos



009104652

CLASE 8.ª

los miembros del Consejo, que hayan desempeñado el cargo durante al menos 3 ejercicios, sea cual fuere el momento en que dejen de serlo, no podrán durante 15 meses, desarrollar actividades, ni directamente ni participando en los órganos de administración de sociedades a excepción de las del grupo Caja Rural, concurrentes con las actividades de la Caja; debiendo, además llevar a cabo aquellos cometidos de representación y asistencia que le sean encomendados por el Consejo. Por ello percibirán en un único pago, al final de dicho periodo la cantidad equivalente a una anualidad, tomando como base la retribución anual percibida en el ejercicio anterior a su vacante. Al menos dicha base será la retribución anual percibida en el 2010. En el caso de que hubiesen desempeñado el cargo durante 12 años o más, se incrementará en una anualidad más. En dicho caso la no concurrencia se extiende hasta los 30 meses. En caso de fallecimiento de los Consejeros, se reconoce a los miembros del Consejo Rector el derecho a un seguro de vida con una prestación por importe equivalente a una anualidad, si hubiera desempeñado el cargo durante al menos tres ejercicios, y a dos anualidades cuando hubiera desempeñado el cargo durante doce años o más, tomando como base la retribución anual percibida en el ejercicio anterior, y como mínimo en su caso la percibida en el 2010, que se devengará si el Consejero fallece en el ejercicio de su cargo. El seguro mantendrá su vigencia durante el periodo de no concurrencia.

El "Fondo procedimiento colectivo de regulación de empleo" al 31 de diciembre de 2025 y 2024 recoge las provisiones constituidas para la cobertura de los procedimientos colectivos de regulación de empleo en marcha de acuerdo con el siguiente desglose:

- Con fecha 17 de noviembre de 2023 se firmó un primer procedimiento colectivo de regularización de empleo que afectó a 50 empleados y que contemplaba un plan de bajas indemnizadas, estableciéndose como criterio preferente de selección la adscripción voluntaria por razones de edad. Este plan supuso el registro de 6.103 miles de euros en gastos de personal en la cuenta de pérdidas y ganancias del ejercicio 2023. La salida de los empleados adheridos al plan se produjo de forma escalonada y concluyó en junio de 2024. Al 31 de diciembre de 2025 y 2024 el fondo registrado recoge la cobertura constituida para otras posibles obligaciones asociadas al mencionado plan de bajas.
- Con fecha 16 de octubre de 2025 se firmó un nuevo procedimiento colectivo de regularización de empleo que ha afectado a 50 empleados y que, al igual que en el caso anterior, establece un plan de bajas indemnizadas, fijando como criterio preferente de selección la adscripción voluntaria por razones de edad. De acuerdo con las condiciones pactadas, el plazo de adhesión voluntaria finalizó el 25 de noviembre de 2025 y la Entidad comunicó la lista definitiva de empleados afectados con fecha 10 de diciembre de 2025, habiéndose establecido como fecha límite de extinción del contrato de trabajo el 30 de junio de 2026. En el ejercicio 2025 el gasto reconocido por este procedimiento ha ascendido a 7.290 miles de euros registrado en gastos de personal en la cuenta de pérdidas y ganancias del ejercicio 2025 (Nota 42). Al 31 de diciembre de 2025, el importe registrado en "Fondo procedimiento colectivo de regulación de empleo" asciende a 3.683 miles de euros recogiendo la indemnización pendiente de satisfacer a aquellos empleados para los que aún no se ha producido la extinción del contrato de trabajo y otras posibles obligaciones asociadas al mencionado plan de bajas.



009104653

CLASE 8.ª

En "Otros fondos" se recoge al 31 de diciembre de 2025 y 2024 la Caja recoge diversas provisiones constituidas para hacer frente a quebrantos que pueden originar desembolsos futuros relacionados con hechos acaecidos en el pasado y un Fondo constituido para hacer frente a las obligaciones que se recogen en los contratos de miembros del Colectivo Identificado (ver Nota 7.d) y que se activarán, en general, como cláusula protectora de la Entidad, en el momento que algunos de estos miembros del colectivo identificado causen baja de la Entidad.

El 7 de abril de 2016 se publicó la sentencia del Juzgado de lo Mercantil nº11 de Madrid referente a un procedimiento de nulidad de las cláusulas de limitación de tipo de interés en préstamos hipotecarios con consumidores (conocidas como "cláusulas suelo"), afectando entre otras entidades a la Caja como parte demandada. Entre otros aspectos, la citada sentencia declaraba la nulidad de las citadas cláusulas suelo y condenaba a la Caja a la devolución de las cantidades indebidamente abonadas en aplicación de las mismas a partir de la fecha de publicación de la sentencia del Tribunal Supremo de 9 de mayo de 2013.

Dicha sentencia se encontraba recurrida a 31 de diciembre de 2024. No obstante, el 16 junio de 2025 el Tribunal Supremo dictó Sentencia (943/2025) que resuelve el procedimiento de cláusulas suelo desestimando los recursos extraordinarios por infracción procesal y casación y condenando a las entidades a cesar en la aplicación de la cláusula suelo y a la restitución de las cantidades cobradas por aplicación de la misma, poniendo fin a la demanda colectiva. En ejecución de la misma, Caja Rural del Sur procedió a eliminar los suelos de los préstamos hipotecarios comercializados a partir del 01/01/1995 (entrada en vigor de la Directiva 93/13 / CEE de fecha 5 de abril de 1993 sobre cláusulas abusivas en los contratos celebrados con consumidores, y hasta la entrada en vigor de la OM de 28/10 de 2011, (29/04/2012).

Adicionalmente, el 21 de diciembre de 2016 el Tribunal de Justicia de la Unión Europea hizo pública la sentencia que resolvió la cuestión prejudicial formulada por la Audiencia Provincial de Alicante y otros órganos judiciales nacionales en relación a la limitación en el tiempo de los efectos restitutorios derivados de la nulidad de las cláusulas suelo. En dicha sentencia, el TJUE estableció que dicha limitación es contraria al artículo 6.1 de la Directiva 93/13 sobre cláusulas abusivas.

Tras el análisis de la cartera de préstamos hipotecarios a consumidores en los que ha aplicado una cláusula suelo, la Caja tiene constituida al 31 de diciembre de 2025 y 2024 una provisión incluida dentro de "Otros fondos" por importe de 5.290 y 9.056 miles de euros, respectivamente, para la cobertura de las reclamaciones que se puedan recibir en relación con esta contingencia.

Finalmente, en relación con el tipo de referencia oficial para las hipotecas en España denominado IRPH, la sentencia hecha pública por el Tribunal de Justicia de la Unión Europea (TJUE) el 3 de marzo de 2020, y el conjunto de sentencias emitidas por la Sala Primera del Tribunal Supremo (TS) el 6 y 12 noviembre de 2020 aportan claridad al enjuiciamiento de las demandas que cuestionen la falta de transparencia en la comercialización de préstamos hipotecarios que incluyan tal índice.

Posteriormente el Pleno de la Sala Primera del TS analizó en dos sentencias de fecha 12 de noviembre de 2025, (1591/2025 y 1591/2025) la validez de la cláusula de intereses remuneratorios referenciados al IRPH contenida en préstamos hipotecarios suscritos por consumidores, a la luz de las SSTJUE de 13 de julio de 2023 (C-265/22) y 12 de diciembre de 2024 (C-300/23). Las mismas



009104654

CLASE 8.ª

concluyen que no cabe dar una solución unívoca sobre el carácter transparente y la abusividad de esta cláusula, pues su validez dependerá de las concretas circunstancias de cada préstamo y de cada litigio, en función de los hechos que queden probados en el mismo.

Para la cobertura de esta y otras similares contingencias, la Caja reevalúa anualmente los riesgos a los que se encuentran expuesta su actividad de acuerdo con el contexto económico en que ésta se desarrolla y con la información de la que dispone en cada cierre de ejercicio. En consecuencia, como resultado de la misma, la Caja ha registrado dotaciones netas de “Otras provisiones” durante el ejercicio 2025 por importe de 9.723 miles de euros (12.534 miles de euros en 2024) (Nota 47).

### 33. Otro resultado global acumulado

Este epígrafe de los balances recoge el importe neto de aquellas variaciones del valor razonable de los activos valorados a valor razonable con cambios en otro resultado global que, deben clasificarse como parte integrante del Patrimonio neto, conforme a lo dispuesto en la Nota 14.f. Para los instrumentos de deuda clasificados en dicha categoría estas variaciones se registran en la cuenta de pérdidas y ganancias cuando tiene lugar la venta de los activos en los que tiene su origen o cuando se produce el deterioro de los mismos.

Asimismo, este epígrafe recoge el importe de la ganancia o pérdida atribuible a la parte de los instrumentos de cobertura de los flujos de efectivo calificados como cobertura eficaz, conforme a lo dispuesto en la Nota 14.f., pendiente de imputación a la cuenta de resultados.

Al 31 de diciembre de 2025 y 2024, las pérdidas y ganancias actuariales reconocidas en el epígrafe de “Otro resultado global acumulado – Elementos que no se reclasificarán en resultados” del patrimonio neto ascienden a 7.760 y 7.795 miles de euros, respectivamente (Nota 14.n).



009104655

CLASE 8.ª

El movimiento del epígrafe "Otro resultado global acumulado", ocurrido durante los ejercicios 2025 y 2024 es el siguiente:

	Miles de euros	
	2025	2024
Saldo inicial	58.769	47.516
Efecto de las coberturas contables de los flujos de efectivo	6.904	3.575
Variaciones de valor razonable de valores representativos de deuda	(1.767)	(2.527)
Variaciones de valor razonable de instrumentos de patrimonio	8.117	10.127
Variaciones de valor razonable de planes de pensiones de prestación definida	(35)	78
Saldo final	71.988	58.769

Las variaciones de valor razonable de valores representativos de deuda se corresponden con el registro a valor razonable, neto de efecto impositivo, de los valores de renta fija, correspondiendo las variaciones de valor razonable de instrumentos de patrimonio a las revalorizaciones, netas del efecto impositivo, de los instrumentos de patrimonio valorados a valor razonable.

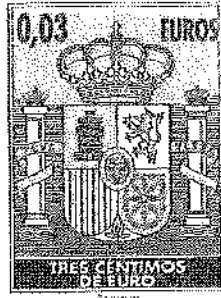
#### 34. Fondos propios

El movimiento de las partidas incluidas en el epígrafe de "Fondos propios" del balance adjunto, se incluye en el Estado Total de Cambios en el Patrimonio Neto.

#### Capital

Tal como se indica en Nota 14.s en la Asamblea General Ordinaria y Extraordinaria de Socios de 7 de junio de 2011 fueron modificados los Estatutos de la Caja entre otros asuntos, se procedió a la modificación en referencia a la consideración de las aportaciones de socios para adaptarse a las recomendaciones de los supervisores -nacionales e internacionales- sobre solvencia y capital social (que ha quedado plasmada en la Circular 4/2011 de Banco de España), de forma que el reembolso de aportaciones al capital social requiere en todo caso acuerdo previo y favorable del Consejo Rector.

Tal y como se describe en el Real Decreto 84/1993, de 22 de enero, por el que se aprueba el Reglamento de Desarrollo de la Ley 13/1989, de 26 de mayo, y en los Estatutos de la Caja, el capital social estará integrado por las aportaciones patrimoniales efectuadas en tal concepto por los socios (incorporadas al capital social), que cumplan las condiciones legalmente establecidas.



009104656

**CLASE 8.ª**

Los Estatutos de la Caja contemplan, entre otros, los siguientes aspectos, en relación con su capital social, tras sus diversas modificaciones:

1. El capital social obligatorio, cuya cuantía mínima se fija en 4.808 miles de euros, tendrá carácter variable y estará integrado por las aportaciones que, cumpliendo los requisitos de retribución, duración y desembolso fijados en el artículo diez del Reglamento de Cooperativas de Crédito, realicen socios en moneda de curso legal.
2. El importe de la aportación mínima al capital social para adquirir la condición de socio, que deberá desembolsar íntegramente cada socio en el momento de la admisión, será de 60,11 euros para las personas físicas y de 300,55 euros para las personas jurídicas.
3. Los socios no podrán tener un importe total de aportaciones representativas del capital social que exceda de los límites que en cada momento establezca para las personas físicas y jurídicas, respectivamente, la normativa relativa a las cooperativas de crédito. En ningún caso, entre todas las personas jurídicas que no tengan la condición de sociedad cooperativa podrán poseer más del porcentaje del capital social que, en cada momento, establezca la normativa relativa a las cooperativas de crédito. Los límites a la concentración de aportaciones girarán sobre las que directa o indirectamente supongan la titularidad o el control de los porcentajes máximos de capital.
4. El Consejo Rector podrá acordar la admisión de aportaciones al capital social, fijando la cuantía global máxima, las condiciones y plazo de suscripción, que no podrá ser superior a seis meses desde la fecha del acuerdo. Las aportaciones deberán desembolsarse totalmente en el momento de su suscripción, y su retribución se fijará por la Asamblea.
5. Las aportaciones al capital social podrán devengar el interés que acuerde la Asamblea General, sin que, en ningún caso, pueda exceder de los límites fijados por disposición legal. Su eventual retribución estará efectivamente condicionada a la existencia de resultados netos o reservas de libre disposición suficientes para satisfacerla, necesitando, en este último caso, la previa autorización del Banco de España. No se devengará interés alguno si se incumple el coeficiente de solvencia o la cifra de recursos propios mínimos o si existen pérdidas no absorbidas con cargo a los recursos propios de la Entidad.

La propuesta de distribución de resultado para el ejercicio 2025 (Nota 4), recoge un tipo de interés del 3,217% para las aportaciones. Siendo el tipo medio devengado para el ejercicio 2024 del 3,506%.

#### **Valores propios**

Al 31 de diciembre de 2025 y 2024 la Caja mantiene 3.698 y 99 miles de euros en autocartera, respectivamente.



009104657

CLASE 8.ª

## Reservas

La composición del epígrafe de "Reservas" al 31 de diciembre de 2025 y 2024 es el siguiente:

	Miles de euros	
	2025	2024
Ganancias acumuladas	809.863	656.238
Fondo de Reserva Obligatorio	733.684	597.128
Reservas de capitalización	2.822	1.665
Reservas voluntarias	73.357	57.445
Reservas de revalorización	19.283	19.542
Otras reservas	8.837	7.773
	<u>837.983</u>	<u>683.553</u>

### Fondo de Reserva Obligatorio

Las dotaciones efectuadas a este fondo (no distribuible entre los socios) procedentes de las aplicaciones de los excedentes de ejercicios anteriores se han llevado a cabo siguiendo lo indicado en la Ley 13/1989, de 26 de mayo, de Cooperativas de Crédito, modificada parcialmente por la Ley 20/1990, de 19 de diciembre, sobre Régimen Fiscal de las Cooperativas y en los Estatutos de la Caja.

En la Asamblea celebrada el 27 de mayo de 2025, la Caja aprobó la modificación de sus Estatutos, mediante la cual se actualizó el porcentaje mínimo a destinar al Fondo de Reserva Obligatorio, elevándolo al 85% frente al 80% establecido en 2024.

### Reservas de revalorización generadas por la Circular 4/2004

El saldo de este epígrafe se corresponde con la reserva generada por la revalorización del activo material realizada al amparo de lo dispuesto en la Disposición Transitoria Primera, apartado B, de la Circular 4/2004, según la cual se podía valorar el 1 de enero de 2004 cualquier elemento incluido dentro del activo material por su valor razonable sujeto a determinadas condiciones. Esta valoración de los activos materiales se realizó con cargo a esta reserva de revalorización neta de efecto impositivo.

La disminución del saldo de este epígrafe corresponde a un importe equivalente a la amortización y a las bajas de la cifra revalorizada traspasándose durante el ejercicio a "Otras reservas".



009104658

CLASE 8.ª

### Reservas de capitalización

Durante el ejercicio 2025 la Caja ha constituido una reserva indisponible por importe de 1.542 miles de euros con cargo a "Reservas voluntarias" (680 miles de euros durante el ejercicio 2024) (véase Nota 4). Dicha reserva se ha constituido para acogerse a la deducción establecida en el artículo 25 de la Ley 27/2014, del Impuesto sobre Sociedades.

En el ejercicio 2024, se modificó el inciso a) del apartado 1 del artículo 25 de la Ley 27/2014, del Impuesto sobre Sociedades, que anteriormente indicaba que la Entidad debía mantener durante el plazo de 5 años, el importe del incremento de los fondos propios dotados con anterioridad, con la modificación citada se ha reducido el plazo de mantenimiento a 3 años. En la medida que, ya ha transcurrido el citado periodo de obligado cumplimiento y se ha adaptado a lo indicado por la norma, la Entidad durante el ejercicio 2025 y 2024 ha traspasado a otras reservas 385 y 2.477 miles de euros, respectivamente.

Al 31 de diciembre de 2025 y 2024 las "Reservas acumuladas" por este concepto ascienden a 2.822 y 1.665 miles de euros, respectivamente.

### Reservas voluntarias y Otras reservas

Estas reservas son de libre disposición.

### 35. Garantías financieras concedidas

El desglose de este epígrafe, que corresponde a los importes que la Caja deberá pagar por cuenta de terceros en el caso de no hacerlo quienes originalmente se encuentran obligados al pago como consecuencia de los compromisos asumidos por la Caja en el curso de su actividad habitual, al 31 de diciembre de 2025 y 2024 es el siguiente:

	Miles de euros	
	2025	2024
Garantías financieras concedidas		
Administraciones públicas	38.351	38.250
Entidades de crédito	16.449	13.687
Otras sociedades financieras	2.586	1
Sociedades no financieras	50.001	42.688
Hogares	3.992	5.755
	<u>111.379</u>	<u>100.381</u>



009104659

CLASE 8.<sup>a</sup>**36. Compromisos de préstamo y otros compromisos concedidos**

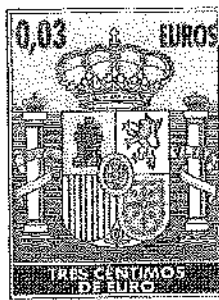
El desglose de este epígrafe al 31 de diciembre de 2025 y 2024 es el siguiente:

	Miles de euros	
	2025	2024
Compromisos de préstamos concedidos		
Administraciones públicas	43.003	31.030
Entidades de crédito	-	-
Otras sociedades financieras	1.235	1.106
Sociedades no financieras	477.702	465.539
Hogares	215.765	191.491
	<u>737.705</u>	<u>689.166</u>
Otros compromisos concedidos		
Administraciones públicas	300	300
Entidades de crédito	602	602
Otras sociedades financieras	6.246	4.826
Sociedades no financieras	45.893	46.030
Hogares	9.814	8.636
	<u>62.855</u>	<u>60.394</u>

**37. Ingresos por intereses**

El desglose de este epígrafe de la cuenta de pérdidas y ganancias de los ejercicios 2025 y 2024 es el siguiente:

	Miles de euros	
	2025	2024
Activos financieros a valor razonable con cambios en otro resultado global	5.958	9.135
Activos financieros a coste amortizado	274.504	303.859
Activos financieros no destinados a negociación valorados obligatoriamente a valor razonable con cambios en resultados	50	269
Derivados - contabilidad de coberturas, riesgo de tipo de interés	5.874	6.374
Otros activos	27.627	36.349
<i>De los que: Rendimientos de contratos de seguros vinculados a pensiones y obligaciones similares (Nota 32)</i>	291	270
Ingresos por intereses de pasivos	445	23
	<u>314.458</u>	<u>356.009</u>



009104660

**CLASE 8.º****38. Gastos por intereses**

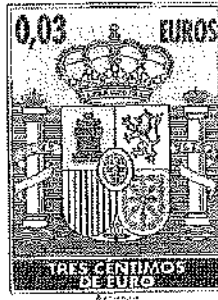
El desglose de este epígrafe de la cuenta de pérdidas y ganancias de los ejercicios 2025 y 2024 es el siguiente:

	Miles de euros	
	2025	2024
Pasivos financieros a coste amortizado	65.672	83.482
<i>De los que procedentes de Titro (ver Nota 31.a)</i>	-	598
Derivados - contabilidad de coberturas, riesgo de tipo de interés	-	(232)
Otros pasivos	266	261
<i>De los que: Coste por intereses de los fondos de pensiones (Nota 32)</i>	247	244
	<b>65.938</b>	<b>83.511</b>

**39. Ingresos por comisiones y Gastos por comisiones**

El detalle por productos que han generado el ingreso o gasto registrado como comisiones durante los ejercicios 2025 y 2024 es el siguiente:

Ingresos por comisiones	Miles de euros	
	2025	2024
Valores	202	131
Custodia	654	1.328
Garantías financieras concedidas	628	644
Compromisos de préstamo concedidos	1.171	1.099
Actividades de administración de préstamos	2	6
Servicios de pago	49.228	51.715
Recursos de clientes distribuidos, pero no gestionados	30.644	25.558
Inversión colectiva	6.360	5.180
Productos de seguro	24.015	20.067
Otros	269	311
Préstamos concedidos	2.391	2.208
Dívidas	147	146
Otras comisiones	5.260	5.671
	<b>90.327</b>	<b>88.506</b>



009104661

**CLASE 8.ª**

	Miles de euros	
	2025	2024
<b>Gastos por comisiones</b>		
Valores	179	92
Compensación y liquidación	124	97
Custodia	11	98
Servicios de pago	3.782	3.747
Distribución de productos por proveedores externos	195	150
Otros	493	614
	<u>4.784</u>	<u>4.798</u>

Los epígrafes de “Ingresos por comisiones” y “Gastos por comisiones” recogen el importe de todas las comisiones a favor y en contra de la Caja y devengadas en el ejercicio, excepto las que forman parte del tipo de interés efectivo de los instrumentos financieros.

**40. Ganancias o (pérdidas) procedentes de activos y pasivos financieros, excluidos los deterioros**

El desglose de estos epígrafes de la cuenta de pérdidas y ganancias de los ejercicios 2025 y 2024 es el siguiente:

	Miles de euros	
	2025	2024
Ganancias o (pérdidas) al dar de baja en cuentas activos y pasivos financieros no valorados a valor razonable con cambios en resultados, netas	<u>363</u>	<u>621</u>
Ganancias o (pérdidas) por activos y pasivos financieros mantenidos para negociar, netas (Nota 20.b)	<u>4</u>	<u>23</u>
Derivados	-	-
Ganancias o (pérdidas) por activos financieros no destinados a negociación valorados obligatoriamente a valor razonable con cambios en resultados, netas	<u>9</u>	<u>65</u>
Ganancias o (pérdidas) resultantes de la contabilidad de coberturas, netas (Nota 24)	<u>(12)</u>	<u>(23)</u>



009104662

GLASE 8.ª

#### 41. Otros ingresos de explotación

El desglose de este epígrafe de la cuenta de pérdidas y ganancias de los ejercicios 2025 y 2024 es el siguiente:

	Miles de euros	
	2025	2024
Inversiones inmobiliarias	77	66
Ventas y otros ingresos por prestación de servicios no financieros	109	108
Costes incorporados a activos y Otros conceptos	4.453	3.315
Otros ingresos recurrentes	988	1.461
Otros ingresos no recurrentes	1.215	329
	<u>6.842</u>	<u>5.279</u>

#### 42. Gastos de personal

La composición del saldo de este epígrafe de las cuentas de pérdidas y ganancias de los ejercicios 2025 y 2024, es la siguiente:

	Miles de euros	
	2025	2024
Sueldos y gratificaciones al personal activo	52.092	49.924
Cuotas de la Seguridad Social	17.707	17.588
Dotaciones a planes de prestación definida externos (Nota 32)	206	190
Dotaciones a planes de aportación definida externos (Nota 32)	2.981	6.266
Indemnizaciones por cese (Nota 32)*	7.650	1.976
Gastos de formación	108	241
Resto de gastos de personal	13.744	12.187
	<u>94.488</u>	<u>88.372</u>

\*Del que un importe de 7.290 miles de euros corresponden a la dotación del fondo procedimiento colectivo de regulación de empleo iniciado en el ejercicio 2025, (véase Nota 32).

El número medio de empleados de la Caja en los ejercicios 2025 y 2024 distribuido por categorías es el siguiente:

	2025	2024
Alta Dirección-Dirección General	1	1
Directores de Área	11	11
Jefes	517	510
Administrativos	542	523
	<u>1.071</u>	<u>1.045</u>



009104663

CLASE 8.ª

El número medio de empleados de la Caja en los ejercicios 2025 y 2024 distribuido por categorías y sexo es el siguiente:

	2025		2024	
	Hombres	Mujeres	Hombres	Mujeres
Alta Dirección-Dirección General	1	-	1	-
Directores de Área	8	3	8	3
Jefes	399	118	392	118
Administrativos	177	365	177	346
	<u>585</u>	<u>486</u>	<u>578</u>	<u>467</u>

El número de empleados de la Caja a la finalización del ejercicio 2025 y 2024 ascendía a 1.062 y 1.075 empleados respectivamente.

Las remuneraciones consideradas retribución en especie concedidas a los empleados de la Caja durante los ejercicios 2025 y 2024 han ascendido a 1.839 y 3.167 miles de euros, respectivamente, estando pactadas en convenio y correspondiendo a préstamos concedidos a bajo tipo de interés, seguros de vida y otras retribuciones en especie.

#### 43. Otros gastos de administración

La composición del saldo de este epígrafe de las cuentas de pérdidas y ganancias de los ejercicios 2025 y 2024, es la siguiente:

	Miles de euros	
	2025	2024
De inmuebles, instalaciones y material:	5.088	4.930
Alquileres	561	599
Entretenimiento de inmovilizado	3.031	2.952
Alumbrado, agua y calefacción	1.108	1.017
Impresos y material de oficina	388	362
Informática	22.035	16.584
Comunicaciones	2.672	2.399
Publicidad y propaganda	2.019	1.578
Gastos judiciales y de letrados	769	840
Informes técnicos	3.473	3.405
Servicios de vigilancia y traslado de fondos	1.460	1.408
Primas de seguro y autoseguro	497	491
Por Órganos de gobierno y control	1.335	1.578
Gastos de representación y desplazamiento del personal	666	642
Cuotas de asociaciones	218	199
Servicios de administración subcontratados	5.264	5.315
Contribuciones e impuestos	1.234	675
Otros gastos	640	806
	<u>47.370</u>	<u>40.850</u>



009104664

CLASE 8.ª

#### 44. Amortización

La composición del saldo de este epígrafe de las cuentas de pérdidas y ganancias de los ejercicios 2025 y 2024, es la siguiente:

	Miles de euros	
	2025	2024
Activos tangibles:	8.905	8.330
De uso propio (Nota 27)	6.469	5.834
De derechos de uso (Nota 27)	2.436	2.496
Activos intangibles	383	445
	<u>9.288</u>	<u>8.775</u>

#### 45. Otros gastos de explotación

La composición del saldo de este epígrafe de las cuentas de pérdidas y ganancias de los ejercicios 2025 y 2024, es la siguiente:

	Miles de euros	
	2025	2024
Contribución al Fondo de Garantía de Depósitos	38	-
Aportación al Fondo de Educación y Promoción (Notas 4 y 29)	16.686	17.069
Otros conceptos	4.772	3.093
<i>de los que: Aportación al fondo MIP (Nota 1.b)</i>	<u>1.422</u>	-
	<u>21.496</u>	<u>20.162</u>

Durante los ejercicios 2025 y 2024 no se han realizado contribuciones ex-ante al Fondo Único de Resolución, como se ha indicado en la Nota 11.



009104665

CLASE 8.ª

**46. Deterioro del valor o (reversión del deterioro del valor) de activos financieros no valorados a valor razonable con cambios en resultados y pérdidas netas por modificación**

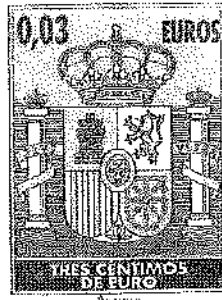
El desglose de este epígrafe de la cuenta de pérdidas y ganancias de los ejercicios 2025 y 2024 es el siguiente:

	Miles de euros	
	2025	2024
Activos financieros a valor razonable con cambios en otro resultado global (Nota 21)	2	(124)
Activos financieros a coste amortizado (véase Nota 22.d))	(5.815)	16.416
<i>Del que: Préstamos y anticipos a coste amortizado</i>	<i>(5.743)</i>	<i>16.221</i>
<i>Del que: Valores representativos de deuda</i>	<i>(72)</i>	<i>195</i>
	<u>(5.813)</u>	<u>16.292</u>

**47. Provisiones o (reversión) de provisiones**

El desglose de este epígrafe de la cuenta de pérdidas y ganancias de los ejercicios 2025 y 2024 es el siguiente:

	Miles de euros	
	2025	2024
Pensiones y otras obligaciones de prestaciones definidas post-empleo (Nota 32)	(425)	16
Compromisos y garantías concedidos (Nota 32)	124	775
Otras provisiones (Nota 32)	9.723	12.534
	<u>9.422</u>	<u>13.325</u>



009104666

CLASE 8.ª

**48. Ganancias o (pérdidas) al dar de baja en cuentas activos no financieros, netas**

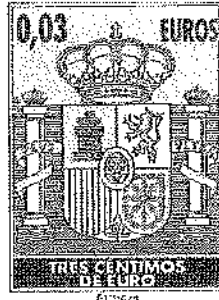
El desglose de este epígrafe de la cuenta de pérdidas y ganancias de los ejercicios 2025 y 2024 es el siguiente:

	Miles de euros	
	2025	2024
Inversiones inmobiliarias	-	-
Activos intangibles	-	-
Activo material	(137)	(102)
	<u>(137)</u>	<u>(102)</u>

**49. Ganancias o (pérdidas) procedentes de activos no corrientes y grupos enajenables de elementos clasificados como mantenidos para la venta no admisibles como operaciones interrumpidas**

El desglose de este epígrafe de la cuenta de pérdidas y ganancias de los ejercicios 2025 y 2024 es el siguiente:

	Miles de euros	
	2025	2024
Inversiones inmobiliarias	(84)	(205)
(Deterioro) o reversión del deterioro (Nota 25)	(49)	(177)
Ganancias (pérdidas) por ventas (Nota 25)	(35)	(28)
Activos tangibles adjudicados	1.471	(209)
(Deterioro) o reversión del deterioro (Nota 25)	1.328	(382)
Ganancias (pérdidas) por ventas (Nota 25)	143	173
	<u>1.387</u>	<u>(414)</u>



009104667

CLASE 8.ª

**50. Otra información**

- a) El detalle de los recursos de clientes fuera del balance de la Caja al 31 de diciembre de 2025 y 2024 es el siguiente:

	Miles de euros	
	2025	2024
Carteras de clientes gestionadas (*)	28.111	30.713
Sociedades y fondos de inversión	794.861	622.921
Fondos de pensiones y contratos de seguro-ahorro	397.422	382.589
	<u>1.220.394</u>	<u>1.036.223</u>

(\*) Incluye el importe de 8.835 y 10.507 miles de euros respectivamente, de fondos de inversión nacionales comercializados y valores de terceros depositados, incluidos en dichas partidas.

La Caja no administra directamente los patrimonios bajo mandatos, sino que se limita a realizar la labor comercializadora al Banco Cooperativo Español, S.A., quien firma con el cliente un contrato de administración y gestión de carteras.

- b) El detalle del valor razonable de los instrumentos financieros de terceros depositados en la Caja al 31 de diciembre de 2025 y 2024 es el siguiente:

	Miles de euros	
	2025	2024
Renta fija	96.977	219.877
Renta variable	63.340	46.766
Fondos de inversión	29.753	27.013
Total	<u>190.070</u>	<u>293.656</u>



009104668

CLASE 8.ª

Caja de Pensiones

- c) El detalle de las titulizaciones y otras transferencias de activos realizadas por la Caja al 31 de diciembre de 2025 y 2024 es el siguiente:

	Miles de euros	
	2025	2024
Dados íntegramente de baja del balance: (Nota 14.h)	-	-
Activos titulizados a través de participaciones hipotecarias	-	-
Certificados de transmisión hipotecaria	-	-
<i>Pro memoria: Datos de baja del balance antes del 1 de enero de 2004</i>	-	-
Mantenidos íntegramente en el balance:	12.091	32.396
Activos titulizados a través de participaciones hipotecarias	-	93
Certificados de transmisión hipotecaria	12.091	32.303
Otros activos titulizados	-	-

A continuación, se muestra, el detalle de los activos titulizados con sus correspondientes pasivos asociados agrupados por fondos de titulización a los que han sido aportados, a 31 de diciembre de 2025 y 2024:

	Miles de euros	
	2025	2024
Rural Hipotecario VIII Fondo de Titulización		
Préstamos y anticipos	-	17.466
Pasivos asociados	-	17.466
Rural Hipotecario IX Fondo de Titulización		
Préstamos y anticipos	12.108	14.989
Pasivos asociados	12.108	14.989
Total préstamos y anticipos (*)	12.108	32.455
Total pasivos asociados (*) (**)	12.108	32.455

(\*) Incluye devengo de intereses.

(\*\*) La cifra de pasivos asociados se encuentra minorada en balance por los bonos de titulización que han sido adquiridos por la Caja y que a 31 de diciembre de 2024 ascendían a 7.199 miles de euros. A 31 de diciembre de 2025, la Entidad no mantenía bonos de titulización adquiridos.

- d) La Caja no tenía compromisos de compra y venta de activos financieros al 31 de diciembre de 2025 y 2024.



009104669

CLASE 8.ª

- e) Los activos propiedad de la Caja al 31 de diciembre de 2025 y 2024 afectos a obligaciones propias ascendían a 26.026 y 61.177 miles de euros, respectivamente, y corresponden a préstamos y bonos que se encuentran pignorados como activos elegibles para actuar como garantía para la línea de financiación abierta con Bancos centrales. A 31 de diciembre de 2025 y 2024 el saldo disponible sobre el principal de la financiación obtenida alcanzó 26.026 y 61.177 miles de euros.
- f) A 31 de diciembre de 2025 y 2024, la Caja no ha realizado operaciones de préstamo de valores representativos de deuda con otras entidades, clasificados como activos financieros a valor razonable con cambios en otro resultado global y activos financieros a coste amortizado.
- g) Saldos y depósitos abandonados: de conformidad con lo indicado en el artículo 18 de la Ley 33/2003, de 3 de noviembre, sobre el patrimonio de las administraciones públicas, los saldos y depósitos en las entidades financieras en situación de abandono conforme a lo dispuesto en el citado artículo ascienden a 21 miles de euros al cierre de las presentes cuentas anuales (52 miles de euros al 31 de diciembre de 2024), pudiendo variar el citado importe desde esta fecha hasta la fecha de presentación definitiva al organismo competente.



CLASE 8.ª

CLASE 8.ª

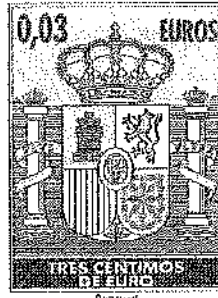


009104670

## 51. Valor razonable

A continuación, se incluye el detalle de valor razonable de los activos y pasivos financieros de la Caja al 31 de diciembre de 2025 y 2024 comparados con sus respectivos valores en libros a las citadas fechas clasificados por Niveles 1, 2 y 3 (en miles de euros):

Nivel 1	2025		2024	
	Valor registrado	Valor razonable	Valor registrado	Valor razonable
<b>Activo</b>				
Efectivo	63.729	63.729	58.612	58.612
Saldos equivalentes al efectivo en bancos centrales	1.460.582	1.460.588	1.030.135	1.030.053
Otros depósitos a la vista	169.425	169.436	148.107	148.152
Activos financieros mantenidos para negociar				
Derivados	-	-	-	-
Activos financieros no destinado a negociación valorados obligatoriamente a valor razonable con cambios en resultados				
Valores representativos de deuda	-	-	-	-
Préstamos y anticipos a la clientela	-	-	-	-
Activos financieros a valor razonable con cambios en otro resultado global				
Valores representativos de deuda	264.331	264.331	272.693	272.693
Instrumento de patrimonio	29.422	29.422	24.682	24.682
Activos financieros a coste amortizado				
Valores representativos de deuda	1.210.798	1.200.605	1.111.673	1.081.338
Préstamos y anticipos a entidades de crédito	-	-	-	-
Préstamos y anticipos a la clientela	-	-	-	-
Derivados – contabilidad de coberturas	-	-	-	-



009104671

## CLASE 8.ª

Nivel 2	2025		2024	
	Valor registrado	Valor razonable	Valor registrado	Valor razonable
<b>Activo</b>				
Activos financieros mantenidos para negociar				
Derivados	305	305	633	633
Activos financieros no destinado a negociación valorados obligatoriamente a valor razonable con cambios en resultados				
Valores representativos de deuda	-	-	-	-
Préstamos y anticipos a la clientela	-	-	-	-
Activos financieros a valor razonable con cambios en otro resultado global				
Valores representativos de deuda	197	197	-	-
Instrumento de patrimonio	1.650	1.650	1.668	1.668
Activos financieros a coste amortizado				
Valores representativos de deuda	-	-	-	-
Préstamos y anticipos a entidades de crédito	-	-	-	-
Préstamos y anticipos a clientela	-	-	-	-
Derivados – contabilidad de coberturas	45.237	45.237	10.659	10.659
<b>Nivel 3</b>				
	2025		2024	
	Valor registrado	Valor razonable	Valor registrado	Valor razonable
<b>Activo</b>				
Activos financieros mantenidos para negociar				
Derivados	-	-	1	1
Activos financieros no destinado a negociación valorados obligatoriamente a valor razonable con cambios en resultados				
Valores representativos de deuda	726	726	1.987	1.987
Préstamos y anticipos a la clientela	-	-	-	-
Activos financieros a valor razonable con cambios en otro resultado global				
Instrumentos de patrimonio	208.409	208.409	197.711	197.711
Activos financieros a coste amortizado				
Valores representativos de deuda	-	-	-	-
Préstamos y anticipos a entidades de crédito	199.180	199.667	177.429	177.400
Préstamos y anticipos a la clientela	7.796.336	8.159.006	7.308.770	7.775.707
Derivados – contabilidad de coberturas	-	-	-	-



009104672

**CLASE B.ª**

Nivel 1	2025		2024	
	Valor registrado	Valor razonable	Valor registrado	Valor razonable
<b>Pasivo</b>				
Pasivos financieros mantenidos para negociar				
Derivados	-	-	-	-
Pasivos financieros a coste amortizado				
Depósitos				
Bancos centrales	-	-	-	-
Entidades de crédito	-	-	-	-
Clientela	-	-	-	-
Otros pasivos financieros	-	-	-	-
Derivados – contabilidad de coberturas	-	-	-	-
<b>Nivel 2</b>				
	2025		2024	
	Valor registrado	Valor razonable	Valor registrado	Valor razonable
<b>Pasivo</b>				
Pasivos financieros mantenidos para negociar				
Derivados	301	301	626	626
Pasivos financieros a coste amortizado				
Depósitos				
Bancos centrales	-	-	-	-
Entidades de crédito	-	-	-	-
Clientela	-	-	-	-
Otros pasivos financieros	-	-	-	-
Derivados – contabilidad de coberturas	72.307	72.307	80.731	80.731
<b>Nivel 3</b>				
	2025		2024	
	Valor registrado	Valor razonable	Valor registrado	Valor razonable
<b>Pasivo</b>				
Pasivos financieros mantenidos para negociar				
Derivados	-	-	1	1
Pasivos financieros a coste amortizado				
Depósitos				
Bancos centrales	-	-	-	-
Entidades de crédito	120.527	121.532	138.323	138.532
Clientela	9.931.074	9.377.567	9.030.247	8.583.734
Otros pasivos financieros	81.458	81.458	95.018	95.018
Derivados – contabilidad de coberturas	-	-	1	1

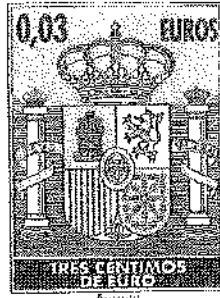


009104673

### CLASE 8.ª

Para los activos y pasivos financieros anteriormente expuestos, el valor razonable ha sido determinado tal y como se indica a continuación:

- i) Activos y pasivos financieros indicados en el Nivel 1: El valor razonable se ha determinado utilizando precios cotizados en mercados activos para el mismo instrumento, es decir, sin modificar o reorganizar de diferente forma.
- ii) Activos y pasivos financieros indicados en el Nivel 2: El valor razonable se ha determinado: Precios cotizados en mercados activos para instrumentos similares u otras técnicas de valoración en las que todos los inputs significativos están basados en datos de mercado observables directa o indirectamente.
- iii) Activos y pasivos financieros indicados en el Nivel 3: Técnicas de valoración en las que algún input significativo no está basado en datos de mercado observables. El valor razonable para los activos financieros a coste amortizado y los pasivos a coste amortizado se ha determinado a través del descuento de los flujos futuros a través de la curva actual de tipos de interés. El valor descontado es igual al producto de:
  - a) el factor de descuento correspondiente al plazo residual entre la fecha de análisis y la fecha de revisión o amortización teniendo en cuenta la curva actual de tipos de interés.
  - b) el importe del flujo que tenga lugar.



009104674

CLASE 8.ª

## CAJA RURAL DEL SUR, SOCIEDAD COOPERATIVA DE CRÉDITO

### INFORME DE GESTIÓN CORRESPONDIENTE AL EJERCICIO 2025

#### 1. Entorno económico

El ejercicio 2025 ha estado marcado por un escenario de normalización económica tras la resiliencia global observada en 2024, año en el que el PIB mundial creció ligeramente por encima del 3%, apoyado en la fortaleza de los mercados laborales, la moderación de la inflación y la distensión progresiva de las condiciones financieras. Este contexto ha servido de base para un 2025 caracterizado por un crecimiento moderado y más alineado con el potencial, en un entorno donde la inflación se ha acercado a los objetivos de los bancos centrales, aunque han persistido riesgos geopolíticos y de fragmentación comercial que han condicionado la evolución de la actividad global. Se espera que esta situación se mantenga durante el próximo ejercicio, especialmente condicionada por la política exterior de Estados Unidos.

En el ámbito de la política monetaria, los principales bancos centrales han mantenido en 2025 una tendencia de distensión gradual ya iniciada a mediados de 2024. El Banco Central Europeo continuó con el proceso de recortes, que situó la facilidad de depósito el 2% en la segunda mitad del año, en un contexto de inflación convergente al objetivo del 2% y de condiciones financieras más acomodaticias para hogares y empresas. En paralelo, la Reserva Federal mantuvo la misma senda, con bajadas de tipos, desde el 4,25% al 3,50% a final del ejercicio, siempre condicionados a la evolución de la economía estadounidense a un proceso desinflacionista que continúa avanzando.

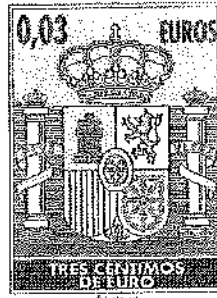
La economía de la eurozona encaró 2025, partiendo de un 2024 débil, habiendo experimentado una recuperación gradual, favorecida por la mejora del ingreso real de los hogares, el abaratamiento de la financiación y la mayor estabilidad de los precios energéticos, alcanzando una variación del PIB del 1,4%. Aun así, persisten retos estructurales de competitividad y productividad que limitan la trayectoria de crecimiento y requieren reformas de calado.

En España, tras el crecimiento experimentado en 2024 del 3,2% se ha normalizado el ritmo de expansión alcanzando el 2,8%. El mercado laboral continúa mostrando resiliencia, tras el fuerte avance de la afiliación registrado en 2024, lo que, junto con la mejora del poder adquisitivo derivada de la desinflación, sostiene el consumo privado. La inversión se beneficia de unas condiciones financieras más favorables y de la ejecución de los fondos europeos Next Generation EU, mientras que la demanda externa tiende a moderarse conforme el dinamismo del turismo se normaliza y nuestros principales socios europeos siguen inmersos en un crecimiento débil.

El entorno financiero y bancario en 2025 ha estado definido por un nuevo marco de tipos de interés cercano al 2%, en el que el sector ha mostrado una notable capacidad de adaptación. A pesar del descenso de las referencias oficiales, el margen de intereses agregado del sector bancario ha logrado contener la caída apoyándose en el dinamismo del crédito. La evolución del crédito ha experimentado un alto crecimiento, con especial fortaleza en financiación a vivienda y consumo, así como los



CLASE 8.ª



009104675

depósitos, destacando un mayor peso del plazo en España, coherente con la estabilización de tipos y el buen comportamiento de la morosidad.

En términos generales, pese a este escenario central de mayor estabilidad, el ejercicio 2025 ha estado expuesto a riesgos relevantes, entre los que destacan la persistencia de tensiones geopolíticas, la incertidumbre en torno a las políticas comerciales internacionales, la complejidad regulatoria creciente y los retos asociados a la transformación digital y a la ciberseguridad. En conjunto, estos factores obligan a mantener una estrategia prudente y flexible ante potenciales cambios en el entorno macroeconómico y financiero.

## 2. Situación Caja Rural del Sur

En este entorno, la Entidad mantiene su fortaleza financiera que se refleja en los principales ratios:

**Solvencia:** La Entidad mantiene a 31 de diciembre de 2025 un **coeficiente de nivel 1 (CET1) (ordinario y adicional) así como una ratio total de capital del 27,27%**. La ratio de capital total se sitúa 17,90 puntos porcentuales por encima del mínimo que el Banco de España ha establecido a la Entidad a dicha fecha y 14,92 puntos porcentuales incluyendo el colchón de conservación de capital y anticíclico requerido. Todo ello, fruto de la capacidad de generación de ingresos de la Entidad, una adecuada política de distribución de resultados y de gestión de sus riesgos.

**Liquidez:** La Entidad cuenta con un sólido nivel de financiación minorista, que supone un porcentaje de préstamos brutos sobre depósitos tradicionales del 80,47%, la Entidad no tiene dependencia de la financiación en mercados mayoristas. El **Liquidity Coverage Ratio (LCR) se sitúa en el 215%** muy por encima del mínimo exigido (100%).

**Niveles de cobertura de activos deteriorados:** La ratio de cobertura de activos dudosos sobre préstamos sin anticipos se sitúa en el 150% y con adjudicados en el 147,15%.

**Rentabilidad:** La Entidad ha cerrado el ejercicio con un ROE (rentabilidad sobre fondos propios medios) de un 14,51% y una ROA (rentabilidad sobre activos totales medios) de un 1,45% lo que supone una reducción de 3,15 y 0,16 puntos, respectivamente respecto al 2024.

Durante el ejercicio 2025, la Entidad volvió a destacar por un notable crecimiento en su volumen de negocio de 1.460 millones de euros, lo que supone un 8% respecto al ejercicio anterior. En particular, la inversión crediticia aumentó un 6%, con un peso importante de crecimiento en Hogares. Todo ello se ha conseguido manteniendo unos niveles de morosidad muy reducidos, por debajo de la media del sector, gracias a una gestión activa de los activos deteriorados, y la política de gestión de riesgos de la Entidad. Asimismo, el pasivo comercial registró un sólido crecimiento del 10% y los recursos fuera de balance de un 6%, todo ello respecto al 2024.

Respecto a la cuenta de resultados, a pesar de la caída de tipos de interés iniciada en 2024, durante el 2025 el resultado neto de la Entidad apenas se ha visto reducido en un 1,85% (3.003 miles de euros), debido a que la caída del margen de intereses situada en el 8,8% (23.978 miles de euros), se ha visto compensada principalmente con menores dotaciones a provisiones y pérdidas por deterioro por



009104676

CLASE 8.ª

importe de 26.008 miles de euros, debido a la contención de la morosidad, así como por otros ingresos procedente de comisiones e ingresos por dividendos.

### 3. Evolución del negocio

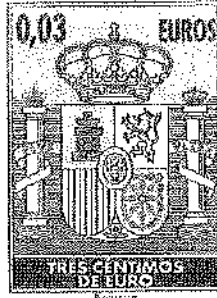
El balance de la Caja a 31 de diciembre de 2025 se ha situado en 11.693.600 miles de euros, lo que ha supuesto un incremento interanual de un 10,05%, 1.068.137 miles de euros respecto al ejercicio anterior, motivado por el incremento de pasivo comercial principalmente.

Dentro del activo, el volumen de **Préstamos y anticipos a la clientela** bruta de correcciones de valor (Nota 22 y 23) asciende a 7.990.320 miles de euros a 31 de diciembre de 2025, lo que supone un incremento de 466.325 miles de euros, un 6,20% respecto al año anterior. En concreto, el importe de los Préstamos a la Clientela supone un crecimiento de 467.062 miles de euros, un 6,22% respecto a la misma cifra del ejercicio anterior, tal y como se detalla a continuación:

	Miles de euros			
	2025	2024	Variación	Var. %
<b>Préstamos a la Clientela (Nota 22 y 23)</b>	<b>7.981.887</b>	<b>7.514.825</b>	<b>467.062</b>	<b>6,22%</b>
Principal dispuesto	7.904.377	7.449.252	455.125	6,11%
Intereses devengados	18.225	23.690	(5.465)	(23%)
Comisiones	(22.154)	(23.006)	852	(3,70%)
Ajustes al valor razonable	(6.133)	(6.789)	656	(9,66%)
Costes de transacción	87.601	71.010	16.591	23,36%
Primas o descuentos	-	-	-	-
Operaciones microcobertura	(29)	668	(697)	(104,34%)
<b>Anticipos distintos de préstamos (Nota 22)</b>	<b>8.433</b>	<b>9.170</b>	<b>(737)</b>	<b>(8,04%)</b>
Principal dispuesto	8.433	9.170	(737)	(8,04%)
<b>TOTAL Préstamos y Anticipos a la Clientela</b>	<b>7.990.320</b>	<b>7.523.995</b>	<b>466.325</b>	<b>6,20%</b>



CLASE 8.ª



009104677

En relación con los activos dudosos y adjudicados, los préstamos a la clientela clasificados como dudosos se han reducido en 5.550 miles de euros (6.354 miles de euros si se incluyen los anticipos distintos a préstamos). Por su parte, los activos adjudicados disminuyen en 2.422 miles de euros. En conjunto, ambos tipos de activos registran una reducción total de 7.972 miles de euros, lo que supone una caída del 5,53% respecto al ejercicio anterior, si incluimos los anticipos distintos de préstamos considerados dudosos, la reducción asciende a 8.776 miles de euros, equivalente a un descenso del 6,04%.

	Miles de euros			
	2025	2024	Variación	Var. %
Préstamos dudosos (Nota 22)	128.990	134.540	(5.550)	(4,13%)
Adjudicados (Nota 25)	7.181	9.603	(2.422)	(25,22%)
<b>Total</b>	<b>136.171</b>	<b>144.143</b>	<b>(7.972)</b>	<b>(5,53%)</b>

La ratio de morosidad se ha reducido en 18 puntos básicos respecto al ejercicio anterior, situándose en el 1,61% en 2025. La tasa de cobertura sobre préstamos señalada anteriormente, junto con las garantías asociadas a los activos deteriorados (Nota 22), reflejan la elevada calidad de la cartera y la gestión prudente del riesgo llevada a cabo por la Entidad.

En el pasivo, los **Depósitos de la clientela** registrados en el epígrafe Pasivos financieros a coste amortizado a 31 de diciembre de 2025 se sitúan en la cifra de 9.931.074 miles de euros, de los cuales el pasivo tradicional asciende a 9.919.129 miles de euros lo que supone un incremento del 10,15%, 913.897 miles de euros en términos absolutos.

Si nos referimos a los **Recursos de clientes fuera de balance**, incluidos en la Nota 50, estos totalizan 1.220.394 miles de euros, y sin incluir los importes en las carteras comercializadas de los fondos y valores depositados, estos ascienden a 1.211.559 miles de euros, lo que ha supuesto un aumento de 185.843 miles de euros respecto 2024 (un 18,12%), que recoge Fondos de inversión, Fondos de pensiones y Seguros de Ahorro. Por último, si nos referimos a los valores de renta fija y variable, depositados por terceros (Nota 50), estos se sitúan en 160.317 miles de euros al cierre del ejercicio 2025 (106.326 miles de euros menos respecto a 2024, una caída anual de 39,88%).

Con todo ello, el total de **Recursos gestionados de clientes**, que incluye depósitos de la clientela, así como recursos de clientes fuera de balance y valores depositados de terceros se ha visto incrementado en 993.414 miles de euros respecto al ejercicio anterior (un 9,65%). El volumen de negocio de la Entidad ha crecido 1.460 millones de euros, un 8,19%.

Por último, el patrimonio neto ha crecido un 17% en el ejercicio 2025, 201.227 miles de euros, situándose a 31 de diciembre de 2025 en la cifra de 1.385.615 miles de euros.

En lo que respecta al número de socios, a 31 de diciembre de 2025 la cifra es de 159.391 socios.



009104678

CLASE 8.ª

#### 4. Cuenta de resultados

El **Margen de Intereses** a 31 de diciembre de 2025 de la Entidad se sitúa en 248.520 miles de euros, lo que supone una caída del 8,8%, 23.978 miles de euros respecto al ejercicio anterior, motivada por bajada de los tipos de interés que comenzó a mediados del año 2024, y que se ha visto compensada con el crecimiento de la inversión crediticia en un 6%. La caída de los ingresos por intereses ha sido de 41.551 miles de euros un 11,67%, y la caída de los gastos por intereses de 17.573 miles de euros, un 21%.

El **Margen Bruto** asciende a 337.347 miles de euros a 31 de diciembre del 2025 (356.354 miles de euros en el ejercicio anterior), lo que supone una caída del 5,33% (19.007 miles de euros), y es que la caída del margen de intereses se ha visto compensada por el crecimiento en otros ingresos por dividendos y comisiones, 3.343 miles de euros y 1.821 miles de euros, respectivamente.

Dentro de las partidas que componen el resultado de la actividad de explotación, los gastos de administración, tanto los gastos de personal como los otros gastos de administración, así como las amortizaciones han incrementado un total de 13.149 miles de euros, un 9,5%, entre otros motivos por el procedimiento colectivo de regulación de empleo llevado a cabo durante el ejercicio.

Tras este incremento en los gastos de explotación, el **Margen de explotación de la Entidad**, el margen bruto menos los gastos de administración y amortización se sitúa en 186.201 miles de euros habiendo reducido dicho margen 32.156 miles de euros respecto al ejercicio anterior, lo que supone una caída del 14,73%.

Finalmente, las Dotaciones a provisiones y Pérdidas por deterioro de activos financieros se sitúan en una recuperación de 5.813 miles de euros en 2025, frente a la dotación de 16.292 miles de euros en el ejercicio 2024, disminuyendo por tanto en 22.105 miles de euros, un 135,68% menos que el anterior ejercicio. A 31 de diciembre de 2025 la Caja mantiene deterioros por riesgo de crédito, adicionales a los requeridos en el Anejo 9 de la Circular 4/2017, por importe de 78.968 miles de euros.

Esto ha llevado a que el **Resultado de la actividad de explotación** se sitúe en 182.592 miles de euros, lo que supone una caída de un 3,26% (6.148 miles de euros) respecto al ejercicio anterior.

Las Ganancias o pérdidas procedentes de activos no corrientes en venta netas de provisiones han generado unas ganancias de 1.387 miles de euros en el ejercicio 2025 frente a las pérdidas de 414 miles de euros en el ejercicio 2024.

Con todo ello, el **Resultado antes de impuestos** se sitúa en 183.842 miles de euros, un 2,33% menos que el del ejercicio anterior (188.224 miles de euros) y **después de Impuestos** de 159.437 miles de euros frente a 162.440 miles de euros del año anterior, lo que supone una caída de 1,85%. El **Resultado antes de impuestos y Fondo de Educación y Promoción**, este último registrado dentro del margen bruto de la Entidad, y que forma parte de la distribución del excedente disponible se ha situado en 200.528 miles de euros frente a 205.293 miles de euros del año anterior, lo que supone una caída 4.765 miles de euros, un 2,32% menos.



009104679

CLASE 8.ª

## 5. Fondo de Educación y Promoción Cooperativo

A continuación, se presenta el detalle de los diferentes epígrafes en los que se ha aplicado el Fondo de Educación y Promoción Cooperativo durante el ejercicio 2025:

Aplicaciones	Importe aplicado (miles de euros)
Aplicación Fundación Social y Cultural Caja Rural del Sur	13.656
Formación socios y empleados	1.185
Promoción de las relaciones intercooperativas	441
Promoción cultural, profesional y asistencial del entorno local y mejora de la calidad de vida	2.121
Gastos de inmuebles afectos al FEP	21
<b>Total Fondo de Educación y Promoción Cooperativo (*)</b>	<b>17.424</b>

Se ha aportado a la Fundación para que lo aplique a los fines aprobados y comprometidos, delegando en el Consejo la determinación de la cuantía, en base a lo previsto en los artículos 56.2 de la Ley de Cooperativas y 43.1 de los Estatutos. Traspasando una cantidad total de 13.656 miles de euros a la Fundación Social y Cultural Caja Rural del Sur.

(\*) A 31 de diciembre de 2025, la Caja presentaba un excedente de 1.798 miles de euros.

## 6. Acontecimientos posteriores

Nos remitimos a lo indicado en la nota 13 de las presentes Cuentas Anuales.

## 7. Evaluación del riesgo

En las Notas 16, 17 y 18 de memoria, que forman parte de las Cuentas Anuales, se hace un análisis detallado de la situación al cierre y de la gestión realizada durante el ejercicio 2025 de los diferentes tipos de riesgos.

## 8. Participaciones propias

A 31 de diciembre de 2025 y 2024 la Caja mantenía el importe de 3.698 y 99 miles de euros como autocartera en el epígrafe de Valores propios.



009104680

CLASE 8.ª

## 9. Información Medioambiental y Sostenibilidad

En 2025, la sostenibilidad ha continuado consolidándose como un elemento estructural de la actividad económica y un vector determinante en la transformación del tejido empresarial. El creciente grado de concienciación social, junto con el avance de políticas públicas y marcos regulatorios supranacionales, impulsa a las organizaciones a integrar los criterios ambientales, sociales y de gobernanza (ASG) en su modelo de negocio. La entrada en vigor progresiva de nuevas normativas europeas —entre las que destaca la Directiva de Información Corporativa en Materia de Sostenibilidad (CSRD), la aplicación de los Estándares ESRS, la consolidación de la taxonomía europea y el refuerzo de las obligaciones de reporte— configura un entorno de mayor transparencia, comparabilidad y rigor en las prácticas de sostenibilidad.

Desde la Caja, se considera prioritario avanzar en la transición de una economía más sostenible, más verde y baja en carbono. Para la gestión de los riesgos ASG, la Caja tiene definida una hoja de ruta “Plan Director de Sostenibilidad” que, junto con la Política de Financiación Sostenible y Riesgos ASG, marca los planes tácticos y estratégicos en materia de sostenibilidad. Ambos documentos fueron aprobados y son objeto de actualización por el Consejo Rector de la Entidad.

A pesar de que la Caja no tiene gastos, activos, ni provisiones y contingencias de naturaleza medioambiental que pudieran ser significativos en relación con el patrimonio, la situación financiera y los resultados de la Caja, motivo por el cual no se incluyen desgloses específicos en la presente memoria respecto a información de cuestiones medioambientales, lleva a cabo un conjunto de acciones que tienen como objetivo minimizar el impacto medioambiental, así como ser lo más activo posible en la difusión de buenas prácticas entre sus grupos de interés.

A través del Manual de Cumplimiento y del Protocolo para la prevención de la responsabilidad penal, la Caja manifiesta expresamente su compromiso con la seguridad colectiva y la salud colectiva, no aceptando riesgos o peligros para el medio ambiente y para la salud humana. Además, la Entidad cuenta con procedimientos rigurosos que tienen como objetivo el cumplimiento de normas de diversas materias, entre las que se encuentra la protección del medio ambiente.



009104681

CLASE 8.ª

## 10. Otra información

### 10.1 Investigación y Desarrollo

Durante el ejercicio, no se ha activado ninguna cantidad en el balance de la Caja en relación a trabajos en Investigación y Desarrollo.

### 10.2 Información sobre los aplazamientos de pago efectuados a proveedores. Disposición adicional tercera "Deber de información" de la Ley 15/2010, de 5 de julio.

El 5 de julio de 2010 se publicó la Ley 15/2010, de modificación de la Ley 3/2004, de 29 de diciembre, por la que se establecen medidas de lucha contra la morosidad en las operaciones comerciales.

Entre otros aspectos, dicha norma suprime la posibilidad del "pacto entre las partes", en relación con la ampliación del plazo de pago a proveedores, como respuesta a las repercusiones financieras de la crisis económica en todos los sectores, traducidas en un aumento de impagos, retrasos y prórrogas en la liquidación de facturas vencidas, que afecta con especial gravedad a las pequeñas y medianas empresas por su gran dependencia del crédito a corto plazo y por las limitaciones de tesorería en el actual contexto económico. Además, para luchar contra estas dificultades, la Ley fija un aplazamiento general máximo entre empresas de 60 días naturales a partir de la fecha de entrega de las mercancías o de prestación de los servicios que empezó a regir el 1 de enero de 2013.

De manera adicional, la Disposición Adicional Tercera de dicha norma indica que las sociedades deberán publicar de forma expresa las informaciones sobre plazos de pago a sus proveedores en la memoria de sus cuentas anuales individuales y consolidadas. Se incluye a continuación la información requerida sobre el periodo medio de pago a proveedores correspondiente al ejercicio 2025 y 2024:

	2025	2024
	Días	Días
Periodo medio de pago a proveedores	14	14
Ratio de operaciones pagadas	14	13
Ratio de operaciones pendientes de pago	6	22
	Importe (miles de euros)	Importe (miles de euros)
Total pagos realizados	94.882	118.006
Total pagos pendientes	2.723	5.400
Volumen monetario de facturas pagadas en un periodo inferior al máximo establecido en la normativa de morosidad	94.882	118.006
Porcentaje que representan los pagos inferiores a dicho máximo sobre el total del volumen facturado	97,21%	95,62%
Facturas pagadas en un periodo inferior al máximo establecido en la normativa de morosidad	48.218	48.586
Porcentaje sobre el total de facturas	99,60%	99,05%





CLASE 8.ª

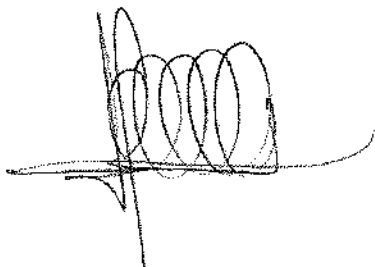


009104685

### CAJA RURAL DEL SUR, SOCIEDAD COOPERATIVA DE CRÉDITO

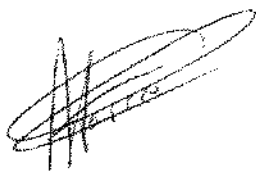
El Consejo Rector de Caja Rural del Sur, Sociedad Cooperativa de Crédito, en su sesión celebrada en el día de hoy, formula las Cuentas Anuales de la Entidad referidas al ejercicio anual terminado el 31 de diciembre de 2025, el Informe de Gestión correspondiente al ejercicio 2025 y la propuesta de distribución del excedente relativo al ejercicio 2025, todo ello recogido en el anverso de los folios de papel timbrado del Estado, numerados correlativamente del 9104501 al 9104682 todos inclusive, de la Serie 00, Clase 8ª de 0,03 euros cada uno, en cumplimiento de la legislación vigente.

Sevilla, 24 de marzo de 2026



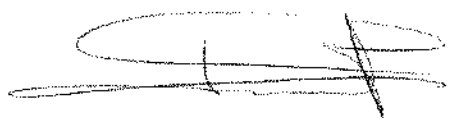
---

D. José Luis García-Palacios Álvarez  
Presidente



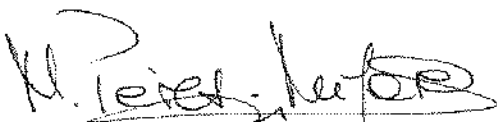
---

D. Antonio Torres Conde  
Vicepresidente 1º



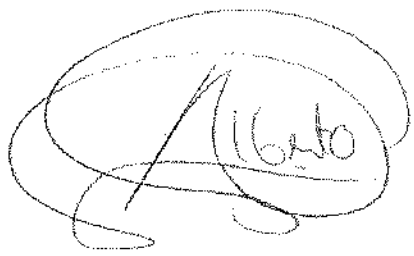
---

D. Ricardo López-Crespo Delgado  
Vicepresidente 2º



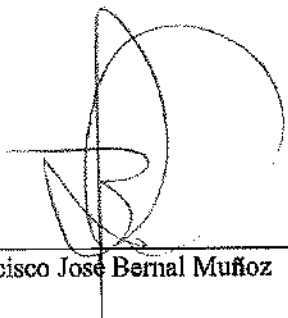
---

Dª Macarena Pérez-Miyares Travieso  
Secretaria



---

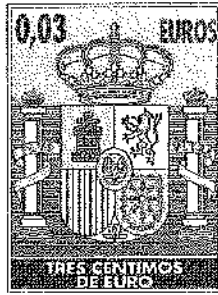
D. Alberto Garrocho Robles  
Vocal



---

D. Francisco José Bernal Muñoz  
Vocal





009104686

CLASE 8.ª

---

D. Francisco Javier Contreras Santana  
Vocal

---

D. José María Calero Muñoz  
Vocal

---

D.ª M.ª del Valle Novales de la Escalera  
Vocal

---

D. Darío Candau del Cid  
Vocal

---

D. Pablo González del Corral Martín  
Vocal

---

D.ª Yolanda Pelayo Díaz  
Vocal

---

D.ª Rocío Acosta Ferrero  
Vocal

---

D. Gabriel Villegas Escobar  
Vocal



## ORDEM DOS ADVOGADOS

### REGISTO ONLINE DOS ACTOS DOS ADVOGADOS

Artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29-03

Portaria n.º657-B/2006, de 29-06

**Dr.(a) Patrícia Gomes Fino**

CÉDULA PROFISSIONAL: 65386L

IDENTIFICAÇÃO DA NATUREZA E ESPÉCIE DO ACTO

Certificação de traduções de documentos

IDENTIFICAÇÃO DOS INTERESSADOS

Caja Rural del Sur, Sociedade Cooperativa de Crédito

NIPC n.º. ESF91119065

OBSERVAÇÕES

Certificação de tradução de documento.

EXECUTADO A: 2026-06-03 15:13

REGISTADO A: 2026-06-03 15:15

COM O N.º: 65386L/459

Poderá consultar este registo em <http://oa.pt/atos>  
usando o código 54194825-486846

